

Letícia Lemos Gritti

AINDA HÁ O QUE FAZER, MAS JÁ NÃO MAIS AQUI!
UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA DE *AINDA* E *JÁ NÃO MAIS*

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de doutora em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Pires de Oliveira.

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lemos Gritti, Letícia

Ainda há o que fazer, mas já não mais aqui! Uma análise semântico-pragmática de 'ainda' e 'já não mais' / Letícia Lemos Gritti ; orientadora, Profa. Dra. Roberta Pires de Oliveira - Florianópolis, SC, 2013.

223 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Inclui referências

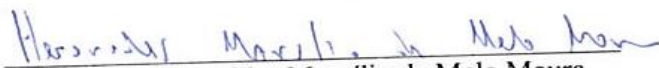
1. Linguística. 2. Linguística. 3. Semântica. 4. Pragmática. 5. 'ainda' e 'já não mais'. I. Pires de Oliveira, Profa. Dra. Roberta . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

Letícia Lemos Gritti

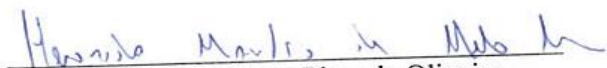
*AINDA HÁ O QUE FAZER, MAS JÁ NÃO MAIS AQUI!
UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA DE
AINDA E JÁ NÃO MAIS*

Esta Tese foi julgada aprovada para obtenção do título de "DOUTOR EM LINGUÍSTICA" e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

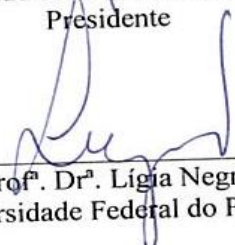
Florianópolis, 01 de março de 2013.


Prof. Dr. Heronides Maurilio de Melo Moura
Coordenador do Programa

Banca Examinadora:


Prof.^a. Dr.^a. Roberta Pires de Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora


Prof. Dr. Josias Ricardo Hack
Universidade Federal de Santa Catarina
Presidente


Prof.^a. Dr.^a. Lígia Negri
Universidade Federal do Paraná

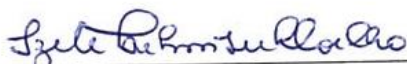
Banca Examinadora (continuação):



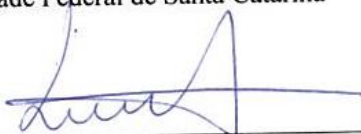
Prof. Dr. Roberlei Alves Bertucci
Universidade Tecnológica Federal do Paraná



Profª. Drª. Sandra Quarezemin
Universidade Federal de Santa Catarina



Profª. Drª. Izete Lehmkuhl Coelho
Universidade Federal de Santa Catarina



Profª. Drª. Leandra Cristina de Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina

Aos meus pais, Maria José e Sérgio, que me criaram com muito amor e me incentivaram sempre a estudar.

AGRADECIMENTOS

Primeiro, agradeço a Deus, por me inspirar a seguir este caminho que, penso ser o acertado. Por colocar as pessoas certas nessa caminhada para me ajudar e sustentar quando as forças já estavam por se esgotar. Porque através delas o Senhor manifestou o quanto pode ser Generoso e Amoroso comigo. E, por falar em amor...

“Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor, sou como o bronze que soa, ou como o sino retine. E ainda que eu tivesse o dom de profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé, a ponto de transportar montanhas, se não tiver amor, não sou nada” (1 Coríntios 13, 1-2)

É por esse amor que agradeço aos meus pais, desde o sempre; por me apoiarem em minhas decisões, mesmo que com aquele “friozinho na barriga”, por acreditarem em mim e em minhas potencialidades sempre, quando nem mesmo eu o fazia. E, sobretudo, por todo o apoio, especialmente, nestes três últimos anos do doutorado no qual recebi sempre um sorriso para alegrar meus últimos meses em que vivia “em tese” (trancafiada em quatro paredes, só quem está perto pra saber), uma comidinha prontinha, uma casa limpa, também por diversas doses de paciência e muito incentivo; *you vai conseguir!!*

Ao meu irmão, Gregório, que, do seu jeito, me ama, me apóia e me olha com um olhar especial.

À minha orientadora, Roberta, que tanto me ajudou, não medindo esforços para que esse trabalho tivesse um bom resultado, por todas as leituras e releituras, pelos “puxões de orelha” severos, mas merecidos. Agradeço também por todas as lições extras que estão nas entrelinhas, pelo belo exemplo de dedicação e honestidade, pelas perguntas instigantes e as várias oportunidades que me proporcionou. Por contribuir, significativamente, em minha formação também como docente, pois me deixou acompanhar de perto suas aulas na graduação através do estágio docência e, depois, por me instruir a conduzir a disciplina de Semântica no curso de Letras, modalidade a distância, em parceria com a prof. Sandra. Com certeza, levarei para sempre seus ensinamentos.

Seguindo por esses quatro anos, muitas pessoas surgiram no meio do caminho, vou tentar enumerá-las, não em ordem de relevância, mas uma com destaque especial: Eduardo, meu melhor item a ser estudado!! Eis que ele surge no último ano dessa trajetória que me trouxe muitas surpresas, mas ele foi a melhor delas! Obrigada por surgir de mansinho e se estabelecer de forma tão maravilhosa. Obrigada por me consolar nos momentos que mais precisava, por dizer que *falta pouco, já está quase terminando!!* Por me fazer parar por alguns momentos e esquecer que eu tinha uma tese para escrever, coisa difícil, quase impossível!! Obrigada, meu amor! Com ele também vieram seus pais, D. Ana Lúcia e Sr. Osair, que, com um olhar de carinho, me incentivavam bastante nesta reta final.

Em meio a tudo isso, também destaco a outra maravilhosa surpresa que me foi concedida; o estágio doutoral em Paris. Digo surpresa porque nunca me imaginei indo para um país tão distante e eis que, por intermédio da aprovação do projeto da Roberta em parceria com a França, na pessoa da prof. Carmen Dobrovie Sorin (Paris VII Diderot), pude começar a sonhar! Do começo desse sonho até sua realização foi um percurso trabalhoso e muito “suado”, tive que aprender a falar, minimamente, o francês para poder me comunicar por lá e também para acertar 70% da prova de proficiência em francês. Além disso, qualificar o projeto do doutorado em bem menos tempo e trabalhar, concomitantemente, um outro assunto, os nominais nus. Aqui agradeço muito à prof. Suyan Magaly que, com seu jeito doce e animado, me mostrou ainda mais o encanto da língua francesa.

Aproveito para agradecer à Capes e ao povo brasileiro por me financiar os estudos, visto que para fazer tudo isso não seria possível se estivesse trabalhando “fora”. Também pela bolsa Capes-Cofecub, por financiar minha estadia por lá. Valeu demais a pena, foi um período de muito aprendizado intelectual e pessoal. Viver em um outro país e começar tudo do zero é uma experiência que traz conseqüências para o resto da vida. Além disso, observar as pessoas que vivem de uma forma bem diferente da nossa é um aprendizado muito enriquecedor tanto por ajudar a compreender as coisas melhor, quanto por saber valorizar mais a vida que levamos.

Na estadia por lá agradeço muito por conhecer a Marta Donazzan (então, professora da Université Paris VIII), pelas inúmeras conversas sobre minha tese, pela força que me deu por lá e por me apresentar sua

família, em especial, o pequeno e lindo Pierre, um menininho franco-italiano que me alegrou muito com seu jeito amoroso e sorridente.

Agradeço também às professoras Brenda Laca (Université Paris VIII St Denis) pela discussão do meu trabalho sobre nomes nus e à Lucia Tovená (Univ. Paris VII Diderot) por debater questões referentes à tese.

Agradeço aos estrangeiros com quem convivi bem na Cité Univesitaire (onde eu morava), pelas conversas e aprendizado sobre cultura; dentre eles, Faty, Guilherme, Manuel, Regina, Izabel, Malcolm, Linda e Mônica, a brasileira que também morava na casa e foi minha companheira.

No mesmo período, conheci brasileiros maravilhosos por lá que, talvez, aqui não teria conhecido. Pessoas com quem dividíamos nossos comentários sobre uma terra e comportamentos “estranhos” e também por “explorar” juntos um mundo desconhecido. Obrigada, pelo prazer da companhia agradável e carinhosa e pelos nossos inesquecíveis passeios e queijos e vinhos, cito: Elizia, Denise, Dani Barsotti, Dani Anjos, Ana Lúcia, Paula, Ermê, Adriana, Valéria, Luana, Thomaz e Leandro.

O meu muito obrigada também vai:

A minha madrinha que contribuiu por minha formação e por sempre torcer por mim; Ir. Anair. Aos amigos incansáveis de infância, Bruna, Taty, Fran, Nair, Simone... Aos amigos que conheci em Florianópolis e que permanecem com suas presenças alegres, encorajadoras e revigorantes; às da República Democrática Dona Anita (RDDA – pensão onde morei por quase 7 anos, em especial à própria D. Anita): Salete, Doro, Dandara, Du Carmo, Nana e Tati, pelos bons momentos de convivência, incentivo mútuo, muito estudo, filmes, conversas e comidas coletivas. Às que também fizeram parte da RDDA: Nagely por me incentivar a trilhar esse caminho na Linguística. À Morgana, minha querida amiga e afilhada, que tanto me ajudou com a discussão deste objeto de estudo e com a leitura de um capítulo, por ser uma amiga sem fronteiras, também ao Eric, meu afilhado, por ser um amigo especial. À Patricia que me recebeu em Floripa. À Alice e à Christiany que conheci no telemarketing. Ao amigo Hélio. Aos amigos que conheci na Pós: Patricia, Rodrigo, Ani, Mariana, Marquinhos, Chris Schardosim, Chris Souza, Anderson, Karol. Aos amigos também da Pós, do nosso núcleo Neg: Luisandro, Sandra, Jaque, e aos recentes: Denise, Ruan, Meiry,

Lovania, Ana, Diego, pela amizade, pelos cafés no Neg e pelas conversas sobre semântica. À Andrea, minha querida amiga que conheci no trabalho das eleições e que, não por acaso, permanece há anos. Às amigas da faculdade; Vânia, Suéllen, Gisele, Flávia, Elisa, Karol, Lisi e Ana Kelly pelos encontros amigos, com conversas sobre profissão e amizade.

Aos amigos do GOU (Grupo de Oração Universitário do qual participo): Dai, Inessa, Paula, Aliana, Laiane, Arthur, André, Matheus e Daniel, Hérica (e agora Miguelzinho) pela amizade e orações revigorantes na hora em que mais eu precisava. Aos inúmeros outros amigos que conheci no GOU, que já saíram da universidade, mas que permanecem em nossos encontros sempre com alegria e incentivo: Renatão e Adriana, Jaqueline, Mariane, Renatinho e Larissa, Daniel e Herica (e agora o Miguelzinho), Ana Cristina, Tati Maranhão, Karina, Fran, Régis, Géssica, Léo e Halthmann, Marlon, Gis, Vivi, Michele e Luiz, Pollyana. Aos que nesse último ano conviveram mais comigo através das reuniões por Skype e na organização de eventos para o GOU no estado: Camila, André, Roberto, Lydi, Maycon, Vicente, Fran e Roan.

Ao casal de amigos, Rita e Aírton, por sua amizade sincera e confiante na minha pessoa.

A todos os parentes, em especial, à família da tia Juliana e do Mauro que foram força e incentivo hoje e sempre em Floripa (a citar, Gugo, Bárbara, João, Duda e o pequeno João Victor, criança que nos trouxe mais alegria e que não entende porque eu escrevo tanto sobre o pai dele, *o João*).

A todos os professores da Pós-Graduação em Linguística da UFSC que também muito contribuíram com minha formação através das disciplinas, conversas e discussões. Às secretárias que pela pé passaram, destaco a Simone, a Verônica e a Evelise, que continua resolvendo nossas demandas. E à PRPG-UFSC que, prontamente, solucionou tudo de que precisei, em especial, ao funcionário Ricardo.

Aos professores membros da Banca de qualificação: Renato Basso e Marta Donazzan pelas valiosas contribuições. E, também, o meu muito obrigada para as professoras Sandra Quarezemin, Leandra de Oliveira, Izete Lehmkuhl Coelho e Lígia Negri por terem aceito o convite e lerem todo esse trabalho. Em especial ao Roberlei Bertucci por ter aceito o convite e por me ajudar tanto na ida à França, me dando inúmeras dicas

para resolver as burocracias da viagem, além das discussões sobre os nomes nus.

A todos esses e aos que eu esqueci de citar, mas que tiveram sua contribuição em minha vida nestes anos de estudo, meu muito obrigada por compreenderem minha ausência e AINDA assim, continuarem presentes.

“A linguagem e a vida são uma coisa só. Quem não fizer do idioma o espelho de sua personalidade não vive; e como a vida é uma corrente contínua, a linguagem também deve evoluir constantemente. Isso significa que como escritor devo me prestar conta de cada palavra e considerar cada palavra o tempo necessário até ela ser novamente vida. O idioma é a única porta para o infinito, mas infelizmente está oculto sob montanha de cinzas.”

João Guimarães Rosa

RESUMO

Esta tese investiga a contribuição semântica e pragmática do item lexical *ainda* e, por consequência, de sua contraparte negativa, *já não mais*, em português brasileiro. Inicialmente, discutem-se as interpretações que *ainda* pode receber e propõe-se uma classificação. A partir disso, a análise se concentra no *ainda* que disponibiliza a interpretação de continuação, repetição e adição, leituras também geradas pelas formas correlatas de *ainda* em outras línguas: francês, italiano, alemão e inglês. Por isso, trouxemos a discussão dos trabalhos de Donazzan (2011, 2008), Löbner (1989, 1999), Van der Auwera (1993) e Ippolito (2004). Este trabalho mostrou que a presença de *ainda* não interfere no tempo verbal das sentenças, tampouco, no aspecto verbal, mas é licenciado pelo último, por isso a discussão dessas categorias em outras línguas e no português brasileiro. Baseada nela, o trabalho verificou que a leitura de continuação dada pelo *ainda* (a mais recorrente), preferencialmente, é encontrada no aspecto verbal imperfectivo e a leitura de adição, no perfectivo, mas propôs um quadro das interpretações disponíveis nos dois aspectos, mais no futuro. A partir disso, mostrou que o *ainda* (continuativo e repetitivo) faz parte de um sistema de dualidade presente nas línguas, no qual sua contraparte negativa é o *já não mais* e *não...também* a contraparte do *ainda* aditivo. Por isso, propôs uma semântica unificada para esses três usos de *ainda* e seu dual. A tese defendida é que o *ainda*, assim como seu dual, não alteram as condições de verdade da sentença, mas restringem seus contextos de uso porque introduzem uma pressuposição de um evento que está contextualmente relacionado ao evento veiculado pela sentença. Essa proposta, além de dar conta dos usos de *ainda* continuativo e repetitivo, também abarca o aditivo e os casos no futuro, o que as propostas para os correlatos de *ainda* nas outras línguas não fizeram. Além disso, o trabalho propôs que além da contribuição semântica de *ainda* e *já não mais*, eles também veiculam um significado pragmático em forma de implicatura. Assim, sistematicamente, foi mostrado que ao preferir utilizar uma sentença com o *ainda* e com o *já não mais*, o falante tende a não ser breve, violando a máxima de modo de Grice (1975), mas como o falante, supostamente, quer ser cooperativo, ele escolhe a forma com o *ainda* e o *já não mais*, querendo dizer algo a mais. Dessa forma, implica que há no fundo conversacional compartilhado uma expectativa e que, ao proferir a sentença com os itens analisados, ele é atualizado, informando que a situação veiculada pela sentença é contrária à expectativa, logo, gera uma implicatura conversacional generalizada de contra-expectativa.

Palavras-chave: *ainda*, *já não mais*, aspecto verbal gramatical, pressuposição, implicatura.

RÉSUMÉ

Cette thèse étudie la contribution sémantique et pragmatique du item lexical *ainda* ‘encore’ et, en conséquence, sa contrepartie négative, *já não mais* ‘déjà non plus’ en portugais brésilien. Au départ, il y a la discussion sur les interprétations que *ainda* ‘encore’ peut recevoir et il y a une propose de classification. À partir de cette classification, là l'analyse est concentre sur l'*ainda* ‘encore’ qui fournit l'interprétation de la continuation, de la répétition et de l'addition, des lectures aussi dénotées par les correspondantes de *ainda* dans les autres langues: le français, l'italien, l'allemand et l'anglais. Donc, nous avons apporté la discussion sur le travail de Donazzan (2011, 2008), Löbner (1989, 1999), Van der Auwera (1993) et Ippolito (2004). Ce travail a montré que la présence de *ainda* n'interfere pas dans le temps verbale des phrases, même pás dans l'aspect verbale, mais c'est légitimé par ce dernier, donc la discussion développée sur ces catégories dans les autres langues et en portugais brésilien. Sur cette base, l'étude a révélé que l'interpretation de continuation donnée par l'*ainda* (la lecture plus commune) se trouve, preferencialment, dans l'aspect verbale imperfectif, et la lecture d'addition dans le perfectif, mais le travail a proposé un cadre des interprétations disponibles dans les deux aspects et dans le futur aussi. Dans ce cadre, le travail a montré aussi que l'*ainda* (continuatif et répétitif) fait partie d'un système de dualité présente dans les langues dont la contrepartie négative est le *já não mais* ‘déjà non plus’ et *não..também* ‘non..aussi’, qui c'est la contrepartie d'*ainda* additif. En conséquence, ce travail a proposé une sémantique unifiée pour ces trois types d'*ainda* et sa contrepartie. La thèse soutenue est que l'*ainda* et sa contrepartie ne modifie pas les conditions de vérité de la phrase, mais limite leurs contextes d'utilisation, car introduise l'hypothèse d'un événement qui est contextuellement lié à l'événement véhiculé par la phrase. Cette proposition permet de rendre compte des trois types d'*ainda* (le répétitif, le continuatif) et aussi d'*ainda* additif et des cas du futur, ce qui les propositions antérieures pour les autres langues n'est les pas faites. De plus, le travail a proposé qu'*ainda* et le *já não mais* fournissent une contribution sémantique et ils véhiculent aussi un signifié pragmatique, une implicature. Alors,

systematiquement, ce qui a été montré quand une personne a préféré utiliser une phrase avec *l'ainda* et le *já não mais*, elle a la tendance à ne pas être bref, en violation de la Maxime conversationnelle de Manière de Grice (1975), mais comme elle veut être coopératif, elle choisit la phrase avec *l'ainda* et le *já não mais*, car elle veut dire quelque chose de plus. Ainsi, cela implique qu'il y a dans le *background* (fond conversationnel partagé) une expectative et que la personne a choisit une phrase avec les items analysés, elle est mis à jour le *background* indiquant que la situation véhiculée par la phrase est contraire aux prévisions, alors il y a la génération d'une implicature conversationnelle généralisée contre l'expectative.

Mots-clés: encore, déjà non plus, l'aspect verbal grammaticale, présupposition, implicature.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Advérbios aspectuais nas línguas romanas, em latim e hebraico (adptado de TASMOWSKI; REINHEIMER, 2003)	101
Quadro 2 – Dualidade nas línguas	102
Quadro 3 – Esquema da dualidade transposta ao PB	103
Figura 1 – Representação de (04) João correu de moto	64
Figura 2 – Representação de (05) João vai correr demoto	64
Figura 3 - Representação da sentença (09) João vai se formar depois que a Maria chegar	66
Figura 4 – Representação de (11) João se apresentou antes de Maria chegar	67
Figura 5 – Representação da sentença (12) João tinha se apresentado antes de Maria chegar	67
Figura 6 – Representação da sentença (17) Eu estudei	70
Figura 7 – Representação da sentença (18) A Maria se apaixonou no momento em que João estava fazendo a jantar	71
Figura 8 – Representação da sentença (19) Eu estava estudando quando o menino gritou	71
Figura 9 – Representação da sentença (50) João se defende no Tribunal	86
Figura 10 – Representação da sentença (51) João ainda se defende no Tribunal	87
Figura 11 – Representação da sentença (52) João estava se defendendo quando Maria chegou	87
Figura 12 – Representação da sentença(53)João ainda estava se defendendo quando Maria chegou	88
Figura 13 – Representação da sentença (54) João vai estar comendoàs 4h da tarde	88
Figura 14 – Representação da sentença (55) João ainda vai estar comendo às 4h da tarde	89
Figura 15 – Pressuposição de P, presente em (42a) em oposição à parte não hachurada	141
Figura 16 – Os dois cenários que as partículas acionam – aplicada ao ainda	177

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 1 AINDA: SUAS INTERPRETAÇÕES	31
1.1 Uma pequena história da origem – encore, ainda, ancora	32
1.2 Quadro geral das ocorrências com ainda.....	33
1.3 Semântica argumentativa: alguns estudos sobre ainda e seus correspondentes.....	39
1.4 Os usos que iremos discutir	41
1.4.1 Ainda continuativo	42
1.4.1.1 Continuação no francês	43
1.4.1.2 Continuação no italiano.....	44
1.5 Ainda aditivo	46
1.5.1 A leitura aditiva nas outras línguas	47
1.6 Ainda repetitivo.....	49
1.6.1 O caso de encore, no francês – repetição	50
1.6.2 Leitura repetitiva de ancora.....	52
1.6.2.1 Leitura repetitiva de again e de nouveau	53
1.7 Posição do ainda, interfere no significado?	54
1.7.1 Posição do ainda/encore	54
1.8 A questão da expectativa.....	56
1.9 Resumo do capítulo.....	58
CAPÍTULO 2 – ALGUNS ASPECTOS DO SISTEMA TEMPO-ASPECTUAL DO PORTUGUÊSBRASELEIRO E SUAS RELAÇÕES COM O AINDA	61
2.1 Tempo	62
2.2 Aspecto.....	69
2.3 Alguns aspectos do sistema tempo-aspectual do português brasileiro	73
2.3.1 Pretérito perfeito simples e composto	73
2.3.2 Imperfectivo	76
2.4 Ainda: contribuição para o sistema tempo-aspectual do português brasileiro?	79
2.4.1 Aspecto perfectivo.....	81
2.4.1.1 Um pequeno teste empírico.....	83
2.4.2 Imperfectivo	85
2.5 Futuro	90
2.5.1 Interpretações de ainda no futuro	90

2.6 Quadro para o perfectivo, imperfectivo e futuro no PB com ainda – finalizando	95
---	----

CAPÍTULO 3 – O AINDA, A NEGAÇÃO E O JÁ.....99

3.1 Dualidade	100
3.1.1 Dualidade do aditivo	104
3.2 JÁ	106
3.2.1 Usos de já.....	107
3.2.1.1 Usos conjuntivos.....	107
3.2.1.2 Usos tempo-aspectuais – operadores veri-condicionais.....	109
3.2.1.3 Temporais – não veri-condicionais	112
3.2.1.3.1 Posição do já temporal na sentença.....	114
3.3 Já, um item de polaridade positiva?	115
3.3.1 Aspecto verbal	117
3.2 Resumo do capítulo.....	118

CAPÍTULO 4–PARA UMA SEMÂNTICA DO AINDA. QUAL A SUA CONTRIBUIÇÃO?121

4.1 Nem todos pensam que a contribuição de ainda é semântica.....	123
4.1.1 Implicatura convencional	123
4.1.2 Provando que é uma pressuposição: Teste da Família-P	126
4.1.2.1 Acarretamentos	127
4.1.3 Implicaturas convencionais – mito ou realidade?	131
4.1.3.1 O teste do discurso reportado.....	132
4.2 Semântica multidimensional	136
4.3 Pressuposição de noch, no alemão	141
4.4 Pressuposição por Donazzan (2008)	144
4.5 Qual é a pressuposição do ainda?	149
4.5.1 Como se formou a pressuposição de ainda	153
4.6 Uma proposta de análise de ainda continuativo, aditivo e repetitivo... ..	154
4.7 Aplicando a descrição aos três usos de ainda.....	161
4.8 Negação de ainda – já não mais	165
4.8.1 Negação do ainda aditivo – não...também	167
4.9 Resumo do capítulo.....	168

CAPÍTULO 5 - O COMPONENTE PRAGMÁTICO DE AINDA171

5.1 O que é esse conteúdo veiculado pelo ainda?	172
5.2 O que diz a literatura.....	175
5.3 Implicatura conversacional e as Máximas de Grice.....	181
5.3.1 Algumas diferenças entre as implicaturas.....	184

5.3.2 A expectativa e o fundo conversacional compartilha.....	186
5.3.3 Cancelamento da implicatura	188
5.4 A implicatura com os outros usos de ainda.....	190
5.5 A implicatura de contra-expectativa e as máximas de Grice (1975)	192
5.5.1 Máximas da qualidade e da quantidade.....	192
5.5.2 Máxima da Relação.....	195
5.5.3 Máxima de Modo	196
5.6 O já não mais e a implicatura	198
5.6.1 Cancelamento da implicatura - já não mais.....	199
5.6.1.1 Cancelamento da implicatura - <i>Não...também</i>	200
5.6.2 Máxima de Modo e o já não mais	201
5.7 Resumo do capítulo.....	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
REFERÊNCIAS	213
Anexos.....	221

INTRODUÇÃO

Uma questão difícil é entender o significado de um termo, porque se é o caso que cada item tem um significado, é também o caso que esse significado se modifica quando combinado com outros elementos da sentença. Nesta tese, nos propusemos a investigar o *ainda* e suas combinações, procurando entender seu significado ou significados, tendo também em mente sua contraparte *já não mais*. Nossa pesquisa se insere no quadro teórico da semântica formal, como modelo de análise para esses itens. A grande pergunta que deu o pontapé inicial desta tese foi: qual a diferença de significado entre as sentenças abaixo, supondo que haja alguma?

(01) A torneira está aberta.

(02) A torneira ainda está aberta.

Certamente, algo de diferente elas têm, mas o que é? Ambas veiculam que a torneira está aberta. Intuitivamente, à primeira vista, diríamos que em (02) a torneira já estava aberta antes do proferimento. Porém, em (01) pode ser o caso de que a torneira tenha sido imediatamente aberta, no momento do proferimento da sentença. Nessa situação, (02) é impossível. Entender melhor essas diferenças é o objetivo desta tese. Além disso, há entre elas uma diferença com relação à expectativa do falante, com (02) o falante veicula que era esperado que a torneira já estivesse fechada. Percebemos também que há uma diferença de aceitabilidade entre:

(02) A torneira ainda está aberta.

(03) #¹ A torneira ainda esteve aberta.

¹ Vamos utilizar o símbolo “#” para informar que a sentença não chega a ser agramatical, mas é estranha, são os casos em que as sentenças são marcadas, contextualmente. Há quem diga que todas as sentenças são marcadas, contextualmente, mas é consenso na literatura que o conceito de “marcação contextual” é aquele em que as sentenças ditas marcadas precisam de um contexto específico, particular, para ocorrerem. Como é o caso em (03) # A torneira ainda esteve aberta. Veja que dita como está, é difícil interpretá-la, ao contrário de (04) A torneira ainda estava aberta, cuja interpretação é rapidamente acessada. É evidente que se colocarmos algum adjunto em (03), ela torna-se natural, tal como (04), a notar *A torneira ainda esteve aberta por mais alguns minutos, depois do alerta* (esse é o caso da localização do momento de

O que difere também da sentença abaixo:

(04) A torneira ainda estava aberta.

Por isso, no capítulo dois, trouxemos a fundamentação teórica sobre tempo e aspecto para descobrir o que os estudos dizem sobre a contribuição do tempo e do aspecto para a combinação com o *ainda*. Note que o problema parece ser o perfectivo em (03). Investigamos, então, a contribuição do tempo e do aspecto, para depois descobrir qual o acréscimo de *ainda*. Antes, contudo, no capítulo um, mostramos que ele apresenta usos diferentes: conjuntivo, temporal aliado aos advérbios, discursivo-textual, continuativo, aditivo e repetitivo. Selecionamos os três últimos na tentativa de atribuir um significado comum de onde pudéssemos derivar suas interpretações diferentes e vamos defender, ao longo da tese, que eles possuem uma semântica única e propriedades pragmáticas comuns.

Inicialmente, apresentamos como se dão esses três usos no francês e no italiano, com os estudos de Donazzan (2011, 2008), e concluímos que sua distribuição em comparação ao português brasileiro (doravante PB) não é tão diferente, exceto pela oposição que o item ocupa na sentença e com relação à leitura de repetição que não é muito comum no PB.

Com a análise concentrada no uso continuativo, aditivo e repetitivo, partimos em busca de responder às primeiras perguntas dessa introdução, qual é o papel do *ainda* e qual é o papel do tempo e aspecto? Precisávamos entender o que cada um faz, pois vimos, através dos exemplos acima, que o *ainda* e o tempo e aspecto parecem se relacionam e um parece influenciar no outro.

Mas, como veremos, a referência temporal não é nem um elemento que restringe as interpretações de *ainda*, nem um elemento que direcione a uma das interpretações. O que, certamente, influencia nas diferenças de sentido é o aspecto verbal, a notar pela comparação entre (02) e (03) e entre (03) e (04), nas quais a contribuição semântica do aspecto está relacionada à maneira como o evento ou o estado é apresentado; como veremos, o aspecto interfere tanto no licenciamento, quanto na interpretação do *ainda*. Vamos mostrar que no perfectivo,

referência, que será explorado mais à frente). Contudo, queremos analisar (03) e (04) sem adjuntos e, dessa forma, já disse Ilari (1984) que a sentença é marcada contextualmente.

uma sentença como (03) é marcada se considerada sem outros elementos do contexto, ao passo que a mesma sentença, no imperfectivo, não precisa de suporte de um contexto em particular, a exemplo de (02) e (04).

Solucionamos essa questão propondo que a leitura de continuação do *ainda* se combina bem com o aspecto imperfectivo, no qual a finalização do evento está aberta, ao contrário do que acontece no perfectivo, no qual o evento está finalizado, forçando, assim, uma outra leitura, a da adição, que é contextualmente dependente – em outros termos, ela exige um contexto particular para ser interpretada. Mostramos também que (03) pode ter uma leitura de repetição em certos contextos. Para finalizar, apresentamos um quadro do *ainda* e suas leituras em interação com o aspecto gramatical.

No intuito de cumprir o grande objetivo desta tese, que é o de apresentar uma semântica para o *ainda* (continuativo, repetitivo e aditivo) e também sua pragmática, foi necessário, igualmente, analisar sua interação com a negação. Foi nesse momento que nos deparamos com o sistema da dualidade, proposto para outras línguas. Esse sistema incluiu o item *já*, que também já fora citado por Ilari (1984), como par do *ainda*, no PB. Mostramos, então, que a negação do *ainda* (continuativo e repetitivo) é o *já não mais* e que o par negativo do *ainda* aditivo é o *não...mais*. Nesse momento, nosso objetivo se ampliou, abarcando também o desejo de descobrir qual era a semântica e a pragmática também do *já não mais* e do *não...mais*. Por isso, no terceiro capítulo, mostramos não só a interação de *ainda* e *já não mais* (sua negação), mas também alguns usos de *já*. Nesse percurso, apontamos que, além do uso conjuntivo de *já*, há dois *já*s, ambos temporais: o que influencia nas condições de verdade da sentença (veri-condicional) e o que não influencia (não veri-condicional). Mediante análise de cada um deles, nossa previsão era a de que o *já* não veri-condicional se assemelhava mais com o comportamento de “nossos” *ainda*'s analisados. Não pudemos, no entanto, elaborar uma proposta semântico-pragmática para ele e deixamos esse objetivo para um trabalho postei

No capítulo 4, desenvolvemos uma proposta para o *ainuu*. Iniciamos o capítulo mostrando que a hipótese de Grice (1975) de que itens como o *still* (*ainda*) são implicaturas convencionais não se sustenta. Propusemos, então interpretar, a proposta de semântica multidimensional de Bach (1999) como uma pressuposição.

A ideia de que o *ainda* veicula uma pressuposição não é novidade para os seus correspondentes em outras línguas, uma vez que Löbner (1989,1999), Donazzan (2011, 2008), dentre outros, já

defenderam essa ideia. No PB, autores como Ducrot (1981) e Koch (1984) também já fizeram essa afirmação. No entanto, no capítulo quatro, apresentamos a nossa proposta que é diferente no que diz respeito ao conteúdo pressuposicional das demais feitas para as outras línguas e para o PB. Para entendermos o que cada um defende, trouxemos a proposta de pressuposição de Lobner (1989, 1999) para o *noch*, (no alemão), que se baseia em um momento, anterior ao t_e , que é o momento de referência, mas, que não dá conta, principalmente, do uso aditivo e das ocorrências do *ainda* no futuro.

A proposta de Donazzan (2011, 2008), também apresentada no capítulo 4, se aplica, parcialmente, aos dados do PB, uma vez que a pressuposição é de eventualidades e não só baseada no tempo. Contudo, também não dá conta do uso aditivo e das ocorrências no tempo futuro, com a interpretação que não houve ainda um evento, como em *Eu ainda vou sair com ele*. Mesmo assim, nossa proposta está mais baseada na sua por se fundamentar nas eventualidades, como veremos no capítulo 4.

Finalizando a primeira parte do objetivo, que era o de encontrar aspectos semânticos comuns aos três usos de *ainda*, defendemos que ele introduz uma pressuposição, e, portanto, serve para restringir os contextos de uso. Ele só vai fazer sentido, isto é, veicular uma proposição, se sua pressuposição for preenchida. Por isso, propomos que ele só pode ser usado se houver um outro evento, idêntico ou não ao evento veiculado pela sentença, ao qual ele está contextualmente vinculado e que faz parte do fundo conversacional compartilhado. Por exemplo:

(05) João ainda está jantando.

Só pode ser avaliada como verdadeira ou falsa, se houver um evento de João jantar, contextualmente, vinculado ao evento de João () jantando. A relação contextual, nesse caso, é de subevento, há pelo menos um subevento de João estar jantando, relacionado ao evento de jantar, pressuposto pela sentença. Por fim, mostramos que essa proposta também se aplica ao dual do *ainda* continuativo e repetitivo, o *já não mais* e também para o dual do *ainda* aditivo, o *não...também*.

Cumprida a primeira parte do objetivo principal relacionada ao *ainda*, passamos à segunda parte, a sua pragmática, no capítulo 5. É recorrente, ao perguntarmos para os falantes qual a interpretação de uma sentença com *ainda*, eles responderem com o que julgamos ser uma implicatura gerada pelo item. Por exemplo:

(06) Maria ainda está estudando para prova.

Ao serem interrogados com relação à interpretação dessa sentença, os falantes respondem dizendo que não era para Maria estar mais estudando para prova. Parecia haver sempre um elemento de contrariedade. Em vista disso, em Gritti (2008), pensávamos que o *ainda* gerava uma contra-expectativa. Mas, como esse não era o objetivo daquele trabalho, não desenvolvemos essa ideia. Martelotta (1996) também já havia afirmado isso para um grupo de *ainda* – o marcador de contra-expectativa. Contudo, como veremos, no capítulo 5, vamos explicar essa questão através de uma teoria pragmática.

Por isso, depois de apresentar o que a literatura propõe para esse conteúdo relacionado à expectativa (LOBNER, 1989, 1999; VAN DER AUWERA, 1993; MARTELOTTA, 1996; SILVEIRA, 2008), apresentamos a teoria do Princípio Cooperativo de Grice (1975) e suas Máximas e supermáximas para explicar como se dá a conversação.

Elencamos, brevemente, quais são elas e mostramos alguns exemplos de implicaturas que são formadas a partir da violação de algumas máximas. Apresentamos, também, a subdivisão que o autor faz entre as implicaturas generalizadas (que geram a mesma implicatura sempre) e as particularizadas (que dependem de contextos específicos). A partir daí, mostramos quais os elementos que estão envolvidos no conhecimento do falante para que ele deduza uma implicatura e, com isso, mostramos que o conteúdo relacionado à expectativa contém alguns desses elementos.

Assim, nossa proposta é de que o *ainda* gera sempre, com todos os usos, uma implicatura de contra-expectativa. Trata-se, portanto, de uma implicatura conversacional generalizada. Em sentenças com *ainda*, há sempre uma expectativa, presente no fundo conversacional compartilhado e o *ainda* informa que a situação veiculada pela sentença não está dentro dessa expectativa. O ouvinte, mesmo não conhecendo esse fundo conversacional compartilhado, supõe que ele exista, pois, intuitivamente, conhece a expectativa.

A partir dessa descrição, mostramos que, sendo uma implicatura conversacional, possui as características principais da cancelabilidade e da não-separabilidade. Em seguida, mostramos como se deduz essa implicatura através do cálculo proposto por Grice (1975) e analisamos todas as quatro máximas para investigar com qual delas o *ainda* se relaciona para a formação da implicatura. Ao final, descartando todas as outras hipóteses, mostramos que o falante, ao utilizar o *ainda*, viola a Máxima de Modo para formar a implicatura de contra-expectativa.

Por fim, mostramos que a mesma proposta serviu para o comportamento do *já não mais*, contudo não serviu para o *não...mais*, dual do *ainda* aditivo porque essa expressão parece não gerar implicatura

CAPÍTULO 1 *AINDA*: SUAS INTERPRETAÇÕES

Neste primeiro capítulo, apresentamos um pequeno estudo sobre a origem do termo *ainda* e um quadro geral sobre as ocorrências, dividindo-as em usos conjuntivo, temporal aliado aos advérbios, discursivo-textual, continuativo, aditivo e repetitivo, para então, podermos delimitar o nosso objeto de estudo nos três últimos.

Depois disso, apresentamos brevemente alguns estudos sobre o *ainda* encontrados na literatura. O único dentro do quadro da semântica formal é o de Gritti (2008) que trabalha somente o uso considerado temporal pela autora. Na linha funcionalista, há os trabalhos de Martelotta (1996) que divide os *ainda* em três grupos: inclusivo, marcador de contra-expectativa e intensificador de advérbio. Há também o de Longhin-Thomazi (2005), cuja análise contemplou a classificação de dois grupos para o *ainda*: temporal e argumentativo. Dentro do grande grupo dos argumentativos, a autora separa três usos: inclusivo, intensificador e concessivo.

Feito um mapeamento dos usos, apresentamos os estudos elaborados dentro do quadro da semântica argumentativa, de Ducrot (1984) e Vogt (1980), e do funcionalismo, de Koch (1984) e da Costa (2008). Veremos que elas apresentam diferenças de análises para cada um dos usos e, apontamos que um dos nossos objetivos, neste trabalho, é encontrar pontos em comum que dêem conta da maior parte dos usos, principalmente dos que serão analisados neste trabalho: aditivo, repetitivo e continuativo.

Ao contrário do que ocorre no Português Brasileiro, para os correspondentes de *ainda* em outras línguas, há bastante literatura (LÖBNER, 1989, 1999; VAN DER AUWERA, 1993; IPPOLITO, 2004; KRIFKA, 2000). Dentre eles, apresentamos, neste capítulo, uma primeira apreciação da proposta de Donazzan (2011, 2008) que trabalha os advérbios *encore* (francês) e *ancora* (italiano), com os usos continuativo e incremental (que engloba a leitura de repetição e continuação), uma leitura que será explicitada também neste capítulo. Retornaremos à análise dessa autora no capítulo sobre a semântica do *ainda*. A partir daí, já fazemos uma pequena discussão com o intuito de investigar se essas leituras também estão presentes no PB e se alguns aspectos de sua análise podem ser transpostos a ele. Mostramos que a continuação e a repetição, com algumas especificações também estão disponíveis para o *ainda* e que a sua novidade é apresentar a leitura de adição, que é gerada no italiano e francês por outros itens.

Além disso, fizemos uma rápida menção de que em todos os usos de *ainda* há um sentido relacionado a uma expectativa contrária. No capítulo

cinco, mostraremos que se trata de uma implicatura e, portanto, uma questão pragmática.

1.1 Uma pequena história da origem – *encore, ainda, ancora...*

Segundo estudos de Tasmowski e Reinheimer (2003) para o *encore, ancora, aún*, em consonância com Martelotta (1996, p. 215) para o *ainda*, todos esses advérbios possuem uma origem dêitica. Martelotta defende que o *ainda*, de origem espacial no latim, passa a expressar uma noção temporal e, em seguida, torna-se um operador argumentativo por gramaticalização via pressão da informatividade temporal, perfazendo o seguinte percurso histórico:

Este advérbio dêitico latino *inde*, de valor espacial e temporal gera, no português arcaico, as formas de *ende* e *ainda* (ou *inda*). A forma *ende* (proveniente do uso espacial de *inde*), que se manifesta basicamente como anafórico de base espacial, gera o *ende* equivalente a *sobre* e *isso* e o *ende* conclusivo (*por ende*), que por sua vez gramaticaliza em *porém* com valor adversativo. (MARTELOTTA, 1996, p. 219)

Hoje em dia (e desde a Idade Média) os falantes não conseguem mais imaginar essa origem espacial do termo, configurando-o como um dêitico, porque o processo de gramaticalização parece já estar sedimentado. As crianças, ao aprenderem português, não recuperam mais esse sentido dêitico. O exemplo de Magne (1944, III, 183 *apud* MARTELOTTA, 1996, p. 116) representa bem esse uso²:

(01) Vós me meteste tam gram pesar no coração, que jamais mom sairá *ende*.

Ende seria o cognato de *ainda* e segundo o mesmo autor é o advérbio latino *inde*, que indica lugar, daí, daqui. No exemplo acima, o termo *ende* faz uma anáfora ao termo mencionado anteriormente *coração*. Mas, o termo pode

² Martelotta (1996) utilizou como *corpus*, entrevistas concedidas ao projeto “Discurso & Gramática” para análise do português atual e “A demanda do Santo Graal”, retirado de Magne (1944), “O Boosco deleitoso”, de Magne (1950) e “Crestomatia Arcaica”, de Nunes (1943) para o português arcaico, mas não informou a data desses dados do português arcaico.

também significar *a respeito disso* e *por isso*, e com o último significado ele também pode vir acompanhado de *por*, constituindo o *por ende* (ou *porende*), gerando a forma *porém* com valor adversativo. Veja que esse uso de *ainda* no português atual simplesmente não existe.

Também sobre a origem do *ainda*, Longhin-Thomazi (2005, p. 1363) descreve a sucessão da combinação dos vocábulos até se chegar ao que temos hoje:

[...] é produto da combinação de vocábulos latinos: *ad* + *inde* > *ainde* > *ainda*, em que *inde* sinalizava tanto espaço (*de la, daquele lugar*) como também tempo (*a partir de*) [...]

O espanhol *aún* derivou do latino *hunc* e o *encore*, no francês, por sua vez, juntamente com o *ancora*, no italiano, derivam, provavelmente, segundo Tasmowski & Reinheimer, do substantivo *heure* com o demonstrativo *hic* (de acordo com o acusativo de duração *hanc haram*), seja o dêitico *hinc - hinc hac hora* – (ROHLFS, 1969).

Ancora seria, segundo Rohlfs (1969, p. 270), um empréstimo do francês, no passado, porém o conceito temporal veiculado hoje por *ancora* vem de uma forma derivada do latim *umquam* ou pelo advérbio *mai*, o mesmo advérbio latino *umquam* parece ser originário do romano *încã*.

Assim, por *encore* e *ancora* apresentarem uma origem comum – a base temporal (diferentemente do *ainda*, cuja base é espacial) - investigaremos neste capítulo se, atualmente, no século XXI, eles apresentam interpretações comuns também. Tentaremos mostrar suas diferenças e semelhanças.

1.2 Quadro geral das ocorrências com *ainda*

Ainda, que, segundo a tradição gramatical, possui uma função acessória, circunstancial para as gramáticas tradicionais³ e, na maioria das vezes é só visto como um advérbio temporal, não apresenta somente interpretação temporal e talvez classificá-lo como um advérbio temporal não seja preciso dentro do quadro da semântica atual, em que tempo define apenas o momento do evento em relação ao momento de fala. De qualquer modo, dar, pois, esse rótulo ao item não esgota sua semântica. Já dizia

³ Cunha (1971), Celso Cunha & Lindley Cintra (1985), Rocha Lima (1972), Terra (2002).

Martelotta (1996) que o termo poderia ser classificado em três grupos, nas palavras do próprio autor: *ainda* marcador de contra-expectativa, *ainda* inclusivo, *ainda* intensificando advérbio, exemplificados respectivamente:

(02) A onda agora é usar celular, mas eu *ainda* guardo o meu telefone fixo de recordação. – marcador de contra-expectativa.

(03) Você viu todas as blusas da loja, mas *ainda* temos uma outra mais moderna que você ainda não viu. – inclusivo.

(04) Isso foi ótimo para o seu currículo. *Ainda* bem, não é? – intensificando advérbio.

Os nomes classificatórios de cada grupo tentam retratar a função de seus membros. Em (02) são aqueles que marcam uma expectativa contrária à veiculada pela sentença, em (03), o termo acrescenta algo, ou uma situação e em (04) são os casos em que *ainda* está acompanhado de outro advérbio de qualquer natureza.

Outra autora, de cunho funcionalista, que separou algumas classes de *ainda*, é Longhin-Thomazi (2005) que, com dados do português arcaico, separa o *ainda* em dois grandes grupos: o dos temporais e o dos argumentativos. Como temporais seguem os exemplos:

(05) João ainda come laranjas. – temporal continuativo.

(06) João ainda morrerá de tanto comer. – temporal marcando o futuro⁴.

Dentro do grupo dos argumentativos, a autora separa o *ainda* em três usos: inclusivo, intensificador e concessivo, respectivamente:

(07) João fez a palestra e ainda, quis dar um curso depois.

(08) João é professor e é ainda mais do que isso, é orientador.

(09) João está a cavalo e eu a pé e ainda queres a mudança?

Contudo, os três usos mostrados acima podem ser facilmente substituídos por *mesmo assim*, *ainda por cima* o que se parece com o *ainda* aditivo, mostrado mais à frente. Para verificar se as classificações acima abarcam todos os usos, procuramos realizar um levantamento de dados utilizando

⁴ Essa é a nomenclatura utilizada pela autora, embora pensemos que, nesses casos, quem marca o futuro é a própria flexão verbal.

outras fontes. Com base nos dados do NURC⁵, onde foram encontradas 104 ocorrências, distribuídas em 12 entrevistas retiradas das cinco cidades envolvidas no Projeto e divididas em inquéritos contendo diálogo entre dois informantes, entre o documentador e o informante e elocuições formais, chegamos em Gritti (2008) a três grandes classes – o temporal, o discursivo⁶ e o conjuntivo. O índice de maior uso foi o do *ainda* com interpretação temporal, totalizando 73% das ocorrências; o uso aditivo totalizou 13,4% e o conjuntivo 1,9%, exemplificados abaixo:

(10) João ainda brinca de carrinho. - **temporal**

(11) João faz todas as tarefas e ainda brinca de carrinho todas as manhãs. – **discursivo**

(12) Ainda que ele brinque de carrinho, não afetará seus estudos, pois faz todas as tarefas. – **conjuntivo**

(13) Vale ressaltar, ainda, a importância do leite materno. – Discursivo.

(14) João ainda está comendo. – **temporal**

Essas cinco sentenças apresentam usos distintos do *ainda*. As sentenças (10) e (14) tratam do *ainda* temporal. Em (10), ou o hábito (dado, semanticamente, pelo aspecto) ou os eventos de brincar se estendem para além de um ponto no tempo, o momento de fala. Nesse caso, o *ainda* diz que esse hábito ou essa repetição de eventos continua, com inferência de inesperado. Em (14) o evento de comer se estende na linha do tempo sem interrupção, sendo um evento continuativo, que inclui o momento de fala, o que é veiculado pelo aspecto verbal e o que é “tarefa”, especificamente, do *ainda* será explicado detalhadamente no próximo capítulo. A sentença (11) é uma sentença ambígua, sendo que a primeira interpretação é a discursiva,

⁵ Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Oral Culta com o objetivo de documentar e descrever o uso urbano do português falado no Brasil contém dados em gravações de falantes de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Os informantes desse projeto são de ambos os sexos, nascidos na cidade, com escolaridade universitária, distribuídos por três faixas etárias; de 25 a 35 anos, 36 a 55 anos e 56 anos.

⁶ Os termos ‘temporal’ e ‘discursivo’ foram utilizados por Gritti (2008) para fazer uma separação dos usos de *ainda*, assim, toda vez que citarmos esse trabalho, utilizaremos essa nomenclatura. No entanto, nesta tese, para os mesmos usos, utilizamos os termos ‘continuativo’ e ‘aditivo’ por julgar mais adequado, em vista do papel que assumem e o que veiculam. No decorrer do trabalho haverá explicações detalhadas acerca dessa nomenclatura.

significando *ainda por cima* ou *além disso*, trata-se do *ainda* discursivo. Já a segunda leitura apresenta uma leitura temporal, no sentido de que é um hábito de João brincar de carrinho e fazer todas as tarefas e esse hábito continua. Há, pois, nesses casos, um “quê” de continuação, eis os primeiros indícios da mudança de nome do uso de temporal (denominado em Gritti, 2008, para continuativo neste trabalho). A (12) é conjuntiva, porém não representa a mesa conjunção de (09). A sentença (13) se parece com o uso de (11) uma vez que adiciona algo numa lista, mas ele é mais utilizado para conectar um texto. Esses foram os usos descritos na pesquisa feita com os dados do NURC, mas sabemos que fora esses, no PB, temos mais interpretações produzidas por *ainda*. É o caso de *ainda* + advérbio, o qual parece se encaixar na classe dos temporais, conforme segue:

(15) Ainda bem que nos encontramos.

Trata-se da expressão (*ainda* + *bem*), exprimindo contentamento, *que bom*, é, pois, exemplo de uma expressão idiomática, pois não é possível desmembrá-la. O sentido só é completo com a união dos termos, pois o *ainda* sozinho não forma *que bom* e vice-versa. Ele poderia ser colocado no grupo dos intensificadores de advérbio, como fez Martelotta (1996), porém, se compararmos *ainda bem* e *ainda ontem* percebemos que não se trata de um mesmo uso, porque não veiculam o mesmo significado, conforme o exemplo seguinte:

(16) Ainda ontem falamos de você.

Esse uso faz parte da terceira classe descrita por Martelotta. Trata-se dos intensificadores de advérbios, como representado em (04). Contudo, foi mostrado em Gritti (2008) que, além de fazer uma referência ao tempo, porta a idéia de um encontro muito recente inesperado, o que o incluiria, também, no primeiro grupo de Martelotta – marcador de contra-expectativa – exemplificado em (02)⁷.

Na sentença (12) o *ainda* pode ser parafraseado por *mesmo* e parece ser próximo de uma conjunção concessiva, não apresentando interpretação temporal. Esse uso denominado conjuntivo do *ainda* não é propriedade exclusiva dele.

⁷ O mesmo acontece com o *já*, que faz parte do sistema de oposição de *ainda* e será mostrado no capítulo três. A exemplificar: *já ontem falamos de vc; já hoje eu falei com a Maria*, etc...

Segundo Donazzan (2008, p. 110), em grande parte das línguas, os advérbios repetitivos como *ancora* (italiano), *encore* (francês), *hái* (chinês mandarim), dentre outros correspondentes do *ainda* no português, permitem leituras concessivas, servindo como conector, principalmente do tipo concessivo ou adversativo. E, há também leituras aditivas, o que, igualmente, fora encontrado no PB, com o *ainda*, a exemplo de (11).

A exemplo desses dois usos está o *encore*, dado do francês, que pode ser empregado como conector do discurso ou conjunção aditiva a exemplo de (17a) ou constituir-se como um conector concessivo (*encore que*) (17b).

(17) a. Aussi, ceux qui tiennent vraiment à transmettre cet héritage à leurs enfants ne seront pas démunis. Plus encore, cette nouvelle situation offre aux paroisses l'occasion de se redynamiser.

Além disso, aqueles que querem verdadeiramente transmitir esta herança aos seus filhos não estarão em desvantagem. Mais ainda, essa nova situação oferece aos pais uma oportunidade para se redinamizar.

b. Ce propos, encore qu'il soit dit un peu trop crûment et témérairement, pourrait sembler véritable.

A respeito disso, mesmo que ele seja dito um pouco diretamente (sem rodeios) e de forma imprudente, poderia parecer verdade.

Essas leituras também são encontradas nos dados do PB, a primeira, que é considerada aditiva para o francês, é parecida ao uso (11), utilizado como conector em discurso escrito, além do quê é, segundo informantes nativos, muito pouco usado como aditivo. No francês, para a leitura de *ainda* por cima são utilizados o *aussi/même* que serão melhor explorados no na seção 1.5.1, na qual faremos uma comparação com o PB. O mesmo acontece com o *já*, que faz parte do sistema de oposição de *ainda* e será mostrado no capítulo três. A exemplificar: *já ontem falamos de vc; já hoje eu falei com a Maria*, etc...

Donazzan (2008) chamou de advérbios repetitivos, aqueles pertencentes a uma determinada classe homogênea que possuem a propriedade comum de contribuir ao sentido da asserção com um conteúdo pressuposicional, veiculando, assim, a informação de que o estado de coisas descritos pela sentença assertiva é verificada também em um momento precedente do qual se fala. A autora inclui *again* (inglês), *wieder* (alemão), *encore* (francês), *ancora* (italiano), *mai* (romeno) na referida classe.

Há ainda um outro tipo de *ainda* que também está localizado perto de um advérbio e, no entanto, possui significado diferente de *ainda bem* e *ainda ontem*, eis o exemplo de Ducrot (1984, p. 47) - análise feita para o francês, transposta ao PB⁸:

(18) Pierre est encore plus grand que Paul.
Pedro é ainda maior que Paulo.

Ducrot (1984, p. 47) diz que *encore*, nesse caso, introduz a seguinte ideia: Paulo é grande. Assim sendo, *encore* não pode, ao menos numa primeira versão, ser tratado da mesma forma que os demais que estão contíguos a outros advérbios.

Uma outra interpretação veiculada por *ainda* e que não foi encontrada nos dados do NURC (cf GRITTI, 2008), mas que a nossa intuição nos diz que existe, foi a da repetição. O fato de não termos encontrado no NURC é uma evidência de que ela não é muito comum no PB. Mas, é uma interpretação muito encontrada em línguas como italiano e francês, conforme os exemplos:

(19) A Noel, Jean était encore allé à Paris.
No natal, Jean tinha ido ainda (de novo) à Paris.

Com essa mesma construção do francês, no PB, não utilizamos *ainda* com o sentido de repetição, de mais uma vez. Contudo, em outras construções, é mais visível essa leitura de repetição, conforme vamos ver no decorrer do capítulo.

Diante de toda essa variedade de usos, nesta tese, focalizaremos nossa atenção nas duas interpretações mais comuns disponíveis para o *ainda* na afirmativa: a da continuação e a da adição, assim como na interpretação da repetição presente no francês e em algumas outras línguas, como alemão, inglês e italiano, pois faremos algumas comparações com elas, à luz de explicações dadas por Donazzan (2008). Antes, contudo, apresentaremos o que os estudos da semântica argumentativa dizem a respeito do *ainda* e seus correspondentes.

⁸ Ducrot (1984) faz uma análise do *est encore*, que é transposta ao PB, sem nenhuma nota, contudo, na apresentação do livro traduzido para o PB dizia que o próprio Ducrot revisou a tradução, então, parece que eles se equivalem nesse exemplo e nos próximos que virão nesta tese.

1.3 Semântica argumentativa: alguns estudos sobre *ainda* e seus correspondentes

Ducrot (1981, p. 199-200), que desenvolveu cálculos lógicos, dentro da semântica argumentativa, utiliza o termo temporal para descrever o equivalente de *ainda* no francês. O autor afirma que o termo em sua acepção temporal, pode ser iterativo ou continuativo, conforme seus exemplos:

(20) Pedro ainda virá amanhã. (*ainda* marca a repetição de um acontecimento)

(21) Eu ainda estou cansado da minha viagem. (*ainda* marca a persistência de um estado)

Contudo, (20) embora apresente leitura de repetição, ela pode apresentar também uma leitura de adição. Imagine quando alguém morre e a família espera os parentes para o enterro; (20) poderia ser usada para adicionar o Pedro à lista daqueles que vieram ou vão vir⁹. O autor afirma que há um implícito em (21), é a de que esse cansaço irá desaparecer. Nós vamos argumentar que esse conteúdo de algo não esperado, seria o fato de que não era para ele estar mais cansado e isso, para nós, também é um implícito, uma implicatura, mas, como podemos ver, o conteúdo difere um pouco.

Além dessa acepção do item, Da Costa (2008) trouxe outros estudos dentro dessa teoria ducrotiana da argumentação na língua; dentre outros, o de Vogt (1980) que igualmente à Da Costa e Ducrot, afirma que o locutor, ao utilizar o *ainda*, imprime uma marca de apreciação. Em sua hipótese argumentativa o autor afirma que o *ainda*, em estruturas de comparação, imediatamente, junto a um advérbio, como em *ainda mais alto*, representa uma apropriação de excesso. Da Costa dá um tratamento a esses casos através de escalas, com as quais explica um caso:

(22) Lula está ainda mais forte.

Posto: Lula está forte.

Pressuposto: Lula estava forte.

⁹ Agradeço aqui essa contribuição do prof. Dr. Roberlei Bertucci, fornecida em ocasião do ato da defesa da tese.

Nos pontos da escala, “estar forte” ocupa o ponto mais baixo da escala e “estar mais forte” ocupa o topo da escala. Contudo, com a retirada de *ainda*, a pressuposição se mantém, veja: *Lula está mais forte*. Isso leva a autora a pensar, com Vogt (1980), que a pressuposição é dada pelo *mais* e o *ainda* representa o excesso. Não é objetivo deste trabalho analisar o *ainda* aliado a advérbios, mas, intuitivamente, parece que nesse caso o *ainda* contribui pragmáticamente, com a contra-expectativa, Lula era forte e não era esperado que ele estivesse mais forte, contrariando o que a sentença veicula, semanticamente, mas isso deve ser melhor desenvolvido por trabalhos futuros.

Fora esse sentido, além de Vogt (1980), como foi dito, tanto Ducrot (1984), quanto Da Costa (2008) afirmam que ao utilizar o *ainda*, o locutor dá um juízo de valor ao proferimento. Da Costa argumenta a esse favor através de textos, dentre os quais, um que trata do presidente Lula e o fato de que Lula ainda não desceu do palanque, mesmo essa sentença sendo dita depois da época das eleições. A autora afirma que o fato de ele ter estado no palanque antes do proferimento da sentença e de ele ter continuado no palanque, visto que ele deveria já ter descido, é um julgamento de valor feito por parte do locutor, sendo assim, uma marca de subjetividade. É possível, segundo a autora, que esses fenômenos sejam utilizados como um efeito de sentido pretendido pelo locutor para atingir um contexto de discurso bem maior, esse é um ponto de vista. Na linha discursiva, é uma possibilidade, seria o valor da predicação e do intensificador. Porém, na nossa análise, propomos que nessa sentença, Lula era forte e que essa força continuou, não se trata de um julgamento do locutor, é semântico. O julgamento do falante é a implicatura pragmática que também veremos.

A outra questão levantada por Da Costa (2008) é a “e de ele ter continuado no palanque, visto que ele deveria já ter descido” cujo conteúdo é o julgamento de valor feito por parte do locutor. Nessa questão, nossa análise se aproxima, pois defendemos que isso é pragmático, mas, ao mesmo tempo, se afasta porque defendemos que essa espécie de julgamento é comum a todos os usos de *ainda*, ao contrário do que a autora defende; que ele é dependente do contexto. Isso será trabalhado, detalhadamente, no capítulo cinco e haverá uma breve explanação na seção 1.8.

No mesmo sentido, Koch (1984) considera o *ainda* como um operador argumentativo, sendo uma marca linguística da enunciação que serve para orientação dos enunciados. A autora faz uma rápida alusão ao *ainda* incluindo-o na classe dos temporais ou dos não-temporais, sendo um marcador de excesso, como demonstrado acima. Ela aponta, também, que ele, além de ser um portador de pressupostos, é um introdutor de mais um

argumento a favor de determinada conclusão e para isso fornece exemplos com:

(23) Convém frisar ainda que...

No exemplo, o *ainda* estaria no lugar de um *também*, substituição muito utilizada nos textos escritos. Nesse caso, já foram mencionados outros argumentos e o *ainda* introduz mais um. E, se não fossem mencionados outros argumentos no contexto? Ele, mesmo assim, acrescentaria mais um argumento? Essa questão não foi levantada por Koch (1984) e essa é uma questão que trabalhamos. Vamos propor que o *ainda* aditivo irá sempre acrescentar um evento, mesmo quando não é dado no contexto da sentença, nesse caso, são eventos pressupostos.

Como vimos, os autores divergem quanto à descrição da contribuição do *ainda*, enquanto Ducrot (1981) e Koch (1984) afirmam que há uma pressuposição relacionada à expectativa, Da Costa (2008), em sua análise para o *ainda mais*, coloca como pressuposto um estado anterior ao veiculado pela sentença, como é o caso do exemplo do presidente Lula, ou seja, o conteúdo da pressuposição de *ainda* não é o mesmo, o que é um problema. Nós iremos mostrar que dos três usos analisados de *ainda* (continuativo, aditivo e repetitivo) o conteúdo da pressuposição é o mesmo e isso será mostrado no capítulo 4.

Outra questão levantada pelos autores é a do juízo de valor ao proferimento, mas não mencionam se é sempre que ele acontece, se é com todos os usos. Nós vamos defender que esse “juízo de valor” está relacionado com a contra-expectativa que é gerada no fundo conversacional compartilhado e isso acontece sempre, com todos os usos de *ainda*. O que se vê é que o *ainda*, em um contexto, marca um juízo de valor, em outro, gera escalas, em outro é um marcador de excesso. Nós, por outro lado, queremos propor uma contribuição única do *ainda* para, pelo menos, os três usos analisados (continuativo, repetitivo e aditivo). Vamos argumentar que se trata de uma pressuposição, independente do contexto. Além disso, iremos propor que essa questão da apreciação, da marca de subjetividade ou juízo de valor do falante também está presente em todos os casos com o *ainda*, mas é pragmática, porque pode ser cancelável.

1.4 Os usos que iremos discutir

A seguir, focalizaremos nossa análise em três usos distintos de *ainda*. Dois deles são os mais recorrentes na fala, o continuativo e o aditivo,

e o repetitivo que está disponível e que é um dos mais encontrados no francês. Ademais, os três parecem apresentar características comuns, o que propicia a análise unificada que será mostrada no decorrer desta tese.

1.4.1 *Ainda* continuativo

O uso chamado continuativo de *ainda* é o mesmo que fora nominado temporal em Gritti (2008), contudo, neste trabalho alteramos a denominação por entendermos ser mais adequada a continuação do que a temporalidade.

A continuação veiculada pelo *ainda* está intimamente ligada ao aspecto verbal, acrescentando a interpretação de continuação. Por exemplo:

- (24) a. Maria ainda dá aulas. (hábito)
 b. Maria ainda corre. (genérica)
 c. Maria ainda estava almoçando quando João chegou.
 (episódica)
 d. Maria ainda ama João. (estado)
 e. João ainda anda. (habilidade, genérica)

As leituras que estão dentro dos parênteses são dadas pelo aspecto gramatical em combinação com o aspecto lexical¹⁰, ou seja, elas ocorrem

¹⁰ O aspecto lexical ou Aktionsart, segundo Comrie (1976) é uma indicação das propriedades temporais intrínsecas de uma situação descrita por um predicado, por exemplo, uma indicação sobre a duratividade, a pontualidade, a telicidade ou a atelicidade de uma situação. Vendler (1967) dividiu os predicados verbais em atividades, estados, accomplishments e achievements. Sendo os dois primeiros considerados processos atélicos e os dois últimos télicos. As atividades e os estados diferem um do outro porque os primeiros são dinâmicos, enquanto os segundos são não dinâmicos. Os predicados de *accomplishments* diferem dos de *achievements*, por serem durativos e os últimos serem instantâneos, a observar os exemplos abaixo:

- (25) João ama Maria. (estado)
 (26) João anda de bicicleta. (atividade)
 (27) João costura o vestido de noiva da Maria. (*accomplishment*)
 (28) João alcança o berço de sua filha. (*achievement*)

mesmo sem a presença do *ainda*. A presença do *ainda* continuativo em todas as sentenças acima diz que o hábito, a genericidade, o evento, o estado e a habilidade obtidos pelo aspecto gramatical e suas diferentes formas verbais continuam apesar da expectativa contrária de que eles já deveriam ter terminado. É essa ideia de continuação para além do esperado que só ocorre com o *ainda*. No capítulo 2, vamos tratar mais explicitamente do aspecto. Antes, vejamos como se dá essa leitura em outras línguas.

1.4.1.1 Continuação no francês

No francês, tal como no PB, a continuidade só é possível no aspecto imperfeito “la lecture continuative n’est possible que dans le cas où le prédicat est marqué aspectuellement comme imperfectif (DONAZZAN, 2008, p. 28). Isso pode ser percebido pelos exemplos da autora:

(29) a. Jean acheta encore un tableau. (incremental)
Jean comprou ainda (mais uma vez) um quadro.

b. Jean achetait encore un tableau. (continuativa)
Jean comprava ainda um quadro.

Apresentamos entre parênteses a classificação proposta pela autora.

A sentença (29a) está no passado perfeito simples, com a leitura que a autora denomina de incremental. Ela significa a adição incremental de mais um evento do mesmo tipo da sentença matriz; nesse sentido, ela é parecida com a leitura do *de nouveau* (de novo) – repetição do evento – mas tem algumas particularidades, como apresentar duas interpretações em (29a), por exemplo:

a) a de que Jean pode ter comprado de novo o mesmo quadro (mas essa é muito difícil de ser encontrada no francês) e;

b) a outra em que Jean pode ter comprado de novo um quadro, mas não o mesmo quadro, nesse caso ele repetiu a ação de comprar o mesmo tipo de objeto, um quadro, logo, o referente é não específico (a chamada leitura type-reading).

Esse *encore* que produz a leitura incremental só pode ocorrer em posição pós-verbal, posição que não é a preferida pelos falantes do PB para o *ainda*. E também não temos no PB a interpretação em a).

Além disso, na mesma posição pós verbal, no aspecto imperfeito, no francês também é encontrada a leitura continuativa. Logo, na mesma posição, pode-se encontrar as leituras acima, mas também uma leitura continuativa, como a do exemplo abaixo:

(30) Papa était malade lors de son anniversaire. Il était encore malade à la fin du mois d'août. (continuativa)

Papai estava doente em seu aniversário. Ele estava ainda doente no fim do mês de agosto.

A diferença entre as sentenças (29a) e (30) é o aspecto lexical. Por isso, Donazzan (2008) propõe que na mesma posição pós-verbal, o *encore* pode ter uma leitura de repetição, tal como (29a) e também uma leitura de continuação, tal como (30), a depender do aspecto lexical. Ela chama a leitura de (29a) de incremental, para diferenciar da leitura de repetição de *du nouveau (de novo)*, que apresenta na mesma posição somente a leitura de repetição (iteração).

Voltando ao exemplo (29b), repetido aqui:

(29) b. Jean achetait encore un tableau. (continuativa)
Jean comprava ainda um quadro.

Esta é a leitura continuativa, que está no imperfeito, indica a continuação de um evento, sem interrupção no tempo e, como vimos, ela vai depender do aspecto lexical, ou seja, da classe do predicado com quem se combina, a observar a diferença entre (29a) e (30).

No italiano, segundo Donazzan (2011), a interpretação de continuação depende do tipo de predicado e há um uso parecido com o continuativo no perfectivo, como veremos na seção seguinte. No PB, veremos, no capítulo 2, que com o aspecto perfectivo, não há leitura de continuação.

1.4.1.2 Continuação no italiano

As interpretações de *ancora* dependem, segundo Donazzan (2011), basicamente, de sua posição na sentença e do aspecto lexical ou composicional do sintagma verbal (VP). Para a autora, advérbios como *ancora*, aliados a predicados que denotam eventos atélícos e, portanto, se

parecem com os estativos, produzem a interpretação continuativa de um evento que se estende no tempo, sem a interrupção da atividade. Com esses predicados, temos uma implicatura de que é a mesma eventualidade, conforme o exemplo abaixo:

(31) a. Maria è ancora ammalata...

Maria está ainda doente.

b. ...?Era guarita il mese scorso, ma ieri l'ho incontrata e stava male.

Ela havia se recuperado mês passado, mas ontem eu a encontrei e ela estava se sentindo mal.

As proposições acima fazem parte da mesma sentença. No PB contemporâneo, a forma morfológica de presente, em raríssimas vezes, é utilizada com interpretação de ação em curso. Na maior parte das vezes, ela indica hábito ou genérico, talvez, no italiano também, pois Donnazzan (2008) afirmou que, nesse caso, há uma implicatura de que seja a continuação da mesma eventualidade.

A posição de *ancora* entre o auxiliar e o verbo principal é a posição prototípica que conduz à leitura continuativa – um único evento que se estende no tempo, sem interrupção:

(32) Maria stava ancora mangiando un biscotto.

Maria estava ainda comendo um biscoito.

Com relação isso, à posição, no PB, como veremos mais à frente, não vai determinar a leitura, tampouco o tipo de predicado, somente o aspecto gramatical terá influência na determinação da interpretação do *ainda*, por isso o capítulo dois é destinado a essa questão. Repare que com estativos e eventos télicos há em todas as sentenças a interpretação de continuação sem interrupção no tempo:

(33) a. Ainda está nevando.

b. Maria ainda está doente.

(34) a. Maria ainda está lendo o livro.

b. Maria ainda está correndo a São Silvestre (mesmo estando a 10 minutos atrás da penúltima colocada).

Contudo, na combinação com eventos atélicos, temos ambiguidade de interpretação:

- (35) a. João ainda está lendo.
b. João ainda está correndo.

Tanto em (35a), quanto em (35b) há a leitura de continuação do evento sem a interrupção no tempo e há também a interpretação de hábito recente (aqui há uma interferência do aspecto lexical), nesse caso, o *ainda* irá dizer que o hábito continua.

A interpretação continuativa (continuação de uma única eventualidade), no italiano, faz mais sentido em sentenças imperfectivas e estativas, mas em contextos perfectivos, a autora afirma que *ancora* tem um uso parecido, como pode ser observado na sentença (36):

- (36) Gianni è sceso ancora. (continuativo)
Gianni has go-down ancora.
Gianni went further down.
Gianni desceu ainda mais (foi ainda mais fundo).

Se fôssemos traduzir esse uso de *ancora* para o PB, seria por *ainda mais*, sem o advérbio *mais* ele não teria interpretação de continuação.

No italiano, a interpretação continuativa de *ancora* tem muitas restrições para acontecer, por isso, segundo Donazzan (2011), ela não está codificada no significado lexical do item. Além disso, *ancora* é diferente dos operadores iterativos, justamente por isso, por ser capaz de produzir essa leitura continuativa, o que os advérbios iterativos não têm.

1.5 *Ainda* aditivo

A interpretação discursiva do *ainda* já foi várias vezes mencionada, anteriormente. Neste trabalho, ela será chamada aditiva, por ser mais adequada para expressar o seu conteúdo. Pensava-se (cf. GRITTI, 2008) que esse uso discursivo (aditivo), preferencialmente, encontrado em sentenças no aspecto perfectivo, com o significado de *além disso*, *ainda assim*, *ainda por cima*, era a única interpretação dada a sentenças como:

(37) #¹¹ João ainda brincou de bola.

Ao apresentar uma sentença como (37) aos falantes, eles imediatamente criam um contexto no qual tornam a sentença boa. Para sentenças como essa, há sempre um contexto no qual há uma lista de coisas e, também, mais uma é acrescentada. Assim, em (37) João estudou, foi a médico e, ainda por cima, além disso, brincou de bola, por exemplo. Essa parecia ser a única interpretação para sentenças como (37). Contudo, no prosseguir das análises e com a fundamentação teórica, também, ancorada em Donazzan (2008), pudemos perceber que a sentença (37) é ambígua, no sentido de haver uma interpretação aditiva e também uma de repetição – João já havia brincado antes e voltou a brincar (um pouco mais difícil de ser encontrada, mas existente). Essa é a chamada leitura repetitiva e falaremos sobre ela mais adiante. Aqui basta notar a leitura aditiva, em que se adiciona mais um evento a outros.

1.5.1 A leitura aditiva nas outras línguas

A leitura aditiva também é encontrada nos modificadores repetitivos, mas exatamente como o *ainda* - sentido de “ainda por cima” – são poucos os seus correspondentes que a apresentam. Há, pois, outras partículas que têm essa característica de ser um advérbio repetitivo e ao mesmo tempo aditivo, como é o caso do francês no qual o *encore* tem a leitura aditiva, mas não exatamente a mesma de *ainda*. Os itens que apresentam a mesma leitura do *ainda* aditivo, no francês, são *aussi/même*:

(38) Zhangsan a acheté des pommes, de la papaya, des bananes, et aussi/même des poires.

Zhangsan comprou maçãs, mamão, bananas e também/ainda, (ainda por cima, mesmo mesmo assim) pêras.

Um advérbio que, segundo Donazzan (2008), possui valor concessivo e aditivo, além de seu valor aspectual, é o *hái*, do chinês. Em sua versão aditiva, Liu (2001, *apud* DONAZZAN, 2008, p. 112) afirma que *hái*, ao invés de denotar uma continuação no tempo, denota o acréscimo de uma quantidade específica, em uma sequência prolongada, como em (39):

¹¹ Lembre-se de que o símbolo “#” serve para mostrar que a sentença não é natural, sendo assim, precisamos criar um contexto para que ela se torne aceitável.

(39) Zhangsan mái le pínggǔo, mǔguā, xiāngjiāo, hái mái le lízi
 Zhangsan comprar ASP maçã mamão banana HAI comprar ASP
 pêra.

Mesmo que se inverta a ordem dos elementos na sentença acima, a sentença não é menos feliz. Segundo Liu (2001, *apud* DONAZZAN, 2008) e Fauconnier (1975) os operadores aditivos veiculam uma inferência escalar na qual há uma escala, como é o caso do *même* em francês, verificado no exemplo abaixo, e coloca o *hái* nesse grupo:

(40) Georges a bu un peu de vin, un peu de cognac, un peu de rhum,
 un peu de calva et même un peu d'armagnac.

Georges bebeu um pouco de vinho, um pouco de conhaque, um pouco de rhum, um pouco de calvado e ainda por cima, um pouco de armagnac (bebidas do sudoeste da França).

Uma ordem escalar, conforme consenso na literatura, é definida pela posição relativa dos membros, obedecendo a uma ordem. Há a associação de um operador escalar que deve ocupar uma posição determinada na escala em comparação aos elementos que o precedem ou o seguem. A possibilidade de uma mudança, uma permuta de elementos, em uma relação de ordem é inesperada. A inferência escalar foi justificada assumindo que a implicatura veiculada por *même* ou *hái* diz respeito à quantidade de elementos, mais do que sua posição associada na escala. Isso se confirma nos casos de *même* e *hái* nos quais a inferência escalar parece aparecer somente nos casos onde há um contexto de uma sequência estendida de elementos.

(41) Zhangsān mǎi le pínggǔo, hái mái le lízi.
 Zhangsan comprar ASP maçã HAI comprar ASP pêra.
 Zhangsan comprou maçãs e também pêras.

Essa leitura aditiva de *hái* parece ser bem o caso do *ainda* aditivo, do PB, porque Donazzan (2008) distingue o aditivo *hái* de seu emprego de advérbio repetitivo por causa da marcação aspectual do predicado. O aditivo em uma sequência de elementos singulares, como em (40), toma como argumento eventos temporalmente fechados, marcados pelo aspecto perfectivo. A leitura repetitiva de *hái* emerge, por outro lado, quando o advérbio modifica um predicado marcado aspectualmente como imperfectivo. Veremos, pois, no capítulo dois se o *ainda* aditivo se

comporta assim como o *háí*. O que, justamente, ocorre com o *ainda* aditivo, que é a leitura preferencial do *ainda* no perfectivo.

Os eventos nessa leitura aditiva podem ser diferentes, como pode ser visto abaixo:

(42) Zhangsān đāsāo le fángzi, zuò le dàngao hái. -

Zhangsan varrer ASP peça da casa fazer ASP bolo HAI passar toalha de mesa.

Zhangsan varreu a peça da casa, fez bolo, e ainda por cima passou toalha de mesa.

Esse último emprego aditivo de *háí*, semelhante à *záí* (representado por (42)), não foi trabalhado na tese de Donazzan, porque tanto em (39) quanto em (42) a ordem não desempenha um papel determinante. Em ambos os casos, o locutor visa um objetivo argumentativo particular, sublinhando a presença de um número importante de ações, cuja ordem de ocorrência e cujo teor não são relevantes. Informação que também procede com relação ao *ainda* aditivo, como podemos ver na própria tradução para o PB de (42).

1.6 *Ainda* repetitivo

Como já dissemos, a repetição é uma leitura um pouco mais difícil de ser visualizada com o *ainda*:

(43) # João ainda bebeu um copo de cerveja.

A interpretação menos marcada é a aditiva, João bebeu várias outras bebidas (dadas no contexto) e *ainda* por cima bebeu mais coisa, um copo de cerveja. Essa é a leitura aditiva. A interpretação mais marcada é a de que João bebeu mais um copo de cerveja, tendo em vista que ele já bebeu outros copos de cerveja. Suponha que João estava saindo de uma festa com sua mulher, ela estava com pressa e ele ainda bebeu um copo antes de sair. No outro dia, ela comenta indignada com uma amiga: eu esta cansada, queria vir embora, estávamos indo e no meio do caminho e o João ainda bebeu (*mais*) um copo de cerveja.

Contudo, a repetição é uma interpretação acessada muito comumente em línguas como o francês e o italiano quando se utilizam do *encore* e do *ancora*.

1.6.1 O caso de *encore*, no francês – repetição

A noção de continuação e repetição de eventos, de uma forma geral, pode se dar através de uma marca morfológica nos verbos, da modificação do predicado pelos advérbios, ou, pelas perífrases adverbiais do tipo repetitivas, ou, ainda, pelo conteúdo lexical dos verbos. No PB, a repetição pode ser expressa já na marca morfológica do verbo e, também, por alguns advérbios. Ao passo que no francês e no alemão, a repetição se dá, preferencialmente, e, na maioria das vezes, com advérbios. O PB é mais próximo do inglês e do italiano, como mostram seus exemplos sem advérbios, mas com leitura de repetição, aqui trata-se da iteração de eventos:

- (44) João está trabalhando com computador. (PB)
 Jean travaille encore avec l'ordinateur. (francês).
 Johann noch arbeitet gerade met Computer. (alemão).
 John is working with computer. (inglês)
 João sta lavorando con il computer (italiano)

Pertencente à classe desses advérbios, o *encore* veicula a repetição, conforme o exemplo de Donazzan (2008):

- (45) Jean a regardé encore un film.
 João viu ainda um filme. (o mesmo filme).

A interpretação da sentença (45), que está no aspecto perfectivo, *passé composé*, no francês, é a de que Jean viu um certo filme uma vez a mais ou Jean viu o mesmo filme por um tempo mais prolongado e continua a ser verdadeira se João assistiu um filme a mais, diferente dos precedentes. O que interpretamos a partir de (46)?

- (46) a. # João viu ainda um filme.
 b. # João foi ainda para Paris.
 c. João ainda viu um filme.
 d. João ainda foi para Paris.

A posição pós-verbal para os termos do italiano e do francês não é a preferida no PB, há sempre uma estranheza por parte dos falantes quando

deparados com sentenças nessa ordem, sendo utilizada somente em contextos específicos, mas a diferença na ordem no PB não muda a interpretação, ao contrário do *encore* com o qual muda a interpretação.

Levando em consideração a interpretação para o francês, dado o mesmo contexto linguístico, no PB, com alguma modificação na ordem e sempre marcada por um contexto específico (no perfectivo), podemos observar que a sentença em (146c) é utilizada, preferencialmente, com a interpretação de que além de João ter feito outras coisas, ele, também, viu um filme. Há uma lista de atividades que ele desempenhou e, mesmo assim, assistiu um filme, como atestado em Gritti (2008, p. 41), classificado como uso do *ainda* com a leitura aditiva. Há também, como no francês, a interpretação João assistiu um filme a mais, diferente dos precedentes – interpretação de repetição. Essa é uma interpretação mais rara de os falantes perceberem, mas ela está disponível para sentenças como (46c) e (46d), o que será demonstrado através de um teste empírico, no capítulo 2.

De maneira geral, em francês, conforme Donazzan (2008), dentre outras formas, a repetição se manifesta através dos advérbios repetitivos abaixo que dão origem a quatro interpretações distintas, conforme seus exemplos:

(47) a. Jean acheta **de nouveau** un tableau.
itérative

João comprou de novo um quadro.

b. Jean acheta **encore** un tableau.
incrémentale

João comprou (ainda) de novo¹² um quadro.

c. Jean achetait **encore** un tableau.
continuative

João comprava ainda um quadro.

d. Jean **r-acheta** un tableau.
restitutive

João recomprou um quadro.

¹² O item lexical *encore* corresponde ao item *ainda*, no PB, contudo nesse caso, o sentido é de *de novo*, por isso o termo na tradução.

Primeiramente, antes da análise para o francês, vale ressaltar mais uma vez que, no PB, o *ainda* não ocorre, preferencialmente, na posição pós-verbal. São raras às vezes em que ele aparece posterior ao verbo na sentença. Além disso, no passado perfeito simples, como em (47b), as sentenças com o *ainda* são marcadas e mediante um contexto próprio, acionam como primeira interpretação a da adição; a repetição, pois, é a interpretação mais marcada e, portanto, mais dependente do contexto, como vamos poder verificar através de um teste empírico que será apresentado no capítulo 2.

A repetição é encontrada na leitura iterativa de francês, em (47a), na qual já houve o evento de Jean comprar um quadro no passado. Ela implica, intuitivamente, nesse caso, a ocorrência de dois ou vários atos separados por um intervalo de tempo, trata-se da repetição de um mesmo evento, em sua integralidade. A leitura incremental e a continuativa, representadas por (47b-c) já foram explicadas na seção anterior. E, por fim, a leitura restitutiva, presente em (47d), não exprime a repetição de um mesmo evento, mas significa que Jean está de posse de um quadro que lhe pertencia desde um tempo precedente e ele restituiu a compra. No PB, essa forma corresponderia a re-comprar, que não existe para essa língua.

No italiano, *ancora*, igualmente, possui as mesmas interpretações do francês de repetição, continuação e incrementalidade.

1.6.2 Leitura repetitiva de *ancora*

A leitura de repetição no italiano é dada, dentre outros mecanismos, pelo *ancora*, como segue no exemplo abaixo:

(48) Maria ha aperto ancora la porta.

Maria abriu (mais uma vez) a porta.

Com a interpretação de repetição, *ancora* possui duas características específicas: é um operador pressuposicional e determina uma ordem entre o evento pressuposto e o evento assertado pela sentença. Ou seja, em (48) já tinha havido o evento de abrir a porta (pressuposto) anteriormente ao momento veiculado pelo momento de fala e a sentença asserta que esse evento se repetiu.

Nesse sentido, *ancora* se assemelha ao *again* e *de nouveau* porque ambos são operadores repetitivos que produzem uma ordem temporal de eventos

1.6.2.1 Leitura repetitiva de *again* e *de nouveau*

Again (inglês) e *de nouveau* (francês) são os correspondentes de *de novo*, no PB. Em se tratando do *again*, no inglês, o filósofo Kripke (*apud* DONAZZAN, 2008) observou que esse advérbio possui uma ordem implícita dentre as alternativas introduzidas pelo conteúdo pressuposicional de *again*. Essa ordem já faz parte da entrada lexical do *again*, a exemplo disso está (49) e essa inferência foi transposta para os dados do francês com *encore*, em (50):

- (49) We will have pizza on John's birthday, so we should not have pizza again on Mary's birthday.

Nós teremos pizza no aniversário do João, também deveríamos ter pizza de novo no aniversário de Maria.

- (50) a. Nous offrirons à papa une cravatte pour la Fête des Peres. Nous ne pouvons pas lui offrir encore une cravatte pour son anniversaire! (incremental)

?? Nós oferecemos ao papai uma gravata pelo dia dos pais. Nós não podemos lhe oferecer ainda uma gravata pelo seu aniversário.

Nós daremos ao papai uma gravata pelo dia dos pais. Nós não podemos lhe oferecer de novo/novamente uma gravata pelo seu aniversário.

- b. Papa était malade lors de son anniversaire. Il était encore malade à la fin du mois d'août. (continuativa)

Papai estava doente em seu aniversário. Ele estava ainda doente no fim do mês de agosto.

O *again*, dessa forma, em (49), dá a ordem temporal dos acontecimentos – Mary faz aniversário depois de John. Da mesma forma, Donazzan (2008) afirma que o *encore* também dá a ordem temporal, nesse caso do aniversário e do dia dos pais. Mesmo que (50a) tenha leitura incremental (que inclui a repetição) e (50b) tenha a leitura continuativa (que não inclui a repetição), ambas possuem a inferência dada por *encore* da ordem temporal.

Em (50a) a inferência é a de que o aniversário do pai é depois da festa de dia dos pais, já em (50b) a inferência é a de que o aniversário do pai precede o fim do mês de agosto.

No PB, em (50a), além de o *ainda* estar em colocação diferente na frase, não é ele a forma preferida para ser utilizada em sentenças como essa (como veremos na próxima seção), a preferência de utilização, nesses casos, é o *também, de novo, uma outra*, ao invés do *ainda*, contudo, mesmo assim, obtemos a inferência de que o aniversário do pai é depois da festa de dia dos pais. No entanto, não é o *ainda* quem dá essa localização temporal, observe que se o retirarmos, a localização no tempo continua. Assim, parece ser o morfema tempo-aspectual o responsável por dar essa ordenação temporal.

Diante disso, a leitura incremental de *encore* contém a leitura de repetição em algumas combinações de sentenças e em outras, a de continuação, enquanto que a leitura de repetição, encontrada em advérbios como *again* e *de nouveau*, não possui a leitura de continuação de um evento sem interrupção no tempo em nenhuma sentença. Essa questão vai depender muito da posição do termo na sentença, por isso a próxima seção se destina a verificar se a posição influencia nas interpretações relacionadas ao *ainda*.

1.7 Posição do *ainda*, interfere no significado?

1.7.1 Posição do *ainda/encore*

Com relação à posição do *encore*, Donazzan (2008) afirma que, diante de verbos estativos, como *être fatigué*, ele ocorre entre o auxiliar e o verbo, conforme exemplos do francês:

(51) Jean a baillé encore.
Jean bocejou ainda.

(52) a. ??? Ils son fatigués encore.
Eles estão cansados ainda.

b. Ils sont encore fatigués.
Eles estão ainda cansados.

Segundo Donazzan (2008), a leitura continuativa é, preferencialmente, encontrada entre o auxiliar e o verbo, como em (52b). No PB o *ainda* ocorre na maioria dos casos antes do verbo (dados que retiramos das entrevistas do NURC e das falas dos falantes nativos), seja quando aparece só com um verbo principal, seja quando está junto ao verbo e ao auxiliar *estar*:

- (53) a. João ainda está comprando quadro.
b. João ainda compra quadro.

O *ainda* pode disparar a interpretação continuativa estando imediatamente ao lado esquerdo do verbo. Verifiquemos sua ocorrência em outras posições:

- (54) a. João está ainda comprando quadro.
b. João está comprando ainda quadro.
c. João está comprando quadro ainda.
d. ? Ainda João está comprando quadro.

Parece que, mesmo não sendo muito comuns nessas posições, as interpretações dadas nas seções anteriores, assim como suas preferências de aceitabilidade não desaparecem. Contudo, em (54b) e (54c) é um pouco diferente; dentre outras interpretações, a primeira parece ser que o *ainda*, logo após os verbos, tem seu significado atrelado, diretamente, ao nome – *quadro* – expressando assim que João ainda está comprando quadro e não estátuas de decoração, ou outro objeto, há, portanto, uma relação escopo nesses casos. O escopo recai sobre o nome *quadro*. Mesmo assim, a leitura de continuação permanece, ao contrário do francês e do italiano. Mas, parece que neste caso a questão é de composicionalidade¹³. Então, não podemos dizer, se baseando neste caso, se a posição interfere ou não nas leituras das sentenças.

Nessa perspectiva, há, também, a posição do *ainda* junto aos advérbios, conforme o exemplo que segue em comparação à posição padrão, à esquerda do verbo:

- (55) a. João é ainda mais alto que Pedro.
b. João ainda é mais alto que Pedro.

¹³ Agradeço aqui à prof. Lígia Negri pelo apontamento.

Em (55a) há interpretação de que Pedro é muito alto, mas João é mais alto do que ele. Ao contrário, em (55b), João continua a ser mais alto que Pedro (leitura de continuação). Nesse caso, a posição é um dos fatores envolvidos e decisivo, porque, como ocorre com outros advérbios, parece marcar o lugar em que ele incide. Vejamos o que acontece quando ele está em outras posições:

- c. João é mais alto que Pedro ainda.
- d. ? João é mais alto ainda que Pedro.
- e. Ainda, João é mais alto que Pedro.

As sentenças (55c) e (55e) parecem se assemelhar com (55b) e (55d) não é muito usada, mas veicula um sentido próximo de (55a).

Mesmo aparecendo em várias posições na sentença, como pudemos ver, a maioria dos falantes opta por utilizar o *ainda* em uma posição específica – pré-verbal – e, nas demais, embora possíveis não são preferidas, a menos que estejam aliados a advérbios, como é o caso de (55a). Mas, há outras questões que influenciam na interpretação, como veremos a seguir.

1.8 A questão da expectativa

Uma constante na interpretação do *ainda* é a contrariedade. Mostramos, no início, que em uma sentença como a abaixo

(56) Eu ainda estou cansado da minha viagem.

Ducrot (1984) afirma que há uma pressuposição em (56): a de que esse cansaço irá desaparecer. A noção de pressuposição que o autor utiliza não é a mesma que utilizamos, mas, o que importa aqui é que ele já apontou um nuance de contrariedade na sentença, mesmo sendo essa diferente da que vamos argumentar que existe nos usos de *ainda* e que se apresenta na sentença abaixo

(57) Ainda ontem falamos de você.

Esse uso de *ainda* é comum nas situações discursivas em que encontramos uma pessoa da qual tínhamos, recentemente, falado (ontem). Nesse caso, a intuição é de que não era esperado o encontro (e isso é pragmático), ou seja,

não era esperado que eles falassem do ouvinte e que, ao mesmo tempo, eles o encontrassem, recentemente. Da mesma forma, argumentou Da Costa (2008), com relação à sentença (mas, a autora não cita se esse significado é semântico ou pragmático porque não era seu objetivo naquele momento):

(58) Lula está ainda mais forte.

A autora afirma que há julgamentos de que o Lula já deveria ter saído do poder. Essas duas últimas análises têm um ponto em comum: a expectativa em torno do conteúdo veiculado pela sentença. Para nós, iremos defender, no capítulo cinco, que esse significado é pragmático.

Outros autores, além dos já mencionados, também já trabalharam a questão da expectativa, a saber Van der Auwera (1993) e Löbner (1989; 1999), dentro da semântica formal, como veremos, minuciosamente, no capítulo cinco. Martelotta (1996), em seus estudos de cunho funcionalista, afirmou que há um grupo de *ainda* que é marcador de contra-expectativa. Em Gritti (2008) mencionamos que a contra-expectativa está presente em todos os usos de *ainda*, contudo, não trabalhamos a questão. Ao fazermos a análise detalhada dessa contra-expectativa, percebemos que sua descrição ficou um pouco vaga, uma vez que não se sabia de quem era a expectativa, de onde ela vinha e como acontecia.

Por isso, ao longo desse trabalho, chegamos à conclusão de que todos os usos de *ainda* dispararam uma implicatura de contra-expectativa. Mas, essa questão pragmática será estudada com mais detalhes no capítulo cinco. Por ora, iremos somente apontar que em todas as ocorrências de *ainda*, há uma expectativa e o *ainda* é utilizado para informar que a situação veiculada pela sentença não faz parte dessa expectativa, ocasionando uma interpretação de que o inesperado aconteceu. Por exemplo, em:

(59) João ainda chega tarde nas aulas da faculdade.

Em (59) temos duas interpretações: (i) é um hábito de João chegar tarde nas aulas; (ii) além de outras coisas que ele faz, ele chega tarde nas aulas. Vamos nos concentrar na primeira interpretação. Suponha que João está terminando a faculdade e, portanto, já teria mais juízo e responsabilidade. Isso gerou a expectativa de que ele já não tivesse mais o hábito de chegar atrasado, mas o *ainda* foi utilizado para informar que João não está dentro dessa expectativa e veicula que o inesperado aconteceu: ele mantém o

hábito de chegar atrasado nas aulas da faculdade. Defenderemos que esse inesperado (essa contra-expectativa) é pragmático.

1.9 Resumo do capítulo

O capítulo iniciou com um quadro geral das ocorrências de *ainda* e suas classificações, coletadas de Gritti (2008), Martelotta (1996) e Longhin-Thomazzi (2005). Feito isso, mostramos algumas das análises propostas dentro da semântica argumentativa.

Ducrot afirma que *ainda* tem um uso continuativo e iterativo. Para ele, há um subentendido “discursivo”, que é uma espécie de estado contrário. Nós afirmamos que isso é uma implicatura, análise que será feita no capítulo 5. Vogt (1977), da Costa (2008) e Ducrot (1984) afirmam que o falante, ao utilizar o *ainda*, está sempre imprimindo uma marca de apreciação, ou seja, dando seu juízo de valor ao que é veiculado pela sentença. Koch (1984) considera o *ainda* um operador argumentativo, no sentido de que adiciona um novo argumento no discurso, é também um marcador de excesso, ou seja, um reforçador de uma propriedade que já é dada por algum advérbio, por exemplo. Ou seja, as análises se distanciam e a maioria delas depende do contexto. Nós, contudo, iremos defender que, pragmaticamente, há pontos comuns em todos eles (o que foi exemplificado na última seção), que é a implicatura e, semanticamente, em pelo menos três usos, uma pressuposição.

A partir desse apanhado geral, focalizamos nossa análise na interpretação de continuação, adição e repetição nas sentenças com o *ainda* e fizemos uma comparação com essas leituras em outras línguas com os correspondentes do *ainda*. Constatamos que a interpretação de adição, que significa ‘ainda por cima, além disso, também’ é disponibilizada no francês através da partícula *aussi/même* e vimos, através de Donazzan (2008), que ela se dá no chinês através do *hái*.

Com relação às leituras de continuação e repetição, pudemos ver que elas estão presentes nas formas correlatas de *ainda* no francês e no italiano, mas que, dentre outros fatores, elas dependem da posição de *encore* e *ancora* na sentença. A leitura de repetição, um pouco menos saliente com o *ainda* no PB, também é encontrada em alguns casos. Veremos quais são eles, detalhadamente, no próximo capítulo.

Além disso, mostramos o que é a leitura de incrementalidade, presente no francês e no italiano. Ela existe porque um mesmo advérbio, na mesma posição da sentença, pode expressar continuação e em outras

sentenças, repetição, a depender do aspecto lexical, ao passo que um advérbio iterativo como *again* ou *de nouveau* expressam somente repetição.

Vimos também alguns casos que se parecem com a leitura de continuação de *ancora* no aspecto verbal perfectivo, mas no PB essa leitura só é encontrada com o auxílio do advérbio *mais* junto ao *ainda*. Em contrapartida, ao que tudo indica, a leitura de continuação de *ainda* só é encontrada no aspecto verbal imperfectivo. É objetivo do próximo capítulo também verificar se isso se confirma com um número maior de dados. E, para isso, iremos mostrar a investigação nos dois aspectos e no tempo verbal, assim como distinguir o que é contribuição de cada um deles e o que é contribuição do *ainda*.

CAPÍTULO 2 - ALGUNS ASPECTOS DO SISTEMA TEMPO-ASPECTUAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E SUAS RELAÇÕES COM O *AINDA*

Como vimos, no capítulo 1, o *ainda* apresenta vários usos que parecem interagir com o aspecto, por isso, neste capítulo vamos centralizar a análise em três deles - continuativo, repetitivo e aditivo – e verificar se há essa interação com o aspecto. Mostramos que esses três usos têm restrições aspectuais e alguns parecem ter uma relação temporal. Por isso, neste capítulo, iremos apresentar a teoria clássica sobre a referência temporal, elaborada por Reichenbach (1947/2004), o qual propõe que toda referência ao tempo se faz através do estabelecimento de uma relação entre o momento do evento, o momento de fala e o momento de referência. Contudo, não é o tempo que parece ser decisivo no direcionamento das interpretações de *ainda* e sim o aspecto verbal.

Em vista disso, trouxemos a abordagem teórica de Klein (1994) sobre aspecto, na qual ele considera que aspecto gramatical é a relação entre o momento do tópico, que corresponde, grosso modo, ao momento de referência em Reichenbach, e o momento da situação ou do evento. Com essa abordagem teórica, perpassamos os aspectos perfectivo e imperfectivo de maneira geral até chegarmos no sistema tempo-aspectual do português brasileiro, para o qual a ancoragem foi em Ilari (1997), Silvério (2001) e Gonçalves (2007).

Mostramos as possíveis leituras que as duas perspectivas aspectuais podem gerar no PB, com o intuito de diferenciar qual é a contribuição semântica dada pelo aspecto e qual é dada pelo *ainda*. Mostramos que o imperfectivo, no presente, pode apresentar até seis leituras distintas, conforme sua combinação com o tipo de verbo.

Nesse sentido, mostramos que as leituras mais naturais de *ainda* estão no imperfectivo, o que pode ser comprovado também na descrição proposta por Ilari (1984) de que o *ainda* é um item de polaridade negativa, porque quando está sob o escopo do perfectivo, sem a negação, a sentença é marcada: # *João ainda chegou*. Uma explicação para esse fato é que no aspecto imperfectivo a finalização do evento está aberta, fazendo com que a leitura de continuação do *ainda* se combine bem; ao contrário do que acontece no perfectivo, no qual a finalização do evento já está dada, forçando, assim, uma outra leitura, a da adição. Vale ressaltar que sentenças com *ainda* nos dois aspectos e também no futuro são ambíguas, podendo apresentar duas ou mais interpretações, como discutimos no fim do capítulo anterior. Assim, quando afirmamos que há a leitura de continuação (para

imperfectivo) ou de adição (para o perfectivo), nos referimos às leituras preferenciais.

2.1 Tempo

Na maioria das vezes, as gramáticas tradicionais conceituam o que é um advérbio ou adjunto adverbial e separam-no em classes, identificando cada uma com os denominados itens a elas correspondentes. Contudo, é muito raro encontrar uma explicação do funcionamento da classe adverbial, nem a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) o faz. Bechara (1982 [2005]), numa das poucas gramáticas que explicita o funcionamento dos adjuntos adverbiais temporais, afirma que eles respondem às perguntas *quando?*, *desde quando?*, *até quando?*, *durante quanto tempo?*. Dentre esses adjuntos temporais, o autor diz que se distinguem vários matizes temporais: o tempo propriamente dito, a duração, a quantificação temporal, a repetição, etc...

Em geral, as teorias sobre o tempo verbal tratam os adjuntos temporais como sendo aqueles que têm a propriedade de localização dos eventos no tempo (ILARI, 1997; NEVES, 2000) e acrescentam que eles também podem medir a duração do evento. E, é dentro dessa classe que o *ainda* é, frequentemente, colocado pelas gramáticas tradicionais. Autores como Martelotta (1996), Longhin-Thomazi, (2005), Koch (1984), Gritti (2008), incluem pelo menos um uso de *ainda* na classe dos temporais, conforme seus exemplos:

(01) – Porquê? disse el; fez-vos alguu mal? - Mui grande; derribou-me tam bravamente que **aynda** me dol. (13DSG, p. 45) (Longhin-Thomazi)

(02) Agora, moda de um modo geral... agora, essa coisa... adoro essa moda. Se eu fosse moça, eu adoraria usar, eu acho descontraído, eu acho fabuloso, porque eu *ainda* tenho *ainda* aquela coisa de querer combinar sapatinho com bolsa..*Ainda* guardo essas coisas, mas para a juventude eu acho fabulosa essa moda. (Martelotta)

“(03) Chico critica, mas afirma que ainda vota em Lula” (Koch)

Com esses exemplos, dentre vários outros, os dois primeiros autores destacam o valor continuativo do *ainda*, já para Koch, ele é um marcador

de excesso temporal orientando para a reafirmação do voto, nesse caso. Nós, ao longo desta tese, mostraremos que o *ainda* possui o uso continuativo, mas que, semanticamente, ele não é um localizador do evento no tempo, tampouco influencia no aspecto da sentença, medindo a duração do evento¹⁴, por isso não pode ser chamado de advérbio temporal. Contudo, sua semântica está relacionada com o evento, como iremos mostrar no capítulo quatro.

Como já é tradicional na semântica, utilizaremos a teoria do lógico e filósofo Hans Reichenbach (1947) para descrever o tempo verbal. Segundo sua proposta, re-impressa no livro *Semantics* (2004-1947), o tempo gramatical marca a localização do evento na linha de tempo, tendo como âncora o momento de fala.

Nessa linha de tempo, há três momentos estruturais na descrição dos tempos gramaticais: o momento de fala ou momento do proferimento da sentença (MF)¹⁵, o momento de realização do evento expresso pelo verbo (ME) e o momento de referência (MR). O tempo gramatical é concebido como estando antes, depois ou simultâneo ao momento de fala. Ilari (1997), em sua obra *A expressão do tempo em português*, retoma com propriedade a teoria de Reichenbach, afirmando que ela, sendo próxima da intuição dos falantes, se aplica muito bem ao português. Ele aponta que o verbo, através das características fundamentais dos morfemas de tempo/aspecto, tem a capacidade de relacionar cronologicamente esses três momentos supra-citados. Ilari (1997) mostra também que já no século XVIII, um dos mais importantes gramáticos da língua portuguesa, Jerônimo Soares Barbosa, teve a necessidade de correlacionar cronologicamente três momentos distintos: o momento de fala, o momento em que a ação se realiza e o momento tomado como ponto de referência suprido pelo contexto. Essa teoria dos momentos pode ser melhor visualizada através dos exemplos:

(04) João correu de moto.

¹⁴ Pragmaticamente, o *ainda*, em muitos casos, nos diz que o tempo do evento ocorre para além das expectativas.

¹⁵ Os termos para momento de fala, momento de evento e momento de referência no original são, respectivamente: *point of speech*, *point of the event*, *point of reference*.

Aplicando a teoria no exemplo acima, podemos verificar que o evento de correr de moto (ME) é simultâneo ao MR, que por sua vez, estão antes do MF¹⁶.

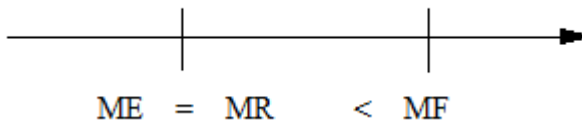


Figura 1 – Representação de (04) João correu de moto

Com a mudança do tempo verbal, a estrutura se modifica:

(05) João vai correr de moto.

Nesse caso, também o ME (correr de moto) é simultâneo ao MR, mas ambos estão depois do MF. Tudo isso é o que a perífrase de futuro que combina o auxiliar *ir* flexionado + *correr* no infinitivo faz semanticamente, sendo possível representar no diagrama a seguir:

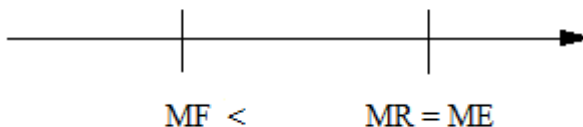


Figura 2 – Representação de (05) João vai correr de moto

Além da perífrase verbal, o futuro no português brasileiro também pode ser expresso apenas pela flexão do verbo principal:

¹⁶ As notações para sistematizar descrições como essa variam, Reichenbach (1947-2004) utiliza o símbolo “-” ou “_” para indicar antecedência temporal e “=” para indicar simultaneidade, assim também Corôa (2005) o faz. Ilari (1997) utiliza “←” para indicar a antecedência temporal e “=” para igualdade. Por exemplo, a fórmula “y ← x” significa que o x está depois do y. Nós, contudo, utilizaremos o operador “<” para significar *antes de* e “=” para significar igualdade, por pensar que esses símbolos facilitam a visualização do leitor deste trabalho.

(06) João correrá de moto.

Algumas gramáticas tradicionais apontam que o presente também pode ser expresso pela flexão verbal, como no caso:

(07) João corre de moto.

no qual o morfema *-e* não faz parte do radical e serve para exprimir o presente. Contudo, no português contemporâneo são poucos os casos em que se usa (07) para falar sobre o presente semântico; normalmente, essa forma é usada para exprimir hábito ou genericidade, o que está ligado ao aspecto verbal. Isso acontece porque a habitualidade e a genericidade estão associadas à falta de clareza do MR. Além do quê, o verbo flexionado nessa forma, com o acréscimo de adjuntos, muda de interpretação:

(08) João corre amanhã.

Embora o verbo esteja flexionado da mesma maneira que em (07), em (08) a contribuição semântica de tempo é dada pelo advérbio temporal *amanhã*, pois o verbo está flexionado, teoricamente pelas GTs, no presente, mas o evento ocorrerá posteriormente ao momento de fala, no futuro.

Assim, no PB, a informação temporal nas sentenças pode se dar através da marca morfológica no verbo principal, pela perífrase verbal que conta com um verbo principal e um auxiliar, e também através dos adjuntos temporais, que são, comumente, chamados pela gramática tradicional de advérbios.

De tudo isso que foi visto e de todos os momentos que compõem a cena temporal, o momento de referência, talvez, seja o mais difícil de ser identificado, a não ser quando na sentença há adjuntos, como no caso abaixo:

(09) João vai se formar depois que a Maria chegar.

A sentença acima nos diz que o ME e o MR estão depois do MF, sendo que o ME (formatura) vai ocorrer depois do MR (chegada de Maria) conforme a representação abaixo. O MR será sempre o momento veiculado pela subordinada adverbial temporal, nesse caso, é a chegada de Maria.

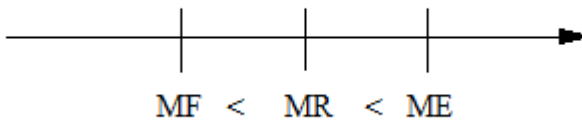


Figura 3- Representação da sentença (09) João vai se formar depois que a Maria chegar

Os adjuntos, assim como o contexto (PIRES DE OLIVEIRA, 2010), são, pois, a solução para a questão do MR, porque conforme afirma Ilari (1997, p. 17) “os adjuntos adverbiais fixam o MR da oração em que estão incluídos. Reciprocamente, em caso de dúvida, poderíamos identificar o tempo de referência ao tempo indicado pelo adjunto”. Em consonância, há casos como o apresentado por Ilari (1997, p. 17) em que o adjunto temporal tira a ambiguidade de uma sentença, vejamos:

(10) João tinha chegado às 07h de ontem.

A sentença (10) apresenta duas interpretações devido à dificuldade de saber se o MR (07h) é ou não simultâneo ao evento (chegada do João):

- i. João havia chegado antes das 07h e no momento das 07h ele já estava lá, ou
- ii. João chegou exatamente às 07h.

Para desambiguar a sentença basta acrescentar o adjunto *já* e não haverá dúvidas de que (i) é a interpretação para (10) porque ele identificou o MR.

Wachowicz (2006, p. 67) explora essa questão sobre o MR, retomando Bertinetto (1982), o qual afirma que

o momento de referência só se justifica teoricamente na representação de tempos compostos, e é denotado pelo verbo auxiliar. Em tempos simples, o momento de referência e o de evento coincidem, mas em tempos compostos, não.

Essa abordagem pode ser confirmada através dos exemplos (06), (07) e (08), com tempos simples nos quais o ME coincide com o MR. Também

pode ser visto nos casos em que a incerteza sobre a localização do MR na linha temporal, representada pela sentença (11), pode ser resolvida com a utilização da forma composta, em (12):

(11) João se apresentou antes de Maria chegar.



Figura 4 – Representação de (11) João se apresentou antes de Maria chegar

Repare que a sentença (11) não garante onde se localiza o MR (chegada de Maria) que ora pode estar antes do MF, ora pode estar depois dele, não garantindo nem mesmo se ele já ocorreu (porque podemos muito bem estar lamentando, no MF, o fato de que João se apresentou antes mesmo de ela ter chegado) o que não acontece em (12):

(12) João tinha se apresentado antes de Maria chegar.

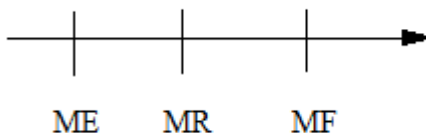


Figura 5 – Representação da sentença (12) João tinha se apresentado antes de Maria chegar

Já em (12) a forma composta *tinha se apresentado* situa exatamente o MR antes do MF e depois do ME, pois não é possível proferir (12) se Maria não chegou e tão menos se ela chegou depois do MF. Contudo, parece que ao utilizar o tempo composto, precisamos sempre de adjuntos temporais, como é o caso de (12) na qual não podemos simplesmente proferir *João tinha se apresentado*. Sem os adjuntos e sem contexto, portanto, a sentença não é aceitável, conforme os exemplos abaixo:

(13) ?João tinha comprado a casa.

Essa estranheza das sentenças com tempos compostos sem adjuntos pode ser verificada também nos exemplos anteriores (14) e (15):

(14) João tinha chegado (às 07h de ontem).

(15) João tinha saído (quando Maria chegou).

Perceba que com a retirada do conteúdo dos parênteses, as sentenças parecem incompletas e não são aceitáveis, exceto em contextos muito específicos. Assim, talvez possamos dizer que tempos compostos precisam de adjuntos que completem o significado da sentença que, por sua vez, imprimem o momento de referência. Contudo, testar essa hipótese não é objetivo deste trabalho.

Foi nessa relação dos momentos envolvidos na cena temporal com o momento do proferimento da sentença que Klein (1994, p. 3) se baseou para afirmar que: “Both tense and aspect can be defined in terms of temporal relations, such as *before*, *after*, *simultaneous*; they only differ in what is related to what”¹⁷.

Os momentos, em Klein (1994), são tratados diferentemente; o que em Reichenbach (1947) era visto como ponto, agora é considerado como intervalo de tempo. Assim, para Klein, o momento de fala, em inglês, é o *Time of Utterance* (TU); o momento de referência é o *Topic Time* (TT); e o momento do evento é o *Time of the Situation* (Tsit)¹⁸. O tempo, segundo essa proposta, é a relação entre TU e Tsit. Já, o aspecto é dado pela relação entre o TT e o Tsit, sendo assim, como intervalos, eles podem preceder, suceder, ou até conter parcial ou totalmente um ao outro (Klein, 1994, p. 99). Na próxima seção iremos aprofundar essas questões para entender melhor como é o sistema aspectual do português brasileiro.

¹⁷ “Ambos tempo e aspecto podem ser definidos em termos de relações temporais, tais como *antes*, *depois*, *simultâneo*; eles somente diferem em o que se relaciona com o que”.

¹⁸ Na maioria das pesquisas que englobam os assuntos tempo e aspecto, *Time of the Situation* (Tsit) é traduzido por momento do evento. Contudo, Klein utiliza *situação*, enquanto que na semântica de eventos falamos em eventos. Esses conceitos, pois, não devem ser confundidos, visto que uma situação comporta muitos eventos.

2.2 Aspecto

Na seção anterior desse capítulo discutimos acerca da teoria de Reichenbach (1947) sobre o tempo porque a utilizaremos ao longo deste trabalho. Sendo ela de fundamental importância para a análise do item *ainda* e para a teoria assumida neste trabalho sobre aspecto, que é outra questão muito ligada ao item e suas interpretações.

O aspecto é uma categoria semântica pela qual há “diferentes maneiras de visualizar a constituição temporal interna de uma situação” (COMRIE, 1976), ou em uma outra concepção, não só visualizar, mas intervir ou penetrar na composição temporal de uma predicação, considerando, assim, aspecto como uma unidade subatômica, ao passo que o tempo seria atômico e indivisível (PARSONS, 1990).

Na estrutura aspectual podem influenciar diversos fatores, tais como verbos, advérbios e perífrases aspectuais, isso sem contabilizar os objetos que combinam com eles e tantos outros elementos que influenciam na sua realização. A combinação de tudo isso é que vai permitir um olhar sob a perspectiva não mais da escolha do falante, mas sim dos intervalos. Por isso, assumimos com Klein (1994) que aspecto (gramatical) é a relação entre o intervalo de referência e o intervalo do evento. Vejamos a diferença entre os exemplos:

- (16) a. João correu de moto.
 b. João estava correndo de moto quando Maria chegou.

A sentença (16a) nos diz que em algum momento do passado, João correu de moto e esse evento está acabado. Já (16b), em algum intervalo do passado João estava correndo no momento em que Maria chegou, mas, se o evento de correr de moto está acabado ou não, nada podemos afirmar. Somos capazes de dizer que o evento em (16b) iniciou, mas seu término é incerto. Perceba que, ao descrevermos essas duas sentenças, falamos sobre a duração do evento, seu início e seu término e, assim, falamos de aspecto verbal.

Para representar essa relação entre os intervalos, Klein (1994) introduziu um novo operador o “estar contido”, símbolo da matemática “ \subset ” e para os casos em que há simultaneidade e igualdade “ \subseteq ”. Nesse caso, em (16b), o intervalo do evento (João estar correndo) é anterior ao intervalo de fala e isso é dado pelo tempo. Também, o intervalo do evento inclui o

intervalo de referência (chegada da Maria) e isso é o aspecto imperfeito: o evento transborda a referência.

Com o intuito de sistematizar essa organização dos intervalos, caracterizados como inclusos, simultâneos ou anteriores, Klein (1994) dividiu o sistema aspectual das línguas em perfectivo, imperfeito e prospectivo. Abaixo, melhor explicados e exemplificados os dois primeiros que são os que nos interessam aqui:

a) Perfectivo

No perfectivo o $TSit^{19}$ está incluído no TT ($TSit \subseteq TT$):

(17) Eu estudei.

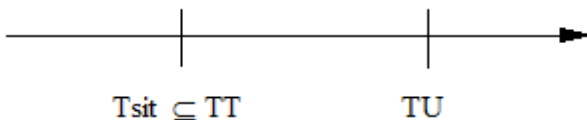
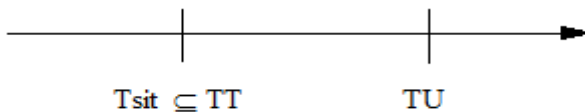


Figura 6 – Representação da sentença (17) Eu estudei

Se o tempo da situação está incluído no tempo da referência, o evento está fechado no tempo, por isso é perfectivo. Essa relação entre $TSit$ e TT é melhor visualizada em sentenças com adjuntos temporais:

¹⁹ Enquanto estivermos tratando da teoria de Klein (1994), utilizaremos sua nomenclatura, depois voltaremos às nomenclaturas introduzidas por Ilari (1997), com base em Reichenbach (1947).

(18) A Maria se apaixonou no momento em que João estava fazendo a janta.



Maria se apaixonou evento de João fazer a janta.

Figura 7 – Representação da sentença (18) A Maria se apaixonou no momento em que João estava fazendo a janta.

Para saber qual intervalo que está contido no qual, basta pensarmos qual dos eventos já estava acontecendo quando um outro evento entra em cena. Por exemplo, em (18), primeiro João estava fazendo a janta para nesse intervalo Maria se apaixonar, logo, Maria se apaixonou ($Tsit$) está contido ou é igual ao evento de janta (TT). Sua notação é a seguinte: $Tsit \subseteq TT$.

b) Imperfectivo

No imperfectivo o $Tsit$ começa antes ou simultaneamente ao TT e termina depois dele. Assim, o $Tsit$ contém o TT ($TT \subset Tsit$):

(19) Eu estava estudando, quando o menino gritou.

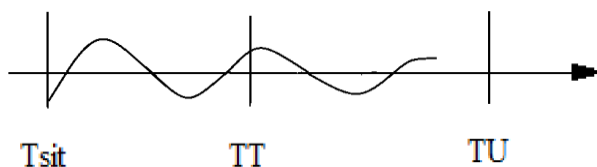


Figura 8 – Representação da sentença (19) Eu estava estudando, quando o menino gritou.

O $Tsit$ (estar estudando) já estava acontecendo quando houve o TT (grito), portanto, o grito está incluído no $Tsit$. Nesse caso, o evento de estudar pode se estender para além do intervalo de referência, ele está, pois, se desenrolando no tempo, sem que haja, contudo, um comprometimento com

o final, tomando o intervalo de referência como pano de fundo. Ele está, pois, em aberto. Segundo Smith (1997), assumindo Comrie (1976), o aspecto verbal se subdivide em dois:

Há basicamente dois pontos de vista: o **perfectivo** e o **imperfectivo**. Quando o falante escolhe o primeiro, ele descreve uma situação por completo, i.e., com seu começo, meio e fim; quando escolhe o segundo, ele descreve uma parte da situação, i.e., ou o começo, ou o meio, ou o fim (BERTUCCI, 2011, p. 16)

Esse é um dos pontos cruciais deste trabalho. O *ainda* pode ocorrer livremente e com mesma interpretação nos dois pontos de vista? Conforme os dados empíricos apresentados no primeiro capítulo, já apontados por Ilari (1984) e verificados em Gritti (2008), ele não se combina com essa situação acabada do perfectivo sem algum auxílio contextual. É também objetivo deste trabalho explicar o porquê dessa restrição.

A literatura defende que um evento télico veiculado sob o aspecto perfectivo acarreta o alcance do *telos* desse evento, ou seja, que “o perfectivo denota um evento como um todo, incluindo, então, seu início e fim (COMRIE, 1976; KAMP & REYLE, 1993), entre outros. Essa é a leitura que Kratzer (1998) faz do texto de Klein (1994), o evento télico perfectivo chegou ao seu final, atingiu seu objetivo, porque ele está contido no tempo de referência ($t(e) \subseteq t$), conforme as fórmulas de Kratzer (1998):

$$(20) \text{[[imperfectivo]]} = \lambda P. \lambda t. \exists e [t \subseteq \tau(e) \ \& \ P(e)]$$

$$(21) \text{[[perfectivo]]} = \lambda P. \lambda t. \exists e [\tau(e) \subseteq t \ \& \ P(e)]$$

A denotação (20), do imperfectivo, afirma que o imperfectivo denota um conjunto de eventos P tal que o tempo do evento inclui o tempo de referência. O ME, representado na fórmula por $\tau(e)$, contém o momento de referência: $t \subseteq \tau(e)$. Já a denotação do perfectivo em (21) é o conjunto de eventos que têm a propriedade de ser P e cujo intervalo está contido no momento de referência: $\tau(e) \subseteq t$. Assim, no perfectivo, o MR inclui o intervalo em que o evento ocorreu ou o momento do evento até ser concluído, e isso acarreta que o evento se completou.

Como veremos mais adiante, na seção 2.4, a ocorrência de *ainda* não está condicionada ao alcance ou não do *telos*. Assim, iremos considerar, com Kratzer (1998), que o evento descrito no aspecto perfectivo pode estar

acabado (no sentido de que o intervalo de evento está contido no intervalo de referência)

Dadas as teorias de tempo e aspecto propostas para as línguas e que iremos adotar ao longo deste trabalho, é necessário visualizar como se comporta o sistema tempo-aspectual do português brasileiro mediante tal aparato. Em seguida, faz-se também necessário conhecer como é a atuação do *ainda* dentro desse cenário.

2.3 Alguns aspectos do sistema tempo-aspectual do português brasileiro

Dentre outros, Ilari (1997) aplicou em exemplos do português brasileiro a proposta de Reichenbach (1947/2004) para a descrição do tempo, apresentada na seção 2.1, deste trabalho. Os exemplos que aqui foram trazidos se basearam também no livro *A expressão do tempo em português*. Não é objetivo deste trabalho fazer uma longa revisão bibliográfica do que temos de teorias sobre o sistema tempo-aspectual para o português brasileiro, tampouco acrescentar novos paradigmas para tal, mas apenas apresentar o quadro para poder avaliar sua combinação com *ainda*. Assim, apresentamos aquilo que julgamos ser consenso na literatura, a fim de descobrir quais são as contribuições semânticas que são próprias do tempo e do aspecto e quais são cabíveis ao item lexical *ainda*, visto que ele se encontra intimamente ligado a essa última categoria.

2.3.1 Pretérito perfeito simples e composto

A gramática tradicional traz três classificações de pretérito perfeito. Trata-se do pretérito perfeito simples, exemplificado em (22), do pretérito perfeito composto, em (23), do pretérito mais que perfeito composto, em (24):

(22) João cantou. (pretérito perfeito simples)

(23) João tem cantado com Maria. (pretérito perfeito composto - interpretação de imperfeito)

(24) João tinha cantado quando Maria chegou. (pretérito mais que perfeito composto)

Todos eles contêm na sua denominação a palavra “perfeito”. Contudo, (23) tem uma interpretação de imperfeito, indicando que é um

hábito que João tem de cantar, ultimamente, com Maria. Diferentemente, de (22) e (24) nos quais o evento está acabado. Em (22) há um evento passado acabado e em (24) há um evento no passado anterior acabado.

Quanto a essa diferença de interpretações, Silvério (2001) faz uma observação sobre o pretérito perfeito composto e a forma simples do pretérito perfeito, representada pelo exemplo abaixo de sua autoria:

(25) Nos últimos 2 meses, Bernardo viveu / tem vivido em condições muito desfavoráveis.

Na forma do pretérito perfeito simples, com o adjunto, para a autora, não podemos saber se no momento da fala Bernardo continua vivendo em condições desfavoráveis – aceção inclusiva (nome dado por Silvério) dada pelo adjunto *nos últimos dois meses* – ou se essas condições deixaram de existir. Com o passado composto²⁰, a única interpretação disponível é a inclusiva, de que Bernardo no momento da fala continua vivendo em condições muito desfavoráveis, com ou sem o adjunto adverbial.

Assim, dada essa interpretação de imperfectivo para o passado composto, segundo Silvério (2001), esse tempo pode ser, em alguns casos, parafraseado pela interpretação de habitual, a notar também nos casos abaixo, no lado direito da barra:

(26) João continuou / tem continuado a procurar emprego desde a última vez em que nos encontramos.

(27) Os clientes desta loja sempre reclamaram / têm reclamado.

A segunda sentença (depois da barra), mesmo tendo a forma de passado composto, assume uma perspectiva imperfectiva. Essa questão já fora discutida no final do século pelos autores Gonçalves Viana e Paiva Boléo e retomada por Ilari (1997) o qual afirma que o passado composto, por si só, exprime iteração ou valor de continuidade e refere-se a um período que começa no passado, mas não se conclui. Essa diferença de interpretações se dá, segundo o autor, devido às características aspectuais do predicado (acionalidade ou aspecto lexical). E, assumindo tal perspectiva, assume também o não-fechamento do evento ou estado, o que é próprio do imperfectivo, ao contrário do pretérito perfeito simples sem adjuntos.

²⁰ “Passado composto”, termo utilizado pela autora para tratar o pretérito perfeito composto da gramática tradicional.

Assim, como pudemos ver, o perfeito para a GT pode ser expresso pela forma simples, com o verbo principal flexionado, e pela composta, com o verbos auxiliares (como *ser, ter, haver, estar*, etc, flexionados) + verbo principal (no particípio) cuja combinação, contudo, como dissemos no caso do pretérito perfeito composto, se comporta diferentemente dos demais tempos perfeitos e por isso, não vamos considerá-lo como perfectivo (aspecto em que o evento está finalizado).

Autores tentaram sistematizar em fórmulas a estrutura do pretérito perfeito no português brasileiro. Corôa (1985) estabelece algumas fórmulas para o pretérito perfeito simples e para o pretérito-mais-que-perfeito que podem variar entre as notações $ME < MR = MF$ ²¹, ou $ME = MR < MF$ ou ainda $ME = MR < MF$, exemplificadas pelas sentenças abaixo:

- (28) a. Maria diz: “José chegou”.
 b. Maria disse que José tinha chegado (chegara).
 c. João entrou no consultório no momento em que Maria chegou.

Na sentença (28a) o MR - que é o evento de dizer - e o MF coincidem, mas a chegada de José, que é o ME, é anterior a eles. Seu significado é, portanto, capturado pela fórmula $ME < MR = MF$. Em (28b), contudo, a fórmula é outra ($ME < MR < MF$), trata-se do pretérito mais-que-perfeito, no qual o MR, que é o evento *dizer*, é anterior ao MF e a chegada de José (MR) é anterior ao evento de dizer. Em (28c) a fórmula é a $ME = MR < MF$, na qual o evento de entrada do João (ME) é simultâneo à chegada de Maria (MR) que, por sua vez, é anterior ao MF. Para essa variação de fórmulas, Ilari (1997) aponta que elas não são suficientes, pois encontramos interpretações distintas para o pretérito-mais-que-perfeito e para o pretérito perfeito simples, dependendo da incidência dos adjuntos temporais, o que também foi visto nos exemplos (29) e (30), repetidos aqui:

(29) João continuou / tem continuado a procurar emprego desde a última vez em que nos encontramos.

(30) Os clientes desta loja sempre reclamaram / têm reclamado.

²¹ Corôa não utiliza as abreviaturas MR, ME e MF. Para a autora, R significa o momento de referência, S o momento de fala e E o momento de evento, tal como está em Reichenbach (1947-2004). Nós consideramos neste trabalho que as situações são localizadas na linha do tempo conforme os intervalos, dados em Klein (1994), contudo, utilizamos a nomenclatura de Ilari (1997).

Como as fórmulas variam de acordo com a incidência dos adjuntos ou no MR, ou no ME, Ilari (1997), a fim de uniformizar a relação entre adjuntos e intervalos temporais, propôs que esses adjuntos adverbiais deveriam sempre fixar o MR, conforme citado anteriormente.

Em suma, podemos dizer que no PB, a interpretação que temos para o pretérito perfeito simples e para o pretérito-mais-que-perfeito composto é de que os eventos ou estados estão concluídos, diferentemente do pretérito perfeito composto cujos intervalos podem estar abertos. Isso vai depender da flexão dos verbos auxiliares (*tinha-tem comprado*), assim como, a incidência dos adjuntos temporais também vai influenciar nas interpretações.

2.3.2 Imperfectivo

O aspecto gramatical imperfectivo pode ser marcado pela morfologia, através das flexões nos verbos (*cant-a, viv-e, part-e, sorr-i* – no presente e *am-ava* – no passado); pelas perífrases verbo *estar* flexionado + gerúndio (*estava cantando*, passado e *está cantando*, presente – mas, não por *esteve cantando*) e verbo *ter* flexionado + particípio (*tem cantado*); pelo verbo *ir* flexionado + verbo no infinitivo (*vou amar*, futuro). Morfologicamente, a flexão *ava* é pretérito imperfectivo, e quando utilizada somente no verbo principal, muitas das vezes, é associada à modalidade e à genericidade (que são imperfectivos), conforme a comparação abaixo:

(25) João cantava para você se você demonstrasse mais consideração por ele.

(26) Antigamente, os alunos estudavam mais.

Como no aspecto imperfectivo, o intervalo de tempo está aberto, isto é, os eventos podem ocorrer para além do MR, as interpretações, no PB, podem indicar hábitos ou repetição de eventos ou ainda denotar uma leitura genérica ou episódica. Esse comportamento no PB não se estende para outras línguas, que para indicar repetição de eventos, por exemplo, precisam dos advérbios, como é o caso do francês, mas se estende para o caso do inglês.

Dentro do imperfectivo está o presente, mas o tratamento para a flexão do presente do indicativo é um desafio para diversas línguas porque

ela permite vários tipos de leituras, que alternam entre si (GONÇALVES, 2007). Eis algumas delas no PB:

(27)

a. João nada. (hábito e habilidade)

b. Peixe nada. (genérica)

c. João nada agora. (episódica)

d. João nada. (dependendo dos advérbios, tem leitura de futuro) – João nada amanhã.

e. João nada os 40 metros mês passado, vence e é condecorado. (narrativa histórica)

f. João nada na raia 4 da piscina olímpica. (narração esportiva)

A sentença *João nada* tanto pode expressar que João tem o hábito de nadar, quanto pode dizer que João, no momento de proferimento da sentença, está nadando e também dizer que João tem a capacidade de nadar, fora as leituras da narrativa e a que expressa futuro.

Segundo Gonçalves (2007), a morfologia tempo-aspectual de presente é bem menos intuitiva do que a dos demais tempos, pois se imaginarmos uma linha temporal das sentenças em (27) no qual o momento central é o MF, podemos perceber que as sentenças aceitam leituras em todas as regiões da linha temporal. Dado que (27d) se refere a um momento que está à direita do MF, (27e) a um momento que está à esquerda ((27d) e (27e) vão depender dos advérbios), (27c) a momentos simultâneos ao MF, representando uma leitura episódica, como em uma resposta à pergunta o que João está fazendo agora²²? e (27b) trata-se de uma genérica, oposta a uma sentença episódica, particular. Ademais, segundo o autor, (27a) - leitura habitual – não se refere a intervalos temporais, mas a algum tipo de categoria modal. Essa instabilidade da localização temporal talvez seja porque a morfologia temporal de presente também marca a de aspecto ou porque parece que o presente do indicativo não marca tempo. Ele é neutro e por isso pode expressar presente semântico – acontece no MF – passado ou futuro, mas não é objetivo deste trabalho resolver essa questão.

Além de toda essa variação de interpretações para o presente no PB, utilizando a mesma forma morfológica, ainda temos a forma perifrástica (estar + verbo + *ndo*) para expressar o progressivo, mas essa é outra forma. O que também acontece no espanhol e no italiano

²² A sentença (27c) não é muito comum para representar uma leitura episódica. Os falantes do PB, geralmente, escolhem a perífrase verbal João *está nadando* para tal leitura, mas ela é possível.

(GONÇALVES, 2007) e não acontece em francês o qual utiliza a forma perifrástica (*en train de*) em casos muito específicos e raros.

Há ainda de se ressaltar que conforme o predicado, no aspecto gramatical imperfectivo, há diferença de leituras. Por exemplo:

(28) João canta (hábito, profissão)

(29) João anda (capacidade)

Perceba que ambas estão no mesmo aspecto gramatical e no mesmo aspecto lexical (ambas atividades), logo, não foi nenhum dos aspectos que gerou as mudanças de interpretação. Parece que nesse caso, a questão é pragmática. O que mudou foi o predicado *cantar*, que é mais típico de denotar uma profissão, enquanto que não há uma profissão associada com *andar*, com o qual não há essa situação prototípica²³.

Além disso, com exceção de (27e) e (27d), todas as outras sentenças da sequência acima tratam de eventos abertos, inconclusos. Segundo Silvério (2001), o presente no PB e em nenhuma língua tem leitura perfectiva. Contudo, podemos perceber que (27e), no presente histórico, é um contra-exemplo disso. Talvez, o melhor seria dizer que a flexão verbal de presente no PB, sem o acréscimo de adjuntos, é neutra, não marca tempo²⁴, talvez daí a explicação para muitos autores não considerarem presente como um tempo verbal.

Com relação ao pretérito imperfectivo podemos dizer o mesmo – o evento está inconcluso e nada diz sobre o momento posterior a ele, conforme podemos ver nas sentenças abaixo.

(30)

a. João nadava. (hábito e habilidade)

b. João estava nadando (quando Maria chegou). (episódica)

O imperfeito morfológico (como *cantava*) parece em PB, não ter o mesmo funcionamento da perífrase (*estava cantando*), porque a perífrase é, em geral, episódica, enquanto que o imperfectivo morfológico parece ser associado à genericidade ou modalidade (PIRES DE OLIVEIRA, 2010), conforme os exemplos:

(31) João dançava para você se Maria pedisse. (modalidade)

²³ Conforme o predicado, o *ainda* também vai obter leituras distintas.

²⁴ Pires de Oliveira (2012), em c.p.

(32) João dançava na boate, enquanto sua esposa passava mal em casa. (episódica)

(33) As mulheres, antigamente, cozinhavam melhor. (genérica)

Em (33) há uma generalização, em parte obtida pela forma flexionada do imperfectivo. Em (31), a paráfrase seria que João dançaria para você se Maria pedisse, o evento, pois, não aconteceu, enquanto que em (32), João dançava em um determinado momento, ao contrário de (31), neste o evento estava ocorrendo. Por isso, dizemos que a flexão verbal do imperfectivo não se comporta de maneira semelhante à perífrase verbal, como pode ser visto se substituirmos a forma simples pela perífrase. Além disso, no PB contemporâneo, é muito mais comum utilizar a perífrase para representar um evento episódico que está se desenrolando (imperfectivo). Observando a fala, no PB, em geral, os falantes não utilizam a morfologia de imperfectivo *ava(m)* como em (32), o mais comum seria:

(34) João estava dançando na boate, enquanto sua esposa estava passando mal em casa.

As leituras genéricas são obtidas no português brasileiro não somente por essa flexão de imperfectivo, mas através dos nomes, da pluralidade, da falta de determinantes, entre outros, como será visto na seção seguinte.

2.4 Ainda: contribuição para o sistema tempo-aspectual do português brasileiro?

Em Gritti (2008) já foi afirmado que o *ainda* não é sensível ao tempo, pois pode se combinar com todos os tempos verbais com a mesma interpretação de continuação, por exemplo, com as devidas especializações.

(35) João ainda estuda na UFSC. (presente)

(36) João ainda estudava na UFSC, quando passou em um concurso. (passado)

(37) João ainda vai estar estudando na UFSC quando fizer 30 anos. (futuro)

Muito embora um de seus usos tenha sido chamado de temporal por Gritti (2008) e por outros autores funcionalistas (citados no capítulo 1), suas restrições de ocorrência, como demonstrado naquele trabalho por Gritti, estão mesmo relacionadas ao aspecto. Há uma tensão entre aspecto

perfectivo e imperfeito e o uso de *ainda*. Ao compararmos sentenças nessas duas perspectivas aspectuais, percebemos uma diferença de interpretações:

	Presente	Passado	Futuro
Perfectivo		(38) a. # João ainda cortou o cabelo ontem, quando Maria chegou.	
Imperfeito	João ainda está cortando o cabelo agora. João ainda corta o cabelo todos os meses.	b. João ainda cortava o cabelo todos os meses quando Maria o conheceu.	João ainda vai cortar o cabelo daqui a pouco.

O quadro mostra que há uma diferença entre as sentenças (38a) e (38b), o *ainda* é, portanto, sensível ao aspecto, cuja explicação virá nas próximas seções, que têm o objetivo de mostrar essa sensibilidade tanto ao aspecto lexical, quanto ao gramatical e as possíveis combinações de *ainda* que geram as quatro possibilidades de interpretações:

1. Continuação
2. Adição
3. Repetição
4. Desejo (só com o futuro)

Com exceção da interpretação de desejo que acontece somente com o futuro²⁵, a continuação somente no imperfeito e a repetição somente no perfectivo (fato que é facilmente explicável), a adição está presente em todas as combinações tempo-aspectuais, embora haja especializações: i. continuação – só no imperfeito; ii. adição – mais comum com perfectivo. Portanto, o ponto comum denotado por *ainda* é a adição, que está até mesmo dentro da interpretação de continuação, da repetição e da interpretação de desejo. Mais à frente, isso ficará mais claro.

²⁵ No futuro, pelo menos em uma interpretação o evento não ocorreu e por isso ele já se distingue dos demais tempos.

2.4.1 Aspecto perfectivo

a) Leitura aditiva

No aspecto perfectivo, tanto com a forma simples, quanto com a composta, quando positiva, a interpretação com *ainda* é marcada, veja o contraste abaixo com a forma imperfectiva.

- (39) a. João ainda brinca de carrinho.
 b. João ainda tem brincado de carrinho.
- (40) a. # João ainda brincou de carrinho.
 b. # João ainda tinha brincado de carrinho.

Devido a essa distinção, Ilari (1984) apontou que o *ainda* faria parte da classe dos itens de polaridade negativa, aqueles que, preferencialmente, ocorrem em contextos negativos. Contudo, em Gritti (2008) demonstramos que sua restrição não é com contextos afirmativos, mas, sim, com contextos de aspecto perfectivo, ou seja, não é que *ainda* prefira contextos afirmativos, ele prefere contextos imperfectivos (com a leitura de continuação). Nessa perspectiva, o item impõe certas restrições ao contexto, por isso ele é marcado com o perfectivo.

- (41) a. # João ainda brincou.
 b. (João foi no inglês, fez todas as tarefas) e ainda brincou.

Se tomado isoladamente, o exemplo em (41a) é marcado. Já em (41b), João fez várias coisas antes, ou seja, há pelo menos um evento de um tipo diferente (e isso é pressuposto), assim, ela é aceitável. Diante disso, podemos dizer que a interpretação mais natural, no perfectivo, é a aditiva²⁶, tal como o item *háí*, do chinês que toma como argumento eventos temporalmente fechados (mostrado no capítulo 1).

A princípio, em Gritti (2008), pensávamos que esses eventos deveriam vir antes do evento veiculado pela sentença, no caso *brincar*, em (41a) – João fez as tarefas, foi no inglês e depois brincou; todos esses

²⁶ Em Gritti (2008), nomeamos essa leitura como *discursiva*, porém o nome mais adequado é aditiva, dado o que ela veicula.

eventos, pois, vieram antes do evento brincar. Contudo, todos esses eventos, podem ser anteriores, simultâneos ou posteriores ao momento de evento²⁷, no caso, *brincar*, como é o caso de *há* no chinês. Observe que João pode ter feito todas as tarefas, depois brincado, ido ao inglês, não necessariamente nessa ordem. Nesse caso, não há necessidade de os eventos estarem ordenados no tempo, logo, não importa a ordem, inclusive, o evento de brincar pode ocorrer, concomitantemente ou intercaladamente, aos eventos citados antes²⁸.

Essa leitura aditiva até acontece no imperfectivo, mas em contextos muito específicos e não é a mais saliente, como será demonstrado na próxima seção. No imperfectivo, como adiantado no primeiro capítulo, a interpretação mais natural das sentenças é a da continuação, o que, no entanto, não acontece no perfectivo, cuja interpretação natural é a da adição. Nossa tese é a de que como no imperfectivo a finalização do ME está aberta, como fora mostrado na seção 2.2 deste capítulo, a leitura de continuação se combina bem nesse aspecto; o que não acontece no perfectivo, no qual a finalização do ME já está dada, forçando, assim, uma outra leitura, a da adição, isto é, somar mais um evento atômico. Essa hipótese será explorada na conclusão do capítulo.

b) Leitura repetitiva

Uma outra interpretação, um pouco mais difícil de ser encontrada, é a da repetição, no sentido de mais uma vez – sinônimo de *de novo* – houve um evento e um outro evento do mesmo tipo voltou a acontecer. Semelhante ao *again*, com ordenação temporal, por assim dizer. Essa interpretação é mais fácil de ser encontrada em exemplos com o *antes de morrer*:

(42) João ainda brincou antes de morrer.

O intervalo de tempo está fechado, mas João já brincou antes. Vejamos como são vistas pelos falantes essas ocorrências de *ainda* no perfectivo.

²⁷ Apontamento feito por Basso (2010).

²⁸ O que não acontece com *encore* e *ancora* com leitura incremental, no francês e no italiano, pois quando apresenta essa leitura, eles são semelhantes ao *de novo*, no português, e ao *again*, no inglês, como fora mostrado no capítulo um deste trabalho. Assim, essa diferença dada pela ordenação ou não dos eventos mostra que a leitura de adição do *ainda* não é a leitura incremental de *encore* e *ancora*.

2.4.1.1 Um pequeno teste empírico

Intuitivamente, em conversa informal com falantes, para a maioria deles, a interpretação que vem à cabeça diante de uma sentença com o *ainda*, combinado com um verbo no aspecto perfectivo, é a de adição. Contudo, para termos certeza da interpretação de *ainda* no perfectivo, que é marcado, fizemos um teste, que está em anexo, no fim desta tese. Apresentamos sentenças como:

(43) João ainda viu um filme.

e perguntamos qual a interpretação do falante. A resposta da maioria foi no sentido de que há uma interpretação de adição; João participou de outros eventos, como por exemplo, foi ao shopping, ao mercado, almoçou com a família e também participou de mais um evento, o de ver um filme. A interpretação de repetição de eventos, nesse momento, não fora citada.

Depois disso, apresentamos a sentença abaixo:

(44) João ainda fumou antes de morrer.

e perguntamos quais das seguintes interpretações, eles conseguiam enxergar:

- a. () João estava muito mal e ainda por cima fumou antes de morrer.
- b. () João já tinha fumado outras vezes durante a vida e fumou pela última vez antes de morrer.
- c. () João nunca tinha fumado antes na vida, exceto naquela vez antes de morrer.

Em seguida, elencamos várias outras sentenças semelhantes a (44), com a mudança do predicado, mantendo o adjunto *antes de morrer*. Do teste que contou com 50 informantes, 10 viram uma leitura de repetição em qualquer sentença, independente do predicado, 4 não viram nem a leitura de repetição, nem a de que o evento aconteceu uma única vez, 7 afirmaram que há as duas leituras: a da repetição e também a de que o evento ocorreu uma única vez. Sendo que a maioria, 24, não vê a repetição em sentenças como:

(45) a. João ainda escreveu o testamento antes de morrer.

b. João ainda construiu uma casa antes de morrer.

Mas, viram a interpretação de repetição em outras sentenças, tais como:

(46) a. João ainda escreveu uma carta antes de morrer.

b. João ainda fumou um cigarro antes de morrer.

Diante disso, podemos perceber que há uma alternância na intuição dos falantes quando substituído o predicado da sentença, o que apresenta mais um indício de que a leitura de repetição não é a predominante e não se mantém diante de qualquer predicado, haja vista que são 20% dos entrevistados que “enxergam” a interpretação de repetição. Mas, pode-se dizer que essa leitura existe, principalmente quando comparada com certos predicados e, necessariamente, aliada a algum tipo de adjunto, por exemplo, nesse caso, o *antes de morrer*.

Isso leva à constatação de que há algumas atividades ou estados que são mais comuns de acontecerem repetidamente, como escrever carta e fumar cigarro; por outro lado, outras que são mais comuns de acontecerem uma vez na vida, como é o caso de escrever um testamento e construir uma casa (a menos que o sujeito seja pedreiro). São, assim, estados ou atividades mais comuns do cotidiano que já carregam a interpretação de repetição.

Contudo, mesmo dependendo do tipo de predicado a que são unidos, a repetição é dada em função da combinação do *ainda*, pois se formos analisar as mesmas sentenças com predicados “propícios” à repetição quando eles não estão aliados ao *ainda*, nada acontece no sentido de pressuporem eventos anteriores do mesmo tipo:

(47) a. João escreveu uma carta antes de morrer.

b. João fumou um cigarro antes de morrer.

Não há nas sentenças acima algo que diga que já houve um evento anterior de escritura de carta ou de fumar um cigarro, diferentemente das sentenças com o *ainda*. Assim, a repetição ocorre no aspecto perfectivo, através da combinação com o *ainda*. Nessa interpretação, a ordenação dos eventos no tempo está presente.

Fora esse teste, fizemos a pergunta a mais 20 pessoas, diferentes das anteriores, com outras sentenças, e 20% novamente perceberam a interpretação de repetição. Assim, com o *ainda*, no aspecto perfectivo, obtemos as interpretações de adição e repetição. Como vimos, a interpretação de continuação não ocorre no aspecto perfectivo.

Nesse momento, podemos nos perguntar, então; qual a diferença entre a interpretação de adição e a da repetição? Na leitura de adição os eventos podem ser diferentes, já na leitura de repetição os eventos são do mesmo tipo. Mas, por vezes, a presença dessas duas leituras, formam ambiguidade nas sentenças:

(48) Nós demos uma gravata para nosso pai no dia dos pais. Nós ainda vamos dar uma gravata no seu aniversário²⁹.

A segunda sentença de (48) é ambígua:

1. Demos uma gravata no dia dos pais e ainda por cima (também, além disso) vamos dar no aniversário. (adição)
2. Demos uma gravata no dia dos pais e vamos dar de novo uma no aniversário. (repetição)

2.4.2 Imperfectivo

a) Leitura continuativa

No aspecto imperfectivo o *ainda* ocorre tanto com o presente morfológico (cant-o), ou com a perífrase (*está cantando*), quanto com o pretérito imperfectivo. Não há restrições. Em todos os casos, a primeira interpretação que temos é a da continuação de um hábito ou a da continuação de um evento ininterrupto no tempo (continuação de um evento episódico), a depender da forma verbal combinada ao aspecto:

- (49) a. João ainda come bananas.
 b. João ainda está almoçando.

Como já foi dito na seção 2.3.2, em sentenças sem o *ainda*, no aspecto imperfectivo, o responsável por estabelecer essa interpretação do hábito ou da episodicidade de um evento (e suas possíveis continuações) é o aspecto gramatical + aspecto lexical.

O fato é que é o aspecto o responsável por fornecer as leituras de habitualidade ou de episodicidade e suas possíveis continuações, assim, qual seria o papel do *ainda*? A contribuição do *ainda*, com o aspecto imperfectivo, é o prolongamento seja do hábito, da habilidade ou do evento

²⁹ Exemplo baseado no exemplo de Donazzan (2008).

episódico, para além das expectativas³⁰. Ou seja, com o aspecto imperfeito a informação é a de que o evento está em aberto para além do esperado. Aí, talvez esteja a diferença entre o *continuar* e o *ainda*. Dado que o *ainda* indica continuação, por que não utilizar o verbo *continuar*? A possível escolha pelo *ainda* seria pelo componente pragmático, mas esse seria assunto para um futuro trabalho³¹. Por ora, podemos dizer que o *ainda* denota, necessariamente, que o hábito precisa continuar, a habilidade precisa continuar para além das expectativas, etc..etc...Em raros casos, aqueles da interpretação marcada, a contribuição é a da adição de um evento, também não esperado.

Além disso, ao proferirmos:

(50) João se defende no Tribunal

Pode ser o caso que João começou a se defender no exato momento em que a sentença é proferida, assim como ele pode tanto ter iniciado antes. Assim como ele pode ter continuado a se defender depois do ME ou não, conforme pode ser visualizado na representação abaixo:

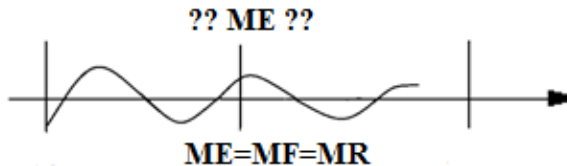


Figura 9 – Representação da sentença (50) João se defende no Tribunal

Suponha que já se passaram 6 horas de julgamento do João e, ao final dessas 6 horas, chega alguém e espantado, profere *e João ainda se defende no Tribunal*. A sentença, nesse caso, necessariamente, veicula a continuação do evento de defesa, sem interrupção no tempo (os pontilhados na figura representam a continuação). Ou seja, a sentença com o *ainda* é

³⁰ Em Gritti (2008, p. 44), mostramos que todos os usos de *ainda* possuem uma contra-expectativa. No capítulo cinco, mostraremos como isso acontece. Ele é utilizado para informar que a situação veiculada pela sentença não faz parte da expectativa criada pelo fundo conversacional compartilhado.

³¹ Agradeço aqui pelo apontamento feito pelo prof. Roberlei Bertucci, na ocasião da banca de defesa deste trabalho.

mais informativa porque ela é válida em menos situações, já que ela exige que haja um evento pressuposto, o que não ocorre com a sentença sem o *ainda*.

(51) João ainda se defende no Tribunal.

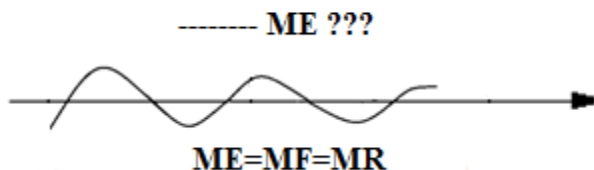


Figura 10 – Representação da sentença (51) João ainda se defende no Tribunal

O mesmo pode ser dito para o pretérito imperfeito, no qual há a leitura de continuação:

(52) João estava se defendendo quando a Maria chegou.

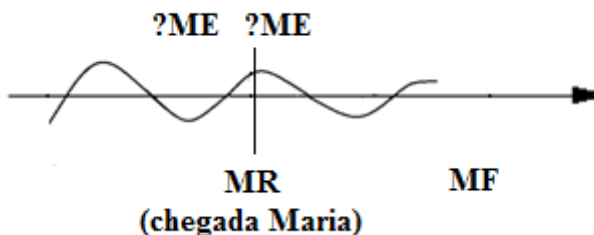


Figura 11 – Representação da sentença (52) João estava se defendendo quando Maria chegou

No momento em que Maria chegou (MR), João estava se defendendo, mas ele pode ter começado naquele instante, assim como ele pode ter iniciado antes. Já na sentença com o *ainda*, João, necessariamente, começou a se defender antes da chegada de Maria:

(53) João ainda estava se defendendo quando Maria chegou.

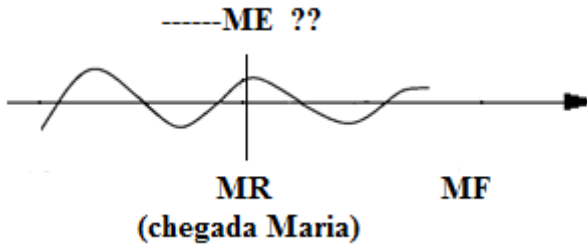


Figura 12 – Representação da sentença (53) João ainda estava se defendendo quando Maria chegou

O mesmo pode ser dito para uma das interpretações do futuro – João tanto pode começar a comer às 4h, quanto pode ter iniciado antes, em (54), diferente de (55) – novamente, os pontilhados na figura indicam continuação:

(54) João vai estar comendo às 4h da tarde.

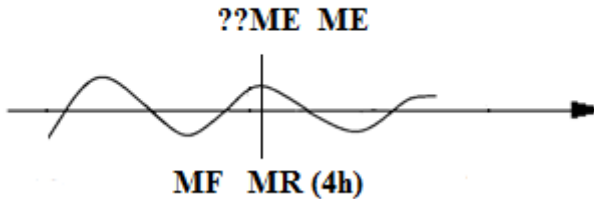


Figura 13 – Representação da sentença (54) João vai estar comendo às 4h da tarde

(55) João ainda vai estar comendo às 4h da tarde.

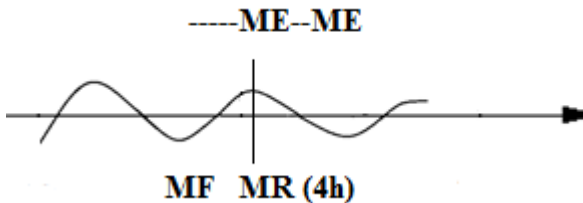


Figura 14 – Representação da sentença (55) João ainda vai estar comendo às 4h da tarde

Qual a diferença entre a sentença com e a sentença sem o *ainda*?

(56) João se defende no tribunal.

(57) João ainda se defende no tribunal.

A intuição do falante diz que em (57) sabemos que o evento de se defender já tinha iniciado e continua, o que não sabemos se acontece em (56). Há casos em que a interpretação de continuação fornecida por *ainda* é mais evidente. Veja o contraste de interpretações com e sem o item:

(58) a. ? Fui ao médico, mas estou doente.

b. Fui ao médico, mas ainda estou doente.³²

A sentença (58a) é estranha, parece que falta um complemento. O que não acontece com (58b). Para a sentença (58a) ser aceitável, o *ainda* precisa estar implícito na interpretação. Nesse caso, a interpretação de continuação é essencial para a sentença ser aceitável.

b) Leitura de adição e repetição

No contexto imperfectivo, é muito rara a interpretação de adição, aquela que é a leitura natural do contexto perfectivo e, quando ocorre, é marcada, contextualmente, como a sentença abaixo:

(59) João está jogando bola, brincando com os amigos e ainda fazendo as tarefas.

Diante dessa sentença, temos as seguintes interpretações:

1^a. interpretação: aditiva (somente em contextos como esse, de lista)

João faz tudo aquilo e ainda por cima faz as tarefas.

2^a. interpretação: hábito continua para além das expectativas. João continua com o hábito de jogar, brincar e fazer as tarefas.

Nesse caso, a ambiguidade poderia ser explicada através da colocação do *ainda* na sentença: João AINDA faz tudo isso (2^a interpretação), ou João faz tudo isso e AINDA faz mais as tarefas (1^a. interpretação). Assim,

³² Agradeço ao Diego Rafael Vogt pelo exemplo.

resolvendo dessa maneira, não há mais ambiguidade. Esse é o quadro para interpretações, contextualmente, marcadas. Contudo, essa segunda interpretação, se não resolvida com a questão da ordem na sentença, não é captada por muitos falantes, é, portanto, bem difícil de ser encontrada.

Além desses exemplos com *ainda* que parecem conter a leitura de repetição, a amostra do corpus do Nurc, analisado por Gritti (2008), com ocorrências de *ainda*, não apresentou nenhum dado do item com interpretação de repetição. Portanto, no PB, com o *ainda* no aspecto imperfectivo não há interpretação de repetição, ou seja, a repetição como no caso dos hábitos, já é dada pelo aspecto, o *ainda* informa que o hábito continuou. Mais detalhes sobre a leitura de repetição serão dados mais adiante.

Uma outra interpretação encontrada no imperfectivo é a capacidade que um indivíduo ou uma coisa possui. Essa parece ser mais difícil de ser interrompida e, portanto, tende a se combinar com o *ainda*.

(60) João ainda canta muito bem.

(61) João ainda pinta.

(62) João ainda escreve com a mão esquerda, mesmo não sendo canhoto.

2.5 Futuro

O tratamento do futuro é um pouco diferenciado dos demais, pois o futuro descreve um evento que ainda não é fato, está por vir. Semanticamente, uma sentença que expressa futuro é aquela em que haverá um evento ou se estabelecerá um estado em um momento posterior ao MF.

Assim, nesta tese, mostraremos que o futuro ora apresenta referência temporal, ora referência modal que, por sua vez, denota diversas interpretações dependentes do contexto. Mas já adiantamos que não é nossa intenção aprofundar a semântica do futuro. Em vista disso, além das leituras iguais as dos outros tempos, com o futuro, o *ainda* apresenta uma interpretação a mais, distinta das demais, o que tentaremos explicar nesta seção.

2.5.1 Interpretações de *ainda* no futuro

No futuro também há o sentido de que o evento ou o estado irá acontecer para além das expectativas, o que está também presente no

imperfectivo e no perfectivo, questão que será detalhada no capítulo cinco. Além disso, há as mesmas interpretações de continuação, repetição e adição, mesmo não sendo as interpretações *default* para esse tempo. A interpretação mais natural, e por isso dita *default* (padrão), é a de futuro, na qual o evento veiculado pela sentença está por acontecer e o falante exprime seu desejo.

a) Leituras de continuação e repetição

A interpretação mais natural das sentenças abaixo é aquela na qual não o evento não ocorreu, irá ocorrer. Contudo, podemos encontrar a leitura de continuação:

(63) João ainda vai estar estudando quando Maria voltar do intercâmbio.

(64) Eu ainda vou comprar livro. (Pode deixar, Maria, eu ainda vou comprar esse livro. (repetição)

(65) Eu acho que eu ainda vou viajar pra Europa.

(63) veicula que há uma continuação do estudo de João, no momento em que Maria voltar do intercâmbio (o que não há sem o *ainda*). (64) e (65) são ambíguas:

a) Continuação: eu já tenho o hábito de viajar para Europa. O que o *ainda* faz é indicar que o hábito de comprar o livro, ou o de comprar livros e o hábito de viajar para Europa vai continuar;

b) Repetição: já houve um evento de comprar livro e já houve um evento de viajar para a Europa, o *ainda* veicula que esses eventos se repetem.

Talvez, essa interpretação de continuação de (64) e (65) seja um pouco difícil de ser visualizada, mas com o acréscimo de mais informações, a interpretação de continuação é melhor verificada:

(66) Eu ainda vou comprar livro mesmo que quase não consiga ler, porque eu gostei dele.

(67) Eu acho que eu ainda vou viajar pra Europa por muito tempo.

As sentenças indicam que houve um evento de comprar livro, em (66), e viajar, em (67), cujos agentes são o “eu” e esses eventos ocorreram antes do MF.

Em suma, a leitura de hábito acima foi dada pelo aspecto gramatical e lexical, pois comprar livro e viajar para Europa são atividades consideradas, comumente, como hábitos. Contudo, se o aspecto lexical mudasse, por exemplo, para *andar de helicóptero* que, para muitas pessoas no Brasil, é uma atividade rara, a interpretação não seria de hábito. Veja:

(68) Eu ainda vou andar de helicóptero.

Há disponível a interpretação de que eu já andei de helicóptero e vou andar de novo, mas ela não é a mais saliente³³. Ela é mais evidente com o adjunto *antes de morrer*: *Eu ainda vou andar de helicóptero antes de morrer*. Mas, essa não é a interpretação preferencial. Por ser uma atividade rara, para a maioria das pessoas, a primeira interpretação que vem à cabeça é a de que há o desejo de um dia andar de helicóptero. Mas, inevitavelmente, as leituras de repetição e de continuação do hábito (quando visualizadas) são obtidas pelo *ainda* cuja leitura não está disponível nas sentenças sem ele:

(69) Eu vou andar de helicóptero.

(70) Eu vou andar de helicóptero antes de morrer.

Logo, propomos que para o tempo futuro as leituras de continuação e repetição também estão disponíveis, a depender da combinação com o aspecto lexical e de fatores pragmáticos.

b) Leitura de adição

Em uma sentença como (71), a leitura de adição também está disponível.

(71) Eu ainda vou comprar a revista.

Com alguns adjuntos, ela é melhor visualizada:

³³ Agradeço aqui pelo apontamento da prof. Lígia Negri, no momento da defesa deste trabalho.

(72) [Eu vou no banco, no supermercado] e ainda vou comprar a revista (que o Pedro pediu).

Haverá outros eventos e, além disso, ainda por cima, vou comprar a revista.

c) Sentenças sem evento ocorrido – o desejo

Uma outra interpretação do futuro é aquela em que não há e não houve evento. Essa é uma das leituras que também encontramos nas sentenças abaixo:

(73) Pode deixar, Maria, eu ainda vou comprar esse livro.

(74) Eu ainda vou comprar livro.

(75) Eu ainda vou viajar pra Europa.

Nelas, não há e nem houve evento de compra de livro, nem de viagem à Europa, mas o falante expressa seu desejo de que isso vai acontecer no futuro. Perceba que podemos encontrar nelas um desejo, uma novidade. Parece que o desejo ocorre quando sabemos que não houve o evento descrito pela sentença; há, pois o desejo de comprar um livro, nas primeiras sentenças e, na última, o de viajar para Europa.

Há, alguns exemplos nos quais o “desejo” pode ser mais facilmente visualizado:

(76) Eu ainda vou me formar na faculdade.

Quando um falante profere (76) é porque ele não se formou antes, pelo menos no curso ao qual ele se refere na sentença. Sendo assim, não houve o evento da formatura. Porém, é do conhecimento compartilhado que há uma sequência de eventos que precisam acontecer para que essa sentença seja feliz. Podemos chamar essa sequência de uma cadeia contextual, nos amparando na proposta de Heim (1987). Abaixo, vamos mostrar um exemplo de como essa questão da cadeia contextual pode solucionar algumas lacunas deixadas por propostas que abrangem a grande maioria dos casos que tratam dos correspondentes do *ainda*, em outras línguas.

Essa proposta da cadeia contextual foi utilizada, por exemplo, para explicar o licenciamento dos itens de polaridade negativa. Muitos autores, tais como Ladusaw (2002), afirmam que os itens de polaridade negativa

acontecem em contextos de acarretamento para baixo, como é o caso das sentenças que seguem:

(77) Nenhum homem saiu.

(78) Nenhum homem de chapéu saiu.

Se é verdade que nenhum homem saiu, é verdade que nenhum homem de chapéu saiu. Logo, (77) acarreta (78). O acarretamento é, portanto, um contexto licenciador dos itens de polaridade negativa e é, assim, uma espécie de teste que comprova se um item é ou não de polaridade negativa. Por isso, os condicionais também são contextos licenciadores, pois são casos clássicos de acarretamento. Eles abarcam a grande maioria dos casos, mas não abarcam alguns como o seguinte em que há acarretamento entre a primeira parte da sentença condicional e a segunda, em (85), e não há entre a primeira parte e entre a segunda, em (86):

(85) If you go to Yemen, you will enjoy it.

Se você for para o Yemen, você vai aproveitar lá.

(86) ? Se você for para o Yemen e ficar doente, você vai aproveitar lá.

Heim (1987) para salvaguardar a hipótese do acarretamento para baixo (decrecente), no caso dos itens de polaridade negativa, propõe que, nesses casos, para haver o acarretamento decrecente, é necessário haver também expressões ou itens alternativos ou que gerem asserções pressupostas, licenciadas pelo fundo conversacional compartilhado. Podemos observar essa regra do *background* no exemplo dado pela autora em (86), no qual um item do contexto impediu o acarretamento. Em (85) o condicional é válido e há acarretamento. Contudo, se a situação for outra com o mesmo condicional, o acarretamento não ocorrerá, como é o caso de (86). Daí, a ideia da cadeia causal que é advinda do contexto e que utilizaremos para tratar dos casos no futuro.

Para que o acarretamento aconteça, segundo a autora, precisamos dos itens alternativos que geram asserções pressupostas no fundo conversacional compartilhado, gerando a consequência do condicional. Isso prova que há listas de itens como o *if* e outros antecedentes de condicional que são dadas pelo contexto. Entram também nessa lista, segundo a autora, alguns advérbiais como *even*, *twice*, *several times*. Nós, neste trabalho, queremos incluir nessa lista o *ainda*, no futuro, pois ele parece ativar essas

asserções pressupostas no fundo conversacional compartilhado, como foi demonstrado em (85) em contraposição a (86). Assim, apresentamos essa proposta de Heim (1987), da cadeia contextual de eventos pressupostos, presentes no fundo conversacional compartilhado, para explicar a pressuposição que *ainda* ativa também no futuro e com o uso aditivo, que iremos defender no capítulo 4.

2.6 Quadro para o perfectivo, imperfeito e futuro no PB com *ainda* – finalizando

Como pudemos perceber, o *ainda*, quando posto em diferentes perspectivas aspectuais, dá uma contribuição semântica diferente para as sentenças, conforme a perspectiva. No aspecto imperfeito, o item denota a continuidade de uma leitura acionada pelo aspecto verbal. Já no aspecto perfectivo ele contribui semanticamente com a adição de um evento. Embora essas sejam apenas as leituras preferenciais, como vimos.

Imperfeito: 1ª. interpretação³⁴: Prolongamento de um hábito, ou manutenção de uma habilidade ou da capacidade para além das expectativas: hábito - João ainda fuma;

ou

continuação do evento: João ainda está escrevendo a sua tese;

2ª. Interpretação: adição # (contextualmente marcada)

Perfectivo: 1ª. Interpretação: adição; # (contextualmente marcada)

2ª. Interpretação: repetição # (contextualmente marcada) João ainda escreveu uma carta antes de morrer).

Futuro:

1ª. interpretação: continuação de um hábito

2ª. interpretação: repetição

3ª. interpretação: adição

4ª. interpretação: Desejo (é possível que esteja em todas no futuro)

³⁴ Elegemos uma ordem decrescente partindo das leituras mais naturais.

Olhando para esse quadro, o que é comum nas duas perspectivas aspectuais e também no futuro? A adição. Assim, podemos dizer até aqui que o traço definidor de *ainda*, pelo menos nos três usos analisados, é a adição. Nossa proposta de semântica unificada para os três usos, que será apresentada no capítulo quatro, se baseia nesse traço.

Fora isso, por que não há a mesma interpretação *default* para o *ainda* nos dois aspectos? Porque a continuação de um hábito ou de um evento não se combina com um evento fechado, terminado, como é o caso do perfectivo, tampouco com eventos nos quais o *telos* é atingido. Assim, para que as sentenças com o *ainda* se tornem felizes, no perfectivo, é preciso um contexto específico, por causa do que ele veicula semanticamente. É por isso que a leitura continuativa, que abarca a maior parte dos casos e é a leitura natural, não está disponível para esse aspecto verbal, obtendo o seguinte resultado:

(87) # João ainda brincou de bola³⁵. (leitura continuativa)

A sentença não tem leitura continuativa, daí o sustenido para diferenciar. A explicação para tal fato está neste capítulo, mais acima, o aspecto perfectivo indica que o evento está incluído no tempo tópico ou momento de referência. Ele está, portanto, terminado, como vimos na seção sobre aspecto. Logo, não é possível que ele continue, porque ele está fechado. A semântica do *ainda* impõe que haja pelo menos um evento pressuposto³⁶. No entanto, o pretérito perfeito afirma que há um evento. E também que esse evento está terminado. Logo, a única maneira de compatibilizar essa combinação é criar um contexto no qual haja pelo menos mais um evento, do mesmo tipo ou não, pressuposto. É assim que geramos a interpretação de adição ou de repetição. Por isso, (88) é feliz:

(88) João fez as tarefas, tomou banho e ainda brincou.

³⁵ Essa sentença não tem leitura continuativa dita como está. Não incluímos adjuntos para não haver interferência no sentido, dado que os outros exemplos com os quais houve comparação não tinham adjuntos. Contudo, se adicionarmos um adjunto temporal como *por muito tempo*, localizaríamos o momento de referência, algo que torna a sentença aceitável com leitura continuativa, dado constatado em Gritti (2008).

³⁶ Como foi dito anteriormente, essa questão da pressuposição será explicada em detalhes no capítulo quatro.

Resumindo: nossa ideia é a de que como no imperfeito a finalização do evento está aberta, como fora mostrado na discussão sobre aspecto, a leitura de continuação se combina bem nesse aspecto; o que não acontece no perfectivo, no qual a finalização do momento de evento já está dada, forçando, assim, uma outra leitura, a da adição.

Diante de tudo isso, constatamos que as sentenças com o *ainda*, podem apresentar leituras ambíguas, porém, cada qual com suas especializações, a depender principalmente do aspecto verbal. Mas, um ponto em comum foi encontrado: a adição que está presente nas duas perspectivas aspectuais e também no futuro. No decorrer desta tese, também veremos que onde há continuação, há adição daquilo que continuou e onde há repetição é porque já houve algo antes para ser repetido. Veremos que “esse algo” é o evento.

Além disso, vimos que a leitura de continuação é a mais natural com o imperfeito, e também com o futuro. Daí, a justificativa pela qual escolhemos o nome de continuativo, para o uso mais saliente de *ainda*. Além disso, mostramos que a leitura de hábito já é dada pelo aspecto imperfeito e que a contribuição semântica do *ainda*, nesses casos, é a continuação do hábito.

No futuro, encontramos quatro interpretações: a de desejo, continuação, adição e repetição. A primeira é distinta das demais encontradas nos outros tempos verbais, mas se assemelha com as outras interpretações (encontradas nos outros tempos verbais) se considerarmos a ideia de que há uma cadeia contextual de eventos ativados pelo *ainda*, dados pelo contexto.

Assim, neste capítulo, depois de explorados, detalhadamente, cada aspecto verbal e suas leituras disponíveis com o *ainda*, resta trabalhar a questão do *ainda* com a negação, para verificar qual o seu comportamento. Em vista disso, no capítulo seguinte iremos trabalhar essa questão e, ao desenvolvê-la, nos deparamos com o sistema de dualidade, no qual há vários itens que participam, dentre eles, o *já* que é o dual de *ainda*.

CAPÍTULO 3 – O AINDA, A NEGAÇÃO E O JÁ

Até agora, vimos um quadro informal dos usos mais importantes de *ainda* e focalizamos a análise nos dois usos mais recorrentes (continuação e adição) e no da repetição (recorrente em outras línguas) e em sua interação com o tempo e o aspecto. Nesse capítulo, mostraremos como é a interação desses usos de *ainda* com a negação e os itens que com eles (negação+*ainda*) formam um sistema. Além disso, precisamos saber qual a negação de *ainda* para verificar se com ela também se manifestam os mesmos fenômenos que com o *ainda*.

Como é de costume, quando pensamos na negação de uma sentença, logo, a primeira alternativa é com o *não*. Contudo, não é isso que parece acontecer nas sentenças com *ainda*, observe os exemplos:

(01) João ainda está comendo.

(02) João ainda não está comendo.

Não parece ser o caso que (02) seja a contraparte negativa de (01), pois em (01) João está comendo e esse evento continua além do normal, o que não acontece em (02) cujo evento de comer não aconteceu, contrariamente às expectativas. Não negamos a situação descrita por (01). A negação de (01) teria de ser algo como a negação da continuação do evento de comer. No PB, o que nega a continuação é o seguinte:

(03) João já não está mais comendo.

Nesse caso, João comeu e não está comendo mais, houve o evento de comer, mas ele não continua. Veja que (03) e (01) mantém que João comeu, que é a informação pressuposta e há a negação e a afirmação, respectivamente, do prolongamento do evento. Da mesma forma com o *ainda* repetitivo:

(04) João ainda atenderá seus pacientes amanhã.

(05) João já não atenderá mais seus pacientes amanhã.

Sem o *ainda* a sentença afirma que João atenderá seus pacientes amanhã, mas não informa que houve um outro evento de atender seus pacientes; ou seja, ela é verdadeira se é a primeira vez que João irá atender seus pacientes. O *ainda* informa que esse evento já aconteceu e vai se repetir amanhã. Em (05) o *já não mais* nega a repetição do evento, exatamente, o

contrário da leitura encontrada com o *ainda*, e mantém que ele já atendeu antes. Assim, o *já não mais*³⁷ é o par opositivo de *ainda* continuativo e repetitivo. Essa questão já foi percebida e descrita para os correspondentes do *ainda* em outras línguas.

Por isso, este capítulo mostrará como se forma esse esquema da dualidade nas outras línguas, mas mostrará que o *já não mais* não é o dual do *ainda* aditivo, que é o *não...também*. Depois disso, a análise será concentrada no *já* e seus usos. Mostraremos três: o conjuntivo e os temporais (os que alteram as condições de verdade da sentença e os que não alteram, ou seja, aqueles cuja presença modifica o significado semântico da sentença).

3.1 Dualidade

Ao longo dos anos, autores como Grand Graffiot, Tasmowski e Reinheimer (2003) estudaram o comportamento de alguns itens, que além de algumas características em comum, pareciam ter uma relação de dualidade lógica entre si. Essas formas adverbiais, como são chamadas, têm uma origem comum no latim *iam* que teriam, segundo Grand Graffiot, citado por Tasmowski & Reinheimer (2003), um sentido dêitico por reportar o locutor ao presente, assim como por carregar o momento de referência da sentença, como é o caso do *déjà* (*já*). Isso também pôde ser visto no PB, no capítulo dois, na seção 2.1, com o *já*, o qual faz muitas vezes a marcação do momento de referência, mas como veremos mais adiante não é o *ainda* quem faz a marcação do momento de referência, ele pode até apontar em alguns casos para um momento anterior ao MF, mas isso não acontece com o uso aditivo, por exemplo.

Abaixo está o quadro do chamado esquema de dualidade para as línguas românicas com o acréscimo de Krifka (2000) e as partículas do hebraico *kvar* (*já*) e *adayin* (*ainda*).

³⁷ O *mais*, em alguns casos, é dispensável, em outros não, contudo, não é objetivo desse trabalho verificar mais essa questão.

	A	B	C	D
PTG	ainda não	já	ainda	não ... mais/ já não
ESP	Todavía/ aún no	ya	todavía/aún	no... más/ya no
FR	ne... pas encore	déjà	encore	ne... plus
IT	non ancora	già	ancora	non... più
ROM	încă nu	(deja)	încă	nu mai
LAT	nondum / necdum	iam	adhuc	non iam / iam non
HEB	adayin lo	kvar	adayin	kvar lo

Quadro 1 – Advérbios aspectuais nas línguas romanas, em latim e hebraico (adaptado de TASMOWSKI; REINHEIMER, 2003).

O que se pode ver no quadro acima é que os advérbios como o *ainda* tem seu correspondente negativo em outro item e não somente no operador *não*. Por exemplo, em espanhol, o *todavía/aún* tem sua contraparte negativa no *no..más/ya no*, ou seja, os advérbios correspondentes ao *ainda* da coluna C têm sua contraparte negativa na coluna D e os correspondentes ao *já*, da coluna B, tem sua contraparte negativa na coluna A.

Assim, Muller (1975), Borillo (1984) propõem para dados do francês, Löbner (1989, 1999) para dados do alemão (não presentes no quadro) e Gritti (2008) para dados do PB, que *déjà*, *schön* e *já* fazem parte de um sistema de dualidade com *encore*, *noch* e *ainda*, em interação com a negação, conforme os exemplos:

- (06) a. Est-ce que les oiseaux chantent *déjà*? (Os pássaros já estão cantando?)
 b. Les oiseaux *ne* chantent *pas encore*. (Os pássaros não estão cantando ainda)
 c. Est-ce que les oiseaux chantent *encore*? (Os pássaros ainda estão cantando?)
 d. Les oiseaux *ne* chantent *plus*. (Os pássaros já não cantam mais)

francês	Alemão	português
a. Est-ce que les oiseaux chantent <i>déjà</i> ?	a) Singen die Vögel schön?	a. Os pássaros já cantam?
b. Les oiseaux <i>ne</i> chantent <i>pas encore</i> .	b. Die Vögel singen noch nicht.	b. Os pássaros não cantam ainda.
c. Est-ce que les oiseaux chantent <i>encore</i> ?	c) Singen die Vögel noch?	c. Os pássaros cantam ainda?
d. Les oiseaux <i>ne</i> chantent <i>plus</i> .	d. Die Vögel singen nicht mehr.	d. Os pássaros [já] não cantam mais.

Quadro 2 – Dualidade nas línguas

Esse sistema mostra que a pergunta com o item aciona a sua contraparte negativa para a resposta: *os pássaros (ainda) cantam? Não eles (já) não cantam mais. Os pássaros (já) estão cantando? Não, (ainda não)*. Além disso, no italiano antigo, Rohlfs (1969) já postulava que o mesmo conceito veiculado por *già* ou *zà* (*já*) pode ser exprimido por *ancora*, pois em algumas variedades regionais do Norte da Itália tanto um quanto o outro, em alguns contextos, são utilizados para significar a hora atual, ou, como no dialeto de Pádua, ambos são utilizados para significar a repetição de uma experiência passada, conforme pode ser visto nas sentenças abaixo:

(07) a. Stì pometi i go magnai ancora. I ze boni.

b. Ainda (já) me aconteceu de comer estas maçãzinhas. Elas são boas.

c. I pometi i go zà magnai. I gera.

d. Eu já comi essas maçãzinhas. Elas estavam boas.

Há uma alternância entre *ancora* e *zà* para denotar a mesma interpretação – a da repetição. No francês, Donazzan (2008) afirma que essa alternância de *encore* e *déjà* só é dada quando há o emprego dito aspectual de *encore*, quando ele apresenta leitura de continuação, conforme o exemplo dado pela autora:

(08) Je n'ai pas encore mangé les petites pommes.

Eu ainda não comi as maçãzinhas.

No PB, primeiro, a leitura de repetição para o *ainda* está disponível, mas não é a preferida, como foi visto no capítulo dois. Segundo, são raras as vezes e os contextos que ela acontece. Nos exemplos em (07), em geral, os falantes do PB não escolheriam o *ainda*, mas iriam preferir o *já* porque essa construção com o *ainda* em lugar do *já* não existe no PB. Se escolhessem o *ainda*, a leitura seria aditiva. Contudo, mesmo sem essa alternância, há dualidade entre *já* e *ainda* como foi provado em Gritti (2008) e descrevemos abaixo, resta saber, contudo, qual dos usos de *já* que é o dual de qual dos usos de *ainda*:

Partículas no PB	Contrapartes negativas do PB
<i>ainda</i>	<i>já não mais</i>
<i>já</i>	<i>ainda não</i>

Quadro 3 – Esquema da dualidade transposta ao PB

Ilari, já em 1984, apontou que o *já* e *ainda* eram um par, encaixando o primeiro na classe dos itens de polaridade positiva e o segundo na dos itens de polaridade negativa. E, realmente eles têm uma relação, como pudemos ver nos exemplos apresentados acima, a primeira delas é que o contrário de *ainda* é *já não mais*. Sobre a polaridade, trataremos mais adiante, na seção 3.3. Nos exemplos abaixo, iremos ter mais um prova dessa dualidade:

(09) [...] o meu problema é chegar a Governador Valadares...porque aquele trecho/ trecho de Milagres...e o trecho depois de Conquista...ave-maria *já não* aguento *mais*... SSA-98-D2 **negação do *ainda***.

(10) O Marabá o: éh sentava-se a gente se sentia bem à vontade porque era um... um ambiente::muito assim::requintado hoje *já não* é *mais* eu tenho impressão que o cinema está perdendo muito.
SP – 234 – DID

Perceba que, se isolarmos a última sentença de (09) e de (10)

(11) (...) ave-maria *já não* aguento *mais*

(12) (...) hoje *já não é mais* eu tenho impressão que o cinema está perdendo muito.

e supondo que os eventos de (09) e (10) não fossem dados pelo contexto, o *já não mais* ativaría uma pressuposição desses eventos, mais uma prova que ele é dual de *ainda*, pois também ativa uma pressuposição.

Bechara (2005) faz uma breve explicação de como se originou a construção *já não mais*. *Já*, tipicamente temporal, se uniu a *mais*, tipicamente quantitativo, em orações negativas. No início era feita a distinção *já não quero*, *já não tenho* e *não quero mais*.

3.1.1 Dualidade do aditivo

Como foi visto, o *já não mais* é o dual do *ainda* com leitura de repetição e de continuação, mas qual seria o dual do *ainda* aditivo?

(13) a. Maria ainda foi ao supermercado (foi ao médico, farmácia e ainda ao supermercado).

b. Maria *já não* foi mais ao supermercado.

Em (13a) a interpretação preferencial é a aditiva. É essa que vamos analisar nesse exemplo. Ela veicula que houve o evento de ir ao supermercado e, vamos propor que pressupõe pelo menos um evento a *mais*, não especificado, do qual Maria participou, e, além disso, ainda por cima, Maria também foi ao supermercado. E isso será explicado, minuciosamente, no capítulo seguinte desta tese. Em (13b) o evento precedente é especificado - Maria, no MF, cessa de participar do evento especificado, que é o mesmo veiculado pela sentença - ir ao supermercado - e isso é veiculado pelo *já não mais*, o que não acontece em (13a), no qual o evento pode ser diferente e não há uma continuação do mesmo. Portanto, *já não mais* não é a contraparte negativa do *ainda* aditivo. Por outro lado, observemos a comparação abaixo entre o *ainda* aditivo e o *também não*:

(14) a. Maria ainda foi ao supermercado. (foi ao médico, farmácia e ainda ao supermercado).

b. Maria também não foi ao supermercado.

(14a) tem a interpretação dada no parágrafo anterior. (14b), é uma sentença ambígua, pode significar:

- a) outras pessoas não foram ao supermercado e Maria também não foi;
- b) Maria, além de não ter participado de outros eventos precedentes, ainda por cima, também, não foi ao supermercado.

O que nos interessa é a (b) que poderia ser a contraparte negativa da sentença (14a). Contudo, *também não*, em (14b), nega a interpretação de Maria ter participado de, pelo menos, um outro evento e nega conteúdo assertivo da sentença que é a ocorrência do evento de ir ao supermercado. Negando que Maria tenha participado de um outro evento fora do veiculado pela sentença, ela não tem pressuposição de evento, logo, não é a contraparte negativa do aditivo, que tem pressuposição. Com isso, testemos com o *não...mais* para ver se a ele nega a leitura aditiva:

- (15) a. Maria ainda foi ao supermercado?
- b. Não, Maria não conseguiu fazer mais isso.

A pergunta (15a) põe em questão o fato de que Maria, além de ter participado de outros eventos precedentes, ainda por cima foi ao supermercado. A resposta é negativa: Não, Maria não conseguiu participar de mais esse evento, o que poderia ser parafraseado por Maria não conseguiu participar também desse evento. Dessa forma, o *também* em outra posição na frase e depois da negação pode ser a contraparte negativa, conforme o exemplo abaixo:

- (16) a. Maria ainda foi ao supermercado?
- b. Não, Maria não conseguiu fazer também isso. (Maria não foi ao supermercado também).

Veja que a sentença (16b) é ambígua, mas uma de suas interpretações é a mesma de (15b), nesses casos há outro evento (fora do de ir ao supermercado) do qual Maria participou. Contudo, observe que tanto em (15b), quanto em (16b), se não tiver o acréscimo do verbo *conseguir* e também do pronome *isso*, o *mais* não vai funcionar da mesma forma, veja: *Maria não foi mais ao supermercado*. Isso quer dizer que o evento, necessariamente, tem que ser o mesmo; o de ir ao supermercado, não há a repetição desse evento. E não é isso que a leitura aditiva de suas supostas contrapartes (15a) e (16a) querem dizer, pois nela os eventos já existentes

são diferentes. Por outro lado, o *não..também* representa bem essa contraparte, veja: *Maria não foi também ao supermercado*, uma de suas leituras diz que Maria fez outras coisas (participou de outros eventos), mas não também o de ir ao supermercado. A outra leitura que não nos interessa é a de que Maria não fez outras coisas e também não foi ao supermercado. Assim, a contraparte negativa do *ainda* aditivo é *não...também*. Testemos, agora, o *ainda não* para ver se o *já* é aprovado no teste das perguntas:

- (17) a. João ainda não passou na prova?
b. Não, o João já passou na prova.

A interrogação (17a) põe em questão o fato de não ter havido o evento de passar na prova. (17b) afirma o contrário, que já houve.

Dessa forma, como visto, *ainda não* serve como contraparte negativa do *já* e o dual do *ainda* tanto continuativo, quanto com leitura de repetição é o *já não..mais*, contudo, o dual do *ainda* aditivo não é o *já não mais* e sim o *não..também* e *não..mais*. Para outras línguas, também há esse sistema da dualidade, mas os autores não fazem distinção entre os diferentes usos de *ainda* (cada trabalho para sua língua), por exemplo, como foi feito neste trabalho. Nessa mesma linha, iremos, brevemente, apresentar os diferentes usos de *já* e os fenômenos a ele relacionados.

3.2 JÁ

Como foi demonstrado no início deste capítulo, o *já*, juntamente, com a negação e o *mais* é o dual do *ainda* (continuativo e repetitivo). Por isso, nossa tese é a de que o significado expresso por *ainda* também está presente na semântica e na pragmática do *já não mais*. Isso será demonstrado no capítulo quatro e cinco, antes, contudo, iremos apresentar os vários usos *já*, focalizando uma pequena análise em um dos *já_s* temporais.

Os autores que estudaram o *já* são unânimes em dizer que ele tem relação com o tempo. Para Bechara (2005), *já* é nitidamente temporal. Para Morais (1813 *apud* BECHARA, 2005) *já* se refere a “coisas que agora se acham em situação diversa da em que se estavam antes”. No mesmo sentido argumenta Koch (1984, p. 106), para quem o *já* pode ser utilizado para indicar mudança de estado (algo é x em t₀ e passa a ser y em t₁). No exemplo da autora:

(18) O Brasil já não tem esperanças de ser campeão.

Nesse caso, o Brasil tinha esperanças em t_0 e passou a não ter mais em t_1 , quem marca essa mudança é o *já*.

O *já*, ao contrário do *ainda*, não dá ideia de continuidade (primeira associação feita ao *ainda* com o imperfectivo), mas, em alguns casos, de algo que não estava acontecendo e que passou a acontecer, intuitivamente, com rapidez. Mas, isso não acontece em todos os casos, tais como em *Ele já estava cantando quando eu entrei*. Vejamos, como ele se comporta.

3.2.1 Usos de *já*

Para descobrirmos os usos de *já*, utilizamos as mesmas entrevistas do NURC, utilizadas para encontrar os usos de *ainda*. Foram as mesmas 12 entrevistas retiradas das cinco cidades envolvidas no Projeto e divididas em inquéritos, com diálogo entre dois informantes, entre o documentador e o informante e elocuições formais. Dessas entrevistas e de mais alguns exemplos empíricos, pudemos chegar a três grandes classes de *já*: a dos conjuntivos e a dos temporais (que se subdivide em dois usos).

Reportando-nos, rapidamente, ao *ainda*, pudemos perceber que a maior parte das ocorrências possui três leituras na afirmativa – a da continuação, de repetição e de adição. Com o *já* não encontramos essas interpretações, a grande maioria de ocorrências está relacionada com a questão temporal, seja ela uma participação decisiva para determinadas interpretações (quando influencia nas condições de verdade das sentenças), seja ela para reforçar uma interpretação já vinda do tempo verbal.

Por outro lado, há também uma pequena amostra de outros usos do *já*, a dos conjuntivos, os menos encontrados nos dados pesquisados do NURC. Muitos outros exemplos não citados aqui foram encontrados nos dados do NURC, mas como faziam parte das mesmas classes representadas aqui, trouxemos somente um ou dois exemplares de cada uma.

3.2.1.1 Usos conjuntivos

Os dois primeiros exemplos tratam do *já que*, uma expressão que serve para unir as sentenças ou introduzir uma nova sentença.

(19) [...] ô R. (agora) *já que* falamos no livro...que outros: que outros objetos...que o estudante se serve né? SSA-231-EF - **visto que, uma vez que.** (conjuntivo)

(20) Você vê (que) coisa curiosa, um tio que eu per...falei...falecido há pouco tempo, há poucos anos, a três anos, me dizia o seguinte: a relação salário/aluguel, *já que* o assunto foi lembrado aqui, a relação salário/aluguel quando ele casou, foi, eu assisti à boda de ouro dele, RJ – 355 D2

Nesses casos, a retirada do *já que* prejudica a ligação entre as sentenças, pois tanto em (19), quanto em (20) a expressão tem função de conjunção. Além de ser uma conjunção, em (19), o *já que* retoma o evento de falar do livro que acontecera antes.

(21) [...] eu não conheço um professor que ensine em apenas um lugar, *já* começa por aí, certo? RJ – 355 D2 pensar... **discursivo-temporal**

Na sentença (21) o *já* parece ter mais a função de apoiador discursivo no texto, mas também parece haver uma certa relação com o tempo.

(22) [...] então, (es)tá entendido até aqui bom, agora, extrapolação vejam que quando nós estamos falando em compreensão, é a primeira ginástica mental que o indivíduo faz com a informação então, ele pode simplesmente me dizer o que foi que o conferencista disse, *já não* será a repetição pura e simples, das palavras do conferencista, mas conteúdo, a mensagem é a mesma [...] POA – 278 – EF sentido de **visto que + negação e conector**.

Em (22) o *já* pode ser substituído por *visto que*. Também pode ser substituído por *isso* (*isso não será a repetição pura e simples...*), nesse caso ele fez uma retomada anafórica.

(23) [...] Olinda será sempre e as deficiências de Recife como cidade...Recife e Olinda não são...já quando como falou em Recife *já já* incluiu Olinda .. REC – 05 D2 **por outro lado/no mesmo momento**

(23) trata de um uso conjuntivo de *já* que se assemelha ao *mas* e ao *por outro lado* (conjunção adversativa), servem para unir as sentenças e

para apresentar uma ideia contrária ao que a primeira sentença coordenada apresentou.

3.2.1.2 Usos tempo-aspectuais – operadores veri-condicionais

Nesta tese, identificamos dois usos temporais de *já*: aqueles que alteram as condições de verdade das sentenças e aqueles que não alteram. Analisaremos, rapidamente, a seguir, os primeiros.

Em algumas das ocorrências de *já*, ele é decisivo para a localização do MR, como foi visto no capítulo dois, deste trabalho, e repetimos aqui o exemplo de Ilari (1997, p. 17):

(24) a. João tinha chegado às 07h de ontem.

A sentença (24) apresenta duas interpretações devido à dificuldade de saber se o MR (07h) é ou não simultâneo ao evento de chegada do João:

i. João havia chegado antes das 07h e no momento das 07h ele já estava lá, ou

ii. João chegou exatamente às 07h.

Para desambiguar a sentença, basta acrescentar o adjunto *já* e não haverá dúvidas de que (i) é a interpretação para (24).

(25) b. João já tinha chegado às 07h de ontem.

Nesse caso, a presença de *já* é decisiva na interpretação da sentença, pois ele localiza o evento no tempo, logo, à primeira vista, podemos dizer que ele é um operador temporal. Contudo, sabemos que nem todas as suas ocorrências temporais são localizadoras de eventos no tempo. Por isso, por ora, vamos propor que há dois “*já_s*” temporais um que modifica a estrutura temporal da sentença e outro que se relaciona com o tempo, mas não a modifica, e que veremos adiante.

Lopes (2003), em um estudo para o *já*, no português europeu (PE), resumiu os seus usos em: adjunto adverbial temporal (valor de localização temporal e valor aspectual), valor de localização em uma escala predicativa³⁸, valor contrastivo³⁹ (conexão interproposicional).

³⁸ O *já* com valor de localização dentro de uma escala preditiva é aquele que coloca um indivíduo, por exemplo, dentro de uma determinada categoria. Em um exemplo como o da autora *O Stanley Ho já é um tipo ocidental*, ao invés de haver um eixo temporal, há aqui um eixo escalar que envolve uma fronteira entre ser ocidental e

O valor temporal que ela atribuiu ao *já* é baseado em Kamp e Reyle (1993) para o qual a localização temporal de um estado de coisas envolve um ponto de referência ou de ancoragem, situado no presente, passado ou futuro e sua relação de ordem (anterioridade, posterioridade e sobreposição) relativa a esse ponto. A exemplo disso está a seguinte sentença:

(26) Voltamos já.

Semanticamente, para Lopes (2003), o *já* contribui para a localização temporal do evento, nesse caso, ele pode ser substituído por *amanhã, no próximo domingo, no dia 23 de agosto de 2000, etc...* Contudo, esses advérbios pelos quais o *já* pode ser substituído são muito mais informativos no que diz respeito à localização temporal.

A autora afirma que o *já* localiza o evento em um intervalo de tempo posterior ao momento da enunciação. O que confere com o PB quando ele está em posição pós-verbal.

Lopes (2003) afirma também que *já* expressa uma distância mínima entre dois intervalos, mas não dá detalhes sobre, apenas afirma que isso não é determinado de forma precisa, o que, para a autora, se reflete na paráfrase que traduz o valor semântico do *já* – ‘daqui a muito pouco tempo’. Complementando a análise da autora, no PB, essa paráfrase, se aplica a alguns casos, mas não a todos, o que também deve ocorrer no PE, em vista de que a interpretação de ‘daqui a pouco’ não é compatível com o passado:

(27) Vou comprar um presente já para você (daqui a pouco)

(28) Ela já se irritou. (não se aplica o ‘daqui a pouco’)

(29) Não se preocupe, te atendemos já. (‘daqui a pouco’)

(30) Ela já comprou seu presente. (não se aplica o ‘daqui a pouco’)

Em suma, podemos dizer que, no PB e é provável que no PE também, há esse valor semântico de ‘daqui a pouco’, sobretudo, em sentenças no futuro e no presente marcado, morfologicamente, com leitura de futuro.

Vemos que há uma semelhança no comportamento entre o *já* do PB e o *já* do Português de Portugal (PP) principalmente quando Lopes (2003, p. 412-413) afirma que:

não ser ocidental. No exemplo analisado, Stanley, embora não seja um ocidental típico, verifica um conjunto mínimo de propriedades que permitem incluí-lo na categoria dos orientais.

³⁹ O valor contrastivo é aquele cuja função é o de conjunção adversativa, já apresentada, anteriormente, neste trabalho.

Em PE contemporâneo, *já* só funciona como localizador temporal quando combinado com verbos não estativos no presente simples do indicativo (com valor de futuro), e a sua posição típica é pós-verbal (mesmo podendo acontecer em outras posições)

No PB, já vimos que no passado o *já* também funciona como localizador temporal, como é o caso de (25), ao contrário do *já* do PE que só é localizador temporal com verbos no presente com valor de futuro.

Com relação à posição, essa posição típica para o *já*, no PB, é só quando ele expressa ‘daqui a pouco’ e ‘agora/neste momento’

(31) Faça a inscrição já para o vestibular.

(32) Costuro já sua blusa.

e, igualmente, com verbos não-estativos, como vimos. Em geral, a posição típica é pré-verbal, tal como a do *ainda*. Observe que a presença de *já*, nesses casos, é decisiva para a leitura de ‘agora/neste momento’, o que não há sem a presença do *já*:

(33) Faça a inscrição para o vestibular.

(34) Costuro sua blusa.

Sem o *já* a localização temporal dos eventos de fazer a inscrição e de costurar a blusa ficam em abertos.

Análogo a Lopes (2203), Morais (2004, p. 10) afirma que o uso predominante de *já* inscreve-se no âmbito do significado tempo-aspectual:

por um lado, como adjunto adverbial temporal, *já* contribui para a localização da situação representada num intervalo de tempo que se encontra muito próximo do intervalo de tempo da enunciação (ponto de referência para a localização instaurada pelo dêitico)

Contudo, como vimos acima, muitas vezes a situação veiculada pela sentença não está muito próxima ao momento de enunciação (proferimento), como são os casos do passado.

Há outros casos de *já*, no PB, que são decisivos para modificar a estrutura aspectual das eventualidades. Com a leitura de hábito, a sentença

João está cantando é verdadeira em português brasileiro se e somente se João tem o hábito recente de cantar no momento em que a sentença foi proferida ou se o evento de cantar está se desenrolando. O aspecto lexical do verbo e o progressivo veiculam a informação sobre o hábito de João cantar e de que esse hábito é recente. O *já* diz que o hábito recém começou. Prova disso é que *João já está cantando* não se combina com *ultimamente* - # *João já está cantando ultimamente*. Ela é uma sentença aceitável somente em um contexto em que o João estava muito doente, mas ultimamente, ele *já está cantando*. Nesse caso, também, o hábito já recém começou. Assim, esse *já* parece modificar o aspecto da sentença, mas isso deverá ser melhor estudado, o que não é o objetivo deste trabalho. Por ora, incluiremos esse uso dentro desse uso dos operadores veri-condicionais, porque ele altera as condições de verdade da sentença, tornando-as mais específicas.

Por outro lado, há casos com o *já* que não parecem influenciar nas condições de verdade das sentenças, sinal de que existem pelo menos dois tipos de *já* temporais: um operador temporal-aspectual que interfere nas condições de verdade da sentença, outro que seria o candidato a ser o dual de *ainda* e não altera, é esse que vamos fazer uma pequena análise mais à frente.

3.2.1.3 Temporais – não veri-condicionais

Mostramos na seção anterior o *já* que interfere nas condições de verdade da sentença, tal como o exemplo a seguir:

(35) Chegamos *já* na sua casa.

(36) Chegamos na sua casa.

Veja que a sentença com o item veicula que daqui a pouco chegamos na sua casa (futuro, com verbo morfologicamente no presente). Por outro lado, a sentença sem o item veicula que no momento de fala chegamos na sua casa, já estamos nela. Uma veicula um evento presente, outra um evento futuro e o único acréscimo é o *já*. Veja que nesses exemplos e nos diversos outros mostrados na seção anterior, o *já* interfere nas condições de verdade da sentença, ao contrário do outro *já* apresentado abaixo:

(37) a. João *já* está doente.

b. João está doente.

Em ambas o João está doente no momento de fala e em (37a), pragmaticamente, há um sentido relacionado à expectativa. Abaixo, mais alguns exemplos, representantes de inúmeros outros em que o *já* não interfere nas condições de verdade da sentença, tal como em (37a).

(38)

- a. Porque eles já são todos idosos. RJ – 328 - DID
- b. Eu já morei em Recife. REC – 05 – D2
- c. É uma indústria já existente na Europa. RJ – 379 EF
- d. O Japão já é, reconhecidamente, uma potência. RJ – 379 EF

Os exemplos acima estão todos relacionados à questão temporal. Mas, tal como o *ainda*, ele não define a localização do (s) evento (s) no eixo do tempo com relação ao MF. Se pensarmos nas sentenças acima sem a presença do *já* a localização do evento no eixo do tempo fica inalterada:

(39)

- a. Porque eles são todos idosos.
- b. Eu morei em Recife.
- c. É uma indústria existente na Europa.
- d. O Japão é, reconhecidamente, uma potência.

Assim, na maioria das vezes, embora tenha relação com o tempo, não opera sobre ele, ou seja, sua presença não é obrigatória para determinada interpretação, tais como também nos exemplos abaixo, do NURC:

(40) Eu ia dizendo é o seguinte: que não é à toa que a atual indústria naval japonesa, atual e *já* no início do século XX, ela havia tido uma das maiores motivações, quais sejam: a saída da ilha bom, voltando mais - RJ – 379 EF **temporal – não-obrigatório**

(41) Fernando Maranhão mesmo Eduardo desculpe... Eduardo me diga uma coisa é a segunda vez eu acho *já* outro dia também eu chamei você de: Fernando. (**temporal – não obrigatório**)

Um fator que é decisivo para distinguir um *já* temporal do outro, que não altera as condições de verdade da sentença, é o lugar onde ele ocorre na sentença.

3.2.1.3.1 Posição do *já* temporal na sentença

A posição do *já* influencia nas diferenças de interpretação. Perceba que o *já* em posição pré-verbal remete, juntamente com o pretérito perfectivo, ao passado (42) (veja que é a conjugação verbal quem dá essa interpretação, o *já* nesse caso não altera as condições de verdade da sentença). Mas, na posição pós-verbal, ele também pode apresentar a interpretação de ‘agora’ (43) (nesse caso, ele é obrigatório para a leitura de “agora”).

(42) O João *já* fez a inscrição do vestibular. (passado – não altera as condições de verdade)

(43) O João fez a inscrição do vestibular *já*. (passado e agora, quando significa ‘agora’ ele altera as condições de verdade)

Contudo, não podemos afirmar que é a posição quem vai decidir se o *já* altera ou não as condições de verdade no passado perfectivo com as diferentes acionalidades, pois tanto em posição pré ou pós-verbal, há ocorrência do *já* veri-condicional, quando significa ‘agora, nesse exato momento’:

(43) João se entristeceu *já*. (estado) X João *já* se entristeceu.
João se alegrou *já* X João *já* se alegrou.

(44) João ganhou a São Silvestre *já*. (achievement) X João *já* ganhou a São Silvestre.
João tirou a foto *já*. X João *já* tirou a foto.

(45) João pintou o quadro *já*. (accomplishment) X João *já* pintou o quadro.
João cortou a grama *já*. X João *já* cortou a grama.

Com essas classes de predicados, o *já*, nessa posição pós-verbal não é muito encontrado, por isso a leitura não “soa tão bem”, contudo, está disponível. Há alguns dicionários como Michaelis (2008), Houaiss (2001), Luft (2009), Priberam (2012), entre outros, nos quais uma das significações do *já* é agora, nesse exato momento. Mas, há outros que essa leitura não é encontrada:

(46) João canta já na noite.

(47) João é já professor. (João é professor já).

Em (46) não há a leitura de “agora”, nesse caso, o predicado é de atividade configurando uma profissão. Nesse caso, o que parece ser mais saliente é o foco contrastivo; por exemplo, João já canta na noite, contrastando com cantar de dia, cantar em orquestra. Da mesma forma, acontece em (47) João já tem a profissão de ser professor, em detrimento de demais profissões, não precisa pesquisar, por exemplo. Foco que não é tão saliente em (42) e (43), mas isso depende de onde foi colocado o foco prosódico. Então, parece que essa diferença de interpretações se deve ao fato de que predicados de atividades, como profissão, são habituais e incompatíveis com a leitura de ‘agora’, o qual é pontual e que, conseqüentemente, não se combina com o *já* sinônimo de *agora*, mas esses são só apontamentos superficiais e precisam de um melhor aprofundamento.

Além disso, há casos em que a posição vai influenciar se o *já* é um operador que altera as condições de verdade da sentença, conforme os seguintes exemplos:

(48) Nós já chegamos.

(49) Nós chegamos já.

Perceba que, morfologicamente, o verbo está igualmente flexionado, contudo, semanticamente, com o *já* na posição pré-verbal o tempo é passado e com o *já* na posição pós-verbal o tempo é futuro. Veja que a posição do *já* vai influenciar na nossa chegada.

Assim, pudemos observar que a posição do *já* na sentença pode influenciar para alterar as condições de verdade da sentença, mas não é fator decisivo em todos os casos. Vimos também que a posição pode gerar outras interpretações, tais como a de foco contrastivo. A seguir iremos analisar se ele ocorre, indistintamente, em contextos afirmativos e negativos.

3.3 Já, um item de polaridade positiva?

Em (1984), Ilari sugeriu que o *ainda* seria um item de polaridade negativa e o *já* um item de polaridade positiva. Como os próprios nomes já dizem, um item de polaridade negativa, preferencialmente, ocorre em

contextos negativos e, igualmente, o de polaridade positiva, mas em contextos positivos. Sem entrar em detalhes dessas classes, iremos tentar mostrar que o *já* não veri-condicional não prefere contextos positivos, dando suporte à hipótese em Gritti (2008) de que o *ainda* não prefere os negativos.

Vejamos, pois, o teste clássico entre as sentenças na afirmativa e na negativa.

- (50) a. João já cantou na noite.
 b. #João já não cantou mais na noite.
 c. João ainda não cantou na noite.
- (51) a. João já cantava na noite [quando tinha 30 anos].
 b. João já não cantava mais na noite [quando ele conseguiu outro emprego].
 c. João ainda não cantava na noite [aos seus 18 anos].
- (52) a. João já canta na noite.
 b. João já não canta mais na noite.
 c. João ainda não canta na noite.
- (53) a. João já está cantando na noite.
 b. João já não está mais cantando na noite.
 c. João ainda não está cantando na noite.
- (54) a. João já cantará na noite. (João já vai cantar na noite)
 b. João já não vai mais cantar na noite.
 c. João ainda não vai cantar na noite.

Primeiramente, analisando a afirmativa/negativa, percebemos que a única restrição está em (50b), no *mais*, o *já* se distribui, perfeitamente, tanto na afirmativa (a), quanto na negativa (b). Contudo, perceba que a sentença (50b) está no aspecto perfectivo, aspecto que o *ainda* tem restrição. Logo, era esperado que, nesse contexto, sendo o *já não mais* dual do *ainda*, também tivesse uma restrição quanto ao aspecto. Em vista desse contexto restritivo negativo, foi que o *já* foi posto na classe dos itens de polaridade positiva, mas não se trata da questão da negação, mas de uma questão aspectual.

3.3.1 Aspecto verbal

Alguns autores relacionam o *já* com a questão aspectual. Silvério (2001) afirma que o *já* força a perfectividade do evento, como em *agora já comi o suficiente*, contudo, essa perfectividade já é dada pela morfologia do próprio aspecto perfectivo. Sem o *já* a finalização do evento já é dada, sem problemas. A autora ainda diz que *agora* e *já* acrescentam ou permitem que o evento seja tomado com um estado resultante (PARSONS, 1990) ou de “relevância atual” (JESPERSEN, 1929 *apud* SILVÉRIO, 2001), mas não dá mais detalhes sobre isso.

Nesse mesmo sentido, Lopes (2003) afirma que *já*, em posição pré-verbal, é um operador aspectual, pois expressa informações sobre as fronteiras do intervalo. Conforme exemplo da autora, mas que já estava em Koch (1984), *A Ana já vive em Coimbra*, ele marca, pois, uma transição de uma fase negativa *não-p* (não viver em Coimbra) para uma positiva *p* (viver em Coimbra), o que já estava na descrição que Löbner (1989, 1999) e Van der Auwera (1993) fazem para o item do alemão. Essa aceção só é possível, segundo a autora, com verbos estativos, com denotação de estados temporários e faseáveis (*já* vive em), em detrimento de estados permanentes (**já* tem olhos verdes), denominação de Carlson (1977). E o que dizer da aceitabilidade do predicado no contexto seguinte? O bebê acabou de nascer, e alguém profere: *Nossa, Joãozinho já tem olhos verdes*. Nesse caso, se confirma a análise de Lopes (2003), pois tornamos o predicado temporário, no qual ele não tinha olhos verdes, ou com sinônimo de *nasceu* - *João nasceu com olhos verdes*.

Ao analisar a questão da posição de *já* na sentença. Observamos que se fosse adotar a ideia da transição de fases, no PB, ela estaria presente quase que na totalidade dos casos com o *já* pré-verbal, posição preferida do item. Escapam alguns exemplos como no imperativo e com modal, contudo, nesses casos, o evento não ocorreu e por isso não podemos falar em transição:

- (55) Compre já sua entrada para o show!
- (56) Eu queria já aquele carro.
- (57) Você poderia já se agilizar.

Contudo, essa tese de transição de fase positiva para negativa não se aplica a todos os casos, tais como em *o carro já é novo*, que é uma sentença marcada no PB, mas que ocorre em alguns contextos:

(58) O fusca? Não, não é mais aquele, o modelo já é novo.

(59) O carro já é novo, e você ainda quer pintar?

(60) O carro já é novo, não precisa de reparos.

Conforme Löbner (1989), nem todos são os casos em que há, obrigatoriamente, essa pressuposição de transição de estados opostos, como se verifica abaixo:

(61) a. Das Auto ist neu.

The car is new.

O carro é novo.

b. Das Auto ist schön neu.

The car is already new.

O carro é bem novinho.

Esse uso de *schön* funciona como um advérbio de modo, no PB não há esse uso do *já*. O autor afirma que em (61b) não há a necessidade da pressuposição. Nessa sentença há uma expressão de um estado que, semanticamente, exclui um estado anterior oposto, que não pode ser cumprido, já que para o carro ser novo, não, necessariamente, é preciso que ele não fosse novo, anteriormente.

Diferentemente, acontece com (62):

(62) Das Licht ist schön an.

The light is already on.

A luz já está acesa.

Nesse caso, *schön* é aplicado em (62) na qual há uma necessidade de pressuposição de um estado anterior oposto (a luz não estar acesa). As diferenças estão, portanto, conforme Löbner, na necessidade da pressuposição.

Mas, essas são análises para trabalhos futuros, não é objetivo desta tese trabalhar a semântica do *já*, mas do dual do *ainda*, que é *já não mais*.

3.2 Resumo do capítulo

Este capítulo serviu para mostrar que o *já não mais* é a negação do *ainda* continuativo e repetitivo e que a negação do aditivo é *não...também*. Também serviu para mostrar que o dual de *ainda não* é o *já*. Assim, trouxemos a literatura sobre a dualidade para o PB e demais línguas. Foi preciso trazer a discussão da negação de *ainda* aqui, para nos capítulos seguintes, entender a questão da pressuposição, visto que a negação é uma forma de operar a sentença para testar a manutenção do conteúdo pressuposto.

É impossível falar em negação, sem trazer à tona o sistema da dualidade, por isso, apresentamos alguns usos do *já*: conjuntivo (significando visto que, uma vez que e significando adversidade) e discursivo/conjuntivo. Mostramos também que há dois *já*, temporais: temporal veri-condicional e não veri-condicional, casos nos quais significa agora-neste momento, sua presença é decisiva para alterar as condições de verdade da sentença. Mostramos também o caso em que a posição do *já* também interfere nas condições de verdade, mas esses não são casos do dual de *ainda*.

Com relação à questão aspectual, mostramos que o *já* sozinho não tem restrição de ocorrência. Contudo, o *já não mais*, em alguns contextos perfectivos, tem restrição de ocorrência, o que era previsto, pois é o opositivo de *ainda* que também tem essa sensibilidade a esse aspecto. Por outro lado, o *já* ocorre, livremente, em contextos tanto afirmativos quanto negativos, se mostrando não ser um item de polaridade positiva.

De posse das informações desse capítulo, vimos que muitas são as interpretações do *já* dependendo de sua combinação com os outros elementos na sentença e de sua posição. Dada essa separação inicial, em um trabalho futuro, talvez a análise do *já* que não altera as condições de verdade da sentença seja a mesma do *ainda*. Para isso, primeiramente vamos mostrar a análise e a proposta semântica unificada para os três usos de *ainda* (continuativo, repetitivo e aditivo), no próximo capítulo, e, posteriormente, a análise e a proposta pragmática também para os três usos de *ainda*, no capítulo 5.

CAPÍTULO 4 – PARA UMA SEMÂNTICA DO AINDA. QUAL A SUA CONTRIBUIÇÃO?

Este é o capítulo central da tese, o mais esperado desde o início, uma vez que vai informar qual é a contribuição de *ainda* e dele vai depender a proposta de contribuição do *já não mais* e do *não..também* seus duais, que também serão trabalhados neste capítulo. Nos capítulos anteriores, fizemos uma descrição detalhada do *ainda*, seus usos e sua relação com o tempo e o aspecto verbal, sem a preocupação de definirmos se sua contribuição é semântica ou pragmática, simplesmente, mencionamos em alguns deles que esse item ativa uma pressuposição. Neste capítulo, vamos apresentar alguns argumentos que mostram que ele tem uma contraparte semântica e propor uma descrição de sua contribuição semântica. A contribuição pragmática será discutida no capítulo seguinte.

Não há consenso na literatura com relação ao conteúdo veiculado por itens como *but*, *therefore* e *still*. Tratando-se do *still* e seus correspondentes no alemão e italiano, alguns autores defendem que o termo veicula conteúdo semântico (LÖBNER, 1989,1999; VAN DER AUWERA, 1993; DONAZZAN, 2008) e outros, conteúdo pragmático (GRICE, 1975; FREGE, 1918-1994).

Grice (1975), por exemplo, considera que o *still* carrega uma implicatura convencional⁴⁰. Por isso, trouxemos para a primeira seção a definição de implicatura convencional e o comportamento dos itens que, juntamente com o *still*, são considerados por Grice como portadores dessa implicatura. No entanto, refutamos essa hipótese com alguns testes de acarretamento e da Família-P, nos quais o *ainda* passou e, portanto, confirma a hipótese de que o conteúdo veiculado por ele não é uma implicatura, mas uma pressuposição. Como veremos no próximo capítulo,

⁴⁰ Sabemos que há uma discussão entre o conceito de implicatura convencional e o de pressuposição, conforme foi apontado pela profa. Lígia Negri, na ocasião da banca de defesa desta tese. Essa discussão foi gerada pelo artigo de Karttunen e Peters (1979) no qual os autores afirmam que não há implicatura convencional e que quando se falava dela, na realidade, se falava em pressuposição. Contudo, muitos outros trabalhos foram feitos para refutar essa ideia de Karttunen e Peters (1979), inclusive o de Potts (2005), cujo conteúdo foi crucial para defender a ideia de que as implicaturas convencionais têm uma lógica diferente da lógica da pressuposição. Nós adotamos aqui, essa última constatação. E, não é intuito, deste trabalho trazer essa discussão para cá. O objetivo é mostrar mais à frente como o *ainda* gera uma pressuposição e não uma implicatura convencional como Grice (1975) afirmou para o *still*.

entendemos que o *ainda* veicula uma implicatura conversacional generalizada, decorrente da sua contribuição semântica, e que está relacionada a contrariar uma expectativa. Assim, na nossa proposta teórica, *ainda* carrega uma pressuposição e dispara uma implicatura de contra-expectativa. Nesse capítulo iremos atentar para a pressuposição que, como veremos, está relacionada às eventualidades.

Ainda com o intuito de refutar a hipótese de que o conteúdo veiculado por *still* e, conseqüentemente, por *ainda*, é uma implicatura convencional, apresentamos o estudo de Bach (1999), cuja centralidade é negar a existência das implicaturas convencionais. Para ele *still* não altera as condições de verdade da sentença, dentro de uma semântica clássica⁴¹, mas contribui para o dito, dentro de uma semântica multidimensional.

Em seguida, apresentamos os autores que defendem a tese de que as formas correlatas de *ainda* ativam uma pressuposição, Löbner (1989) para *noch*, no alemão, e Donazzan (2011, 2008), para *encore* e *ancora*, no francês e italiano, respectivamente.

Portanto, a ideia de que o *ainda* ativa uma pressuposição não é nova, esses autores já a mencionaram para os correspondentes de *ainda*, assim como os de cunho funcionalista, mas ainda não há consenso com relação ao conteúdo dessa pressuposição, há muita divergência quanto a isso. Nós iremos apresentar uma proposta que, certamente, se inspirou na de Donazzan (2011, 2008), mas é nova no que diz respeito ao conteúdo pressuposicional.

A diferença desta proposta semântica para a de Gritti (2008) é a de que esta não está baseada na questão temporal; a proposta de Gritti (2008) não abarca o uso aditivo de *ainda* e nem os casos do futuro. Neste trabalho, iremos apresentar uma análise que dá conta dos usos continuativo, aditivo e repetitivo de *ainda*, além de sua contraparte negativa – *já não mais* (continuativo e repetitivo) e *não..também* (aditivo) - e de suas ocorrências no futuro, que não são explicadas por nenhuma das propostas anteriores.

Assim, propomos que o *ainda* carrega uma pressuposição de existência de um evento, no mínimo, que está contextualmente relacionado ao evento veiculado pela sentença. Sendo que essa cadeia contextual está no fundo conversacional compartilhado. Dessa forma, a pressuposição

⁴¹ O teste mais clássico para saber se uma expressão altera ou não as condições de verdade da sentença é comparar uma sentença com o item e outra sem ele, sem nenhum acréscimo de outro material lingüístico. Se a única diferença for o item e os significados semânticos forem diferentes, é porque o item altera as condições de verdade da sentença. Esse teste já foi aplicado ao longo desta tese com os exemplos de *ainda*.

restringe seus contextos de uso, podendo ocorrer somente em contextos nos quais essa pressuposição possa ser preenchida.

4.1 Nem todos pensam que a contribuição de *ainda* é semântica

Grice (1975) defende a ideia de que itens como *still*, *but* e *therefore* não contribuem para as condições de verdade das sentenças. Para ele, o significado convencional dessas palavras determinará o que é implicado, são as chamadas implicaturas convencionais.

4.1.1 Implicatura convencional

Ao contrário das implicaturas conversacionais, que dependem do contexto e não estão atadas a um item lexical, as implicaturas convencionais dependem dos significados convencionais das palavras. São eles que determinarão o que é implicado. Mas, a grande diferença entre as duas classes de implicatura é que as primeiras são canceláveis, enquanto as segundas não são.

Como as implicaturas convencionais dependem do significado convencional dos itens, cada um deles vai disparar a mesma implicatura, independente do contexto e essa implicatura não pode ser cancelada. O exemplo clássico que Grice (1975) dá para exemplificar essa classe de implicaturas é o seguinte:

(01) “He is an Englishman; he is, therefore brave.”

Ele é um inglês, ele é, portanto, um bravo⁴².

Para o autor, o fato de ele ser um bravo é uma consequência do fato de ele ser inglês. Essa relação, que é dada pelo *therefore*, no entanto, não foi dita⁴³ explicitamente: o fato de que ser bravo decorre de ser inglês foi implicado. Poderíamos, então, dizer que (01) significa semanticamente:

⁴²Tradução de Gernaldi (1982), contudo uma melhor tradução poderia ser pela palavra *corajoso*, porque bravo é ambíguo no PB, pode tanto significar corajoso, quanto irritado.

⁴³*Dito* é utilizado por Grice para contrapor o implicado, subentendido (*implicated*), para ele, o *dito* corresponde a constituintes do enunciado (e como eles são combinados sintaticamente). No entanto, isso não significa que o que é dito deve ser totalmente explícito, como é o caso da elipse, por exemplo. Nós adotaremos essa mesma noção nesta tese.

(02) Ele é inglês e ele é um bravo.

E o item *therefore* dispara a implicatura de que ser inglês causa ser bravo. Assim, embora possamos argumentar que (01) e (02) possuam as mesmas condições de verdade

- a. Ele é inglês;
- b. ele é bravo.

não podemos afirmar que (01) e (02) dizem a mesma coisa, ou seja, parece que (01) veicula algo a mais. Isso se deve ao fato de *portanto* implicar uma relação de consequência. Assim, entendemos que a bravura dele é decorrência de ele ser inglês, devido ao item lexical e, mesmo assim, isso não é semântico, é uma implicatura convencional, porque as condições de verdade das sentenças em (01) e (02) são as mesmas. Além disso, ela é uma implicatura convencional porque não conseguimos cancelá-la, veja a tentativa de Bottyán (2005):

(03) ?? He is an Englishman; he is, therefore, brave. Yet, his being brave does not follow from his being an Englishman.

? Ele é um inglês, ele é, portanto, bravo. No entanto, a sua bravura não segue de ele ser um inglês.

(04) ?? He is an Englishman; he is, therefore, brave. Yet, in fact, he is cowardly.

? Ele é um inglês, ele é, portanto, corajoso. No entanto, na verdade, ele é covarde.

A tentativa de anular o conteúdo da implicatura resultou em uma contradição e não cancelou a implicatura. Esse é um dos pontos mais importantes para considerá-la convencional. Outro ponto é a questão de que o item dispara sempre a mesma implicatura. Repare que o *portanto* sempre gera a mesma implicatura de consequência, conforme os exemplos:

(05) João estuda em escola particular, portanto, vai passar no vestibular.

(06) Maria é professora, portanto, ganha pouco.

Isso não acontece com as implicaturas conversacionais, em especial as particularizadas, que em cada contexto disparam uma implicatura diferente.

Segundo Grice (1975), para verificar se a implicatura é convencional, uma das maneiras é testar se o conteúdo veiculado pela sentença (a proposição) acarreta ou não a sentença que queremos avaliar, se acarretar, ela não é implicada; se não acarretar, é implicada. Grice diz que, para ser uma implicatura, deve ser possível que (b) – a implicatura – seja falsa e, mesmo assim, (a) – a proposição – verdadeira. Ou seja, deve-se imaginar um contexto em que (a) abaixo seja verdadeiro e, ao mesmo tempo, (b) seja falso, considerando a sentença (07):

(07) João é brasileiro, portanto é alegre.

- a. João é brasileiro e João é alegre. V
- b. João é alegre porque é brasileiro. F

Suponha que João é brasileiro, tem uma família com quem ele se dá bem, tem um emprego bom, ama a vida e por causa disso tudo ele é alegre. Então, nesse contexto, João é brasileiro e alegre, confirmando que o dito em (a) é verdadeiro, mas, sua alegria não advém de ele ser brasileiro e sim, por todos os outros motivos dados no contexto. Logo, João é alegre não porque ele é brasileiro, tornando o implicado (b) falso e a relação de consequência do *portanto* também falsa. Assim, nessa linha de raciocínio, a sentença em (07) é verdadeira, mesmo (b) sendo falsa. Isso ocorre porque a sentença em (b) é uma implicatura (e não um acarretamento). O problema é que nessa situação discursiva é difícil alguém proferir (07) e também não é tranquilo avaliarmos se (07) seria mesmo verdadeira. Ficamos com a sensação de algo estranho.

O mesmo pode ser aplicado para o *mas*:

(08) Cacá é rico, mas generoso.

- a. Cacá é rico, Cacá é generoso. V
- b. Há uma oposição entre Cacá ser rico e ele ser generoso. F

Imaginemos um contexto em que Cacá, o jogador de futebol que ganha muito bem, é rico e também é generoso porque mantém muitas obras de caridade. Então, nesse contexto, mesmo Cacá sendo rico, ele é também generoso, confirmando que o dito em (a) é V e tornando o implicado (b) falso e a relação de oposição do *mas* também falsa. E mesmo assim (08) é

verdadeira. Dessa forma, a sentença em (b) é F e a proposição veiculada, o dito é V, logo, (b) é uma implicatura (e não um acarretamento). Novamente, o problema é que nessa situação discursiva é difícil alguém proferir (08) e ficamos, mais uma vez, com a sensação de algo estranho.

Com exemplos parecidos com (07), Grice (1975) argumentou em favor de que *therefore* dispara uma implicatura convencional de consequência e, em 1961, Grice (*apud* BACH, 1999) já afirmava que *but* dispara uma implicatura convencional de oposição, assim como *still*, uma implicatura relacionada ao tempo.

Grice (1975) não faz uma análise detalhada do *still*, mas afirma que as análises feitas para *therefore* e para *but* se aplicam para o *still*. Segundo o autor, ele dispara uma implicatura convencional relacionada ao tempo, ou seja, se refere à continuação de uma ação ou estado no tempo.

Diante disso, iremos mostrar, na próxima seção, que a contribuição do *ainda* é uma pressuposição de um evento contextualmente relacionado ao evento veiculado pela sentença. Mais à frente, iremos explicar como se forma essa pressuposição. Utilizaremos alguns testes para provar que esse conteúdo é uma pressuposição e não uma implicatura.

4.1.2 Provando que é uma pressuposição: Teste da Família-P

Havendo dúvidas a respeito de se o conteúdo acrescentado pelo *ainda* é uma pressuposição ou uma implicatura, podemos fazer algumas avaliações. Um dos testes mais clássicos para se “[...] detectar que tipo de informação está sendo pressuposta em uma sentença, quais afirmações são tomadas como verdadeiras num dado contexto” (PIRES DE OLIVEIRA *et al.*, 2012, p. 61) é através do teste da Família-P, ou família pressuposicional.

O teste conta com uma regra: “Uma sentença A pressupõe uma sentença B se e somente se A e os outros membros da Família-P acarretam B” (PIRES DE OLIVEIRA *et al.*, 2012, p. 61). Os membros da Família-P são contextos de negação, hipotetização e interrogação da proposição afirmada, entre outros. Se a informação se mantiver nesses contextos, significa que ela não faz parte do conteúdo veiculado pelo posto, mas sim do fundo conversacional compartilhado, o pressuposto. Nessa perspectiva, testemos um exemplo, tendo em mente nossa discussão no capítulo 3 sobre a negação do *ainda*, que é o seu par *já não mais*:

- (09) a. João ainda estuda na UFSC.
b. João estudava na UFSC.

- c. Negação: João já não estuda mais na UFSC.
- d. Hipótese: Se João ainda estuda na UFSC é porque ele gosta.
- e. Interrogação: João ainda estuda na UFSC?

Diante da negação da sentença (09a), da interrogação do posto e da transformação do posto em período hipotético, pode-se perceber que a informação (09b) se manteve, logo, é uma pressuposição⁴⁴. Portanto, o *ainda* passou no primeiro teste aplicado. Implicaturas não passam pelo teste da Família-P, como podemos ver rapidamente no exemplo abaixo.

A literatura considera que *alguns* implica em *não todos* (veja CHIERCHIA, 2004, entre outros):

- (10) a. Alguns alunos tiraram 10 na prova.
- b. Nem todos os alunos tiraram 10 na prova.

- (11) a. Alguns alunos não tiraram 10 na prova.
- b. Se alguns alunos tiraram 10 na prova, então todos tiraram 10.
- c. Alguns alunos tiraram 10 na prova?

Imagine que (10b) seja uma pressuposição e apliquemos o teste acima em (11), veja como a pressuposição não se mantém diante do teste, mais especificamente em (11b) e (11c), logo, é uma implicatura. Para ver mais detalhes sobre, ler Pires de Oliveira e Basso (2011).

4.1.2.1 Acarretamentos

Para que haja um acarretamento é necessário que a primeira sentença garanta a verdade da segunda:


- (12) a. João fez a prova. (posto)
- b. João respondeu a prova.

⁴⁴ Atente-se para o fato de que (09c), que é a negação de (09a), contém o *já não mais*, contraparte negativa de *ainda*. Veja também que a pressuposição, com o par opositivo de *ainda* é a mesma.


Se João fez a prova, necessariamente, ele fez algo, ou seja, (12a) acarreta (12b), mas não pressupõe, como pode ser atestado pela negação de (12a).


Uma implicatura não resiste às relações de acarretamentos, pois o dito (a) não consegue garantir a verdade do implicado (b), conforme se verifica no exemplo abaixo:

Maria: Clara, eu queria sair com João e lhe perguntei a hora, mas:

Então: (13) a. João disse que já era bem tarde. 
b. João não quis sair.

Da verdade de (13a) não necessariamente podemos concluir a verdade de (13b). O conteúdo de (13b) pode ser falso, mesmo (13a) sendo verdadeiro. Imagine que Maria perguntou o horário para João e ele respondeu que já era tarde. Aí, Maria diz: - Poxa, João, eu nem queria sair mesmo. João responde: - Eu disse que era tarde porque nós estamos atrasados, que demorou para sairmos, mas não que eu não quero sair. Nesse caso, o proferimento de João, não leva a imaginarmos (13b): estamos atrasados, demoramos para sair. Logo, observamos que o significado variou de falante para falante, e então, não é um acarretamento e, sim, uma implicatura:

(14) a. João: Já é bem tarde. 
b. Maria: João não quer sair.

(15) c. João: Já é bem tarde. 
d. João: estamos atrasados, demorou para sairmos.

Portanto, a verdade do dito não garante a verdade do implicado, pois se trata de uma implicatura⁴⁵.

O que não acontece em (09). Retornamos a esse exemplo, agora numerado (16) no qual o conteúdo pressuposto se manteve quando a sentença posta foi operada pelos recursos linguísticos da Família-P, para verificarmos se o conteúdo também é acarretado, se o for, essa é mais uma prova de que o conteúdo não é uma implicatura, pois implicaturas não garantem os acarretamentos.

⁴⁵ Lembrando que esse é um exemplo de implicatura particularizada, não estamos tratando aqui das generalizadas e das convencionais, que são outros casos.

- (16) a. João ainda estuda na UFSC. ↓
 b. João estudava na UFSC. ↓

Certamente, da verdade de (16a) podemos concluir a verdade de (16b), ((16a) é V e (16b) é necessariamente V, essa relação não vai mudar de falante para falante, tal como os exemplos em (14) e (15), logo, a informação em (b) não é uma implicatura conversacional particularizada.

Além disso, esse conteúdo em (b) também não é uma implicatura convencional, pois (16b) não se comporta como no exemplo com *therefore*, como vimos na seção 4.1.1. Ao contrário de uma implicatura convencional, (16b) sendo falso, ou seja, se não houver um outro evento de estudar na UFSC, fora o veiculado pela sentença, a proposição (16a) não tem valor de verdade, não é V, nem F, conforme a teoria pressuposicional, ou é F (como veremos na seção 4.2, em detalhes, com a famosa sentença *O rei da França é careca*). Se fosse uma implicatura convencional, (16a) continuava a ser V. Portanto, não sendo nenhuma das implicaturas, é mais uma razão para ser um acarretamento.

Vale ressaltar que, se soubermos que não há outro evento de estudar, não poderemos proferir com felicidade que ele *ainda* estuda. É a mesma coisa que proferirmos *João parou de fumar*, se não sabemos se ele fumava antes⁴⁶. Veja que nesse ponto *ainda* e *parar de* se assemelham e, como consenso na literatura, *parar de* é um gatilho pressuposicional, então, esse é mais um indício de que o *ainda* ativa uma pressuposição.

Há outros exemplos, com predicados diferentes, com o *ainda*, que também são pressuposições, pois respeitam a regra da pressuposição com a noção da Família-P, e também são acarretamentos:

- (17) a. João ainda está comendo. ↓
 b. João estava comendo. (PP e acc) ↓

Negação: João já não está mais comendo.

Interrogação: João ainda está comendo?

⁴⁶ O falante até poderá acomodar a pressuposição, mesmo não conhecendo o fundo conversacional compartilhado em que há a pressuposição. Como acontece na sentença *João não veio hoje porque foi levar seu filho ao médico* (baseado em PIRES DE OLIVEIRA, 2012). Se o ouvinte não sabe que João tem um filho, que é a pressuposição, nesse caso, ele a acomoda, adicionando a nova informação como se ela já estivesse no fundo conversacional compartilhado.

Hipotetização: Se João ainda está comendo, ele tem que se apressar.

- (18) a. João ainda bebia quando entrou na faculdade. ↓
 b. João bebia antes de entrar na faculdade. (PP e acc) ↓

Negação: João já não bebia mais quando entrou na faculdade.

Interrogação: João ainda bebia quando entrou na faculdade?

Hipotetização: Se João ainda bebia quando entrou na faculdade, é azar dele.

Da V de (a) concluímos que (b) é V. Logo, não é uma implicatura, pois implicaturas não resistem a relações de acarretamento e não formam a Família-P.

O mesmo teste pode ser aplicado para o *ainda* aditivo:

- (19) a. João ainda comeu.
 b. João fez algo a mais relacionado ao evento de comer. (PP e ↓
 acc) ↓

Negação: João já não fez mais isso: comer.

Interrogação: João ainda comeu?

Hipotetização: Se João ainda comeu, é porque deu tempo para ele fazer também isso.

- c. João comeu.
 d. João fez algo a mais relacionado ao evento de comer. ↓

E, o mesmo resultado é encontrado para o *ainda* repetitivo:

- (20) a. João ainda comeu camarão antes de morrer. ↓
 b. João comeu camarão antes. ↓

Negação: João já não comeu mais camarão antes de morrer.

Interrogação: João ainda comeu camarão antes de morrer?

Hipotetização: Se João ainda comeu camarão antes de morrer, era porque gostava muito do prato.

- (21) c. João comeu camarão antes de morrer. ↓
 d. João comeu camarão antes. ↓

Dado o exposto, todos os exemplos com o item apresentam acarretamento. Se, eles disparassem uma implicatura, ambos os exemplos (com e sem o item) teriam que se comportar de maneira semelhante, o que não é o caso.

O dual de *ainda*, *o já não mais*, também apresenta um acarretamento:

(22) a. João *já não* estava *mais* correndo no momento em que Maria chegou.

b. João correu até o momento em que Maria chegou.

(23) a. João não estava correndo no momento em que Maria chegou.

b. João correu até o momento em que Maria chegou.

Dessa forma, a verdade de (22a) acarreta que antes do momento da chegada de Maria – MR –, *João correu*, (22b). O que não ocorre em (23), pois (23a) não acarreta (23b). Da verdade de (23a) não podemos concluir que João correu antes do MR porque (23a) é compatível tanto com João ter corrido antes do MR, quanto como ele não ter corrido antes do MR.

Esses acarretamentos (com os três usos de *ainda* e também com o seu dual) são mais uma prova de que o conteúdo associado é uma pressuposição e não é uma implicatura, é uma relação semântica, como vimos. E, portanto, a contribuição semântica do item é a pressuposição que iremos apresentar na seção 4.5.

Assim, como nós argumentamos aqui, outros autores refutaram a ideia da implicatura convencional de Grice. Kent Bach (1999) apresentou alguns outros testes e outro motivo para não considerar o conteúdo de *still* uma implicatura convencional; isso levou o autor a argumentar pela não-existência das implicaturas convencionais.

4.1.3 Implicaturas convencionais – mito ou realidade?

Kent Bach (1999) é um dos autores que defende a hipótese de que implicaturas convencionais não existem. Logo, o autor refuta a ideia de que o *but*, *therefore* e *still* (*mas*, *portanto* e *ainda*) disparam implicaturas convencionais. Vale lembrar que Grice e Bach estavam tratando da implicatura (ou não) de *still* relacionada ao tempo.

O autor afirma que Grice dá um cheque-mate na distinção entre o que é dito (semântico) e o que é implicado (pragmático) porque as

implicaturas convencionais derivam do significado particular de uma expressão e não de circunstâncias conversacionais. Os fenômenos descritos para tal são, assim, segundo Bach, de outra ordem. *Still*, para ele, contribui para o dito, contudo, dentro de uma semântica multidimensional, que será apresentada brevemente na seção 4.2; o que permite ao autor capturar duas intuições: esses itens contribuem para o significado da sentença e, ao mesmo tempo, parecem não interferir nas condições de verdade da sentença complexa.

Bach sugere que o *still*⁴⁷ parece não contribuir para o que é dito em razão das intuições sobre a verdade ou a falsidade dos proferimentos⁴⁸. Isso acontece, pois, para o autor, *still* apresenta duas proposições, e as intuições tendem a ignorar o que ele apresenta como uma proposição secundária (assunto detalhado na seção 4.2).

Antes, contudo, o que nos interessa é que os itens considerados por Grice (1975) uma implicatura convencional, são, para Bach (1999), *alleged conventional implicature devices – ACID* – a exemplo disso estão *but*, *still* e *even*. Para ele, são “expressões que contribuem para o que é dito”, ao contrário do que Grice propõe para as implicaturas convencionais. Para provar sua argumentação no sentido de que eles não disparam implicaturas convencionais, Bach (1999) utiliza um teste, apresentado a seguir.

4.1.3.1 O teste do discurso reportado

Para descobrir se o conteúdo que os itens disparam faz ou não parte do que é dito, Bach utiliza o teste do discurso indireto ou discurso reportado que foi proposto pela primeira vez por Frege. Esse teste é utilizado porque o discurso indireto tem a propriedade de manter o sentido do que foi dito, sendo assim, ele explicita a proposição. Para Bach (1999), o teste do discurso reportado significa que

Um elemento de uma sentença contribui para o que é dito em um proferimento daquela sentença se e somente se há um discurso indireto completo e acurado do proferimento (na mesma língua) que

⁴⁷ O autor se refere ao *still*, mas suas explicações se encaixam para o *ainda*. O mesmo vale para os demais itens – *mas* e *até mesmo*.

⁴⁸ “They seem not to contribute to what is said, I will suggest (§3), because intuitions about the truth or falsity of utterances containing them are insensitive to their contribution, which, though truth-conditional, is secondary to the main point of the utterance” (BACH, 1999, p. 01).

inclui aquele elemento, ou um elemento correspondente, na sentença ‘que’ que especifica o que é dito (BACH, 1999, p. 12⁴⁹)

Assim, testemos o famoso exemplo de Grice (1975), já mostrado, anteriormente, e repetido aqui:

(24) “He is an Englishman, he is, therefore brave.”
Ele é inglês, ele é, portanto, bravo.

Para Grice, a proposição expressa é: ele é inglês e ele é bravo. Imaginemos que quem proferiu (24) foi Grice e João está contando esse proferimento, aplicando o teste teremos:

(25) João: Grice disse que ele é inglês e ele é bravo.

Seria esse o conteúdo da sentença? Não, o discurso indireto não é fiel ao conteúdo expresso por (24). Bach (1999) argumenta que se Grice (1975) estivesse certo, o conteúdo de (25) seria o mesmo que de (24), pois se o *therefore* (no PB *portanto*) não afeta o conteúdo veiculado, sua ausência em (25) não alteraria o conteúdo da sentença. No entanto, não é isso que nossa intuição nos diz. Se quisermos obter, exatamente, o que Grice disse, teremos de dizer da seguinte forma:

(26) Grice disse que ele é um inglês e que ele é, portanto, um bravo.

Dessa forma, *therefore* modifica o conteúdo, mas, mesmo assim, não altera as condições de verdade da sentença porque em ambas as sentenças acima, com e sem o item, é verdade que ele é um inglês e é verdade que ele é um bravo. Por isso, Bach (1999) argumenta que o *therefore* não pode disparar uma implicatura porque o item apresenta uma

⁴⁹ Tradução de Pires de Oliveira *et al* (2011), no original consta: “(IQ test): An element of a sentence contributes to what is said in an utterance of that sentence if and only if there can be an accurate and complete indirect quotation of the utterance (in the same language) which includes that element, or a corresponding element, in the ‘that’-clause that specifies what is said” (BACH, 1999, p. 12).

interferência no conteúdo proposicional, mesmo não alterando as condições de verdade da sentença.

O mesmo teste nos dá mais um meio para saber se a expressão faz parte do dito ou não. Basta descobrirmos se a expressão incide no conteúdo veiculado ou se ela incide na intenção do autor, o que estará mais claro quando se compara o *therefore* e o *infelizmente*, mais à frente. Se a expressão incidir no conteúdo veiculado, ou seja, fizer parte da sentença e não mudar o significado a cada falante, a expressão faz parte do dito. Se ela, ao contrário, incidir no significado do falante, apontando a sua intenção, a expressão não faz parte do dito. Analisemos o mesmo exemplo de Grice (1975), traduzido para o PB:

(27) Grice disse: Ele é um inglês, ele é, portanto, um bravo.

Joana disse: Grice disse que [ele é um inglês, ele é, portanto, um bravo.]

O *portanto*, em (27b), faz parte do julgamento que Joana fez da proposição, ou ele faz parte do que Grice disse? Faz parte do que Grice disse, dessa forma, o item *portanto* está orientado para a sentença e não para o falante. Ao contrário de outros itens como o *infelizmente* (analisado por PIRES DE OLIVEIRA *et al*, 2011) que está orientado para o falante, conforme o exemplo:

(28) a. A bruxa má disse: Branca de Neve morreu.

b. O príncipe disse: A bruxa disse que infelizmente a [Branca de Neve morreu.]

Repare que o *infelizmente* faz parte do julgamento subjetivo que o príncipe faz da morte da Branca de Neve. Se o *infelizmente* estivesse direcionado para o que a bruxa disse, ele faria parte do conteúdo do que ela disse, o que não é o caso, porque em (b) *infelizmente* é a avaliação do príncipe. Ou seja, o *infelizmente* varia de falante para falante, não incidindo no conteúdo veiculado pela proposição. Ao contrário do que acontece com o *portanto*, que é uma relação de consequência, independente, do falante.

O *still*, segundo o autor, passa no teste do discurso reportado:

(29) Cal is still on the phone.

Cal ainda está no telefone.

(30) Don said that Cal is on the phone.

Don disse que Cal está no telefone.

O conteúdo de (29) é o mesmo de (30)? Não. Apenas (30) é verdadeira se o Cal acabou de atender o telefone. Esse não é o caso para (29), que exige que Cal já esteja no telefone antes do proferimento da sentença. Então, seria o mesmo que proferir a sentença abaixo?

(31) Don said that *Cal is on the phone* and said that Cal has been on the phone.

Don disse que Cal está no telefone e disse que Cal esteve no telefone.

Bach argumenta, como veremos adiante, que o conteúdo veiculado por *still* não pode ser descrito como uma conjunção, como ocorre em (31). Ao mesmo tempo, (31) não é fiel à fala de Cal, o discurso não está completo, isso quer dizer que *still* se refere à proposição e não ao que Don disse, ou seja, não se refere ao falante, mas veicula conteúdo, se fosse o contrário, sua ausência não alteraria o sentido.

Com esse teste, Bach mostra que os ACIDs como *but*, *therefore* e *still* não são implicaturas convencionais, visto que eles veiculam conteúdo. Contudo, como vimos, essas expressões, mesmo assim, não alteram as condições de verdade das sentenças, mas, o que estamos entendendo como condições de verdade?

Condições de verdade

Como dissemos, anteriormente, o indivíduo que profere uma sentença com o *ainda*, intuitivamente, sabe que ele ativa uma pressuposição de, pelo menos, um evento. Se não houver um evento que se relacione com o evento veiculado pela proposição, a pressuposição será falsa e a sentença não terá valor de verdade. O exemplo clássico para ilustrar essa questão é o da descrição definida:

(32) O rei da França é careca.

Na visão pressuposicional da descrição definida, ela (a descrição definida) *o rei da França* ativa uma pressuposição de que há um referente específico que tem a propriedade de ser rei da França – a existência de um único rei – contudo, sabemos que na França não há rei e a pressuposição é falsa. Nesse caso, a teoria quantificacional, cuja fonte é Russell, vai dizer que o proferimento (32) é falso, essa é uma linha da semântica mais clássica. Já

para teoria pressuposicional, cuja origem é Frege, vai dizer que nessa situação, a sentença não é nem verdadeira, nem falsa, não tem, portanto, valor de verdade porque não existe rei da França.

Contudo, uma visão mais atual de semântica vai nos dizer que precisamos pensar no significado da sentença como a combinação de suas condições de verdade aliada às suas condições de admissibilidade. Essa é a proposta da semântica dinâmica, mais especificamente o modelo de Heim (1982), para a qual o sentido de uma palavra inclui as pressuposições.

A proposta de Heim (1982) foi baseada nos estudos de Stalnaker (1972) e Karttunen (1974), nessa visão, as pressuposições estão presentes no contexto, são, portanto, acarretadas pelo contexto. Assim, (32) não é admissível no contexto atual, pois a informação pressuposta não está no contexto. A pressuposição está embutida na semântica do item lexical que exige, nesse caso, que haja um único rei no contexto. Nessa visão, a sentença tem um potencial de mudança de contexto (CCP – *Contextual Change Potential*), uma função de contexto em contexto. Assim, o item lexical pode ocasionar uma mudança no contexto no qual ele ocorre, gerando um novo contexto. Para as pressuposições, Heim afirma que elas impõem restrições contextuais e esse potencial de mudança só poderá se realizar nos contextos que acarretam as pressuposições. Mais ou menos na mesma linha, caminha Bach (1999), dentro de uma semântica multidimensional. Retornemos à questão dos ACIDs, tratados na seção anterior, e vejamos qual é o tratamento dado por Bach a essas expressões com relação às condições de verdade, agora já explicitadas.

4.2 Semântica multidimensional

A semântica clássica considera que uma sentença expressa somente uma proposição. Bach, seguindo uma tradição que, segundo Potts (2006) remonta a Karttunen e Peters (1979), mostra que não é esse o caso com os ACIDs: sentenças com ACIDs veiculam mais de uma proposição simultaneamente. Para Bach “uma sentença tem potencialmente muitas proposições semânticas”, por isso, quando Don proferiu (32):

(32) Cal is still on the phone.
Cal ainda está no telefone.

não é o mesmo que:

(33) Don said that *Cal is on the phone* and said that Cal has been on the phone.

Don disse que Cal está no telefone e disse que Cal esteve no telefone.

Nesse caso, Cal teria dito uma proposição conjuntiva, que só é verdadeira se as duas sentenças que a compõem também forem verdadeiras. Mas não é isso o que ocorre com (32). Se for falso que João estava no telefone antes, a sentença pode, na visão de Bach, ainda ser considerada verdadeira. Essa, enganosamente, sugere que ele disse que as duas coisas estão separadas, uma após a outra, quando o que ele disse foi simplesmente:

(34) Don said that Cal is still on the phone.

Don disse que Cal está ainda no telefone.

Portanto, segundo Bach, não podemos entender que as duas proposições, em (32), estão unidas pela conjunção. Por isso, Bach (1999) propõe que uma sentença com o *still* não expressa somente uma proposição, mas duas proposições e, portanto, seja analisado não dentro de uma semântica clássica, mas dentro de uma semântica multidimensional ou de proposição múltipla (*multiple-proposition*, nos termos do autor). Na semântica multidimensional, (termo que adotaremos daqui por diante), um proferimento abre várias dimensões. Ou seja, aquilo que será considerado por outros autores, (LÖBNER, 1989, 1999; VAN DER AUWERA, 1993; DONAZZAN, 2011, 2008; DUCROT, 1981; DA COSTA, 2008; KRIFKA, 2000; IPPOLITO, 2004; GRITTI, 2008, entre outros, que vamos apresentar mais à frente), como uma pressuposição ativada pelo item, na visão de Bach (1999), é uma outra proposição que o item expressa, como verificado no exemplo do próprio autor:

(35) Cal is still on the phone.

Cal ainda está no telefone.

Para Bach, (35) expressa as duas proposições seguintes:

(36) a. Cal is on the phone.

a. Cal está no telefone.

b. Cal has been on the phone.

b. Cal esteve no telefone.

Na semântica clássica, a qual considera que cada sentença expressa somente uma expressão, era necessário decidir se (35) acarreta ou implica⁵⁰ (36b) ou ainda se diz o conjunto todo. Mas, Bach (1999) argumenta que há uma outra opção. Na visão da semântica multidimensional, (35) exprime duas proposições – (36a) e (36b), que não estão ligadas através da conjunção *e*, o que permite que (b) seja falsa, mas a sentença em (35) continue a ser verdadeira. Essa não é a mesma intuição dos autores que entendem que há pressuposição. Se a pressuposição for falsa, a sentença não terá valor de verdade. Essa é uma diferença importante entre nossa proposta e a de Bach. Nossa intuição é que no caso de (b) ser falsa, (a) não faz sentido.

Assim, para Bach, na visão da semântica clássica, os julgamentos sobre (35) são forçados, pois quando (36a) é verdadeiro e (36b) é falso, temos que escolher entre um simples "verdadeiro" e um simples "falso" da sentença, mas na verdade nossa intuição falha nesses casos. Assim, a visão de múltiplas proposições apresenta outra opção. Para ele, não se pode pensar que o *still* interfere nas condições de verdade da sentença como um todo, mas é preciso pensar em proposição, em verdade ou falsidade da proposição. Por exemplo, se as condições de verdade das proposições diferem e, uma proposição for falsa não, necessariamente, a sentença como um todo é falsa, conforme o que afirma Bach (1999, p. 22):

With sentences containing ACIDs like ‘but’, ‘so’, ‘even’, and ‘still’, there is no such thing as *the* proposition expressed—in these cases what is said comprises more than one proposition. And when the sentence does so without expressing the conjunction of these propositions, and these propositions differ in truth value, the sentence as a whole is not assessable as simply true or simply false⁵¹.

⁵⁰ Alguns autores utilizam o verbo implicar, como sinônimo de acarretar, mas, neste trabalho, utilizamos “implicar” no sentido “gerar implicatura”.

⁵¹ Com as sentenças que contenham *ACIDs* como *but* (*mas*), *so* (*assim, portanto*), *even* (*até*), e *still* (*ainda*), não há tal coisa como a proposição expressa - nesses casos o que é dito compreende mais do que uma proposição. E quando a sentença faz isso sem expressar a conjunção dessas proposições, e essas proposições diferem

Vejamus como essa explicação se dá com o *ainda*, por exemplo, em *João ainda está no trabalho*. Esse proferimento, na visão de Bach, apresenta duas proposições: *João estava no trabalho e João está no trabalho*. Se no momento, João acabou de chegar no trabalho, é falso que ele já estava no trabalho e, portanto, a primeira proposição é falsa. Mas, isso não faz com que o proferimento *João ainda está no trabalho* como um todo seja falso.

Bach (1999) traça um paralelo entre o funcionamento dos ACIDs e as sentenças relativas, como abaixo:

(37) Cal, que estava no telefone, está no telefone.

Se a relativa (*que estava no telefone*) for falsa, ainda assim é possível dizer que a sentença principal (*Cal está no telefone*) seja verdadeira embora soe estranho. Pense sobre a seguinte sentença:

(38) João, que é meu vizinho, morreu.

Suponha que é falso que ele é meu vizinho, mas é verdadeiro que ele morreu, o que a sua intuição diz sobre a sentença complexa? Aparentemente, que ela é verdadeira. Esse é o mesmo caso que as sentenças com os ACIDs.

Diferentemente, quando a pressuposição é falsa, a proposição que contém o gatilho pressuposicional não tem valor de verdade, é inadmissível, na linha adotada por Heim (1982), para quem, como mencionamos antes, a combinação de suas condições de verdade está aliada às suas condições de admissibilidade.

Assim, podemos considerar que uma sentença com o *ainda* só será admissível se e somente se sua pressuposição estiver satisfeita. Ou seja, se houver, no mínimo, um evento contextualmente vinculado ao evento assertado pela sentença. Por exemplo, com o *ainda* continuativo, se no dia 02 de julho, às 14h, os professores decidiram iniciar a greve e um aluno desavisado chega nesse mesmo dia e horário e pergunta:

(39) # Vocês ainda estão em greve, professores?

em valor de verdade, a sentença como um todo não é avaliável como um simples verdadeiro ou um simples falso.

A resposta dos professores vai ser: - Não, nós começamos agora, nesse exato momento. Os professores não irão admitir a sentença (39), pois não há um evento anterior de greve, fora o veiculado pela sentença, uma vez que eles tinham começado naquele dia, naquele momento e, portanto, a pressuposição é falsa. Assim, no modelo de Heim, (39) não seria admissível ou não seria feliz nesse contexto.

O mesmo acontece com o *ainda* repetitivo. Supondo que você acessou a leitura repetitiva de *ainda* em (40), imagine que Maria nunca foi ao cinema às 22h (nesse caso não houve nenhum outro evento de ir ao cinema às 22h cujo agente é Maria no fundo conversacional compartilhado) e João lhe pergunta:

(40) Maria, você ainda vai ao cinema às 22h?

Maria responderia: Como assim eu ainda vou? Eu nunca fui antes. A pergunta de João não fez sentido porque não houve um outro evento contextualmente relacionado à sentença. São, pois, exemplos nos quais a pressuposição é falsa e, portanto, a sentença com o *ainda* fica sem sentido, é inadmissível.

Considerando a visão da semântica dinâmica, a pressuposição terá de ser pensada em condições de admissibilidade que interferem nas condições de verdade. Como Bach (1999) afirmou que o *still* contribui, semanticamente, mas não altera as condições de verdade, as teorias se assemelham. O que foi considerado uma pressuposição parece ser a segunda proposição expressa por *still*, que pode ser transportada para análise de *ainda*. Atente-se para o fato de a segunda proposição, mostrada anteriormente em (42b) e repetida aqui, ter o mesmo conteúdo presente na pressuposição:

(41) b. Cal has been on the phone.
b. Cal esteve no telefone.

Se trabalhássemos com a tradução das sentenças do inglês, diríamos que se João ainda está no telefone é porque há a pressuposição de um evento de estar no telefone (que nesse caso é anterior). Como temos um estativo, vamos entender que esse evento anterior é do mesmo tipo e está se desenrolando no tempo, o que aparece na segunda proposição, em (41b). Portanto, podemos dizer que o *ainda* continuativo, repetitivo e aditivo ativa uma pressuposição, que também pode ser considerada uma segunda proposição, em termos de uma semântica multidimensional, semântica em

que se baseia Bach. A diferença está no modo como os falantes avaliam a sentença quando a pressuposição ou segunda proposição é falsa: para Bach a sentença é ainda verdadeira, na nossa intuição, ela não tem valor de verdade. Vamos apresentar a seguir o que a literatura propõe para as outras línguas a respeito da pressuposição.

4.3 Pressuposição de *noch*, no alemão

Para iniciar a discussão, apresentamos Löbner (1999) e a proposta de que o *noch*, no alemão, e o *still*, no inglês, contribuem para as condições de verdade da sentença. Seu estudo já foi apresentado em Gritti (2008), repetimos aqui as sentenças analisadas e a respectiva representação da autora:

(42) a. das Licht ist noch an.
The light is still on.
A luz ainda está acesa.

b. das Licht ist an.
The light is on.
A luz está acesa.

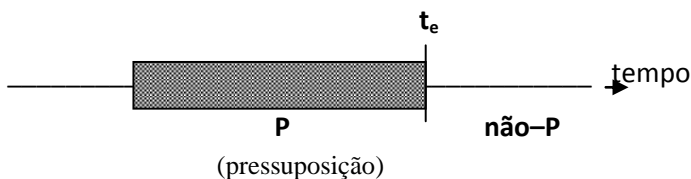


Figura 15 – Pressuposição de P, presente em (42a) em oposição à parte não hachurada

Löbner (1999, p. 54-55) afirma que as sentenças acima expressam o mesmo estado no alemão, mas a diferença está na pressuposição⁵²:

⁵² [...] (42a) expresses the same state as the sentence without *noch*, but on the basis of the presupposition that P was true for some time before t_e [...]

[...] **P**, *a luz estar acesa*, é verdadeiro para o tempo antes de t_e ⁵³, [...] momento de referência. Ou seja, na sentença (43a), há a pressuposição de estados ou momentos prévios em que *a luz está acesa* (**P**) antes do t_e . Já da sentença (18b), nada podemos afirmar sobre se *a luz está acesa* ou não antes do t_e . [...] O *noch* (*ainda*) recobre um tempo anterior ao momento de referência ou t_e e também o próprio t_e [...]. Essa pressuposição está ausente na sentença sem o advérbio. (GRITTI, p. 78)

Portanto, a diferença entre as sentenças é que (42a) possui a pressuposição de um momento prévio, enquanto (43b) não possui. É essa pressuposição semântica, para o autor, que vai alterar as condições de verdade das sentenças, pois a sentença (42b) sem o *noch* é verdadeira se o agente acabou de acender a luz, mas nessa situação a sentença (42a) não tem valor de verdade porque é necessário que haja um estado prévio antes de t_e em que a luz já estivesse acesa para que ela possa ser verdadeira ou falsa. Dito de outra forma⁵⁴, existe um misto de compartilhamento e evidência: quem fala e quem ouve devem compartilhar um subevento a mais (anterior, no caso do uso continuativo); ou seja, isso é dado, semanticamente, pela contribuição semântica de *ainda*. Imagine que você entra em uma sala e não tem nenhuma informação ou evidência de que a luz estava acesa antes. Logo, você não poderá dizer # *A luz ainda está acesa*, mas apenas *A luz está acesa*.

O autor baseia sua análise nos momentos **P** e **não-P**, nos quais **P** significa a proposição expressa pela sentença. Essa pressuposição é encontrada na fórmula proposta pelo autor para as condições de verdade das sentenças com o item:

Truth conditions for *noch* ($t_e P$) and *nicht mehr* ($(t_e P)$):

a. Both *noch* ($t_e P$) and *nicht mehr* ($t_e P$) trigger the presupposition that there is a phase of **P** starting before t_e and that up to t_e at most one change between not-**P** and **P** has occurred.

b. *noch* ($t_e P$) is true, and *nicht mehr* ($t_e P$) is false, iff the presupposition in (a) is fulfilled and P (t_e) is true.

⁵³ t_e , segundo Löbner (1989) é o momento de referência.

⁵⁴ Aqui, agradeço ao prof. Roberlei Bertucci pelo exemplo, na ocasião da banca de defesa deste trabalho.

c. *noch* ($t_e P$) is false, and *nicht mehr* ($t_e P$) is true, iff presupposition in (a) is fulfilled and $P(t_e)$ is false.

Transportada a definição para o PB:

(44) a) Ambos *ainda*($t_e P$) e *já não* ($t_e P$) disparam a pressuposição de que há uma fase de P anterior a t_e e de que, depois do t_e , pelo menos uma mudança entre não-P e P ocorreu.

b) *ainda*($t_e P$) é V e *já não* é F, sse a pressuposição em (a) é preenchida e $P(t_e)$ é V.

c) *já não*($t_e P$) é F e *ainda*($t_e P$) é V sse a pressuposição em (a) é preenchida e $P(t_e)$ é F.

Os itens, para Löbner (1999), requerem uma determinada fase de polaridade (positiva ou negativa). *Noch* e *nicht mehr* requerem um intervalo de tempo que comece com uma fase positiva de P. Ou seja, no exemplo (43a), é necessário que a luz já estivesse acesa (fase positiva) e, se essa condição não for satisfeita, a sentença com o *noch* não tem sentido, isto é, não é nem verdadeira nem falsa.

Então, como vimos, *noch* interfere nas condições de verdade da sentença, basicamente por causa da pressuposição, conforme sua proposta fundamentada no tempo. Casos análogos acontecem com o *encore* (francês) e com o *ancora* (italiano), o que será mostrado na próxima seção.

Antes, contudo, argumentamos que essa pressuposição de um momento prévio anterior a t_e em que P é verdadeiro (a fase positiva) não explica todos os usos de *ainda*, embora explique o uso continuativo, não descreve o que ocorre com o uso aditivo e nem o repetitivo. Além disso, como explicar a pressuposição no futuro, tempo no qual o evento não ocorreu, nem está ocorrendo?

(42) Eu ainda ganharei o prêmio de melhor aluno.

Pelo menos, na interpretação na qual o evento não ocorreu, não há momento prévio positivo, embora haja a mudança de estado. Por isso, nós propomos que a pressuposição é de que há um evento contextualmente relacionado ao evento da sentença. Nesse caso, podemos dizer que há eventos relacionados ao evento de ganhar o prêmio; o desejo de ganhar o prêmio e uma cadeia contextual de eventos que são necessários para que eu ganhe o prêmio de melhor aluno. Por exemplo, eu preciso estudar bastante,

prestar bastante a atenção na aula, fazer os deveres e tirar notas boas, melhores que as dos meus colegas. Perceba que toda essa cadeia de eventos não está presente na sentença sem o *ainda*:

(43) Eu ganharei o prêmio de melhor aluno.

Essa questão será melhor explicada na seção 4.6 e 4.7 deste capítulo, nas partes que se referem ao futuro.

Além disso, a proposta de Löbner não dá conta do uso aditivo de *ainda*, cujos estados envolvidos com a sentença não, necessariamente, precisam ser anteriores ao momento veiculado pela sentença, como foi mostrado no capítulo dois.

(44) # João ainda fez a barba.

Aqui é necessário que haja os eventos pressupostos, que pode ser falar ao telefone e assistir TV, tudo ao mesmo tempo em que fazia a barba. Mas, fundamentalmente, não é o caso que João fazia a barba antes, como esperamos pela proposta de Löbner.

Uma outra proposta de pressuposição, mas para o *encore* e *ancora*, elaborada por Donazzan (2011, 2008), está mais perto de abarcar os casos do PB, porém, abarca parcialmente.

4.4 Pressuposição por Donazzan (2008)

Tal como já dito, Donazzan (2011, 2008) afirma que *encore* e *ancora* ativam uma pressuposição. Contudo, para a autora, o *encore*, assim como todos os advérbios repetitivos aos quais ela se referiu, possui uma pressuposição de que o estado de coisas descrito pelo predicado já se produziu pelo menos uma vez antes:

(45) “[...] *encore* véhicule par défaut l’information que l’état de choses décrit par le prédicat s’est produit ‘au moins une fois de plus (dans le passé)’” (DONAZZAN, 2008, p. 44)

“[...] *encore* veicula normalmente a informação que o estado de coisas descrito pelo predicado se produziu ‘ao menos uma vez a mais (no passado)’”.

Assim, a contribuição semântica de *encore* é do tipo pressuposicional, o estado de coisas descrito pelo predicado se produz também em um momento precedente no tempo (DONAZZAN, 2008, p. 50). Portanto, a pressuposição está intimamente relacionada ao eixo temporal e essa definição serve tanto para a leitura incremental, quanto para a continuativa, pois não há divisões de análise especificando as pressuposições para cada leitura. A autora se baseia na formalização dada por Löbner (1999) para *noch* e *still* para propor a sua, perceba que a formalização de Löbner, apresentada abaixo, está relacionada ao tempo:

(46) Mary is still sleeping.

Assertion: $\Phi(t)$

Présupposition: $\exists t' \prec t \ \& \ \Phi(t')$

O operador \prec indica que o instante t' está sobreposto a t , no qual a proposição Φ exprimindo o estado de Maria estar dormindo é verificada no instante t e no t' . Assim, a pressuposição é que existe um instante que é sobreposto ao tempo do proferimento em que a Maria estava dormindo. Essa formalização dada ao *still*, e que se aplica ao *encore*, também pode ser aplicada ao *ainda* continuativo. Para os casos com *not yet*, veja os exemplos de Donazzan para o *pas encore – ainda não*:

(47) a. Jean est encore endormi⁵⁵. (Jean (ainda - de novo) adormeceu)).

Jean est endormi à t et Jean était endormi aussi à $t' < t$

João adormeceu em t e João estava adormecendo também em $t' < t$

b. Jean n'est pas encore endormi. (Jean (ainda-de novo) não adormeceu)

Jean n'est pas endormi à t et Jean n'était pas endormi à $t' < t$

(Jean não adormeceu em t e Jean não estava adormecendo em $t' < t$)

⁵⁵ Os exemplos são de Donazzan (2008) e as traduções foram conferidas com um falante nativo e com um professor de francês, o mesmo pode ser dito para (49) a (50) seguintes.

Em (50a) a fórmula (49), de Löbner, se aplica: o estado de estar dormindo é verificado em t e em t' . Contudo, em (47b) esse estado de estar dormindo não se aplica em t , nem em t' . Logo, é preciso de outra fórmula:

- (48) a. Assertion: $\neg \Phi(t)$
 Présupposition: $\exists t' \propto t \ \& \ \neg \Phi(t')$

Com essa sua formalização, Löbner (1999) propõe que há a persistência no tempo de um estado de coisas, caracterizado pela atualização ou não de uma propriedade. No caso (47b) é a não-atualização de uma propriedade: não estar adormecido, que se verifica em t e em t' , portanto, dá conta do exemplo (47b)⁵⁶.

Essa solução, segundo Donazzan (2008), permite resolver, do ponto de vista formal, o problema da repetição veiculada por um advérbio aspectual como *still* quando porta a negação. Contudo, a leitura incremental de *encore* questiona essa escolha teórica e formal de Löbner, que dá conta dos exemplos com leitura continuativa, mas não dos com leitura iterativa, como pode ser visto na análise dos exemplos com a negação:

(49) Jean n'a pas encore mangé de la pizza.
 Jean n'a pas mangé de la pizza à t et Jean n'a pas mangé de la pizza à $t' < t$.

(50) Jean ainda não comeu a pizza.
 Jean ainda não comeu a pizza em t e Jean ainda não comeu a pizza em $t' < t$.

A interpretação incremental de que ela já comeu, mas não comeu de novo não é capturada pela formulação de Löbner. Ela também não dá conta do seguinte exemplo com o *pas* + verbo + *encore* (*ainda não*):

- (51) a. Jean n'a pas mangé encore de la pizza...
 b. ... c'est la première fois qu'il en mange!
- a. Jean ainda não comeu a pizza.
 b. ... é a primeira vez que ele a come.

⁵⁶ Contudo, vale lembrar que o par opositivo de *encore* é *déjà non plus*, tal como o par opositivo do *ainda* é o *já*, demonstrado no capítulo anterior.

A autora diz que a formalização dada por Löbner é imprecisa, pois Jean não comeu a pizza em t' e nem em t . Mesmo que a sentença (51) apresente características específicas, pois nela o *encore* recebe um contorno entonacional marcado, o locutor nega que o estado de coisas descrito pela asserção seja produzido também no passado. Trata-se, nesse caso, de uma negação, frequentemente definida “metalinguística” ou “polêmica” que se diferencia, pragmaticamente, da negação do conteúdo proposicional da frase (DONAZZAN, 2008, p. 52)⁵⁷:

(52) Jean n’a pas mangé encore de la pizza !

Jean a mangé de la pizza à t et Jean n’a pas mangé de la pizza à $t' < t$

(53) Jean ainda (de novo) não comeu a pizza.

Jean comeu a pizza em t e Jean ainda não comeu a pizza em $t' < t$.

Ou seja, em t' João comeu a pizza, mas não comeu de novo em t . Por isso, a fórmula de Löbner não dá conta do uso incremental de *encore* (que inclui o uso iterativo do termo).

Buscando capturar os usos do francês e do italiano, Donazzan (2001, 2008) dá a seguinte fórmula para as condições de verdade de *encore* e para os advérbios repetitivos, em geral:

(54) REP-ADV (e_2) (t) =_{def} asserts (e_2) (t)
pres. $\exists t'[t' > t \ \& \ (e_1(t'))]$ where:

- (i) e_1, e_2 are eventualities instanciated by a time interval that is characterized by a relevant property
- (ii) the relevant property is determined by the linguistic material falling under the scope of the adverb in the assertion
- (iii) the presupposition is construed upon the assertion (unless there is an antecedent in context)

⁵⁷ Consta no original: L’occurrence de *encore* en (2.65) présente des caractéristiques spécifiques. Tout d’abord, l’adverbe reçoit en (2.65) un contour intonational marqué, qui s’accompagne à l’interprétation qui véhicule la remise en cause de son contenu présuppositionnel: Le locuteur, en énonçant (2.65), nie que l’état de choses décrit par l’assertion se soit produit aussi dans le passé. Il s’agit, dans ce cas, d’une négation souvent définie ‘méta linguistique’ ou ‘polémique’, qui se différencie pragmatiquement de la négation du contenu propositionnel de la phrase (Horn, 1989 *apud* DONAZZAN, 2008, p. 52).

- (i) e_1, e_2 são eventualidades instanciadas por um intervalo de tempo que é caracterizado por uma propriedade importante
- (ii) a propriedade importante é determinada pelo material linguístico que recai sob o escopo do advérbio na asserção
- (iii) a pressuposição é construída a partir da asserção (a menos que haja um antecedente no contexto)

A fórmula explica os usos de *encore*; os incrementais e os continuativos. A proposta se baseia nos eventos e em uma propriedade dada pelo material linguístico que está sob o escopo do advérbio. Essa propriedade ou estado de coisas é dada mais especificamente pelo predicado, ou seja, em

(55) Papa était malade lors de son anniversaire. Il était encore malade à la fin du mois d'août. (uso continuativo de *encore*)

Papai estava doente depois de seu aniversário. Ele estava ainda doente ao fim do mês de agosto.

o predicado é *estar doente*, logo, a propriedade é a mesma. Assim, em (58) há a persistência da propriedade *estar doente*, verificada em dois momentos sucessivos. Diferente de

(56) Jean a mangé encore des pommes de terre. (uso incremental de *encore*)

Jean comeu de novo (ainda) batatas.

na qual a propriedade é *comer batatas* e essa propriedade ao invés de persistir, foi reinstanciada. Por fim, em

(57) Pierre est encore endormi. (uso repetitivo de *encore*)

Pierre adormeceu de novo.

a propriedade é *adormecer* e foi repetida em um momento distinto no tempo.

Essa fórmula se aplica à leitura de continuação e de repetição no PB. Ao afirmar que há uma pressuposição de um intervalo de tempo (t'), em que há um evento de acender a luz (por exemplo, na sentença *A luz ainda*

está acesa), sendo que esse tempo está em sobreposição a outro tempo (t), que contém o evento com a mesma propriedade, resulta, na leitura de continuidade do *encore* e se aplica também à leitura de continuação do *ainda*.

Contudo, a fórmula acima não se aplica aos dados do futuro, no qual, pelo menos em uma interpretação, não há eventos. Não há e_1 que tenha uma propriedade relevante dada pelo material linguístico. Com a leitura aditiva, a fórmula também não se aplica em sua totalidade. Já que com a leitura aditiva os eventos podem ser simultâneos, não há a necessidade de ocorrer um evento em t' , como diz a fórmula. Não conseguimos explicar a leitura aditiva, por exemplo, da sentença abaixo:

(58) João limpou a casa, ouviu música, digitou seu trabalho e ainda tirou tempo para conversar com o vizinho.

No uso aditivo de *ainda* há e_2 , e_1 é pressuposto e os eventos podem ou não estar ordenados no tempo como é o caso de (58). Além disso, essa leitura não se caracteriza por haver uma propriedade importante, como nos exemplos anteriores (55-57). Como não há essa propriedade comum, não encontramos o mesmo estado de coisas, não há nem a persistência, nem a reinstanciação. E, como queremos dar uma semântica unificada para os três usos de *ainda*, nas seções seguintes, vamos, apresentar outra proposta.

Nossa proposta se diferencia da de Gritti (2008), pois na ocasião o objetivo era estudar apenas o uso continuativo de *ainda*, por isso, a proposta semântica foi baseada em Löbner (1999). Ampliando essa análise para o *ainda* aditivo e repetitivo e modificando sua base que era temporal, apresentaremos, na próxima seção, a nossa proposta, baseada agora em Donazzan (2008) e na noção de eventos. O tratamento dado à pressuposição em Gritti (2008) é diferenciado do deste trabalho. O que antes era uma pressuposição de momento ou estado prévio, agora é pressuposição da existência de um evento, tal como em Donazzan (2011, 2008). Isso porque o seu tratamento para a pressuposição do *encore*, no sentido da existência de um evento, abarca de modo mais adequado os três usos (e não somente o continuativo).

4.5 Qual é a pressuposição do *ainda*?

Tal como foi mostrado antes para os dados do alemão, do francês e do italiano, alguns autores na linha discursiva e argumentativa, dentre eles

Koch (1984), Ducrot (1981), e Da Costa (2008) apontaram que o *ainda*, no PB, ativa uma pressuposição. Contudo, o conteúdo da pressuposição apontado por Koch, por exemplo, não é o mesmo que nós estamos defendendo, provavelmente porque os conceitos de pressuposição não são os mesmos. A autora afirma que em uma sentença como *Marcos ainda não chegou*, a pressuposição é a de que Marcos já deveria ter chegado, sentido que, para nós, está relacionado à pragmática, à implicatura de contra-expectativa que será explicitada no próximo capítulo. A noção de pressuposição não é, portanto, a mesma.

Por outro lado, Da Costa (2008, p. 100) afirma que “nem sempre o operador *ainda* é pressuposicional”, nas palavras da autora. Do que pesquisamos, o único trabalho na área da semântica formal sobre o *ainda*, parece ser o de Gritti (2008). Nesse trabalho, afirmamos, com Löbner (1999), que o *ainda* altera as condições de verdade das sentenças e argumentamos que

[...] todo *ainda* temporal aciona uma pressuposição do conhecimento de um estado prévio, anterior ao t_e (tempo de avaliação) ou imediatamente anterior, caso do futuro. Se não houver essa pressuposição, não há leitura temporal e, para havê-la, às vezes, há necessidade de adjuntos temporais, que ajudam a localizar as sentenças no eixo temporal, acrescentando um momento de referência e, dessa forma, colaboram para o *ainda* ativar a pressuposição (GRITTI, 2008, p. 92-93).

Neste trabalho, argumentamos que ele não interfere nas condições de verdade de uma maneira clássica, mas contribui para o dito, no sentido de impor restrições aos contextos de uso. Ou seja, se a pressuposição não for preenchida, não estabeleceremos que a sentença como um todo é falsa. Além disso, diferente de Gritti (2008), afirmamos que não só um, mas os três usos de *ainda* (aditivo, repetitivo e continuativo) ativam uma pressuposição, mas ela não está relacionada ao tempo.

Afirmamos (com base em Bach para *still*) que *ainda* de alguma forma faz parte do conteúdo semântico da sentença, pois, se um item não faz parte do que é dito, ele deveria ser excluído da sentença sem nenhum

prejuízo para o seu sentido (cf BACH, 1999)⁵⁸, conforme verificado nos exemplos abaixo:

(59) João ainda está comendo. (continuativo)

(60) João está comendo.

As sentenças (59) e (60) são diferentes. Por isso, é objetivo deste capítulo especificar o que é contribuição semântica e, no próximo, o que é contribuição pragmática do *ainda*. E, portanto, se o *ainda* é excluído da sentença, ela deixa de ter essas contribuições, alterando, assim, seu significado (cf PIRES DE OLIVEIRA, em cp).

Assim, é evidente que (56) tem “algo a mais” e propomos que ele é desmembrado em duas partes: uma pressuposição de um evento contextualmente vinculado ao evento denotado pela matriz (contribuição semântica) e uma implicatura, relacionada à expectativa (contribuição pragmática). Vamos assumir que

(59) João ainda está comendo. (continuativo)

pode ser desmembrado em duas informações⁵⁹: o conteúdo veiculado e o conteúdo pressuposto.

A sentença *João está comendo* é verdadeira no Português Brasileiro se e somente se João está comendo no momento em que a sentença é proferida. Ela veicula a informação sobre o evento de João estar comendo e elimina os mundos em que João não está comendo naquele momento.

O aspecto gramatical imperfectivo, em geral, veicula que o evento não está acabado. Também, o aspecto imperfectivo, na forma do progressivo, nos diz semanticamente que o evento está em curso, se desenvolvendo no tempo, mas não começou no momento em que a sentença foi proferida. O aspecto gramatical imperfectivo somado ao aspecto lexical nos diz que temos duas possibilidades de interpretação de (16): i) um evento episódico, naquele momento, em resposta a uma pergunta, como por exemplo, *O que João está fazendo agora?*, ii) a capacidade de comer, como por exemplo, em um contexto em que João está internado na UTI, quase morrendo, mas *João está comendo*.

⁵⁸ “If a supposed implicature really were part of what is said, one could not leave it out and still say the same thing” (BACH, 1999, p. 4).

⁵⁹ Duas informações, semanticamente, falando, pois argumentamos, no capítulo cinco, que além disso, *ainda* também dispara uma implicatura de inesperado.

O *ainda* veicula, na forma de uma pressuposição, que há um evento relacionado contextualmente com o evento da sentença e esse evento já está no fundo conversacional compartilhado, há, dessa forma, um evento a mais e, portanto, há o traço da adição, citado no capítulo dois desta tese.

Nesse caso, o evento contextual é o mesmo veiculado⁶⁰ pela sentença *João está comendo*, por isso podemos pensá-lo como um subevento de *estar comendo* (adição de um subevento). Obtemos, então, a leitura de continuação do evento episódico que se prolongou, se há continuação, há, pois, a adição de evento, que nesse caso é um subevento. Essa relação de subevento unifica as análises dos três usos analisados neste trabalho, com relação ao conteúdo pressuposicional. A questão é bem mais complexa para a leitura genérica da sentença em que veiculamos uma capacidade de João. Nesse caso, a pressuposição não pode ser de um evento do mesmo tipo, mas de continuação da capacidade ou do hábito. Não podemos dar um tratamento mais formal dessa questão.

Contudo, a pressuposição disparada por *ainda* não garante que o evento com o qual o evento de *estar comendo* está contextualmente relacionado seja um evento de *estar comendo*. Essa é uma possibilidade de interpretação. Há aqui outra possibilidade: o evento pressuposto não é um evento de *estar comendo*, nesse caso, a leitura será aditiva. Somamos outro evento ao evento da sentença. Com essa leitura, precisamos pensar em um contexto como, por exemplo:

(61) Maria: Nossa, o João é muito esperto, consegue fazer várias coisas ao mesmo tempo, veja: ele está escrevendo a tese, assistindo TV e conversando no telefone.

E Patrícia acrescenta: E, ainda está comendo.

No caso, se pronunciarmos simplesmente *João ainda está comendo*, conhecendo o contexto acima, observaremos que o evento veiculado pela sentença é *estar comendo*, mas, a esse evento foram acrescentados outros, como, escrever tese, assistir TV e conversar no telefone. Esses eventos acrescentados são os eventos pressupostos, eles são eventos que estão relacionados ao evento veiculado pela sentença – comer – e, por isso são chamados de eventos contextualmente vinculados ao evento da sentença. Imagine que mudemos os eventos pressupostos por outros eventos aleatórios, como é o caso abaixo:

⁶⁰ Quando dizemos ‘evento veiculado pela sentença’ ou ‘evento da proposição’, estamos pensando no evento sob o qual o *ainda* incide na proposição.

(62) ?? João está apresentando o Jornal Nacional, está chegando de carro e ainda está dormindo.

Perceba que esses eventos de estar apresentando o Jornal Nacional e estar chegando de carro não se relacionam com o evento de dormir. Por isso, dizemos que o(s) evento (s) pressuposto(s) está (estão) contextualmente ligado (s) ao evento veiculado pela sentença, porque ele(s) precisa(m) apresentar uma relação com esse evento. Obviamente essa relação é pragmática.

4.5.1 Como se formou a pressuposição de *ainda*

Para esclarecer como derivamos a interpretação da pressuposição de *ainda*, descrita acima, procederemos à explicação. Os três usos de *ainda* carregam uma pressuposição de que há um evento contextualmente relacionado ao evento da sentença⁶¹, conforme a fórmula abaixo:

$$(66) \exists e [P(e) \ \& \ R_c \langle e, e' \rangle]$$

Existe um evento qualquer cuja propriedade é P e está “contextualmente⁶²” relacionado a outro evento e’, que é o evento descrito pela sentença.

Por exemplo em: *João ainda está fumando* temos

(64) Conteúdo semântico: $\exists e' [Fumar(e') \ \& \ Agente(e', j) \ \& \ t \subseteq \tau(e')]$

(65) Pressuposição: $\exists e [Fumar(e) \ \& \ R_c \langle e, e' \rangle]$

Note-se que, em certo sentido, essa pressuposição diz muito pouco, porque a princípio todos os eventos estão contextualmente relacionados ao Big-Bang (por exemplo). A ideia é a de que essa cadeia contextual, denotada por $R_c \langle e, e' \rangle$, é discursiva, já está determinada no contexto (cf

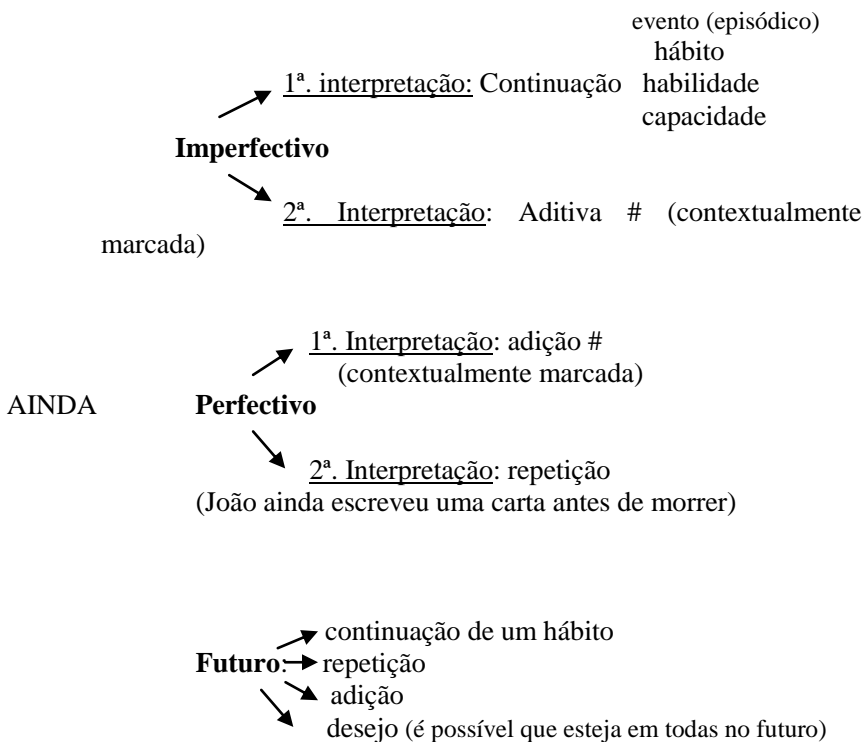
⁶¹ Agradeço a minha orientadora Roberta Pires de Oliveira pela indicação dessa proposta que eu assumo aqui.

⁶² “Estar *contextualmente* relacionado” significa dizer que o evento pressuposto precisa ter algum vínculo com o evento da proposição. Esses vínculos, essa relação que está dada entre o evento expresso pelo predicado e o evento pressuposto, estão no fundo conversacional compartilhado. Significa dizer que não são eventos aleatórios que se combinam, mas que têm alguma afinidade.

HEIM 1982). E essa cadeia contextual é compartilhada pelos interlocutores. A nossa proposta se baseia em parte na de Donazzan (2008) quando assumimos que há também a existência de um evento, mas difere na questão do tempo, pois na nossa fórmula, a questão do tempo é irrelevante porque o evento relacionado ao evento da sentença não necessariamente precisa ser anterior, ele pode ser simultâneo, como é caso na leitura aditiva. Difere também na questão de haver uma propriedade importante que é dada pelo material linguístico, visto que os eventos relacionados podem ser diferentes e estar contextualmente relacionados.

4.6 Uma proposta de análise do *ainda* continuativo, aditivo e repetitivo

Retomaremos aqui o quadro descritivo das interpretações de *ainda*, a fim de melhor visualizar as pressuposições para cada interpretação.



Propomos que os usos continuativo, aditivo e repetitivo de *ainda* carregam uma pressuposição da existência de um evento que está de alguma forma relacionado ao evento da proposição, ou seja, há sempre a adição de um evento ou subevento (no caso da leitura episódica). O evento relacionado pode ser anterior ou simultâneo ao evento da proposição, conforme observaremos nos subitens a seguir.

a) Continuação – imperfectivo

Em algumas sentenças, a presença de *ainda* parece ser mais saliente do que em outras para veicular a interpretação de continuação. Talvez isso tenha relação com o estudo de Amsili (2012), o qual fez um teste para verificar se pressuposições com partículas aditivas (como *aussi* (*também*), *également* (*igualmente*), *de nouveau* (de novo)) são obrigatórias ou não. Ele verificou que sem a presença dessas partículas há diferença de interpretação em relação à outra que a contenha, verificou também se a partícula torna aceitável uma sentença que era inaceitável e se ela lhe dá novas inferências. Em um total de 21 ocorrências, ele comprovou que em 66% dos casos, a presença das partículas é obrigatória e em 34% a presença não é obrigatória. Isso mostra que um item, mesmo ativando uma pressuposição, pode ou não ser obrigatório na sentença. Ele fará diferença em algumas sentenças e em outras não. É nessa perspectiva que pensamos o *ainda*.

- (66) a. João estava na aula, João ainda está na aula⁶³.
 b. ? João estava na aula, João está na aula.

(66b), sem o *ainda*, seria no mínimo, estranha discursivamente, mas ela não é agramatical por causa da semântica do imperfectivo. Em (66b) o imperfectivo diz que o momento do evento inclui o momento de referência. Significa que a sentença *João estava na aula* é verdadeira no momento de fala se o João está na aula. A sentença em (66b) é pragmaticamente marcada. Por que o falante usaria o passado se o evento está ocorrendo nesse momento? É claro que nesses casos, o *ainda* ajuda na leitura de continuação. Assim, podemos dizer que em (66a) a continuação já estava lá presente, mas era difícil de ser visualizada, o *ainda* reforçou-a, tornando-a mais evidente e ajudando na aceitabilidade da sentença. Então, o *ainda*, nesse caso, parece ser obrigatório para leitura de continuação.

⁶³ Exemplos baseados em Ippolito (2004).

Analisemos a segunda sentença de (66a) com *ainda*:

(66) João ainda está na aula.

A contribuição do *ainda* continuativo é a pressuposição de um evento e, nesse caso, ele é anterior ao evento veiculado pela proposição. Nesses casos, no aspecto gramatical imperfectivo, com predicados estativos (como estar na aula, em (66)) e com predicados eventivos, que fornecem uma leitura episódica, iremos considerar que esse evento relacionado contextualmente com o evento da sentença é um subevento⁶⁴ ou uma parte mínima do evento maior. Isso se deve às propriedades estruturais da eventualidade. Rothstein (2004) afirma que um evento que tenha subeventos também tem estágios. Então, podemos pensar que se *João ainda está na aula* é porque houve pelo menos uma parte mínima de estar na aula, fora àquela já denotada pelo evento da proposição. Essa parte mínima pode ser: ter entrado na sala de aula, ou ter posto o pé para dentro do colégio. Nesse caso, a parte mínima, ou o subevento de estar na aula foi anterior ao evento da proposição, mas isso é irrelevante para a interpretação que propomos, o que interessa é que há essa parte mínima relacionada contextualmente com o evento da proposição, é essa relação contextual que dá origem ao conhecimento compartilhado. Ou seja, essa sentença só pode ser proferida com felicidade num contexto em que é conhecimento compartilhado que João estava na aula. Esse não é o caso da sentença sem o *ainda*.

Analisemos o *ainda* com outra combinação, para ver como se forma essa mesma pressuposição:

(67) João ainda canta.

No exemplo (67) o *ainda* diz que o hábito continua e, portanto, há adição de evento, mas sua presença é menos saliente para a interpretação de continuação, parece ser o caso que se encaixa nos 34% descritos acima. A proposta de pressuposição que fizemos não abarca o caso em (67) sem alguma modificação. A contribuição de *ainda* parece ser a continuação da capacidade ou a continuação do hábito. Para termos uma descrição mais clara desses usos precisamos de uma semântica para as sentenças genéricas e modais. Não temos no momento uma solução para esses casos. Essa não é, no entanto, uma falha do nosso trabalho, nenhuma das propostas feitas

⁶⁴ Quem primeiro falou sobre isso foi Krifka (1992).

para os outros itens correspondentes do *ainda* consegue explicar a continuação de sentenças genéricas ou de hábito, embora a intuição seja clara.

b) Adição – imperfectivo

No imperfectivo, a segunda interpretação é a aditiva, mas é contextualmente marcada, tal como no perfectivo, na maioria das vezes. É necessário, pois, que haja um contexto de enumeração ou uma sequência com *quando* para que a sentença seja aceitável, mas isso é uma característica do aspecto, não está relacionada ao *ainda*, pois uma sentença como *João estudava* também precisa de uma ancoragem.

(68) # João estudava. X João amava Maria quando ela morreu.

Mas, conforme o adjunto que se acrescente as leituras disponíveis para *ainda* podem mudar:

(69) João ainda estudava (quando eu o encontrei). – hábito ou episódio continua.

(70) João trabalhava, fazia trabalho voluntário e ainda estudava. – leitura aditiva.

Em (69) com o adjunto temporal, obteve-se a leitura de continuação, contudo, em (70b), com a enumeração, o *ainda* vai dizer que, além de ele fazer outras coisas, ainda por cima, *ainda* fazia *x*, *estudar*. Ou seja, na leitura aditiva, há a pressuposição de um evento relacionado contextualmente ao evento da sentença, mas ele não necessariamente é anterior ao veiculado pela sentença, já que pode ser simultâneo: João podia trabalhar, estudar e fazer trabalho voluntário tudo ao mesmo tempo.

É na leitura aditiva que essa relação contextual com o evento da sentença é melhor visualizada, pois são eventos diferentes, mas que possuem um vínculo entre si estabelecido no fundo conversacional. Nesses casos, ressalta-se a importância da relação contextual, porque sem ela ficaria mais difícil de explicar como surge a pressuposição na leitura aditiva.

c) Adição – perfectivo

Como já foi mencionado em capítulos anteriores, a leitura aditiva é a preferida no aspecto perfectivo. Com essa leitura, tal como com a de continuação, o *ainda* não é obrigatório em todos os casos, mas em todos os casos em que ele ocorre, pressupõe pelo menos um evento (pode ser até uma lista de eventos), como no exemplo abaixo:

(71) a. # Maria ainda fez almoço.

Dita só assim, (71a) é estranha, mas o *ainda* pressupõe um evento ligado ao evento de fazer almoço e é feliz numa situação em que há uma lista de eventos no fundo conversacional:

b. Maria atendeu telefone, copiou receita da TV, deu banho nas crianças e ainda fez almoço.

Esse mesmo efeito de significado não se verificaria sem a presença de *ainda*: *Maria fez almoço*. Nesse caso, não há uma lista pressuposta, o que evidencia que quem cria a lista é o *ainda*. Ou melhor: ele não necessariamente cria uma lista, mas contribui semanticamente através da ativação da pressuposição de um evento contextualmente relacionado ao evento da proposição. Também poderia simplesmente veicular a pressuposição de um evento: *Maria deu banho nas crianças e ainda fez almoço*, ou seja, a pressuposição é de, no mínimo um evento.

Quando essa pressuposição já está veiculada pela sentença, a presença de *ainda* não é obrigatória. Observe a interpretação da sentença com a retirada do *ainda*:

(72) Maria atendeu telefone, copiou receita da TV, deu banho nas crianças e fez almoço.

Contudo, se proferir *Maria ainda fez almoço*, necessariamente, é preciso, no mínimo, um evento a mais – cuja interpretação, sustentamos, é ativada via pressuposição. Esse evento necessário está contextualmente relacionado com o evento da proposição, isso já é dado por essa relação que vem do fundo conversacional compartilhado.

Vale lembrar que, com a leitura aditiva, o(s) evento(s) pressuposto(s) pode(m) ser simultâneo(s) ou anterior(es) ao evento veiculado pela sentença.

Há alguns casos isolados com orações coordenadas em que a sentença não é marcada e possui uma leitura de adição mais evidente veiculada pelo *ainda*:

(73) a. João comeu peixe e Maria ainda comeu frango⁶⁵.

Nesse caso, Maria comeu peixe e também frango. O que não acontece na sentença sem o *ainda*:

b. João comeu peixe e Maria comeu frango.

Nessa, cada um comeu um tipo de carne. (73) é mais um caso em que a presença de *ainda* é mais evidente para a leitura de adição, é como se tivesse uma elipse de um *também*. Mas, trata-se do mesmo caso do *ainda* aditivo de que tratamos anteriormente. Observe que se proferirmos *Maria ainda comeu frango*, o *ainda* está adicionando mais um evento a uma lista de eventos pressupostos ou a, no mínimo, um evento pressuposto que, nesse caso, é o de comer peixe.

d) Repetição – perfectivo

A segunda interpretação no perfectivo é a de repetição de um evento. Lembrando que essa interpretação é, comumente, melhor visualizada com adjuntos de tempo, pois, sem eles, essa leitura é raramente apontada pelos falantes. Vejamos como ela se comporta com relação à pressuposição:

(74) a. # João ainda fumou.
b. João ainda fumou um cigarro antes de morrer.

A pressuposição é a de que há um evento contextualmente relacionado ao evento da sentença (fumar) e, esse evento, no caso, é do mesmo tipo – fumar. Ou seja, João já tinha fumado um cigarro antes do momento da morte (evento pressuposto, ativado pelo *ainda*) e se ele repetiu o evento, é porque adicionou mais um evento.

e) Futuro

⁶⁵ Exemplos baseados em Ippolito (2004) e Amsili (2012).

Com relação ao futuro, a interpretação mais natural é a de que não houve o evento, o evento ainda não ocorreu. Por isso, no capítulo 2, sugerimos uma lista pressuposta de eventos contextuais, necessária para que o evento veiculado pela sentença possa ocorrer, conforme o exemplo:

(75) João ainda vai se formar na faculdade.

Para se obter um diploma universitário, são necessários vários eventos, que são pressupostos; antes de tudo, é preciso passar no vestibular, atingir notas iguais ou acima da média em todas as disciplinas, pagar a faculdade ou pagar a moradia quando o acadêmico se muda para a cidade da faculdade, fazer todas as disciplinas previstas para o curso, entre outros (isso está no fundo conversacional compartilhado⁶⁶). É verdade que o próprio verbo *formar-se* já pressupõe todos esses eventos. No entanto, se proferimos, simplesmente, *João vai se formar na faculdade*, não vem em nossa mente outros eventos anteriores. Diferentemente, de quando proferimos *João ainda vai se formar na faculdade*, nesse caso, pressupomos eventos que dificultaram a ocorrência dos outros eventos pressupostos, por *formar-se*. Por exemplo, João passou por dificuldades, teve filhos durante a faculdade, morreram entes queridos e *ainda vai se formar na faculdade*. Há, então, a pressuposição de no mínimo um evento contextualmente relacionado ao evento da proposição (*formar-se*) e, nesse caso, ele é anterior e diferente do veiculado pela sentença.

Defendemos que esse(s) evento(s) contextual(is) está (estão) presente(s) em todas as ocorrências do futuro, eis mais um exemplo:

(76) Eu ainda vou ter esse carro BMW.

Nesse caso, há um evento contextualmente vinculado ao evento que irá acontecer, i.e. o falante vai ter um BMW, que é, por exemplo, o fato de ele gostar do carro BMW e se empenhar para que isso ocorra (há, portanto, a adição de eventos). Essa ideia da cadeia contextual é baseada em Heim (1982), cuja expressão original é cadeia causal e serviu para a autora solucionar o caso dos acarretamentos decrescentes, licenciadores de itens de polaridade negativa. No capítulo 2, mostramos que há itens geradores de asserções pressupostas, licenciadas pelo fundo conversacional

⁶⁶ Esse é o caso do futuro de que falamos no capítulo dois, que ora apresenta referência temporal, ora referência modal que, por sua vez, denota diversas interpretações dependentes do fundo conversacional compartilhado.

compartilhado. Com relação à segunda e terceira interpretações, elas já foram explicadas acima.

Com a análise detalhada das interpretações disparadas pelo *ainda* podemos perceber que há casos em que sua presença é mais evidente que em outros. Isso é um dado importante para pensar de que ordem é a contribuição do item. Além disso, nos casos em que o *ainda* ocorre, mostramos que ele sempre carrega uma mesma pressuposição de um evento a mais, o que caracteriza o traço de adição argumentado até aqui, isso torna nossa análise unificada para os três usos analisados.

4.7 Aplicando a descrição aos três usos de *ainda*

A seguir apresentamos uma derivação para os três grupos continuativo, aditivo e repetitivo e a questão do futuro, levando em consideração a interação com a pressuposição.

a) Continuativo

A leitura repetitiva e a leitura continuativa se distinguem pelo fato de que na repetitiva o evento denotado conta como um átomo, enquanto que na continuativa o evento está se desenvolvendo, conforme o exemplo:

(77) João ainda está fumando.

(78) Conteúdo: $\exists e [F(e) \ \& \ \text{Agente}(e, j) \ \& \ t \subseteq \tau(e) \ \& \ t = MF]$

(79) Pressuposição: $\exists e' [F(e') \ \& \ R_c \langle e', e \rangle]$

Assim, a sentença (80), resultaria em: $\exists e' [F(e') \ \& \ R_c \langle e', e \rangle] \ \& \ \exists e [F(e) \ \& \ \text{Agente}(e, j) \ \& \ t \subseteq \tau(e) \ \& \ t = MF]$

No conteúdo da proposição existe um evento de fumar ($F(e)$) e existe um agente ($\text{Agente}(e, j)$), o aspecto verbal do evento é imperfeito

(que é representado por $t \subseteq \tau$ (e) apresentada no capítulo dois⁶⁷) e o evento iniciou antes do MF e inclui o MF. Essa sentença (77) tem a leitura de um evento episódico como, por exemplo, em uma situação em que Maria pergunta, o que João está fazendo agora que não está aqui? Ah, João está fumando lá fora. Nesse caso, teremos a derivação acima.

O *ainda* veicula na forma de uma pressuposição que há um evento relacionado contextualmente com o evento da sentença. Ou seja, conforme a fórmula, existe um evento qualquer cuja propriedade é P e está contextualmente relacionado a um outro evento e'. Essa cadeia contextual, denotada por $R_c \langle e, e' \rangle$, é discursiva, já está determinada no contexto. Quando o evento *e* está se desenvolvendo na situação em e', o evento pressuposto e o denotado pela proposição são do mesmo tipo, assim, teremos a leitura de que o evento pressuposto é um subevento do evento de fumar que está se desenvolvendo (há adição de um subevento). A relação contextual neste caso é de subevento e se dá no fundo conversacional compartilhado.

Então, podemos pensar que se *João ainda está fumando* é porque houve, pelo menos, uma parte mínima extra de estar fumando, fora àquela já denotada pelo evento da proposição. Essa parte mínima pode ser ter fumado a primeira parte do cigarro (a ponta de baixo). Nesse caso, a parte mínima, ou o subevento de estar fumando foi anterior ao evento da proposição, mas isso não interessa, o que interessa é que há essa parte mínima relacionada contextualmente com o evento da proposição.

Note que essa relação contextual entre o evento e a pressuposição não está na fórmula de Donazzan (2008) para explicar os usos incremental e continuativo de *encore*. Na proposição da autora também não há diferenciação na fórmula quanto ao aspecto, tal como na nossa, o aspecto vem do que é dito.

b) Repetitivo e aditivo

No perfectivo, como vimos, há a leitura de adição e de repetição. Em uma sentença como

(80) João ainda comeu camarão antes de morrer.

⁶⁷ Conforme aludido no capítulo dois, o imperfectivo denota um conjunto de eventos P tal que o tempo do evento inclui o tempo de referência. O ME, representado na fórmula por τ (e), contém o momento de referência, $t: t \subseteq \tau$ (e).

há as duas leituras:

- i. João já havia comido camarão outras vezes e comeu mais uma vez antes de morrer;
- ii. João, estando à beira da morte, vivendo seus últimos minutos, fez outras coisas e ainda por cima comeu camarão.

Vamos analisar essa mesma sentença, primeiramente, com a leitura “i”, a de repetição.

(81) Conteúdo: $\exists e [C(e) \ \& \ \text{Agente}(e, j) \ \& \ \tau(e) \subseteq t \ \& \ \text{Antes}_{MF}(e)]$

(82) Pressuposição: $\exists e' [C(e') \ \& \ R_c \langle e', e \rangle]$

Assim, a sentença (80) resultaria em: $\exists e' [C(e') \ \& \ R_c \langle e', e \rangle] \ \& \ \exists e [C(e) \ \& \ \text{Agente}(e, j) \ \& \ \tau(e) \subseteq t \ \& \ \text{Antes}_{MF}(e)]$

No conteúdo da proposição existe um evento de comer camarão ($C(e)$) e existe um agente ($\text{Agente}(e, j)$), o aspecto verbal do evento é perfectivo ($\tau(e) \subseteq t^{68}$) e o evento iniciou antes do MF. Essa sentença (80) tem a leitura de um evento episódico terminado, logo, que conta como um átomo. É isso que vai disparar a leitura de repetição, porque o *ainda* exige que haja pelo menos um outro evento contextualmente ligado a esse.

A sentença *João comeu camarão antes de morrer* é verdadeira no português brasileiro se e somente se houve um evento de comer camarão, no perfectivo (i.e um evento fechado, que conta como um). A sentença introduz a informação sobre o evento de João ter comido camarão, apagando dali todos os mundos em que João nunca comeu camarão até aquele momento.

A contribuição do *ainda* é a pressuposição de um evento qualquer que é P e está contextualmente relacionado ao evento da sentença (comer camarão) que é (e'). Essa relação contextual se dá no fundo conversacional compartilhado, é denotada por $R_c \langle e, e' \rangle$ e é discursiva, já está determinada no contexto. Mas, note que a pressuposição disparada por *ainda* não garante que o evento com o qual o evento de comer camarão contextualmente relacionado seja um evento de comer camarão. Há aqui duas possibilidades: (i) o evento pressuposto é um evento de comer camarão; nesse caso, o evento pressuposto e o evento veiculado pela sentença são do mesmo tipo.

⁶⁸ O perfectivo é o conjunto de eventos que têm a propriedade de ser P e cujo intervalo está contido no momento de referência: $\tau(e) \subseteq t$. Assim, no perfectivo, o MR inclui o intervalo em que o evento ocorreu ou o momento do evento até ser concluído.

Obtemos, então, a leitura de repetição, porque *comeu camarão* denota um evento atômico, que conta como um. Somamos mais um evento de comer camarão à cadeia de eventos de comer camarão que João já realizou.; (ii) o evento pressuposto não é um evento de comer camarão; nesse caso, a leitura será aditiva. Somamos um outro evento ao que já temos feito. Veja que a determinação de uma ou outra leitura depende do conhecimento compartilhado, como queremos.

A contribuição semântica do *ainda* é uma pressuposição de que há um evento contextualmente relacionado ao evento da proposição (comer camarão). Essa pressuposição, na leitura aditiva, não garante que o evento com o qual o evento de comer camarão está contextualmente relacionado seja um evento do mesmo tipo - comer camarão. Logo, o evento pressuposto não é um evento de comer camarão. A leitura continuativa está bloqueada por causa do aspecto perfectivo.

c) Futuro

No futuro, todo esse arsenal se segue e, portanto, a derivação de cada uma das leituras é igual ao que foi demonstrado acima. A diferença no futuro é de que uma das interpretações é aquela em que o evento *ainda* não ocorreu. Nessa, como descrito no capítulo dois, nossa teoria prediz corretamente que há outra interpretação: desejo. Essa é, na verdade, a grande contribuição da nossa proposta porque as demais (LÖBNER, 1989,1999; DONAZZAN, 2011, 2008) não conseguem explicar esse uso.

(83) Eu ainda vou publicar na *Natural Language Semantics*.

Essa sentença prevê, no mínimo, três interpretações:

a) Continuação: há, sem dúvidas, a interpretação de que já houve uma publicação. Essa é a leitura da continuação do hábito, que já explicamos. Se é um hábito, há pelo menos um evento completo. Haverá outro do mesmo tipo no futuro;

b) Adição, já explicada; há existência de outros eventos contextualmente relacionados (eu dou aulas, faço palestras, dou cursos e ainda por cima vou publicar na *Natural Language*).

(Quem fornece essas duas leituras acima é o *ainda*, pois sem ele, elas não existiriam)

c) Desejo. O falante nunca publicou na *Natural Language Semantics*, mas ele deseja isso.

(84) Conteúdo: $\exists e [P(e) \ \& \ \text{Agente}(e, \text{ o falante}) \ \& \ \text{Depois}_{MF}(e)]$

(85) Pressuposição: $\exists e' [G(e') \ \& \ R_c \langle e', e \rangle]$

A sentença *Eu vou publicar na Natural Language Semantics* é verdadeira no português brasileiro se e somente se há um evento de publicar no Natural Language Semantics posterior ao MF. A morfologia do verbo *ir*, mais o verbo *publicar* no infinitivo indicam que há no futuro o evento de publicar. A semântica do futuro é um assunto em si e não podemos nos deter nela. Vamos adotar a ideia de ramificação: há pelo menos uma continuação do mundo real em que há um evento de publicar na *Natural Language Semantics*. Claro que nada garante que essa continuação será a que irá ocorrer. Mas esse é sempre o caso do futuro.

A contribuição semântica do *ainda* é uma pressuposição de que há a adição de um evento contextualmente relacionado ao evento da proposição (publicar na *Natural Language*). No mínimo, o que temos é o evento que desencadeou a série de ações cujo resultado é a publicação. No mínimo, o desejo de realizar tal evento. Dessa forma, o desejo do falante está contextualmente relacionado ao evento futuro de publicar, o que unifica a análise do futuro com as demais análises feitas para os outros usos, em outros tempos verbais.

4.8 Negação de *ainda* – *já não mais*

Até agora, apresentamos a proposta semântica para o *ainda*. Nossa previsão é a de que essa proposta deve também servir para explicar o seu dual, o *já não mais*. A partir de agora, iremos mostrar que ela se aplica, como o previsto. Para isso, iremos discutir alguns dos exemplos já trabalhados, anteriormente, na afirmativa e agora na negativa. Por exemplo, *ainda* continuativo:

(86) João ainda está fumando.

Como já visto, houve um evento a mais, fora o evento de fumar veiculado pela sentença. Observe que esse evento a mais (pressuposto) também está presente na sua negativa:

(87) João já não está mais fumando.

Como o dual de *ainda* é o *já não mais*, nesse caso, a pressuposição é a mesma: houve um evento (anterior) que está contextualmente relacionado ao evento da sentença, estar fumando. Há a pressuposição de que ele fumou. Perceba que se o João nunca tivesse fumado antes, a sentença (87) não seria feliz, esse conteúdo pressuposicional resiste ao teste da Família-P:

Posto:(88) João já não está mais fumando.

(89) João fumava.

Interrogação: João já não está mais fumando?

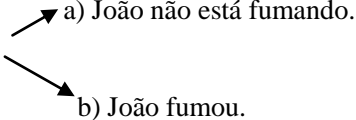
Hipotetização: Se João não está mais fumando é porque ele leu bastante sobre o fumo.

Afirmação: João ainda está fumando.

Observe que, ao operar a sentença posta, o conteúdo (89) permaneceu em todas as operações. Logo, passou no teste mais clássico sobre pressuposição.

Além disso, esse conteúdo de (89), tal como acontece no *ainda*, não é uma implicatura convencional, pois na implicatura, quando o conteúdo implicado é F, a proposição continua a ser V, como vimos no caso do *therefore*, na seção 4.1.1. O que não acontece com (88) e (89). Se (89) for F, ou seja, se João nunca fumou na vida, a proposição (88) não vai ter valor de verdade, não é V, nem F.

Se formos pensar essa sentença dentro da semântica multidimensional, poderíamos ter as seguintes duas proposições:

João já não está mais fumando. 

O conteúdo em (b) é o conteúdo que defendemos ser uma pressuposição – há um evento contextualmente relacionado ao evento da sentença, fumar. Perceba que, tal como o *ainda*, o *já não mais* restringe seus contextos de uso, ele só pode ocorrer se houver uma pressuposição. O mesmo acontece com o *ainda* repetitivo:

(90) João já não fumou mais nos minutos precedentes a sua morte.

(91) Há a pressuposição de que João fumava.

Aqui há também a pressuposição:

(92) João ainda fumou nos minutos precedentes a sua morte. (João fumava)

Perceba que em *João fumou nos minutos precedentes a sua morte* (sem o *ainda*), não há nada que diga que João tenha fumado antes, ao contrário de (90). Ou seja, para a sentença (90) ser feliz, é necessário que haja, pelo menos, um evento de João fumar em um momento anterior aos minutos precedentes a sua morte. Veja que esse conteúdo de (91) permanece em todas as operações do teste da Família-P:

Interrogação: João já não fumou mais nos minutos precedentes a sua morte?

Hipotetização: Se João já não fumou mais nos minutos precedentes a sua morte, ele tinha perdido mesmo o paladar.

Afirmação: João ainda fumou nos minutos precedentes a sua morte.

Passando nesse teste, logo, é um acarretamento, e se é um acarretamento, não pode ser uma implicatura. Até porque se o conteúdo de (91) fosse uma implicatura e cancelado (fosse falso), a proposição em (90) teria que ser V, o que não é o caso. Se João nunca fumou na vida, a proposição *João já não fumou mais nos minutos precedentes a sua morte*, não é nem verdadeira, nem falsa.

4.8.1 Negação do ainda aditivo – *não...também*

Nossa previsão é de que a proposta desenvolvida para os *ainda*'s, assim como a proposta para o *já não mais* (dual do continuativo e repetitivo) também sirva para explicar o dual do *ainda* aditivo, o *não...também*. A partir de agora, iremos mostrar que ela se aplica, como o previsto. Vejamos os exemplos na afirmativa e a comparação na negativa:

(93) # Maria ainda lavou o carro.

Suponha que durante a manhã, Maria fez sua corrida, fez almoço, escreveu a tese e ainda por cima lavou o carro. Como já visto, com esse uso aditivo, houve, pelo menos, um evento a mais, fora o evento de lavar o carro

veiculado pela sentença. Observe que esse(s) evento(s) a mais (pressuposto(s)) também está(ão) presente(s) na sua negativa:

(94) Maria não lavou o carro também. (Maria não fez também isso: lavar o carro⁶⁹)

Como foi visto no capítulo 3, as sentenças com o dual do *ainda* aditivo são ambíguas: a) Maria não lavou a casa, não lavou a calçada e não lavou o carro também ; b) Maria fez outras coisas, mas não acrescentou mais uma: lavar o carro. A que nos interessa é a (b). Observe que o dual do *ainda* aditivo, o *não..também*, na leitura (b), igualmente, introduz a mesma pressuposição: houve um evento (anterior) que está contextualmente relacionado ao evento da sentença, lavar o carro. Há a pressuposição de que ela fez outras coisas (por exemplo, fez sua corrida, fez almoço, escreveu a tese). Perceba que se a Maria não tivesse feito outras coisas, a sentença (194), pelo menos com a leitura (b) não seria feliz. Temos a impressão de que se não houvesse a pressuposição dos eventos, a sentença posta, continuaria sendo feliz, mas isso se deve à leitura (a) Maria não lavou outras coisas e também não lavou o carro.

Assim, podemos dizer que o *já não mais* e o *não..também* também possuem a mesma pressuposição de *ainda*.

4.9 Resumo do capítulo

Iniciamos mostrando que nem todos os autores estão convencidos de que o conteúdo veiculado por itens como *but*, *therefore* e *still* é semântico. É o caso de Grice (1975) cuja ideia é a de que essas expressões disparam implicaturas convencionais. Para comprovar sua argumentação, ele mostra que esses itens não alteram as condições de verdade das sentenças em que eles ocorrem.

Dado que há essa controvérsia, mostramos que o conteúdo veiculado pelos três tipos de *ainda* passa no teste da Família-P e que não é uma implicatura, posto que implicaturas não resistem a acarretamentos.

Para confirmar a nossa tese de que o *ainda* ativa uma pressuposição e não uma implicatura, apresentamos a ideia de Bach (1999) contra as implicaturas convencionais de Grice (1975). O teste de Bach serviu para provar que *still* é um ACID, uma expressão que contribui para o dito,

⁶⁹ Essa paráfrase melhor representa a negação do *ainda* aditivo, mas nela foi incluído o *isso*, que pode interferir na interpretação.

veicula significado, mas não altera as condições de verdade da sentença e, dessa forma, precisa ser tratado não dentro de uma semântica tradicional, mas multidimensional.

Dessa forma, apresentamos a proposta de uma semântica multidimensional, na qual Bach (1999) considera que o *still* expressa duas proposições, contribuindo semanticamente para o dito, mas não alterando as condições de verdade da sentença. Não temos o mesmo entendimento de Bach, porque nossas intuições não são as mesmas. Caso a informação veiculada pelo *still* ou pelo *ainda* seja falsa, para Bach (1999) a sentença complexa continua a ser verdade; para nós, ela não tem valor de verdade. Nossa intuição nos fez caminhar na direção de uma semântica dinâmica, no modelo de Heim (1982), em que se entende que o item aciona uma a pressuposição, isto é, impõe restrições aos contextos de uso.

Mostramos, então, que a literatura para outras línguas considera que os correspondentes de *ainda* (*noch, still, encore, ancora*) carregam uma pressuposição e que elas interferem nas condições de verdade das sentenças. Mostramos que as teorias anteriores não conseguem explicar todos os usos do *ainda* no PB, em particular seu uso no futuro e o aditivo. Elaboramos, então, uma proposta nova para a pressuposição dos três usos de *ainda*: a pressuposição de um evento contextualmente vinculado ao evento denotado pela proposição principal, o que caracteriza a adição de um evento. O *ainda* dispara uma pressuposição de existência de, pelo menos, um evento, independente de ele ser do mesmo tipo ou não e de ser simultâneo ou anterior ao evento veiculado pela sentença; mas deve haver uma conexão entre eles. Esse evento pressuposto está contextualmente relacionado ao evento veiculado pela proposição. Essa relação contextual entre esses eventos está no fundo conversacional compartilhado. Terminamos aplicando nossa proposta aos três usos de *ainda* e, portanto, apresentamos uma análise semântica unificada para os três usos de *ainda*: continuativo, repetitivo e aditivo.

Finalizada a proposta para o *ainda*, comprovamos nossa hipótese de que ela serviria para explicar o seu dual *já não mais* e o *não..também*. Assim, mostramos que essas expressões ativam a mesma pressuposição de *ainda* e que ela não é uma implicatura, dados os testes que fizemos com ela. Depois, mostramos como se forma essa pressuposição, que é da mesma forma que com o seu dual.

Demonstrada a contribuição semântica do *ainda* e *já não mais/não..também*, partiremos, no próximo capítulo, para discutir a sua contribuição pragmática, já anunciada nos capítulos anteriores, a famosa contra-expectativa.

CAPÍTULO 5 - O COMPONENTE PRAGMÁTICO DE *AINDA*

Até o momento, apenas mencionamos que o *ainda* dispara uma implicatura relacionada à expectativa. Essa também é uma questão muito importante, pois, intuitivamente, os falantes do PB, quando interrogados sobre a interpretação de uma sentença com o *ainda*, respondem prontamente: é algo que não é esperado, não era para..., etc. Eles identificam uma interpretação de contrariedade disparada pelo item, como já detectado na literatura funcionalista e argumentativa, apresentada brevemente no capítulo um.

Ao investigar essa questão, encontramos a observação de Frege já no início do século XX, em 1918, referente a essa expectativa do *noch*. Ele afirma que se o sentido relacionado à expectativa, o esperado for falso, a sentença não pode ser considerada falsa, ou seja, se comporta como Grice (1975) afirma que também se comportam *therefore (portanto)*, *still (ainda)* e *but (mas)*, veiculadores de implicatura convencional, mostrados no capítulo anterior. Logo, podemos supor que essa interpretação de expectativa contrária não estava na semântica, mas o autor não fala sobre isso. Também Löbner (1989) e Van der Auwera (1993) trabalham-na e tentam resolvê-la com os cenários de polo positivo e negativo, da ordem do contrafactual, contudo. Enquanto Van der Auwera afirma que esses cenários contribuem, semanticamente; Löbner afirma o contrário.

Para o PB, com o intuito de fundamentar nossa tese de que a interpretação de expectativa contrária está presente nos usos de *ainda*, trouxemos o estudo de Silveira (2007) com o *ainda não*, no qual ela fez um teste para verificar se tanto falantes de língua materna do PB, quanto estrangeiros perceberiam esse sentido que *ainda* veicula, e que acreditamos ser implicado; a resposta foi positiva. Além disso, Gritti (2008) defendeu que *ainda* ativa uma contra-expectativa, em consonância com Martelotta (1996), cujo autor defendeu que *já* e *ainda* são marcadores de contra-expectativa. Contudo, o autor afirma que somente um uso de *ainda* tem essa propriedade, nós, por outro lado, argumentamos, neste capítulo, que todos os usos possuem. Vamos mostrar como é essa relação entre expectativa e contra-expectativa; defender que o *ainda* veicula a implicatura de que a situação descrita pela sentença se opõe a alguma informação que está presente no fundo conversacional compartilhado.

Vamos propor que essa interpretação de contra-expectativa é um conteúdo que pode ser cancelado e não depende do contexto, por isso é uma implicatura conversacional generalizada. A partir dessa hipótese, vamos tentar explicar como surge essa implicatura e a que Máxima do Princípio

Cooperativo, de Grice (1975), ela está ligada. Ao investigar essa questão, vamos considerar o que já foi visto nos capítulos anteriores: o *ainda* não altera as condições de verdade da sentença, mas contribui para o dito introduzindo uma pressuposição de um evento anterior contextualmente ligado ao evento denotado pela sentença.

5.1 O que é esse conteúdo veiculado pelo *ainda*?

É com o objetivo de continuar analisando o comportamento do *ainda* e os efeitos de sentido que ele produz que chegamos neste capítulo. Até agora, temos uma proposta para a contribuição semântica do item. Na comparação entre uma sentença com e sem o item já mostramos que as duas têm as mesmas condições de verdade:

(01) João está almoçando.

(02) João ainda está almoçando.

Ambas veiculam que no MF, o evento de João almoçar está transcorrendo. Contudo, já mostramos que o *ainda* contribui para o dito, semanticamente, introduzindo uma pressuposição de que há um evento a mais, nesse caso de estar almoçando, fora o evento veiculado pela sentença (que também é o de almoçar). Para a sentença (02) ser feliz, é necessário que haja essa pressuposição. O que, certamente, não é o caso para a sentença sem o item, a sentença (01). Logo, embora elas tenham as mesmas condições de verdade – são verdadeiras se o João está almoçando no MF -, elas entram em diferentes cadeias discursivas. Apenas (01) pode ser utilizada se João iniciou seu almoço no momento em que ela é proferida.

Mas, a intuição dos falantes do PB diz que fora esse significado semântico, a sentença também veicula um sentido de contrariedade: não era mais para o João estar almoçando. Vamos defender que esse significado de contrariedade é pragmático e está relacionado com uma expectativa, o que é esperado de uma situação, em vista de um fundo conversacional compartilhado que, por sua vez, também está relacionado à pressuposição, isso será melhor explicado no decorrer do capítulo. Nessa sentença (02), a intuição dos falantes é a de que a sentença quer dizer que já não era para João estar almoçando mais, essa é uma expectativa, é o que se espera para essa situação de estar almoçando. O *ainda* contraria essa expectativa: ele ainda está.

Nesse sentido, em Gritti (2008) afirmamos que todos os usos de *ainda* disparam uma contra-expectativa, contudo, não analisamos essa questão, na época, por não ser objetivo daquele trabalho, somente deixamos a dúvida se ela seria ou não uma implicatura. Neste trabalho, vamos desenrolar essa história e explicar essa afirmação que, dita dessa forma, é um pouco vaga. Por isso, retornemos à sentença apresentada, anteriormente.

Foi dito, antes, que a sentença (02) veicula que já não era para João estar mais almoçando. Novamente, tentaremos mostrar, minuciosamente, ao longo do capítulo, que esse conteúdo não é semântico. Veja que ele não é da mesma natureza do conteúdo da pressuposição, mostrado no capítulo anterior. Ele não passa no teste clássico da pressuposição, conforme o que veremos abaixo:

(02) João ainda está almoçando.

(03) Não era para João estar mais almoçando.

Negação: João já não está mais almoçando.

Interrogação: João ainda está almoçando?

Hipotetização: Se João ainda está almoçando é porque ele está fazendo o que era esperado.

Perceba que em (02) há o evento de João estar almoçando e a sentença apresenta também uma interpretação de que não era para João estar almoçando, o conteúdo expresso em (03), a expectativa. Ao negar a proposição (02), o evento de almoçar terminou. Nesse caso, o conteúdo de (03) não é mais uma expectativa, pois o esperado aconteceu, é um fato, João não está mais almoçando, é o que (02) assera, quando operada pela negação. Na primeira operação, o conteúdo (03) já não se manteve, isso já bastava para concluirmos que ele não é uma pressuposição; mas, ele também não se mantém com a transformação da sentença num período hipotético. Veja que nesse contexto, o conteúdo de (03) não está presente. Logo, se esse conteúdo não está presente quando manipulamos a sentença, então, não estamos diante de uma pressuposição. Uma hipótese plausível é que se trate de implicatura.

Como vimos no capítulo anterior, para Grice (1975), um conteúdo é uma implicatura quando o implicado é falso e, mesmo assim, a proposição continua a ser verdadeira, ao contrário de um acarretamento. Vejamos se o conteúdo de (03) se comporta como uma implicatura:

(02) João ainda está almoçando.

(03) Não era para João estar mais almoçando.

Vamos supor que alguém torne o conteúdo de (03) falso, proferindo o seguinte:

(04) João está almoçando, sim, e isso é normal, pois está dentro das 2h de almoço a que ele tem direito.

O conteúdo (03) sendo falso, não invalida a proposição (02), pois, mesmo sem a expectativa (03), (02) continua sendo V – é verdade que João está almoçando. Portanto, esse conteúdo, conforme o teste de Grice (1975), se comporta não como um acarretamento, mas como uma implicatura. Uma outra propriedade da implicatura é o cancelamento. O que fizemos acima foi cancelar o conteúdo de (03), reforçando nossa intuição de que se trata de uma implicatura.

Observe que esse conteúdo que está relacionado à expectativa também é ativado nos outros usos de *ainda*:

(05) a. João ainda perdoa Maria. (**continuativo**)

expectativa: João já não perdoasse mais Maria.

b. João perdoa Maria.

(06) a. Eu ainda vou me formar. (**aditivo no futuro**)

expectativa: já não vai mais se formar.

b. Eu vou me formar

contexto: Maria tem prova amanhã, estudou a tarde inteira, fez bolo para vender e:

(07) a. Maria ainda foi ao cinema. (**aditivo**)

expectativa: dado tudo o que tinha para fazer, ela não faria mais nada.

b. Maria foi ao cinema.

(08) Joaquina: João ainda está no trabalho. (**continuativo**)

expectativa: João já não estivesse mais no trabalho.

b. João está no trabalho.

(09) João ainda fumou um cigarro antes de morrer. **(repetitivo)**
expectativa: João já não fumasse mais um cigarro antes de morrer.

b. João fumou um cigarro antes de morrer.

(10) Ainda que João se esforce, ele não conseguirá o perdão de Maria. **(conjuntivo)**
expectativa: João vai conseguir o perdão.

b. João se esforça e ele não conseguirá o perdão de Maria.

(11) Vale ressaltar, ainda, a importância do leite materno. **(discursivo-textual)**
expectativa: já tinham dito ou escrito tudo sobre o assunto.

b. Vale ressaltar, a importância do leite materno.

Diante dessa pequena amostra de exemplos que representam muitos outros analisados, podemos perceber na sequência acima, nos exemplos em (a), que em todos eles as sentenças contêm uma expectativa a qual a sentença com o *ainda* se contrapõe, o que não acontece com os exemplos em (b), sem o item. Teoricamente, uma maneira de descrevermos o que ocorre é entender que essa expectativa está no fundo conversacional compartilhado, uma ideia que será minuciosamente explicada ao longo do capítulo. Antes, contudo, iremos apresentar como a literatura considera esse conteúdo, mostrado, anteriormente.

5.2 O que diz a literatura

Parece que o primeiro a mencionar a questão da contra-expectativa disparada por *noch* foi (1918/1994, p. 155). Para ele, *noch* (*ainda*), juntamente com o *therefore, but, yet* (*portanto, mas, ainda*), não altera as condições de verdade da sentença, mas a ilumina de uma forma especial, nas palavras do autor. Ao se referir a esse conteúdo que ilumina a sentença de forma especial, o autor tem em mente a expectativa que ele veicula:

With the sentence ‘Alfred has still not come’ one really says ‘Alfred has not come’ and, at the same time, hints that his arrival is expected, but it is only hinted. It cannot be said that, since Alfred’s arrival is not expected, the sense of the sentence is therefore false. ...

The word ‘but’ differs from ‘and’ in that with it one intimates that what follows is in contrast with what would be expected from what preceded it. Such suggestions in speech make no difference to the thought. (Frege 1918/1994, p. 522)

A sentença *Alfred ainda não veio*⁷⁰ diz que realmente Alfred não veio e, ao mesmo tempo, aponta indícios de que a sua chegada é esperada, mas são só indícios, isto é, esse conteúdo é insinuado. Não se pode dizer que, uma vez que a chegada de Alfred não é esperada, o sentido da sentença é, portanto, falso. O autor conclui dizendo que essas diferenças na fala não fazem diferença para o pensamento, ou seja, não interferem na verdade ou falsidade das sentenças. Ou seja, o autor quis dizer, em outras palavras, que se não houver a expectativa, não se pode dizer que a sentença seja falsa.

Van der Auwera (1993) explica que *still* apresenta sempre uma alternativa da ordem do contrafactual, a que já trabalhamos em Gritti (2008, p. 66):

noch e *schon* apresentam uma alternativa de contraste contrafactual, ou seja, a expectativa veiculada nas sentenças com esses termos seria da ordem contrafactual, conforme o exemplo abaixo no PB: (163) João ainda corre na beira mar. (164) João já está correndo na beira mar. Em (163) o esperado seria que *João já não estivesse mais correndo na beira mar* e em (164) seria que ele *ainda não estivesse correndo*, ambas as expectativas fazem parte, segundo o autor, da alternativa contrafactual.

Para representar o que significa essa alternativa contrafactual, Doerthy (1973), König (1977), Muller (1975) e Martim (1980) (*apud* VAN DER AUWERA, 1993) elaboraram a seguinte figura (que também está em GRITTI, 2008):

⁷⁰ Essa é a tradução para o PB, mas o autor argumenta para o *noch*, no alemão.

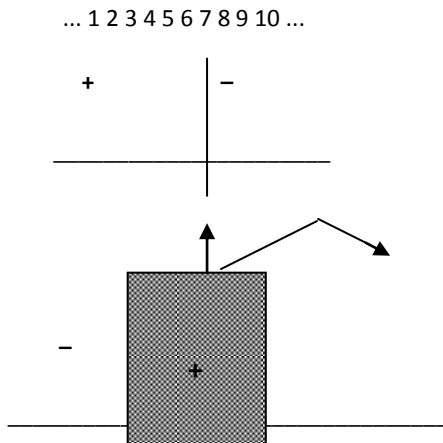


Figura 16 – Os dois cenários que as partículas acionam – aplicada ao *ainda*

A figura indica o contraste entre a fase positiva que é veiculada pela sentença e a potencial mudança posterior. Van der Auwera (1993) assume que esses dois cenários de contrastes fazem parte da semântica tanto do *still* quanto do *already*⁷¹. Já, Löbner (1999) diz que essa alternativa contrafactual não contribui, semanticamente. Em seu estudo para o *noch*, ele assume um intervalo admissível entre **P** e **não-P** e que, em um dado momento, há uma mudança e isso é semântico, está na fórmula das condições de verdade, conforme mostrado no capítulo quatro, mas a contra-expectativa é pragmática.

No PB, Martelotta (1996), em uma linha funcionalista, afirma que há um uso de *ainda* que se chama marcador de contra-expectativa; ele afirma que esse uso de *ainda* se estrutura com, mais ou menos, três tipos de expectativa: expectativa estabelecida pelo contexto cultural, expectativa estabelecida pelo falante e expectativa estabelecida pelo ouvinte. Dentre outros exemplos, Martelotta (1996, p. 119) cita o seguinte:

(12) ... porque meu pai parece que tinha uma família conhecida em Botafogo. É...a família Cruz Seco... *ainda* tem gente deles vivo. Eles eram da costeira e meu pai e minha mãe começou a freqüentar lá também por amizade. E foi aí que eles se conheceram. Tanto que... tem pessoas da família que uma... meus padrinhos de batismo

⁷¹ *Already* é o par de *still*, conforme foi mostrado no capítulo três.

era os pais dessa moça que... da Maria Eugênia. E Maria Eugênia *ainda* é viva. Mora em Vitória...

Nesse caso, o autor defende que as cláusulas (nas palavras do autor) marcadas por *ainda* não são contrastivas em comparação ao que foi dito antes. O contraste está em relação à expectativa do ouvinte. Ele explica que como o informante fala de antigos amigos de seus pais, é natural que o ouvinte pense que essas pessoas já estejam mortas. “As cláusulas com *ainda* refletem, portanto, uma preocupação do falante de quebrar essa expectativa no ouvinte”. Segundo o autor, essa noção de itens marcadores de contra-expectativa já estavam em Heine *et al* (1991, p. 190).

Outro exemplo de expectativa, citada pelo autor é a estabelecida pelo contexto cultural:

(13) Agora, moda de um modo geral... agora, essa coisa... adoro essa moda. Se eu fosse moça, eu adoraria usar, eu acho descontraído, eu acho fabuloso, porque eu *ainda* tenho *ainda* aquela coisa de querer combinar sapatinho com bolsa, calça com lenquinho no pescoço. *Ainda* guardo essas coisas, mas para a juventude eu acho fabulosa essa moda.

Segundo o autor, a expectativa culturalmente estabelecida, é a de que mulheres mais idosas não deveriam apreciar a moda jovem. O *ainda*, nesse caso, serve “para marcar a cláusula cujo conteúdo vai de encontro a essa expectativa. É esse aspecto contrastivo que caracteriza o uso dos marcadores de contra-expectativa” (p. 118). Para ele, se encaixam nesse uso o *até*, o duplo *não..não* (*não* sabia *não*, fulano?) e o *já*. Para Heine *et al* (1991), inclui-se nesse uso o *only* e o *too*, em algumas situações.

Até agora, estamos de acordo com o que Martelotta (1996) propõe. Nossa diferença com o autor é que vamos mostrar como isso ocorre a partir de uma semântica e de uma pragmática. Além disso, vamos defender que não importa de qual fonte veio essa expectativa, deve estar no fundo conversacional compartilhado, ou precisa ser acomodada a ele. Vamos argumentar também que não é preciso que quem ouve a sentença conheça o fundo conversacional compartilhado. Quem ouvir uma sentença com *ainda*, intuitivamente, vai acomodar essa expectativa como parte do fundo conversacional compartilhado, porque ela é disparada pelo *ainda*.

Da Costa (2008), também para o PB, menciona a expectativa, mas ela vai depender do contexto no qual o *ainda* está inserido; também para o

PB, Ducrot (1984, p.47) propõe que o *ainda* dispara ou aciona uma espécie de contra-expectativa, conforme o seguinte exemplo:

(14) Eu ainda não lhe respondi (“eu lhe responderei”)

Ducrot diz que um exemplo como esse contém uma descrição exata porque está na primeira pessoa (explicação do autor), mas em exemplos como *X ainda não fez Y* “implica somente que o locutor entrevê, no momento em que fala, a eventualidade de que X faça Y” (DUCROT, 1984, p. 47), conforme os exemplos do autor:

(15) Ele ainda não está cantando.

(16) Era para estar.

(17) É para estar.

Contudo, excetuando-se Martelotta (1996), os outros autores não especificam como é essa contra-expectativa e contra qual expectativa se refere. A expectativa vem de onde? Como ela se forma? Essas são perguntas que tentaremos responder aqui, com base nas teorias sobre implicatura, mais especificamente de Grice (1975). Outro ponto é que os autores que a mencionaram não apontam se ela se aplica a todos os casos de *ainda*, exceto Martelotta quando afirmou que é para só um grupo de *ainda's*, ao contrário do que tentaremos mostrar aqui, cuja aplicação é para todos os usos.

O fato é que essa questão de expectativa é forte. Os próprios falantes do PB, quando interrogados sobre a interpretação das sentenças com o item *ainda*, espontaneamente, percebem uma nuance de contrariedade. Silveira (2007) não falou explicitamente de expectativa, mas mostrou com seu exemplo que há esse conteúdo contrário à asserção.

Silveira (2007, p. 95), em um estudo sobre implicaturas no PB, testou uma sentença que contém o *ainda não* com 18 chineses (residentes no Brasil que aprendem o PB) e 18 brasileiros para descobrir qual a implicatura que o *ainda não* dispara e se os aprendizes de português se comportam como os falantes nativos.

Contexto: crianças se arrumando para ir à escola.

A mãe pergunta aos filhos: (18) Vocês ainda não estão prontos?

Filhos: só um pouquinho, mãe!

Ao perguntar (18), a mãe quis:

- a) Apenas saber se ela já poderia tirar o carro da garagem.
- b) Dizer que os seus filhos estavam demorando muito para se aprontar.
- c) Dizer para os seus filhos que estavam atrasados.

O resultado foi o seguinte:

dos 18 alunos chineses, 11 marcaram a letra “c” que é a mais provável, cinco marcaram a letra “b”, um marcou a letra “a” e um não respondeu. O percentual de acertos foi de 61,11% e o de erros foi de 38,88%. Esse percentual demonstra que uma boa parte dos chineses entendeu a Implicatura Convencional gerada pelo significado convencional da expressão “ainda não”, embora não tenham alcançado o percentual de 70%, considerado, pedagogicamente, um percentual satisfatório de compreensão. Dos 18 alunos brasileiros, 16 marcaram a letra “c” e dois marcaram a letra “b”. O percentual de acertos foi de 88,88 e o de erros de 11,11%. (SILVEIRA, 2007, p.95)

A autora afirma que é uma implicatura convencional e que a implicatura é ‘Dizer para os seus filhos que estavam atrasados’, contudo, a pergunta *vocês ainda não estão prontos?* Não, necessariamente, implica que os filhos não estão prontos, ela poderia também sugerir que, desse jeito, eles poderiam se atrasar⁷². Nesse caso, a resposta em b) também serviria. No trabalho de Silveira (2007) não há explicação do raciocínio que o proferimento da pergunta suscita. Não sabemos se a autora entende que há uma expectativa, ou uma contra-expectativa, tampouco se em outros exemplos o significado é o mesmo e qual é esse significado. Como a autora afirma que se trata de uma implicatura convencional, esperamos que o conteúdo seja sempre o mesmo. Mas, como dissemos, a autora não é clara a esse respeito e não discute qual é o conteúdo veiculado. Como esse exemplo faz parte de uma lista de itens que a autora elenca como implicaturas convencionais, ela não explica porque o considera pertencente a essa classe, também porque esse não era o objetivo de seu trabalho. Mas, tanto se os falantes optassem pela resposta em b), quanto pela resposta em

⁷² Agradeço aqui ao prof. Roberlei e a toda banca de professores da defesa deste trabalho que fizeram esse apontamento.

c), pelo que vamos apresentar no decorrer do capítulo, esse *ainda não* parece ter um comportamento semelhante ao do *ainda* no que diz respeito à implicatura (sem falar que ele é um dos membros do sistema da dualidade, logo, isso seria de se esperar) – esse significado (pragmático) está ligado a uma contra-expectativa.

Retomaremos esse exemplo de Silveira (2007) quando mostrarmos como a implicatura de *ainda* é gerada, antes vamos proceder à apresentação de como se comporta a conversação, segundo Grice e sua Teoria sobre ela, através do Princípio Cooperativo, suas máximas e sua relação com as implicaturas.

5.3 Implicatura conversacional e as Máximas de Grice

As implicaturas conversacionais surgem, segundo Grice (1975), quando alguma das máximas da conversação que regem o Princípio Cooperativo é aparentemente violada⁷³. Segundo o autor, para que uma conversação seja bem sucedida e atinja seus propósitos de comunicação, os participantes dessa conversação obedecem a regras e propósitos, sem sequer conhecê-los, ou seja, inconscientemente. A comunicação, então, é regida pelo chamado Princípio Cooperativo, segundo o qual um falante obedece à seguinte regra geral: Faça sua contribuição conversacional tal como requerida, no momento em que ela ocorre, pela finalidade ou direção da situação comunicativa em que você está envolvido⁷⁴. Essa regra geral do Princípio Cooperativo de Grice está subdividida em quatro Máximas:

1- Máxima da Qualidade: relacionada inicialmente à Supermáxima “Procure afirmar coisas verdadeiras” e duas Máximas mais específicas:

(i) Não afirme o que você acredita ser falso;

(ii) Não afirme algo para o qual você não possa oferecer evidência adequada.

⁷³ Para entender melhor o que é o Princípio Cooperativo e as máximas da conversação, criados por Grice, ver seu texto *Logic e conversation*, (GRICE, 1975), neste capítulo iremos apresentá-lo muito brevemente, pois não é seu intuito o aprofundamento no tema.

⁷⁴ “Make your conversational contribution such as required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged” (GRICE, 1975, p. 45).

2- Máxima de Quantidade: relacionada à quantidade de informação que deve ser

fornecida em uma mensagem. A ela correspondem duas máximas:

(i) Faça com que sua mensagem seja tão informativa quanto necessária, conforme os propósitos da conversação;

(ii) Não dê mais informações do que o necessário (ou não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido).

3- Máxima da Relação: ligada à Máxima “Seja relevante”.

4- Máxima de Modo: ligada à Supermáxima “Seja claro” e às Máximas:

(i) Evite obscuridade de expressão;

(ii) Evite ambiguidade;

(iii) Seja breve (evite prolixidade desnecessária);

(iv) Seja ordenado.

A priori, todos os participantes da conversação estariam obedecendo a essas Máximas para que a conversação atinja seus objetivos. Mas, sabemos que, muitas vezes, não é isso que acontece. Por vezes, o participante da conversação, segundo Grice (1975), pode ostensivamente deixar de cumprir uma máxima para querer dizer outra coisa e isso pode se dar através de três maneiras: a) quando nenhuma Máxima é (aparentemente) violada; b) quando uma Máxima é violada para preservar outra e c) quando uma Máxima é violada propositadamente para produzir uma implicatura conversacional.

Uma implicatura conversacional pode ser, intuitivamente, percebida, mas, segundo Grice (1975), a intuição deve ser substituída por um argumento, se não, ela não contará como uma implicatura conversacional, mas como convencional (que já foi explicada no capítulo 4). Por isso, o autor desenvolveu uma fórmula geral para se deduzir uma implicatura, conforme tradução de Geraldi (1982, p. 93)⁷⁵:

um padrão geral para a dedução de uma implicatura conversacional pode ser formulado assim: ‘ele disse que p; não há nenhuma razão para supor que ele não esteja observando as máximas ou pelo menos o

⁷⁵ Essa seria a formulação relacionada a uma das importantes propriedades da implicatura conversacional: a calculabilidade.

Princípio de Cooperação; ele não poderia estar fazendo isso a não ser que ele pense que q; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que posso ver que a suposição de que ele pensa que q é necessária; ele não deu qualquer passo para impedir que eu pensasse que q; ele tem a intenção de que eu pense ou pelo menos quer deixar que eu pense que q; logo, ele implicou⁷⁶ que q’.

Aplicando em um exemplo do próprio autor (*C has not yet been to prison*), traduzido para o PB, seria mais ou menos, o seguinte:

B disse que p (*C ainda não tinha sido preso*); não há nenhuma razão para supor que ele não esteja observando as máximas ou pelo menos o Princípio de Cooperação; ele não poderia estar fazendo isso a não ser que ele pense que q (*C é desonesto*); ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que posso ver que a suposição de que ele pensa que q (*C é desonesto*) é necessária; ele não deu qualquer passo para impedir que eu pensasse que q (*C é desonesto*); ele tem a intenção de que eu pense ou pelo menos quer deixar que eu pense que q (*C é desonesto*); logo, ele implicou que q (*C é desonesto*)’.

O mesmo raciocínio elaborado por Grice, agora relacionando uma Máxima, ocorre com o exemplo seguinte. Nesse caso, nenhuma máxima é violada ou pelo menos não é claro que qualquer máxima esteja sendo violada:

A: Estou sem gasolina.

B: Há um posto na próxima esquina.

A disse que p (*eu estou sem gasolina*); não há nenhuma razão para supor que ele não esteja observando as máximas ou pelo menos o Princípio de Cooperação; ele não poderia estar fazendo isso a não ser que ele pense que q (*precisa de ajuda*); ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que posso ver que a suposição de que ele pensa que q (*ele precisa de ajuda*) é necessária; ele não deu qualquer passo para impedir que eu pensasse que q (*ele precisa ajuda*); ele tem a intenção de que eu pense ou pelo menos quer deixar que eu pense que q (*ele precisa de ajuda*); logo, o “natural” seria ele implicar

⁷⁶ Talvez, a melhor tradução seria *implicou*.

que A (precisa de ajuda)'. Mas, não foi isso que aconteceu, pois B respondeu *Há um posto na próxima esquina*. Assim, B estaria infringindo a máxima 'Seja relevante', a menos que ele pense que seja possível que o posto esteja aberto e tenha gasolina para vender; assim, ele implicou que o posto está aberto, ou pelo menos pode estar aberto, etc.

Segundo Grice (1975), nesse exemplo a implicatura é mais evidente que em *C has not yet been to prison (João ainda não tinha sido preso)*. No exemplo que implica o pedido de ajuda, a relação entre a fala de A e a fala de B é óbvia.

O autor dá um outro exemplo em que a implicatura é menos evidente, é o seguinte:

A: Smith parece estar sem namorada ultimamente.

B: Ele tem ido muito à Nova York.

Implicatura de B: implica que Smith tem, ou pode ter uma namorada em Nova York.

Resumidamente, o raciocínio também se aplica nesse caso. B profere que *Ele tem ido muito à Nova York*, supondo que ele esteja obedecendo às máximas, quer ser informativo e relevante, ele não queria somente falar de suas idas à Nova York, ele queria dizer algo a mais, ele pensa que *Smith tem, ou pode ter uma namorada em Nova York*, A sabe disso e como B não fez nada para contrariar esse pensamento, A vai implicar que *Smith tem, ou pode ter uma namorada em Nova York*.

Nesses exemplos, o falante implica o que se deve supor que ele acredita a fim de preservar a hipótese de que ele mesmo (o falante) esteja observando as Máximas.

Vimos, então, exemplos de algumas implicaturas, vale ressaltar, também, que Grice (1975) divide as implicaturas em: Implicatura convencional e implicatura conversacional. A implicatura convencional foi bastante trabalhada no capítulo 4. Neste, iremos trabalhar mais a implicatura conversacional que está subdividida em generalizadas e particularizadas.

5.3.1 Algumas diferenças entre as implicaturas

A implicatura convencional tem uma característica de disparar sempre a mesma implicatura em todos os contextos (propriedade da convencionalidade), como é, para Grice, o caso do *therefore (portanto)*, *still (ainda)* e *but (mas)*, vistos no capítulo 4; ao contrário da

conversacional particularizada que em cada contexto ou com cada ouvinte gera uma implicatura diferente, conforme exemplo da implicatura conversacional particularizada de Cançado (2008):

- (18) A: Esqueci minha caneta lá em cima!
 B: Eu pego para você.
 C: Puxa! Que pena!

Veja que o mesmo material linguístico (A) gerou duas implicaturas diferentes. Enquanto (B) pode ter interpretado que (A) fez um pedido, (C) pode ter interpretado que (A) fez apenas uma constatação, eis um caso de implicatura particularizada, bem diferente da generalizada, apresentada pelo *ainda*.

Nesse sentido, podemos entender que o *ainda* se assemelha à convencional, pois dispara uma mesma implicatura em todos os contextos: a de que a situação contraria a expectativa, como já mencionamos. O cancelamento, por sua vez, é uma das principais características que diferenciam uma implicatura convencional de uma implicatura conversacional generalizada. Assim, por mais que o *ainda* (implicatura da contra-expectativa) apresente características comuns das convencionais:

- é sempre disparada por um item;
- dispara a mesma implicatura em todos os contextos, a da contra-expectativa;

ele possui a principal característica da implicatura conversacional: a do cancelamento, uma vez que só implicaturas convencionais não podem ser canceladas. Além disso, se o *ainda*, de fato, disparar uma implicatura generalizada ele deve apresentar a propriedade da não-separabilidade, isto é, a implicatura irá ocorrer mesmo que alteremos o item lexical (o que será mostrado mais à frente).

Logo, nossa hipótese é de que ele gera a implicatura conversacional generalizada de contra-expectativa (a situação descrita pela proposição contraria a expectativa). Defendemos, então, que ela é conversacional, por apresentar as importantes propriedades da cancelabilidade e da não-separabilidade, e que são generalizadas, haja vista que as particularizadas são dependentes de um contexto específico.

Em vista disso, iremos apresentar na seção seguinte, alguns fatores importantes que fazem parte do conhecimento do falante e do ouvinte, no cálculo das implicaturas.

A geração de uma implicatura não depende só da relação com o Princípio de Cooperação e suas Máximas de Grice, o próprio autor defende que para haver o cálculo da implicatura, o ouvinte sabe ou supõe que o falante tenha um certo conhecimento, para que ele (o ouvinte) faça o cálculo da implicatura. Nesse conhecimento, dentre outros já mostrados nesse capítulo, inclui-se: o contexto do que é dito, um certo conhecimento prévio e o conhecimento compartilhado dos itens anteriores entre os envolvidos na conversação. Na próxima seção, vamos explicar como se dão esses itens.

5.3.2 A expectativa e o fundo conversacional compartilhado

Para entendermos como se forma a implicatura ativada pelo *ainda*, precisamos antes saber como se forma a expectativa que, conforme a descrição dada, anteriormente, está sempre presente nas sentenças com o item. Para isso, defendemos que a expectativa acionada com o *ainda* está no fundo conversacional compartilhado, que é um dos componentes fundamentais para formação de algumas implicaturas, conforme Grice (1975). Ele faz parte do conhecimento que o ouvinte tem para calcular uma implicatura e está relacionado aos itens 3 e 4 (componentes principais para dedução da implicatura), citados na seção anterior.

O conceito de fundo conversacional compartilhado surge com Stalnaker (1974). Ele entende que esse fundo é um conjunto de proposições que contém informações que são conhecidas tanto pelo falante quanto pelo ouvinte, por exemplo, a Terra gira em torno do Sol, o Brasil é um país da América Latina... Evidentemente, fundos conversacionais dependem das situações de fala. Proferir uma sentença é, nesse modelo, atualizar o fundo conversacional, porque certas situações são descartadas, chutadas para fora do fundo. Por exemplo, ao proferir que *João está comendo* no MF, os mundos em que o João não está comendo no MF são jogados fora do fundo conversacional.

Também vamos entender que esse fundo conversacional compartilhado é conhecido ou suposto, conforme a quarta característica importante na formação de uma implicatura, de Grice (1975, p. 93)⁷⁷:

⁷⁷ A tradução foi de Gerdaldi (1982, p. 93), consta no original o seguinte: “To work out that a particular conversational implicature is present, the hearer will reply on the following data: (1) the conventional meaning of the words used, together with the identity of any references that may be involved; (2) the Cooperative principle and its maxims; [i.e. ‘the general conditions that, in one way or another, apply to conversation as such’]; (3) the context, linguistic or otherwise, of the utterance; (4)

Para deduzir que uma implicatura conversacional determinada se faz presente, o ouvinte operará com os seguintes dados: (1) Significado convencional das palavras usadas, juntamente com a identidade de quaisquer referentes pertinentes; (2) o Princípio de Cooperação e suas máximas; (3) contexto lingüístico ou extralingüístico da enunciação; (4) outros itens de seu conhecimento anterior (background); (5) o fato (ou o fato suposto) de que todos os itens relevantes cobertos por (1) – (4) são acessíveis a ambos os participantes e ambos sabem ou supõem que isso ocorra.

Veja que para deduzir se há uma implicatura conversacional o autor afirma, através da característica (4), que os participantes da conversação conhecem não apenas os itens da língua, os significados convencionais das palavras, mas também informações vindas do contexto lingüístico e extralingüístico da situação de fala, além disso, eles sabem que eles sabem essas informações (o famoso giro pragmático).

Vamos imaginar um contexto em que afirmar *João ainda está almoçando* é relevante, conversacionalmente. Suponha que no fundo conversacional compartilhado, há a informação que João almoça rápido, entre 12h e 13h; normalmente às 13:30 ele já terminou; também está a informação de que são 13:30h. Então, mediante essa informação compartilhada de que seu almoço é entre 12h e 13h, a expectativa é de que às 13:30h João já tenha almoçado. Ao proferir *João ainda está almoçando*, o fundo conversacional é atualizado: jogamos fora todos os mundos em que João terminou o seu almoço. O *ainda* nos diz que o almoço se estendeu no tempo, a expectativa de que ele já tivesse terminado é então cancelada e temos a interpretação de que a situação de ele ainda estar almoçando é inesperada, é contrária à expectativa que havia.

Quem ouve a sentença, sem conhecer o fundo conversacional compartilhado inicial (que tem a expectativa), vai supor que nele há uma expectativa porque o falante utilizou o *ainda*. Tanto isso ocorre que é comum ouvirmos as pessoas se perguntarem algo como: Por que você diz,

other items of background knowledge; and (5) the fact (or supposed fact) that all the relevant items falling under the previous headings are available to both participants and both participants know or assume this to be the case" (GRICE, 1975, p. 50).

AINDA está comendo, não era para estar mais? Isso evidencia o fato da existência da expectativa. E, além disso, ao mesmo tempo que o ouvinte sabe ou supõe que sabe da expectativa, ele também sabe que a situação veiculada pela sentença (estar almoçando) não está dentro dessa expectativa.

Observe que a pressuposição também está relacionada. Veja que só haverá a expectativa se já houver um evento de que João estava almoçando (antes). Se não houver esse evento antes, ou seja, se for falsa a pressuposição, a sentença não terá valor de verdade. Ou seja, se alguém diz: *não é que ele AINDA⁷⁸ está almoçando, isso não procede porque ele chegou agora*. Se ele chegou agora, não há a expectativa de que ele já tivesse terminado. Nesse caso, o ideal seria utilizar a sentença *João está almoçando*. Isso ficará mais claro ao longo do capítulo.

Então, como vimos, o *ainda* acionou a expectativa e ao mesmo tempo cancelou-a, gerando a interpretação de inesperado, de que a situação veiculada pela sentença contrariou a expectativa, essa é a implicatura. Daqui para frente, veremos através de alguns testes que esse conteúdo é, verdadeiramente, uma implicatura, pois há a propriedade da cancelabilidade, da não-separabilidade e da calculabilidade.

5.3.3 Cancelamento da implicatura

Com o intuito de provar que o *ainda* dispara uma implicatura conversacional generalizada, mais uma vez mostraremos que o conteúdo implicado não está presente sempre, ele pode ser cancelado, característica que a diferencia da implicatura convencional.

Situação discursiva:

Maria: (20) Hoje fiquei sabendo que João ainda está escrevendo a tese.

Rúbia: Sim, Maria, mas por que você diz *ainda*? Isso era o esperado porque ele tem mais 2 anos para terminar o doutorado.

Fundo conversacional compartilhado: É compartilhado que faz tempo que João está escrevendo a tese. Teses têm tempo para terminar. Logo, há a expectativa de que João tenha terminado sua tese.

⁷⁸ Utilizamos o *AINDA*, nesse e em outros exemplos, dessa forma, em caixa alta, para representar que o foco entonacional está nele.

Implicatura: a situação de João estar escrevendo a tese contraria a expectativa.

Veja que já havia no fundo conversacional compartilhado a informação de que fazia tempo que João estava escrevendo a tese e a expectativa que ele tivesse terminado. Ao proferir *João ainda está escrevendo a tese*, o fundo conversacional é atualizado: jogamos fora todos os mundos em que João já escreveu a tese. A fala de Rúbia, ao confirmar o conteúdo semântico do proferimento de Maria, ao mesmo tempo cancela a expectativa acionada pelo *ainda*, recusando que a expectativa faça parte do fundo conversacional compartilhado e assim suspendendo a implicatura. Note que Rúbia está no fundo questionando o uso de *ainda* para descrever a situação de João: não é o caso que ele *AINDA* está escrevendo sua tese, porque não é o caso que ele começou sua tese faz tempo.

Observe que pode haver também o cancelamento com o uso aditivo:

Situação discursiva:

João: (21) Maria, você é muito forte, ainda vai ao shopping hoje à noite, obrigada por ir comigo.

Maria: Mas, não, eu não fiz nada hoje. Fiquei o dia inteiro em casa.

Expectativa: Maria não iria fazer também isso (ir ao shopping)

Fundo conversacional compartilhado (construído a partir da fala de João): Maria limpou a casa, corrigiu provas, lavou roupa, fez bolo, estudou... Maria já fez tanto que não faria mais isso. (Com o proferimento de (21) o fundo foi atualizado e há a informação de que Maria vai ao shopping)

implicatura: a situação de Maria ir ao shopping hoje à noite contaria a expectativa.

Perceba que a fala de João obriga o intérprete a acomodar no fundo conversacional que há outros eventos dos quais Maria tinha participado. Ao proferir (21) o fundo foi atualizado: jogamos fora todos os mundos em que Maria não vai também ao cinema. Maria, ao negar que ela participou de outros eventos, cancelou a expectativa que a fala de João coloca como fazendo parte do fundo conversacional compartilhado, negando que essa informação seja compartilhada. E, novamente, se não há expectativa, não há implicatura porque a implicatura é a de que a situação iria contrariar a expectativa.

Diante dos contextos acima, reforçamos o conteúdo da proposição e cancelamos a expectativa contrária a esse conteúdo. Logo, temos uma evidência de que a contra-expectativa é uma implicatura.

Outro teste para identificarmos que se trata de uma implicatura generalizada é o da não separabilidade: a implicatura se mantém mesmo que alteremos o item lexical, nesse caso, o que importa é o conteúdo e não a forma. Veja que é isso o que ocorre no exemplo abaixo:

- (22) O João ainda está fazendo seu doutorado.
- (23) O João continua fazendo seu doutorado até hoje.
- (24) Acredita, O João continua fazendo seu doutorado.
- (25) Até agora o João está fazendo o seu doutorado.

O teste revelou que mesmo na substituição de *ainda* por outras expressões, a implicatura se sustentou, logo, o conteúdo se manteve; propriedade da não-separabilidade.

Assim, até agora, constatamos que o *ainda* tem as principais propriedades de uma implicatura conversacional: cancelabilidade e não-separabilidade. Mas ela também tem a propriedade característica de uma implicatura generalizada: gerar sempre a mesma implicatura, nesse caso, de contra-expectativa. Os testes acima são aplicáveis para todos os usos, mas como é de nosso interesse trabalhar só o aditivo, repetitivo e continuativo, os demais vamos só descrever a ocorrência da mesma implicatura.

5.4 A implicatura com os outros usos de *ainda*

Como já sabemos, o raciocínio para a implicatura generalizada é o mesmo para todos os usos, então, abaixo a descrição do que acontece com alguns outros exemplos ainda não analisados aqui, mas aos quais se aplicam o mesmo raciocínio acima:

(26) Ainda que João se esforce, ele não conseguirá o perdão de Maria. (**conjuntivo**)

expectativa: João vai conseguir o perdão porque, geralmente, quem se esforça, consegue.

Fundo conversacional compartilhado: Normalmente, se esforçar para ser perdoado leva ao perdão. Ao proferir (26), o falante rompe com

a expectativa de que se esforçar para ser perdoado leva ao perdão. O João vai se esforçar, mas não vai conseguir o perdão de Maria.

implicatura: a situação de ele se esforçar e não ganhar o perdão não está dentro da expectativa.

(27) Vale ressaltar, ainda, a importância do leite materno.
(discursivo-textual)

expectativa: já tinham dito tudo sobre o assunto.

Fundo conversacional compartilhado: O discurso da palestra sobre “ser mãe nos dias de hoje” já tinha tido muitas informações. As informações eram suficientes.

implicatura: a situação de acrescentar mais uma informação não está dentro da expectativa.

Depois de proferida (27), o fundo é atualizado e acrescentaram mais uma informação: a importância do leite materno. Perceba que a implicatura é construída sempre do mesmo modo em todos os usos. Os elementos envolvidos na trama pragmática com o *ainda* são também os mesmos:

ainda - expectativa - fundo conversacional compartilhado - implicatura de que a situação descrita contraria a expectativa

Mostramos, assim, sistematicamente, que em todos os três usos analisados neste trabalho o *ainda* veicula, pragmaticamente, a implicatura conversacional generalizada de que a situação descrita pela sentença contraria a expectativa e que, como descrevemos, os outros usos também veiculam essa implicatura. Vejamos agora como se deduz que há essa implicatura, segundo o teste para dedução de implicatura de Grice (1975):

Suponhamos que p seja *João ainda está almoçando* e que q seja ‘A situação de João ainda estar almoçando contraria a expectativa’. Aplicando, teremos: Ele disse que *João ainda está almoçando*; não há nenhuma razão para supor que ele não esteja observando as máximas ou pelo menos o Princípio de Cooperação; ele não poderia estar fazendo isso a não ser que ele pense que q ‘A situação de João ainda estar almoçando, contraria a expectativa’; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que posso ver que a suposição de que ele pensa que ‘A situação de João ainda estar almoçando, contraria a expectativa’ é necessária; ele não deu qualquer passo para

impedir que eu pensasse que ‘A situação de João ainda estar almoçando, contraria a expectativa’; ele tem a intenção de que eu pense ou pelo menos quer deixar que eu pense que ‘A situação de João ainda estar almoçando contraria a expectativa’; logo, ele implicou que ‘A situação de João ainda estar almoçando contraria a expectativa’.

Assim, pudemos perceber que a implicatura foi deduzida através do cálculo de Grice (1975), apresentando, dessa forma, a propriedade da calculabilidade.

Falta saber como essa implicatura se forma com relação às Máximas e supermáximas propostas por Grice (1975). É o que vamos fazer a seguir.

5.5 A implicatura de contra-expectativa e as máximas de Grice (1975)

5.5.1 Máximas da qualidade e da quantidade

Recapitulando, um pouco, do que são as máximas, logo, já tendemos a descartar a relação do *ainda* com as máximas ligadas à informação: a da qualidade e a da quantidade. Isso porque dado o exposto até aqui, o *ainda* não altera as condições de verdade da sentença. Logo, proferir uma sentença com e sem o *ainda*, teoricamente, teriam que veicular o mesmo; o mesmo tanto de informação e com a mesma qualidade. Mas, para se certificar disso, procuramos testar cada uma delas.

A primeira máxima é a da quantidade, poderíamos fazer uma análise semelhante à feita para o *alguns* em Pires de Oliveira *et al* (2011). Os autores que remontam a Horn (1972, 1989) e a Levinson (1983), entre outros, apresentam o que é consenso na literatura, que a máxima violada pelo *alguns* seja a da quantidade:

“Faça com que a sua contribuição seja tão informativa quanto solicitada (requerida) (para o propósito corrente da conversação).”

Seguindo essa máxima, o falante não irá fornecer nem informação a mais, nem a menos, conforme o que for requerido. Seguindo a análise do *alguns*, os autores dão o seguinte exemplo:

(29) Alguns alunos passaram no exame.

O falante tinha duas opções, ou ele proferia *alguns alunos passaram*, ou ele proferia *todos os alunos passaram*. Se ele escolheu a primeira opção, supondo que ele vá cumprir a máxima da quantidade, é porque ele não sabe

ou não acredita que todos os alunos passaram no exame. Se ele soubesse ou acreditasse nisso, sendo cooperativo, ele diria *todos os alunos passaram no exame* porque *todos* é mais informativo do que *alguns*. Ele é mais informativo, segundo Pires de Oliveira *et al* (2011), porque o *todos* só é utilizado em uma situação: naquela em que o conjunto dos alunos está contido no conjunto dos que passaram (denominada situação 2), enquanto que com o *alguns*, ele é utilizado na situação de dois alunos passarem, na situação de três, quatro ou quantos outros alunos passarem (situação 1). Assim, o raciocínio seria o seguinte:

se o falante é cooperativo e não usa ‘todos’ é porque a situação 2 não é o caso (porque, se ele fosse cooperativo, e a situação 2 fosse o caso, ele teria usado ‘todos’); logo, ao usar ‘alguns’ o falante veicula que, por tudo o que ele sabe, o máximo que ele pode afirmar é a sentença em (29). Se esse é o máximo de informação que ele pode dar é porque ele acredita que a situação 2 não é o caso. Logo, a partir do fato de que o falante dá o máximo de informação, infere-se que ele não acredita na situação 2 e ainda assim usa a sentença (29), com ‘alguns’, porque entende que o ouvinte pode inferir a sentença (‘Nem todos os alunos passaram no exame’), que equivale à situação 1 (PIRES DE OLIVEIRA, 2011, p. 70)

Se formos seguir o mesmo raciocínio, poderíamos pensar que em um exemplo como *João ainda está almoçando* só é verdadeira se o João já estivesse almoçando, mas não tem valor de verdade se o João tivesse começado a almoçar naquele instante, ao passo que se ele escolhesse proferir *João está almoçando*, ela pode ser verdadeira tanto se ele já estivesse almoçando antes, quanto se ele tivesse começado naquele instante. Logo, é mais informativa a sentença com o *ainda* porque ela é verdadeira em só uma situação específica. Assim, poderíamos utilizar o mesmo raciocínio que está na citação anterior para o *alguns* e a situação estaria resolvida. Contudo, para haver um raciocínio parecido, é necessário que o falante tenha a opção entre proferir a sentença com um item ou outro item, como é o caso do *todos* e do *alguns*. Mas, não é o caso com o *ainda*, pois nesse caso, o falante tem a opção de proferir a sentença com ou sem o item, não tendo, pois, outro para contrastá-lo.

Nesse momento, poderíamos nos questionar se o par (para fazer esse contraste) de *ainda* não poderia ser o *já*. Contudo, se alguém nos pergunta: *Onde está o João?*, intuitivamente, não haveria a dúvida se a resposta seria entre *João ainda está almoçando* ou *João já está almoçando* porque a ideia é de que esses itens caminhem em situações opostas, como foi apresentado no esquema da dualidade, no capítulo 3. Portanto, essa não é a Máxima que está relacionada com o *ainda*. Partamos para a próxima.

Em se tratando da Máxima da qualidade, cuja proposta se resume em: afirme algo verdadeiro, só aquilo que acredita não ser falso e nem aquilo para o qual não se tenha evidência, um exemplo de transgressão dessa máxima seria o seguinte (cf GRICE, 1975):

A pergunta: Onde B mora?

C responde: *em algum lugar da França*,

Nesse caso, A violou a máxima da qualidade, pois não foi informativo. A vai supor que C não respondeu nada mais porque se respondesse, estaria transgredindo a máxima “informe só aquilo de que se tenha evidência” ou a outra máxima “seja verdadeiro”. Vejamos se o *ainda* pode disparar uma implicatura em razão da não observação da máxima da qualidade.

A: João mora na França?

B: Ainda.

B, ao responder *ainda*, parece não estar sendo informativo, pois da pergunta, se esperava um *sim* ou *não*, contudo, mesmo não utilizando o que se esperava para resposta, ela é, eficientemente, respondida, logo, não transgredir a máxima da qualidade, só veicula um significado a mais do que o requerido pela pergunta. Mas, isso não tem relação com a máxima da qualidade.

Também, como exemplos de transgressões dessa máxima da qualidade estão a ironia (*Nossa, como ela é honesta!* – quando na verdade o falante queria dizer o contrário, pois sabe que ela rouba); a metáfora (*ele é o ar que eu respiro*), o eufemismo (*ele faltou com a verdade*), a hipérbole (*já falei mil vezes com ele, mas não me obedece*), o que não passam nem perto da interpretação que o *ainda* veicula. Portanto, descartamos, definitivamente, a ideia de que a implicatura acionada pelo *ainda* esteja relacionada à Máxima da Qualidade.

5.5.2 Máxima da Relação

Como vimos, a única Máxima relacionada à categoria da relação é “Seja relevante”. Ou seja, faz-se necessário que o falante leve o “rumo” da conversa na mesma direção para que sua contribuição seja apropriada às necessidades imediatas da comunicação de cada situação e de cada momento (estágio) dessa situação. Por exemplo, um sujeito que esteja mexendo os ingredientes para fazer um bolo, espera que, nesse momento, um outro sujeito lhe passe os ingredientes do bolo. Ele não espera, contudo, que esse sujeito lhe passe um bom livro, ou uma fôrma, mesmo que no final ele precise dela, mas agora ela não faz sentido.

Quando um participante de um diálogo abandona ostensivamente essa máxima da relevância, por exemplo, mas o ouvinte supõe que esse participante que proferiu a sentença não a abandonou temos um caso de implicatura. Vejamos como isso acontece no exemplo de Grice (1975, p. 49-50⁷⁹), já mencionado no início da seção 5.3.

Em uma situação adequada,

B proferiu o seguinte: C has not yet⁸⁰ been to prison (C ainda não tinha sido preso)

Nesse caso, A poderia raciocinar o seguinte:

“(1) B aparentemente, violou a Máxima “Seja relevante”, e assim pode-se considerar que tenha abandonado uma das máximas que exigem clareza, mas não tenho motivos para supor que ele esteja colocando-se fora do Princípio de Cooperação;

(2) dadas as circunstâncias, posso encarar sua irrelevância como apenas aparente se, e somente se, suponho que ele acha que C é potencialmente desonesto;

(3) B sabe que sou capaz e deduzir (2). Logo, B implicou que C é potencialmente desonesto”

Se formos seguir esse raciocínio, poderia-se encaixar o caso do *ainda*, veja:

A: O que que a Maria está fazendo da vida?

⁷⁹ Tradução baseada em Geraldí, 1982, p. 92

⁸⁰ Lembrando que *not yet* (*ainda não*) faz parte do sistema da dualidade e é o par do *already* (*já*). Segundo Grice, o *not yet* parece gerar uma implicatura, mais um indício para considerar que o *ainda* também dispara.

(30) Ela está no curso de Letras.

(31) Ela ainda está no curso de Letras.

Nesse caso, parece irrelevante dizer que ela "AINDA" está no curso de Letras, porque dizer somente "ela está no curso de Letras" já responde a questão. Mas, como não tenho motivos para supor que o falante não está querendo ser cooperativo, então, encaro sua irrelevância como aparente se suponho que o falante acha que "já não era para ela estar mais no curso de Letras", e o falante sabe que o ouvinte sabe deduzir que "já não era para ela estar mais no curso de Letras". Estaria resolvida a questão, se não fosse o seguinte: com a resposta (31), com o *ainda*, o falante está levando a conversa adiante, ou seja, ele não muda o rumo da conversação, tal como vemos, claramente, em:

A: Vamos dar uma volta comigo domingo?

B: Nossa, como essa minha pulseira é linda!

No diálogo acima, a resposta de B não foi relevante para a pergunta de A. Ao contrário do que vimos com o *ainda*. Veja que tanto com a resposta (30), quanto com a resposta (31), ela foi eficiente e relevante. Portanto, o *ainda* não está ligado à máxima da Relação. Resta-nos averiguar a última Máxima, a de Modo.

5.5.3 Máxima de Modo

Nessa categoria há uma supermáxima a ser cumprida "Seja claro", ela está relacionada à maneira de expressar o dito. Há quatro máximas a serem levadas em consideração aqui:

- a) Evite obscuridade de expressão.
- b) Evite ambiguidades.
- c) Seja breve (evite prolixidade desnecessária).
- d) Seja ordenado.

O esperado de quem cumpre essa supermáxima e suas máximas é que deixe clara sua contribuição, com rapidez, sem rodeios, obscuridade, etc.. etc.. Se o participante da conversação foge disso, ou ele não tem a capacidade para cumprir a máxima, ou ele tem e (supondo que ele queira ser cooperativo) quer que o ouvinte entenda o que ele quer dizer com esse não-cumprimento

da máxima. O exemplo que Grice (1975) dá para uma violação da máxima “Seja breve (evite prolixidade desnecessária)” é o seguinte:

(32) A senhora X cantou ‘Home sweet home’

(33) A senhora X produziu uma série de sons que correspondem exatamente à partitura de ‘Home sweet home’.

Supondo que ambas queiram ser cooperativas, por que (33) não respondeu de forma mais clara, tanto quanto (32) se ele sabia fazer isso? Ele quer indicar alguma diferença entre o desempenho de X e daqueles a quem se aplicam a palavra *cantar*. Ele fez isso porque sabe que o desempenho da senhora X foi defeituoso e muito visível aos olhos, assim, é o que ele está implicando.

Perceba que essa máxima tem mais ligação com o caso do *ainda*. Vejamos o seguinte diálogo:

Marta: Onde está o João?

Maria: (34) João ainda está no trabalho.

O falante poderia ter respondido a pergunta com *João está no trabalho*⁸¹, mas ele profere *João ainda está no trabalho* que têm as mesmas condições de verdade. Com qualquer dessas sentenças o fundo conversacional vai ser atualizado da mesma maneira: mundos em que João não está no trabalho são descartados. Então, qual seria a maneira mais clara de responder à pergunta de Marta? Pela máxima do modo, o falante deve escolher o proferimento mais curto, não ser prolixo, então, seria a sentença sem o *ainda*. Se ele usou a versão com o *ainda*, que é mais comprida, ele implica que está fazendo um proferimento mais longo porque ele quer veicular algo a mais, isto é, ele não está sendo prolixo. Logo, há uma informação a ser recuperada pelo ouvinte.

Ao usar o *ainda* o falante aciona um fundo conversacional, no qual é compartilhada a informação de que não era para João estar mais no trabalho. O ouvinte, mesmo que não conheça esse fundo, supõe que ele existe. E, ao mesmo tempo em que o falante aciona esse fundo conversacional compartilhado, ele veicula a pressuposição de que o João está no trabalho, ou seja, ele atualiza o fundo conversacional como se fosse uma informação nova compartilhada de que João não está no trabalho. Isto é, em todos os mundos do fundo conversacional João está no trabalho. Mas

⁸¹ Agradeço aqui à orientadora Roberta Pires de Oliveira que conseguiu montar esse raciocínio.

veja que se esse é o caso, então a pergunta não faz sentido, porque a pergunta supõe que no fundo conversacional há mundos em que João está no cinema, outros, que ele está em casa, outros no trabalho, fundamentalmente, quem pergunta não sabe onde o João está. E quem responde diz: nós dois sabemos que ele estava no trabalho. Mas se isso já era informação compartilhada, a pergunta é irrelevante a menos que haja uma expectativa de que ele já tenha saído do trabalho. Ao usar o *ainda* o falante veicula que a pergunta só é relevante se houver a expectativa de que ele já tenha saído – isto é, em todos os mundos do fundo conversacional, ele saiu – o *ainda* rompe com essa expectativa. Ele não saiu.

O raciocínio acima pode ser utilizado para a situação em que alguém pergunta qual é a profissão de Maria. E alguém responde, ela ainda é estudante e para todos os outros do uso continuativo. Para os outros usos de *ainda* também, tais como no aditivo quando há o seguinte diálogo:

Maria está descansando agora?

Não, Maria ainda foi ao mercado.

Também funciona para o uso repetitivo como em: - O que João fez minutos antes de sua morte? *João ainda fumou um cigarro*. Por fim, funciona com os usos de *ainda* no futuro também como: - qual o seu maior sonho para este ano? *Ainda viajar para Europa este ano*. Esses são alguns exemplos, mas o raciocínio funciona para todos os outros exemplos dos três usos analisados nesta tese.

Assim, podemos dizer que é possível explicar a implicatura gerada pelo *ainda* no momento em que viola a máxima “seja breve”, de modo. Vejamos, agora, se tudo isso que foi apresentado para o *ainda*, com relação ao seu conteúdo pragmático, procede para o seu dual, *já não mais*.

5.6 O *já não mais* e a implicatura

Como vimos até agora, os três usos de *ainda* estudados nesta tese disparam uma implicatura conversacional generalizada, que está relacionada à Máxima de Modo. Mostramos que um falante explora essa categoria, violando a máxima “seja breve”, o ouvinte, supondo que o falante está sendo cooperativo, implica que ele quer dizer algo a mais. Mostraremos que com a negação do *ainda* (continuativo e repetitivo) acontece o mesmo, como era o previsto. Perceba a diferença entre uma sentença com e uma sem o *já não mais*:

(35) João não está namorando Maria.

(36) João já não está namorando mais Maria.

Ambas veiculam que no MF não há o evento de João namorar Maria, mas (36) acrescenta que: a) antes João namorava Maria (pressuposição) e, além disso, (b) veicula que eles não estarem mais namorando não era esperado. O conteúdo de (a) já foi comprovado que é uma pressuposição. Vamos testar para ver de que natureza é o de (b). Começamos, como de praxe, com o teste da Família-P:

(37) João já não está mais namorando Maria.

(38) A expectativa é de que eles ainda estivessem namorando.

Interrogação: João já não está mais namorando Maria?

Hipotetização: Se João já não está mais namorando Maria, é porque eles não deveriam mesmo, eles não se acertavam.

Afirmação: João ainda está namorando Maria.

Perceba que ao tornar (37) um período hipotético, o conteúdo de (38) foi cancelado, ou seja, ele não se manteve. Além disso, o conteúdo da afirmação se tornou, exatamente, o conteúdo veiculado por (38), logo, (38) não se manteve em forma de expectativa. Mesmo não sendo o objetivo desse teste aqui, perceba que o conteúdo de (37a) se manteve em todos os contextos. Isso prova que o conteúdo de (a) e (b) veiculado por *já não mais* não são da mesma natureza.

Outra questão que, para Grice (1975), é quase como um teste é o seguinte: Observe que no período hipotético houve o cancelamento de (38) e mesmo assim, (37) continua ser V, comportamento que, para Grice, é o da implicatura. E por falar em cancelamento, veremos a seguir como esse conteúdo pode ser cancelado também com *já não mais*.

5.6.1 Cancelamento da implicatura - *já não mais*

Em consonância com o que acontece com o *ainda*, o conteúdo pragmático de *já não mais* também pode ser cancelado, como veremos nos exemplos abaixo:

Maria: (39) Maria, já não assiste mais Big Brother Brasil.

Rubia: Por que o espanto? Maria agora é consciente de que seu tempo é bem mais valioso para perder com algo que não lhe acrescenta.

expectativa: Maria ainda assistisse Big Brother Brasil.

Fundo conversacional compartilhado: Maria assistia a todos as edições do Big Brother Brasil, todos os anos e todos os dias da semana.

(Com o proferimento (39), esse fundo é atualizado e muda para aquele em que Maria não assiste o Big Brother)).

Implicatura: a situação de Maria já não assistir mais Big Brother Brasil contraria a expectativa.

Veja que no fundo conversacional havia, primeiramente, uma informação compartilhada de que Maria assistia sempre o Big Brother. Depois do proferimento (39) esse fundo foi atualizado e passou a ser de que Maria não assiste mais o programa. No diálogo, Rúbia, ao confirmar que Maria não assiste o programa por um motivo justo, cancela a expectativa, logo, não se espera mais nada. Assim, foi cancelada também a implicatura, visto que ela estava atrelada à expectativa.

Assim, o *já não mais* possui a principal característica das implicaturas conversacionais generalizadas; não depende do contexto e pode ser cancelada. Então, como previsto, o conteúdo pragmático de *já não mais* se comporta semelhante ao do seu dual (repetitivo e continuativo). É preciso saber se ele explora a mesma máxima também, mais à frente iremos verificar essa questão, antes, vamos ver se o dual do *ainda* aditivo também aciona uma implicatura.

5.6.1.1 Cancelamento da implicatura - *Não...também*

Como apresentado no capítulo 3, o par do *ainda* aditivo é o *não...também*, vejamos se ele também apresenta a mesma implicatura do *ainda* e do *já não mais*.

(40) a. [Maria comprou uma camisa, um sapato e] Maria ainda comprou uma bolsa.

b. Maria não comprou também uma bolsa.

Como vimos no capítulo 3, essas sentenças com a contraparte negativa do *ainda* aditivo são ambíguas, mas a que nos interessa aqui é a interpretação de que Maria comprou outras coisas, mas não comprou também mais uma: a bolsa. A pressuposição existe, ok. Mas, e a contra-expectativa? Qual é a

contra-expectativa de (40b)? Não há. E se formos analisar os outros exemplos com essa contraparte negativa, não encontraremos essa interpretação relacionada à expectativa, encontrada com o *ainda*. Veja também que a sentença com esse dual torna-se ambígua, o que não acontece com o *ainda* aditivo. Isso nos leva a crer que essa contraparte negativa do *ainda* aditivo não se comporta, pragmaticamente, de forma semelhante à contraparte do *ainda* continuativo e repetitivo, o *já não mais*. Ou seria o caso de analisar mais a fundo e verificar se *não...também* é, verdadeiramente a contraparte negativa do *ainda* aditivo. Não podemos nesta tese levar adiante essa questão, mas queremos deixar claro que há um problema aqui.

5.6.2 Máxima de Modo e o *já não mais*

Procederemos agora à verificação se o raciocínio apresentado para o *ainda*, com relação à Máxima de Modo procede com o *já não mais*, vejamos o seguinte exemplo:

(41) A Maria vai assistir o Big Brother hoje?

(42) A Maria já não assiste mais o Big Brother.

O falante poderia ter respondido a pergunta com *A Maria não assiste o Big Brother*, mas ele profere *A Maria já não assiste mais o Big Brother* que têm as mesmas condições de verdade. Com qualquer dessas sentenças o fundo conversacional vai ser atualizado da mesma maneira: mundos em que Maria assiste são descartados. Então, qual seria a maneira mais clara de responder à pergunta? Pela máxima do modo, o falante deve escolher o proferimento mais curto, não ser prolixo, então, seria a sentença sem o *já não mais*. Se ele usou a versão com o *já não mais*, que é mais comprida, ele implica que está fazendo um proferimento mais longo porque ele quer veicular algo a mais, do que simplesmente dizer que Maria não assiste o Big Brother. Logo, há uma informação a ser recuperada pelo ouvinte.

Ao usar o *já não mais* o falante aciona um fundo conversacional, no qual é compartilhada a informação de que ainda era para Maria assistir. O ouvinte, mesmo que não conheça esse fundo, supõe que ele existe. E, ao mesmo tempo em que o falante aciona esse fundo conversacional compartilhado, ele veicula a pressuposição de que Maria não assiste ao Big Brother, ou seja, ele atualiza o fundo conversacional como se fosse uma informação nova compartilhada de que a Maria não assiste o Big Brother. Isto é, em todos os mundos do fundo conversacional Maria não assiste o

Big Brother. Mas veja que se esse é o caso, então a pergunta não faz sentido, porque a pergunta supõe que no fundo conversacional há mundos em que Maria assiste seriados, outros, que ele assiste jogo, outros que ela assiste Big Brother, fundamentalmente quem pergunta não sabe se Maria assiste o Big Brother. E quem responde diz: você sabe que ela não assiste. Mas se isso já era informação compartilhada, a pergunta é irrelevante a menos que haja uma expectativa de que ela assiste. Ao usar o *ainda* o falante veicula que a pergunta só é relevante se houver a expectativa de que ela assiste – isto é, em todos os mundos do fundo conversacional, ela assiste – o *ainda* rompe com essa expectativa. Ela não assiste o Big Brother.

O mesmo raciocínio parece se aplicar também ao *ainda não*, mas esse não é o objetivo desse trabalho, portanto, essa é só uma hipótese. Retomemos o exemplo do estudo de Silveira (2008), apresentado no início do capítulo, vamos ver que mesmo ela não citando que a implicatura é de contra-expectativa, podemos notar que é disso que trata o seu conteúdo. Além disso, os elementos envolvidos na implicatura de *ainda* são os mesmos envolvidos no exemplo que ela apresentou, veja a descrição abaixo:

Proferimento: (43) Vocês ainda não estão prontos?

Expectativa: já era para eles estarem prontos.

Fundo conversacional compartilhado: a mãe viu que eles não estavam prontos e que a aula estava prestes a começar, por exemplo. Dado o momento que eles começaram a se arrumar, era para eles estarem prontos.

Implicatura: a situação dos filhos não estarem prontos não está dentro da expectativa.

Na perspectiva da autora, a mãe poderia perguntar aos filhos, simplesmente, *vocês não estão prontos?* Mas, ao proferir *vocês ainda não estão prontos*, quis dizer algo a mais, quis dizer aos filhos que eles não estavam prontos e que isso não está dentro do que se espera, logo, estão atrasados. O que é veiculado vai contra a expectativa. Se considerarmos que ao proferir *vocês ainda não estão prontos?* não, necessariamente, implica que eles estão atrasados, mas que eles poderiam estar atrasados ou que estavam demorando muito para se aprontar, pronto, de qualquer maneira, tanto em b), quanto em c) o conteúdo veiculado pelo questionamento é contra a expectativa gerada pelo fundo conversacional compartilhado.

O comportamento, dado o exposto, é semelhante ao que mostramos de *ainda*. Trouxemos o trabalho de Silveira (2007) para verificarmos que a implicatura está próxima do que estamos propondo.

]

5.7 Resumo do capítulo

Esse capítulo mostrou que além de, semanticamente, o *ainda* carregar uma pressuposição (cf capítulo anterior), ele também dá uma contribuição pragmática. Mostramos que o sentido de contrariedade que é percebido nas sentenças com o termo está relacionado à expectativa, formada pelo fundo conversacional compartilhado. Esse conteúdo, por sua vez, não é uma pressuposição, pois não se comporta como ela, tampouco passa no teste clássico da Família-P. Ele se comporta como uma implicatura, conforme o que Grice (1975) propõe para o comportamento de uma, como foi visto no início deste capítulo.

A partir daí, apresentamos o que a literatura fala sobre esse conteúdo disparado pelos correspondentes de *ainda* em outras línguas e também para o PB, dentro da linha funcionalista. Vimos que Martelotta (1996) defende que há um uso marcador de contra-expectativa, nós, contudo mostramos, brevemente, que todos os usos possuem essa contra-expectativa e nos detalhamos nos três usos que são objeto de estudo desta tese. Vimos, também, que a maioria das análises dos itens correspondentes ao *ainda*, em outras línguas, não se preocupa com a questão da expectativa. Van der Auwera (1993) tentou mostrar que o *still* possui um componente contrafactual e que envolve cenários de polo positivo e negativo, mas incluiu essa questão na semântica. Löbner (1989), por sua vez, deixa essa questão relacionada à expectativa por conta da pragmática.

Em seguida, trouxemos a teoria de Conversação e o Princípio de Cooperação de Grice (1975) e suas Máximas. Explicamos, brevemente, como se deduz uma implicatura, de acordo com o autor. Depois, mostramos as diferenças entre as implicaturas conversacionais generalizadas e particularizadas, divisão proposta por Grice. E propusemos que o *ainda* aciona uma implicatura conversacional generalizada, por gerar sempre a mesma implicatura de contra-expectativa (a situação descrita pela sentença contrária a expectativa), independente do contexto, ao contrário da particularizada que em cada contexto, gera uma implicatura diferente.

Mostramos também que a grande diferença entre uma implicatura convencional e uma conversacional é o cancelamento. Por isso,

consideramos que o *ainda* dispara uma implicatura conversacional, dado que conseguimos provar que nos três usos de *ainda* analisados, o conteúdo relacionado à expectativa não está presente sempre, dado que o cancelamos.

Dito isso, nos detemos em explicar como esse conteúdo se forma e com qual máxima essa implicatura está ligada. Por isso, apresentamos as quatro máximas com respectivos exemplos de violação e uma comparação com os casos de *ainda*. Analisamos cada uma delas e chegamos à conclusão de que ele tem relação com a Máxima de Modo.

O falante, em uma conversação, tem duas opções, proferir a sentença com o item ou sem ele, pois ambas têm as mesmas condições de verdade. Ao escolher proferir a sentença com o *ainda*, ele tende a ser menos breve do que quando ele escolhe a opção sem o *ainda*. Pela máxima do modo, o falante deve escolher o proferimento mais curto, não ser prolixo, se ele usou a versão com o *ainda*, que é mais comprida, ele implica que está fazendo um proferimento mais longo porque ele quer veicular algo a mais. Ele quer veicular que há uma expectativa presente no fundo conversacional compartilhado e que com o *ainda* ele atualiza esse fundo conversacional compartilhado, contrariando essa expectativa, por isso a implicatura chamada de contra-expectativa.

Mostramos, então, que com os três usos de *ainda*, mais o *já não mais* - a implicatura conversacional generalizada se forma através de sua ligação com a Máxima de Modo.

Assim, podemos dizer até aqui que o *ainda* envolve a semântica, com a pressuposição, e a pragmática, com a implicatura e que ambos os conteúdos estão relacionados. Dessa forma, podemos dizer que o *ainda* é um ativador de pressuposição (ou gatilho pressuposicional) e um gerador de implicatura.

Finalmente, apontamos brevemente que a mesma análise se aplica ao dual de *ainda*, o *já não mais*.

Considerações finais

Nesta tese procuramos trabalhar os aspectos semânticos e pragmáticos do *ainda*, e fizemos algumas pequenas incursões para o *já* visto que o *já não mais* é o dual de *ainda*. Argumentamos que os últimos, *ainda* e *já não mais*, possuem fenômenos comuns: a pressuposição e a implicatura, daí o porquê de uma proposta semântico-pragmática para eles. Antes, contudo, foi preciso separar quais dos usos de *ainda* seriam contemplados para objeto de estudo desta tese.

Por isso, no primeiro capítulo, apresentamos todos os usos de *ainda*: conjuntivo, discursivo, temporal aliado a um advérbio (como *ainda mais*, *ainda ontem*), continuativo, repetitivo e aditivo para delimitar a análise nos três últimos. Com o intuito de encontrá-los, utilizamos a base de dados do NURC, mais exemplos da fala cotidiana, assim como exemplos encontrados na rede. Trouxemos também os estudos sobre *ainda*, no PB, de cunho funcionalista, tais como o de Martelotta (1996), Longhin-Thomazi (2005), Koch (1984), Da Costa (2008) e os da semântica argumentativa, Ducrot (1981, 1984) e Vogt (1980), haja vista que na área da semântica formal, do que pudemos levantar, somente Gritti (2008) desenvolveu uma análise para esse item.

Ao contrário do PB, para os correspondentes de *ainda* em outras línguas há muito mais trabalhos, por isso trouxemos alguns deles que trabalham o *noch* (no alemão), *encore* (no francês), *ancora* (no italiano) e *still* (no inglês). Mostramos que no francês *encore* é chamado de advérbio iterativo e possui as leituras de continuação, incrementalidade e repetição (cf DONAZZAN, 2008). Apontamos que em algumas ocorrências de *encore*, no PB, utilizaríamos o *de novo* e que no PB podemos dizer que há a leitura de incrementalidade porque algumas sentenças com o *ainda* podem expressar repetição (no perfectivo) e, em outras, a continuação (no imperfectivo), mas a posição na sentença difere entre o PB, no qual a preferida é pré-verbal, e o francês, o qual prefere a pós-verbal (posição necessária para leitura de incrementalidade).

No segundo capítulo, fizemos um apanhado geral da literatura sobre tempo e aspecto verbal, pois ela é fundamental para entendermos o comportamento do *já não mais* e do *ainda*, visto que eles estão, intimamente, relacionados e também porque muitos consideram o *ainda* como um advérbio tempo-aspectual. Por isso, nosso intuito era investigar qual é o papel do tempo e do aspecto e qual o do *ainda* e do *já não mais*.

Assim, mostramos que as leituras mais naturais de *ainda* estão no imperfectivo, visto que no aspecto perfectivo as suas ocorrências são marcadas, contextualmente, logo, defendemos que o item em questão é sensível ao aspecto.

Argumentamos que no aspecto imperfectivo a finalização do evento está aberta, fazendo com que a leitura de continuação do *ainda* (a mais recorrente) se combine bem, ao contrário do que acontece no perfectivo, no qual a finalização do evento já está dada, forçando, assim, uma outra leitura, a da adição. Essa, por sua vez, só está disponível, nesse aspecto, se houver eventos relacionados ao evento veiculado pela sentença, aquele no qual o *ainda* incide. Se forem eventos do mesmo tipo temos a leitura de repetição; se forem eventos diferentes, teremos a leitura de ‘ainda por cima’, ‘além disso’.

Dependendo da combinação com o aspecto lexical e gramatical, ele pode veicular quatro leituras: continuação, adição, repetição e desejo (só no futuro), com algumas especificações; a preferência da continuação, no imperfectivo e a da adição, no perfectivo. Mas, a adição está presente em todas elas, inclusive dentro das duas perspectivas aspectuais e no futuro também.

Quanto à leitura de repetição, mostramos que ela é muito rara, poucos falantes a percebem, mas, está disponível com o *ainda*, a depender bastante também com que tipo de predicado ele se combina. Para melhor visualizá-la, acrescentamos adjuntos temporais às sentenças, tais como o *antes de morrer*. Mediante toda essa investigação, apresentamos para finalizar o capítulo dois, um quadro geral com todas as leituras geradas por *ainda* e suas combinações no aspecto perfectivo, imperfectivo e no futuro, salientando que a adição é o traço comum em todos eles.

O terceiro capítulo foi destinado a trabalhar a questão do *ainda* em interação com a negação. Mostramos que a negação do *ainda* continuativo e repetitivo é o *já não mais*, o que também acontece nas outras línguas, sistema chamado de dualidade. Além disso, mostramos que o dual do *ainda* aditivo não é o *já não mais*, é o *não...mais*. Em vista do primeiro dual, voltamos nosso estudo para o *já* e suas ocorrências, visto que ele faz parte desse sistema. Fizemos um rápido mapeamento dos seus usos e separamos os de maior ocorrência em conjuntivos e temporais. Mas, a análise detalhada de cada um deles vai ficar para trabalhos futuros.

Por outro lado, já nesse capítulo foi possível destacar que dentro do uso temporal, há dois *já*s, um que interfere nas condições de verdade da sentença; a exemplo de *João já tinha chegado às 7h da manhã* (baseado em Ilari, 1997) e em *João já está cantando*, denominado *já* temporal veri-

condicional; e outro que não interfere, denominado *já* temporal não vericondicional, a exemplo de *João já chegou*.

Em seguida, no capítulo 4, finalizamos um dos grandes objetivos deste trabalho, que era o de encontrar uma semântica unificada para os três usos de *ainda*: o continuativo, aditivo e repetitivo. Antes, iniciamos o capítulo mostrando que o conteúdo veiculado por *ainda* não é pragmático, tal como Grice (1975) previu para o *still (ainda), therefore (portanto) e but (mas)*. Através de alguns testes descartamos a hipótese de que o conteúdo relacionado ao evento da sentença fosse uma implicatura convencional, como apontado pelo autor, mas, sim, uma pressuposição.

Propusemos que o *ainda* faz sempre o mesmo, ele introduz uma pressuposição, não interferindo nas condições de verdade da sentença, tal como a semântica clássica prevê, mas restringe seus contextos de uso. O que estamos entendendo por pressuposição ativada pelo *ainda* é semelhante à segunda proposição proposta por Bach (1999) para *still* e, portanto, contribui para o dito. Contudo, nossa diferença com Bach é que ele entende que quando uma das proposições da sentença é falsa, a sentença continua a ser verdadeira, nós, contudo, vamos argumentar que se a pressuposição é falsa, a sentença não tem valor de verdade.

A ideia de que *ainda* veicula uma pressuposição não é novidade, visto que alguns autores já afirmaram isso para as formas correlatas de *ainda*, nas outras línguas, e também autores de linha funcionalista e da semântica argumentativa, para o PB. O que é novidade é a nossa proposta porque abarca os três usos de *ainda*, mais os casos do futuro e também porque é diferente do que já foi proposto pela literatura.

Por isso, discutimos a teoria de Löbner (1989, 1999) para o *noch* (no alemão), o qual prevê que *noch* veicula uma pressuposição de um momento P anterior ao t_e , que é o momento de referência. Essa análise consegue explicar casos como (01) em contraste com a versão com *ainda*:

(01) A luz está acesa.

(02) A luz ainda está acesa.

A sentença em (01) pode ser verdadeira se o falante acabou de acender a luz. Ela exprime o resultado da ação de acender a luz naquele momento. A sentença em (02) não pode ser usada nesse contexto. Descartamos a explicação de Löbner (1989, 1999) porque nosso objetivo era dar uma semântica unificada para os três usos de *ainda* - continuativo, aditivo e repetitivo - e a teoria de Löbner não dava conta do uso aditivo, pois, para esse uso, os momentos pressupostos não, necessariamente, precisam ser

anteriores, eles podem ser simultâneos ao momento do evento veiculado pela sentença e também, não, necessariamente, são eventos de mesmo tipo, a exemplo de:

(03) João ainda fez almoço antes de ir para o trabalho.

Suponha que João deu comida aos cachorros, atendeu o telefone, ajudou seus filhos com as tarefas e ainda por cima fez almoço antes de ir ao trabalho. Perceba que esses momentos (nomenclatura de Löbner) pressupostos não, necessariamente, precisam ser anteriores ao momento do evento que é o de fazer almoço. João podia, enquanto atendeu o telefone, ter feito um pouco do almoço e, enquanto dava comida para os cachorros, ter feito mais um pouco do almoço, tudo, simultaneamente. Por isso, nossa proposta não está ancorada no tempo, mas nos próprios eventos. Além disso, a proposta de Löbner não consegue explicar os usos de *ainda* no futuro, quando não houve o evento, como em *Eu ainda caso com ele* (interpretação de que eu ainda vou casar com ele).

Apresentamos também a proposta de Donazzan (2011, 2008) para o *encore*, do francês e *ancora* do italiano, com leitura de incrementalidade e de continuação (apresentadas no primeiro capítulo). Ela está baseada em eventualidades que são instanciadas por um intervalo de tempo, que é caracterizado por uma propriedade importante, essa propriedade é dada pelo material linguístico da asserção. Contudo, essa proposta não dá conta também do uso aditivo do *ainda*, uma vez que a pressuposição do aditivo é de eventos que não possuem a mesma propriedade que o predicado da asserção veicula. Outro ponto é que essas eventualidades estão instanciadas por um intervalo de tempo, o que, novamente, não acontece com o uso de *ainda* aditivo e, por fim, porque essa proposta não abarca os dados de *encore* no futuro, na interpretação que não contém evento na proposição. Contudo, nossa proposta é mais aproximada à de Donazzan (2011, 2008), uma vez que a nossa também se ancora nas eventualidades. Feitas essas considerações, em seguida, defendemos a nossa proposta.

Como um item que introduz pressuposição, o *ainda* restringe os seus contextos de uso. Ele só pode ocorrer quando houver outro evento, contextualmente, relacionado ao evento veiculado pela sentença. Por exemplo:

(04) João ainda está dormindo.

Veicula a pressuposição de que houve um evento relacionado ao evento da sentença principal, há sempre a adição de um evento. Assim, para a sentença fazer sentido, é necessário que haja um evento pressuposto que, nesse caso, é um subevento do evento de dormir que está se desenvolvendo. A relação contextual, neste caso, é de subevento e se dá no fundo conversacional compartilhado. Essa cadeia contextual, denotada por $R_c \langle e, e' \rangle$, é discursiva, já está determinada no contexto. Quando o evento e está se desenvolvendo na situação em e' , o evento pressuposto e o denotado pela proposição são do mesmo tipo, assim, teremos a leitura de que o evento pressuposto é um subevento do evento de dormir que está se desenvolvendo.

O mesmo ocorre com o repetitivo, no qual o evento pressuposto é do mesmo tipo, como em:

(05) João ainda fumou um cigarro antes de morrer.

em que o evento pressuposto é também um evento de fumar. Com a leitura aditiva, os eventos podem ser diferentes:

(06) João ainda comprou presentes.

Nesse caso, o evento pressuposto pode ser diferente do veiculado pela sentença, pode ser o evento de João ficar sem dinheiro e ainda por cima ter comprado presentes, pode ser o de que João estava doente, sem forças e, ainda por cima, comprou presentes.

Para o tempo futuro também foi proposto que há uma pressuposição, mesmo na interpretação na qual não há eventos. Nessa, argumentamos que, no mínimo há o desejo, que é considerado um evento contextualmente relacionado ao evento da sentença e é pressuposto. Há, portanto, também uma adição de evento. Nas sentenças no futuro, pode haver também uma cadeia contextual necessária para a realização do evento veiculado pela proposição. As demais interpretações encontradas, no tempo futuro, são aquelas velhas conhecidas encontradas nos demais tempos e já comprovada a pressuposição.

Por fim, mostramos que essa proposta também pode ser aplicada ao *já não mais* e ao *não...também*. Mostramos que eles também introduzem uma pressuposição e que esse conteúdo pressuposicional passa no teste da família-P.

Em adição a essa contribuição semântica, no quinto capítulo, propusemos também que, pragmaticamente, todos os usos de *ainda*, geram

uma implicatura de contra-expectativa. Iniciamos o capítulo mostrando qual é essa interpretação, rapidamente, encontrada pelos falantes e, em seguida, apresentamos o que a literatura diz a esse respeito. Trouxemos as análises de Van der Auwera (1993) que afirma ser semântico esse conteúdo relacionado à expectativa e mostra que há um jogo de oposição entre cenários positivos e negativos e Löbner (1999) que afirma ser pragmático. Também apresentamos o estudo de Silveira (2007) que apresenta o conteúdo da uma implicatura convencional de *ainda não*. Mesmo não sendo o objeto de estudo desta tese, trouxemos esse estudo para mostrar que o conteúdo se parece com o que estamos propondo, mesmo argumentando, ao contrário da autora, que o *ainda* dispara uma implicatura conversacional.

Em seguida, apresentamos o modelo teórico de Grice (1975), o Princípio Cooperativo e suas quatro máximas e supermáximas. Mostramos que o falante tende a ser cooperativo em suas conversações e obedecer a essas máximas que são uma espécie de princípios conversacionais e que quando há a violação dessas máximas, o falante está querendo veicular algo a mais. É aí que surgem as implicaturas, por isso, mostramos alguns breves exemplos disso. Depois, mostramos a subdivisão feita por Grice (1975) em implicaturas conversacionais generalizadas e particularizadas e defendemos que o *ainda* gera uma implicatura generalizada porque gera sempre a mesma implicatura, independente do contexto, a da contra-expectativa.

Defendemos que ele gera uma implicatura conversacional porque seu conteúdo não está presente sempre, ele pode ser cancelado, também porque ele tem a propriedade da não-separabilidade porque quando ele é substituído por outros itens, o conteúdo da implicatura permanece.

A partir disso, apontamos como essa implicatura se forma e como ela é deduzida pelo cálculo de Grice (1975). Mostramos que o falante, ao proferir uma sentença com o *ainda*, aciona uma expectativa, presente no fundo conversacional compartilhado, e ao mesmo tempo contraria essa expectativa com o conteúdo veiculado pela sentença, gerando a implicatura de contra-expectativa. Restava saber qual máxima o falante violou para formar essa implicatura. Foi, então, que analisamos cada uma delas e mostramos que ele se relaciona com a Máxima de Modo.

Mostramos que um falante explora essa categoria, violando a máxima “seja breve”, o ouvinte, supondo que o falante está sendo cooperativo, implica que ele quer dizer algo a mais. Veja o seguinte exemplo:

Marta: Fiquei sabendo que João está muito doente, internado no hospital e o concurso que ele tinha domingo?

Maria: (07) Olha, ele ainda fez o concurso.

O falante poderia ter respondido a pergunta com *João fez o concurso*, mas ele profere *João ainda fez o concurso* que têm as mesmas condições de verdade. Então, qual seria a maneira mais clara de responder à pergunta de Marta? Pela máxima do modo, o falante deve escolher o proferimento mais curto, não ser prolixo, então, seria a sentença sem o *ainda*. Se ele usou a versão com o *ainda*, que é mais comprida, ele implica que está fazendo um proferimento mais longo porque ele quer veicular algo a mais, isto é, ele não está sendo prolixo. Logo, há uma informação a ser recuperada pelo ouvinte, que é a de que diante de tal contexto desfavorável a ele fazer o concurso, então, ele não faria o concurso.

Ao usar o *ainda* o falante aciona um fundo conversacional, no qual é compartilhada a informação de que não era para João ter feito o concurso (dada a sua situação de doença). O ouvinte, mesmo que não conheça esse fundo (nesse caso ele conhece), supõe que ele existe. E, ao mesmo tempo em que o falante aciona esse fundo conversacional compartilhado, ele veicula a pressuposição de que o João fez o concurso, ou seja, ele atualiza o fundo conversacional como se fosse uma informação nova compartilhada de que João fez o concurso. Mas veja que se esse é o caso, então a pergunta não faz sentido, porque a pergunta supõe que no fundo conversacional há mundos em que João não fez o concurso. Quem pergunta não sabe se João fez o concurso. E quem responde diz: nós dois sabemos que ele fez o concurso. Mas se isso já era informação compartilhada, a pergunta é irrelevante a menos que haja uma expectativa de que ele não tenha feito o concurso. Ao usar o *ainda*, o falante veicula que a pergunta só é relevante se houver a expectativa de não fez - o *ainda* rompe com essa expectativa. Ele fez.

Em seguida, mostramos que essa mesma análise pode ser aplicada ao *já não mais*, no entanto, não pode ser aplicada ao *não...também*, essa é uma questão que deverá ser melhor analisada, mas, a princípio, ele parece não se comportar como o *já não mais*. Fica para os trabalhos futuros, assim como a análise do *já*, que não foi possível ser feita aqui. Em um primeiro momento, pensamos que a proposta elaborada para o *ainda* se aplicaria também ao *já*, mas, com o prosseguimento das análises, percebemos que, no mínimo, há dois *já's*, um, de certeza, altera as condições de verdade, logo, não pode ter o mesmo tratamento que o *ainda*. O outro parece não introduzir uma pressuposição, mas, precisa ser melhor analisado.

Finalmente, esta tese contribuiu para uma análise semântica e pragmática do *ainda*, no português brasileiro, para o qual há poucos

trabalhos. Mas, certamente, deixou apontamentos para trabalhos futuros. O primeiro deles poderia trabalhar a questão do *ainda* aliado a advérbios e observar o que tem em comum com os outros usos trabalhados nesta tese.

Com relação ao *já* há todo um trabalho a ser desenvolvido, a começar pela investigação minuciosa dos usos de *já* e concentrar a investigação nos casos em que não foram analisados nesta tese, tais como o uso de *já* que interfere nas condições de verdade da sentença e verificar se ele também possui, pelo menos, a mesma implicatura que seu companheiro temporal. Também poderia se trabalhar o item *mais* para saber se, sua ausência na combinação com o *já* prejudica ou não a interpretação da sentença e se, sobretudo, interfere na geração da implicatura e na ativação da pressuposição. Enfim, ainda há muito trabalho, mas este já foi um começo!

REFERÊNCIAS

- AMSILI, P. **Obligatory presupposition and discourse management**. Workshop International Weak (in)definites across languages – Florianopolis (Brasil) , 20-22 août, 2012.
- BACH, K. The myth of conventional implicature. **Linguistics and Philosophy**. 1999. 22(4): 367-421p.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005, [1928].
- BERTINETTO, P. M. Intrinsic and Extrinsic Temporal References: on restricting the notion of 'reference time'. **Journal of Italian Linguistics**., 1982. 71-108 p.
- BERTUCCI, R. A. **Uma análise semântica para verbos aspectuais em português**. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2011. 200 f.
- Borillo, A. **La négation et les modifieurs temporels : une fois de plus encore**. **Langue Française** 62, 37–59, 1984.
- BOTTYÁN, G. **The operationality of Grice's tests for implicature**. Stanford encyclopedia of Philosophy, 2005.
- CANÇADO, M. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. BH: Ed. UFMG, 2008.
- CHIERCHIA, G. **Semântica**. Tradução de Luis Arthur Pagani, Lígia Negri e Rodolfo Ilari. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Londrina, PR: EDUEL, 2003.
- _____. Scalar implicatures, polarity phenomena, and the syntax/pragmatics interface, in A. Belletti (ed.), **Structures and Beyond**, Oxford University Press, 2004.

COMRIE, B. **Aspect: An introduction to the study of verbal aspect and related problems**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1976.

CORÔA, M. L. M. S. O tempo nos verbos do português: uma introdução a sua interpretação semântica. Brasília, Thesaurus, 1985.

_____. **O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica**. São Paulo: Parábola, 2005.

CUNHA, C. & CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DA COSTA, I. A. **Aspectos argumentativos e polifônicos do operador discursivo ‘ainda’**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

DA CUNHA, L. F. A. S. L. **Semântica das predicções estativas para uma caracterização aspectual dos estados**. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2004.

DONAZZAN, M. **La notion sémantique de répétition Etude d’adverbes additifs et répétitifs en chinois mandarin et dans certaines langues romanes**. Thèse doctorat Université Paris Diderot - UMR 7110, Paris, 2008.

_____. **A presuppositional analysis for Italian ancora**. Manuscrito. Ms., Université Paris Diderot, 2011.

DUCROT, O. **Provar e dizer: linguagem e lógica**. São Paulo: Global Editora, 1981.

_____. **Le dire et le dit**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

FAUCONNIER, G. **Pragmatic scales and logical structure**. Linguistic Inquiry, 6, 1975.

FREGE, G. **The Thought: A Logical Inquiry**. In R. Harnish (ed.), *Basic Topics in the Philosophy of Language*, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, N.J., 1918/199. 4517 – 535 p.

GERALDI, J. W. *Lógica e conversação*. Tradução. In: DASCAL, Marcelo (Org). **Fundamentos da lingüística contemporânea**. V. IV. Campinas, SP: UNICAMP, 1982.

GONÇALVES, C. C. **Imperfectividade e Morfologia Verbal Tese**. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GRICE, H. P *Logic and conversation*, in P. Cole & J. Morgan (ed.), **Syntax and Semantics**, 3: *Speech Acts*. New York: Academic Press. Reprinted in H. P. Grice (ed.), *Studies in the Way of Words*, pp. 22–40, Cambridge, MA: Harvard University Press, (1975), 1989. 41–58 p.

GRICE, H. P. *Lógica e conversação*. In: DASCAL, M (Org.). **Fundamentos da lingüística**. Tradução de João Wanderley Geraldi. Campinas: IEL: Unicamp, 1982. v.4.

GRITTI, L. L. **‘Ainda’ tem solução**: uma proposta semântica. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

HEIM, I. **The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases**. Phd Dissertation, Amherst: UMass, 1982.

HEINE, B. et al. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HOUAISS, A.; *et al.* **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, R. *Locuções Negativas Polares: Reflexões sobre um tema de todo mundo*. In: _____. **Lingüística: questões e controvérsias**. Série Estudos 10. Fac. Integrada de Uberaba, 1984. 83-97 p.

_____. **A expressão do tempo em português**. São Paulo. Editora Contexto. EDUC, 1997.

IPPOLITO, M. An analysis of still. 127–144 p. In: YOUNG, R. B. (ed), **Proceedings of Semantics and Linguistic Theory 14**. Cornell University, CLC Publications. New York, 2004.

KAMP, H.; REYLE, U. **From Discourse to Logic: Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory**. Dordrecht, Boston and London: Kluwer, 1993.

KARTTUNEN, L. **Presupposition and Linguistic Context**. Theoretical Linguistics 1:181-193, 1974.

KARTTUNEN, L.; STANLEY, P. **Conventional Implicature**. In: Oh, Choon Kyu/Dinneen, David A. (eds.) *Presupposition*. Syntax and Semantics, 1979. 11v, 156 p.

KLEIN, W. **Time in Language**. Routledge: London and New York, 1994.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Contexto, 1984.

KRATZER, A. The notional category of modality. In Eikmeyer H.J. and Rieser H. (eds.): **Words, Worlds, and Contexts**, Berlin: de Gruyter, 1981. 38-74 p.

_____. **Stage-Level and Individual-Level Predicates** in Carlson, G. & Pelletier, F.J. (orgs.), 1988/1995. 125-175 p.

_____. **More structural analogies between pronouns and tense**. In SALT VIII: Proceedings of the Second Conference on Semantics and Linguistic Theory 1998, eds. Devon Strolovitch and Aaron Lawson. Ithaca, N.Y.: CLC Publications, Department of Linguistics, Cornell University, 1998. 92-110 p.

KRIFKA, M. Some Remarks on Polarity Items. In: ZAEFFERER, D. (ed.), **Semantic Universals and Universal Semantics**, Berlin, Foris-de Gruyter, 1991, 150-189 p.

_____. Thematic relations as links between nominal reference and temporal constitution. In SAG, I. A.; SZABOLCSI, A. (Ed.). **Lexical matters**. Stanford: CSLI lecture notes, n. 24. 1992. 29-53 p.

_____. **Alternatives for aspectual particles**: semantics of still and already. Dans Proceedings of the Berkeley Linguistic Society Meeting. Février, 2000.

LADUSAW, W. On the notion 'affective' in the analysis of negative-polarity items.

Journal of Linguistic Research, 1.2: 1-16. Reprinted in: PARTEE, B.; PORTNER, P.

(Eds.). *Formal Semantics*. The essential readings. Blackwell, 2002.

LÖBNER, S. German *schon-erst-noch*: An Integrated Analysis. **Linguistics and Philosophy**. v.12, 1989. 167-212 p.

_____. Why German *schon* and *noch* are still duals: A reply to Van der Auwera. **Linguistics and Philosophy**, v. 22. 1999. 45 – 107 p.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Um exemplo de (inter)subjetivização na linguagem: a reconstrução histórica de 'ainda'. **Estudos Lingüísticos, São Paulo**, v. 34, 2005. 1361-1366 p.

LOPES; A. C. Elementos para uma análise semântica das construções com já. In: CASTRO, I.; DUARTE, I.; (eds.) **Razões e Emoção: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus**. Lisboa: IN-CM, v. I, 411-428. 2003 p.

LUFT, C. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática, 2009.

MARTELOTTA, M. E. Gramaticalização em operadores argumentativos. IN: MARTELOTTA, Mário Eduardo *et al* (org.). **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; UFRJ, 1996. 191-220 p.

MENDES DE SOUZA, L.; PIRES DE OLIVEIRA, R.; GRITTI, L. L. Um estudo sobre os itens de polaridade negativa no PB e seu licenciamento. **Revista Working Paper em Linguística**. 9 v, 2008.

MICHAELIS. **Dicionário Escolar língua portuguesa**. São Paulo, 2008.

MORAIS, M. da F. A. Elementos para uma descrição semântico- - pragmática do marcador discursivo “já agora”. Publicação: SILVA, A. S.; TORRES, A.; GONÇALVES, M. (eds.). **Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva**. vol. II. Coimbra. Almedina. 2004. 477-495p.

MOURA NEVES, M. H de. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000.

MULLER, A.; SANCHES-MENDES, L. **The meaning of pluractionality in Karitiana**. In: Workshop on Nominal and Verbal Plurality, Paris, 8-9 novembre 2007.

PARSONS, T. **Events in the semantics of English: a study in subatomic semantics**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1990.

PIRES DE OLIVEIRA, R. **Semântica de Arquivos vs. DRT: o problema da projeção das pressuposições**. Disponível em: www.cce.ufsc/~pires/pressuposição.pdf, 2004. Acesso em: 13 nov 2012.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. M. **O Paradoxo do Perfectivo: uma proposta semântico/pragmática**. Manuscrito. Texto apresentado no encontro “Nos Domínios do Verbo”, UFPR, 2007.

_____. A Semântica, a pragmática e os seus mistérios. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. V. 5, n. 8, março de 2007.

_____. Sobre a semântica e a pragmática do perfectivo. **Revista Letras**, Curitiba: Editora UFPR, n. 81, p. 123-139, 2010.

_____. **Uma Introdução à Teoria das Implicaturas**. Manuscrito. 2011.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; et al. O singular nu de nossa espécie: uma investigação empírica. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. vol. 26. n.1. São Paulo, 2010.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; et al. **Semântica.** Florianópolis: LLV/CCE/UFSC. 2012. 182 f.

POTTS, C. **The Logic of Conventional Implicatures.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

POTTS, C. Into the conventional-implicature dimension. In: **The Philosophy Compass** <http://www.philosophy-compass.com/> November 21, 2006.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** on line. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/> Acesso em: 15 out 2012.

REICHENBACH, H. – **Semantics.** Edited Steven Davis, Brendan Gillon. University Express. Oxford, 2004 (1947).

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa.** 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

ROHLFS, G. Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti, Volume III : Sintassi e formazione delle parole. Torino : Einaudi, 1969.

SILVEIRA, S. S. **Teoria das interferências pragmáticas do tipo implicatura: por uma potencial aplicação para o ensino/aprendizagem do português como L2.** Tese. (Doutorado em Linguística). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2007.

SILVÉRIO, S.M. **O sistema temporal do Português brasileiro.** Tese. (Doutorado em Linguística). Programa de Pós Graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2001.

SMITH, C. **The parameter of Aspect.** 2.ed. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.

STALNAKER, R.. Pragmatics. In *Semantics of Natural Language*, eds. Donald Davidson and Gilbert Harman, 380-397. Dordrecht: Reidel, 1972.

TASMOWSKI, L.; REINHEIMER, S. Quelques adverbes roumains ‘de temps’ dans une perspective comparative. *Revue Roumaine de Linguistique* XLVIII (1-4), 163–171, 2003.

VAN DER AUWERA, J. “Already” and “Still”: Beyond Duality. *Linguistics and Philosophy*. 1993.16 v, 613-653 p.

VENDLER, Z. *Linguistics in Philosophy*. Cornell University Press. Ithaca. New York, 1967.

VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. HUCITEC/FUNCAMP. São Paulo, 1980.

_____. *O intervalo semântico*. Sao Paulo: Atica, 1977.

WACHOWICZ, T. C. O aspecto do auxiliar. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, n. 2. jul./dez, 2006. 14 v. 55-75 p.

Anexos

Teste

1. Você acha as sentenças boas? Se sim, qual prefere? Se não houver diferença, marque as duas.

() João ainda viu um filme.

() João viu ainda um filme.

Depois, escreva qual a interpretação da sentença que você considerou boa.

2. Na sentença abaixo, marque com 1 para primeira interpretação e com 2 para segunda. Se você achar que não há as duas interpretações, marque só a que você consegue ver.

João faz todas as tarefas e ainda brinca de carrinho todas as manhãs.

() João faz todas as tarefas e *ainda por cima* brinca de carrinho.

() O hábito de João fazer todas as tarefas e brincar de carrinho continua.

3. Primeiro pense, qual a sua interpretação para as sentenças abaixo? Só depois veja as alternativas posteriores.

(01) João ainda fumou antes de morrer.

marque as interpretações que você consegue enxergar: (se encontrar alguma outra, escreva, fazendo favor)

a. () João estava muito mal e ainda por cima fumou antes de morrer.

b. () João já tinha fumado outras vezes durante a vida e fumou pela última vez antes de morrer.

c. () João nunca tinha fumado antes na vida, exceto naquela vez antes de morrer.

Se tanto (b), quanto (c) podem acontecer, marque as duas.

Alguma dessas você nem imaginou que teria? Se sim, qual delas?

(02) João ainda escreveu uma carta antes de morrer.

- a. () João estava muito mal e ainda por cima escreveu uma carta antes de morrer.
- b. () João já tinha escrito carta outras vezes durante a vida e escreveu pela última vez antes de morrer.
- c. () João nunca tinha escrito carta antes na vida, exceto naquela vez antes de morrer.

Se tanto (b), quanto (c) podem acontecer, marque as duas.
Alguma dessas você nem imaginou que teria? Se sim, qual delas?

(03) João ainda arrependeu-se antes de morrer.

- a. () João estava muito mal e ainda por cima arrependeu-se antes de morrer.
- b. () João já tinha se arrependido outras vezes durante a vida e se arrependeu pela última vez antes de morrer.
- c. () João nunca tinha se arrependido antes na vida, exceto naquela vez antes de morrer.

Se tanto (b), quanto (c) podem acontecer, marque as duas.
Alguma dessas você nem imaginou que teria? Se sim, qual delas?

(04) João ainda construiu uma casa antes de morrer.

- a. () João estava muito mal e ainda por cima construiu uma casa antes de morrer.
- b. () João já tinha construído casa outras vezes durante a vida e construiu mais uma pela última vez antes de morrer.
- c. () João nunca tinha construído casa antes na vida, exceto naquela vez antes de morrer.

Se tanto (b), quanto (c) podem acontecer, marque as duas.
Alguma dessas você nem imaginou que teria? Se sim, qual delas?

(05) João ainda se apaixonou antes de morrer.

- a. () João estava muito mal e ainda por cima se apaixonou antes de morrer.
- b. () João já tinha se apaixonado outras vezes durante a vida e se apaixonou pela última vez antes de morrer.

c. () João nunca se apaixonou antes na vida, exceto naquela vez antes de morrer.

Se tanto (b), quanto (c) podem acontecer, marque as duas.

Alguma dessas você nem imaginou que teria? Se sim, qual delas?

(06) João ainda escreveu o testamento antes de morrer.

a. () João estava muito mal e ainda por cima escreveu o testamento antes de morrer.

b. () João já tinha escrito o testamento a outras vezes durante a vida e escreveu pela última vez antes de morrer.

c. () João nunca tinha escrito o testamento antes na vida, exceto naquela vez antes de morrer.

Se tanto (b), quanto (c) podem acontecer, marque as duas.

Alguma dessas você nem imaginou que teria? Se sim, qual delas?

Muito obrigada pela colaboração!!!